

JOÃO CLAUDINO TAVARES

**UNIVERSALIDADE E SINGULARIDADES DO ESPAÇO
TRANSITÓRIO: um estudo a partir de quebradeiras de coco
babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no
Maranhão (1990 – 2000)**

Florianópolis
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JOÃO CLAUDINO TAVARES

**UNIVERSALIDADE E SINGULARIDADES DO ESPAÇO TRANSITÓRIO: um
estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores
rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000)**

Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

TESE DE DOUTORADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

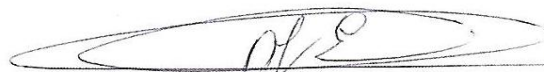
Florianópolis

2008

**Universalidade e singularidade do espaço transitório: um estudo a partir de
quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no
Maranhão (1990-2000).**


João Claudino Tavares

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia,
área de concentração, Desenvolvimento Regional e
Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia
do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento
aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico
de **Doutor em Geografia**.




Prof. Dr. Carlos José Espindola
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 28/03/2008



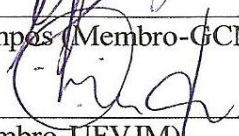
Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Presidente e Orientador-CSE/UFSC)



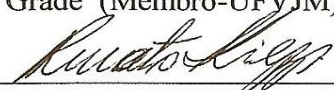
Dr. Carlos José Espindola (Membro-GCN/UFSC)



Dr. Nazareno José de Campos (Membro-GCN/UFSC)



Dra. Marlene Grade (Membro-UFVJM)



Dr. Renato Kilpp (Membro-UFCCG)

Florianópolis - 2008

T231u TAVARES, João Claudino

Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000) / João Claudino Tavares; Orientador Idaleto Malvezzi Aued. – Florianópolis, 2008. 362f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

1. Produção da vida no campo. 2. Forças produtivas do trabalho social. 3. Transitoriedade. 4. Maranhão - Quebradeiras de coco babaçu. 5. Maranhão - Trabalhadores rurais sem-terra. I. Aued, Idaleto Malvezzi. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “par décret du peuple”. Sabem que para conseguir sua própria emancipação e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irremediavelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar um ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz no seu seio.

(MARX, 1986:77)

Ao meu pai, José Claudino Tavares (Meu grande exemplo
na escola da vida)
[17/03/1908 a 22/03/2000].

Ao Miguel Matias Utzig Muller (Grandiosíssimo amigo/irmão
que me ocorreu no período do doutoramento. Grande
alemão que teve a sua existência abruptamente
interrompida no aflorar de importantíssimos diálogos sobre
a Geografia da Transição. Serás a maior saudade que levo
do Sul do Brasil para o longo de minha existência)
[15/10/1964 a 18/06/2005].

Ao Sérgio Camurça (Fulminante e intensa amizade
construída no Maranhão, cujo exemplo de determinação
carrego comigo)
[14/05/1963 a 07/10/2005].

São três importantes recordações cujas interrupções de
suas vidas me fizeram refletir profundamente sobre a vida e
a morte, como radicais e marcantes elementos da
existência do ser humano.

À minha amada companheira Liana (Mulher forte e
determinada que tem participado intensamente de meus
dramas e de minhas conquistas).

Ao meu querido filho Caio (Continuidade
de nossa existência e principal companheiro de meus
passos no doutorado. Muitas vezes, sem escolher,
participou da própria construção da tese. És, literalmente, o
novo se fazendo materialidade numa época de transição).

Liana e Caio, nossas vidas entrelaçadas representam a
síntese da tentativa de construção de novas relações
humanas.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os apoios, os incentivos e as contribuições para que este trabalho viesse a termo. Mesmo passível de omissões (pelas quais peço perdão desde já) destaco aqui quem teve participação mais direta na sua construção.

Em primeiro lugar, destaco a importância de minha família. Meus pais, José Claudino e Rosa Maria, cuidaram para que eu vingasse como ser orgânico e como gente. Os meus irmãos Maria Claudino, Francisco José e Damião Alencar que, de longe ou de perto, estão sempre torcendo para que o melhor possa me acontecer.

Ao grande mestre Professor Dr. Idaleto Malvezzi Aued pela orientação ímpar, pelos importantes ensinamentos e pelo exemplo de uma sublime generosidade humana.

Ao outro grande mestre, Professor Dr. Renato Kilpp, pela grande contribuição para a minha formação acadêmica, pelos estímulos e indicações e pelo encaminhamento ao doutoramento na UFSC.

Aos mestres que nos lecionaram disciplinas no doutorado: Professor Dr. Carlos José Espíndola, Professoras Dr^{as}. Leila Christina Dias e Maria Laura Silveira, Professora Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa, Professor Dr. Nazareno José de Campos e muito especialmente ao Professor Dr. Idaleto Malvezzi Aued.

À Professora Dr^a. Bernardete Wrublevski Aued pelo importante exemplo de como apreender sobre a produção da vida de movimentos sociais como o MST. Me beneficieei muito de seus questionamentos e de suas formulações textuais.

Ao camaradinho Caio que tem a sua vida de criança afetada pelo mundo das teses de doutorado (minha e de meus camaradas) e acompanhado-as intensamente em seus múltiplos humores e amores. Muitas vezes me ditou citações sem deixar de perguntar sobre suas significações. Sabes muito do que quero apreender e praticar na vida com a mediação de minha tese.

À Liana, amada companheira, mulher determinada e exemplo de que quando acontecem oportunidades os seres humanos mostram-se capazes de transcender ao que a aparência vulgar imagina ter cristalizado.

À amiga Ray, que participou ativamente de minhas apreensões para a formulação do que chamo de núcleo duro da tese. Compartilhamos muitas dúvidas e descobrimos juntos importantes caminhos da aprendizagem da necessária e radical simplicidade humana.

Ao grande irmão/amigo Eurípedes, camarada de diálogo e de cumplicidade desde o primeiro contato acontecido, em Fortaleza (CE), no ENECO de 1988.

Ao Vilemar e à Lena pelo carinho, pela acolhida em Florianópolis e por serem grandes e generosos amigos em todos os momentos.

Ao camarada Romildo, companheiro de trabalho, de luta, de minhas ações, pelo crédito às minhas formulações.

Ao Miguel, ao Edu e ao Luciano (camaradas/cúmplices da turma de doutorado, com quem discutimos sobre formulações e apreensões teóricas, históricas e existenciais).

Ao Dr. Geraldo Victor de O. de Andrade, grande responsável pela eliminação do brumário que, há algum tempo, incomodava minhas leituras e, portanto, meus progressos intelectuais.

Ao Ayres que me cedeu, sem titubear, todo o seu material sobre o MIQCB, de quem me beneficiei das entrevistas realizadas junto às quebradeiras de coco babaçu, às lideranças e técnicos(as) da ASSEMA, assim como, pelas importantes fotografias para a ilustração da tese.

Ao André Lopes pelas recentes provocações no sentido de que eu me faça claro nas formulações sobre um mundo diferente com relações humanas superiores e pelas importantes correções do material da tese.

Ao André Vasconcelos, à Claudiane Weber (Clau), à Marlene Grade, à Monique e à Sâmya Campana pelos bons momentos de conversas, com quem partilhei momentos de alegrias e de angústias do nosso fazer social e humano.

Ao camarada Martins (Kelé) pelos importantes cuidados para com os nossos interesses em São Luís (MA) por todo o período do afastamento para o doutorado.

À Marly, secretária da Pós-Graduação da Geografia, pela disponibilidade e preocupação para com o bom andamento do programa e o pontual desempenho dos alunos.

Aos trabalhadores rurais sem-terra/MST e às quebradeiras de coco babaçu/MIQCB do Estado do Maranhão por fornecerem o material empírico do seu que fazer social e humano para o desafio da apreensão concreta de formas paradoxais dos elementos da transitoriedade do capitalismo para uma sociedade superior.

Ao Departamento de Letras da UFMA, particularmente aos professores Suzana Maria Lucas Santos Souza, Marize Barros Rocha Aranha, Acioli Fernandes da Gama e Luiz Máximo Lima Costa que, muito gentilmente, compuseram uma banca especial para a realização de meu exame de proficiência, em língua inglesa, no dia 29 novembro de 2002.

Aos colegas do Departamento de Economia da UFMA pela gentileza de minha liberação e por assumirem atividades acrescidas para a viabilização de meu aprofundamento intelectual e cultural através do doutoramento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC pela acolhida para a efetivação do doutoramento.

À FAPEMA pela bolsa de estudos, importante apoio monetário para a participação em eventos científicos e viabilização de outros meios necessários a produção da tese.

A todos sou profundamente agradecido.

RESUMO

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000). Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 349f.

Recupera-se elementos do processo de universalização da produção da vida sob a mediação do capital, procurando apreender sobre a produção na sociedade burguesa, a produção da sociedade burguesa e como este processo gesta, nas suas entranhas, elementos de uma sociedade do vir-a-ser, isto é, da superação da sociedade burguesa. Dialogando com as formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, procura-se entender e explicitar como a universalidade da reprodução das relações burguesas de produção da existência social e humana materializa-se singularidades paradoxais nas diversas formações sócio-espaciais. Em particular estuda-se o processo de reprodução de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e de trabalhadores rurais sem terra/MST, na década de 1990, no Estado do Maranhão. Por estas mediações, percebe-se o escancaramento das dificuldades, quase impossibilidade, da (re)produção social e humana pelas relações capital – lucro, terra – renda fundiária ou trabalho – salário. Vive-se, portanto, um período de transição. Manifestam-se os dilemas entre a impossibilidade de retorno a formas pretéritas de produção da existência e as dificuldades de materialização do novo. A degeneração humana explicita-se como a forma mais visível dos homens reais se reproduzirem. Contraditoriamente, pode-se perceber experimentos que não podem ser interpretados como simples processo de reprodução da sociedade burguesa, estão para além delas.

Palavras chave: Universalidade e singularidades. Forças produtivas do trabalho social. Transitoriedade. Emancipação humana. Maranhão. Quebradeiras de coco babaçu. Trabalhadores rurais sem-terra.

ABSTRACT

Universality and singularities of the transitional space: a study from quebradeiras of coco babaçu/MIQCB and landless rural workers / MST in Maranhão (1990 - 2000). Thesis (Doctorate in Geography) – Post Graduation Program in Geography, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 349f.

To recover elements from the process of universalization from the production of life under the mediation of the capital, searching to learn about production in the burgess society, the burgess society's production and how this process is managed, deep inside, elements from a society still to be, that means, the overrun of the burgess society. Arguing with Karl Marx and Friedrich Engels thoughts, We try to understand and explain how the universality of reproduction from burgess relations of social and human existence production materializes paradoxal singularities inside many social-space structure formations. In particular studies the process of reproduction of quebradeiras of coco babaçu/MIQCB and the landless rural workers /MST, in the ninties, in the Maranhão State. Because of this mediations, we perceive clearly the difficulties, almost impossible, of social and human (re)production through capital relations – profit, land – latifundium income or work – salary. So, we live a transition era. We express the dilemas between the impossibility of the return of the old structure production of existance and the difficulties of materialization of the new. The human deterioration explains itself as a more visible structure of the real men to reproduce. Contradictorily we are capable to perceive experiments which can not be interpreted as a simple process of the burgess society reproduction, they are beyond that.

Keywords: Universality and singularities. Productive forces of social work. Transitoriedade. Human Emancipation. Maranhao. Quebradeiras of coco babaçu. The landless rural workers.

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Acordo de Livre Comércio das Américas
ALUMAR	Companhia de Alumínio do Maranhão
AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CB	Cáritas Brasileira
CCA/MA	Cooperativa Central de Reforma Agrária do Maranhão
CCSo	Centro de Ciências Sociais
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CELMAR	Indústria de Celulose e Papel - MA
CEN	Corredor de Exportação Norte
CENTRU	Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais
CEPES	Centro de Educação Popular de Esperantina
CESE	Coordenação Ecumênica de Serviços
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COOMARA	Cooperativa Mista dos Assentamentos da Reforma Agrária da Região Tocantina
COOPAES	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Luiz Gonzaga
COOPALC	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lima Campos
COOPAQMA	Cooperativa de Pequenos Produtores do Assentamento 21

	de Maio
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
COOPERVID	Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante Ltda.
COOPPAV	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Viana
COPPAESP	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COPPALJ	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
COSIMA	Companhia Siderúrgica do Maranhão
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPPS	Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRUB	Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras
CSE	Centro Sócio-Econômico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EIQCB	Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENECO	Encontro Nacional dos Estudantes de Economia
FACSAE	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão
FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FUNDINOR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial do Nordeste
GCN	Departamento de Geociências
GEBAM	Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	Indicadores de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITERMA	Instituto de Terras do Estado do Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrícola
MEB	Movimento de Educação de Base
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPC	Modo de Produção Capitalista
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEP	Nova Economia Política
PEA	População Economicamente Ativa
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLEAMA	Oleaginosas Maranhenses S.A.
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAEG	Programa de Ações Econômicas do Governo
PCT	Projeto Cédula da Terra
PED	Programa Econômico de Desenvolvimento
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Desenvolvimento da Amazônia, processo de colonização
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das áreas Integradas do

	Nordeste
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
PROCERA	Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à agroindustrialização no Norte e no Nordeste
PROVALE	Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
PT	Partido dos Trabalhadores
RAMA	Rede de Agroecologia do Maranhão
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
S.A	Sociedade Anônima
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SPVEA	Superintendência Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDA	Título da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UECON	Unidade Acadêmica de Economia
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFE	União Federal Exportadora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição absoluta e percentual da população do Estado do Maranhão – 1940/2000	176
Tabela 2	Estabelecimentos recenseados segundo grupos de áreas (1970 – 1995/96)	177
Tabela 3	Grupos de áreas recenseados em termos absolutos e percentuais (1970 – 1995/6)	179
Tabela 4	Índice de Exclusão Social no Brasil (1960 – 2000)	181
Tabela 5	Indicadores sociais – Maranhão	182
Tabela 6	Quadro comparativo das ocorrências de conflitos pela terra em alguns Estados mais conflituosos da União	205
Tabela 7	Assassinatos no campo em Estados mais conflituosos do Brasil	207
Tabela 8	Produção de amêndoas de babaçu no Brasil e nos principais Estados, total e participação relativa – em toneladas (1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 1995/96)	219
Tabela 9	Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas no Estado do Maranhão em municípios de atuação organizada das quebradeiras de coco babaçu	243
Tabela 10	Evolução do número de ocupações do MST – Brasil (1990 – 2000)	276
Tabela 11	Assentamento feitos pelo MST no período 1986 a 1990, no Maranhão	299
Tabela 12	Brasil – Microrregiões com maior número de assentamentos 1942 – 2004 – Reforma Agrária	302
Tabela 13	Assentamentos e acampamentos do MST no Maranhão (08/02)	303
Tabela 14	Distribuição territorial dos assentamentos do MST no Maranhão (08/02)	304
Tabela 15	Distribuição territorial dos acampamentos do MST no Maranhão (08/02)	305

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População do Estado do Maranhão (distribuição relativa percentual entre urbana e rural / 1940 – 2000)	176
Gráfico 2	Maranhão – Participação percentual dos estabelecimentos rurais segundo grupos de áreas – em hectares (ha) – (1970 – 1995/6)	178
Gráfico 3	Maranhão – Participação percentual segundo grupos de áreas (1970 – 1995/65)	179
Gráfico 4	Assassinatos no campo em Estados mais conflituosos do Brasil (1980 – 2000)	208
Gráfico 5	Assassinatos no campo em Estados mais conflituosos do Brasil (1980 – 2000)	209
Gráfico 6	Assassinatos no campo no Estado do Maranhão (1980 – 2000)	210

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Mapa dos rios do Estado do Maranhão	169
Ilustração 2	Mapa da vegetação do Estado do Maranhão	173
Ilustração 3	Mapa das Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Maranhão	174
Ilustração 4	Mapa das rodovias e ferrovias no Estado do Maranhão	189
Ilustração 5	Cacho de coco babaçu, o coquilho e instrumentos de extração das amêndoas	220
Ilustração 6	Palmeiras de babaçu: pindovas/palmeiras jovens (esquerda) e floresta de palmeiras (direita)	220
Ilustração 7	Atividade de extração das amêndoas do coco babaçu	222
Ilustração 8	Comparativo entre a roça no toco/tradicional (esquerda) e a roça crua/roça orgânica (direita)	247
Ilustração 9	Roça orgânica da COPPALJ	248
Ilustração 10	Mapa dos municípios onde existem acampamentos e assentamentos do MST no Estado do Maranhão	306

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	A PRODUÇÃO DA VIDA NO CAMPO E A TRANSITORIEDADE	37
2.1	Apontamentos de questões da produção da vida no campo na compreensão de Lênin	37
2.2	A transitoriedade para o capitalismo no processo de produção da vida no campo no exemplo da degeneração do camponês	47
2.2.1	Para pensar a transitoriedade na produção do campo	65
2.3	As questões da produção da vida no campo e a transitoriedade: considerações gerais	76
3	O SER SOCIAL E A TRANSITORIEDADE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA	80
3.1	O ser social e a transitoriedade das relações sociais mediadas pelo capital	80
3.1.1	O ser social na materialidade do trabalho cooperativo	82
3.1.2	O ser social materializado na divisão do trabalho e manufatura	88
3.1.3	O ser social como grande indústria moderna: a base produtiva da emancipação humana	93
3.2	A crítica da produção da vida mediada pelo capital no exemplo do socialismo real e a transição	101
3.3	Elementos da transitoriedade ou da degeneração das relações sociais burguesas	111
3.4	Elementos do processo de emancipação humana	133
3.5	Paradoxos da universalidade nas singularidades: ou as mediações sócio-espaciais da transitoriedade	146
4	SINGULARIDADES DA MEDIAÇÃO DO CAPITAL NO ESTADO DO MARANHÃO E A TRANSITORIEDADE	163
4.1	Caracterização, dinâmica recente da população e a estrutura de apropriação da terra	172
4.2	O Maranhão visto pela ótica das colonizações desde a década de	

1960	182
4.3 A crítica velada da impossibilidade de desenvolvimento econômico no Maranhão	192
4.4 Tensões, conflitos e mobilizações sociais no campo	196
4.5 O Maranhão como expressão da degeneração da mediação do capital e como possibilidade do vir-a-ser	211
5 AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU COMO CRÍTICA DA DEGENERAÇÃO DA RELAÇÃO SOCIAL MEDIADA PELO CAPITAL	218
5.1 Caracterização, áreas de ocorrências e exploração do coco babaçu	218
5.2 Fases e faces da economia do babaçu	224
5.3 O contexto da criação do MIQCB	232
5.4 A produção da existência das quebradeiras de coco babaçu	234
5.4.1 As mediações e a mobilização	235
5.4.2 A terra e a reprodução das quebradeiras de coco	241
5.4.3 A produção e a comercialização	242
5.4.4 Alcances e limites da luta das quebradeiras de coco babaçu	251
5.5 Ser social e consciência ou o espaço transitório das quebradeiras de coco babaçu	258
6 O FAZER-SE MST FRENTE ÀS RELAÇÕES BURGUESAS DE PRODUÇÃO DA VIDA	262
6.1 A questão agrária no Brasil: ou a natureza histórica do MST	264
6.2 Os desafios do fazer-se MST	271
6.2.1 O embate entre o Governo Federal e o MST	278
6.2.2 O MST e as questões da transformação da sociedade	280
6.3 Alcances e dilemas da produção da existência do MST	282
6.3.1 O sistema educacional político-ideológico	284
6.3.2 A cooperação	287
6.4 O MST e a transitoriedade	290
6.5 Singularidades da luta de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão	296
6.5.1 Acampamentos e assentamentos do MST no Estado do Maranhão	301
6.5.2 A crítica material da produção da existência do MST no Maranhão	

.....	306
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	315
7.1 Os (des)caminhos da transição	315
7.2 Determinações materiais da transição	319
7.3 Elementos do processo transitório	323
7.4 Contradições da transitoriedade nos exemplos das quebradeiras de coco babaçu e de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão	326
7.5 Enfim	333
REFERÊNCIAS	336

1 INTRODUÇÃO

Muitas das questões atuais abordadas pela Geografia, no Brasil, sobre a produção da vida no campo e os meios de reproduzi-la têm se constituído em formulações divergentes, contraditórias e polêmicas. Nossa abordagem não pode fugir deste diapasão. Por essa razão optamos, para nossa análise, trabalhar com as teorias de K. Marx e F. Engels e das formulações desenvolvidas por Vladimir I. Ulianov (Lênin), além daquelas apresentadas pelo professor Idaletto Malvezzi Aued. É o recurso que adotamos para demonstrar a consistência de nossa tese para além dos dados empíricos analisados. As formulações teóricas reforçaram a certeza da impossibilidade da produção da vida no campo, como força social dinâmica da nossa época, através do trabalho de inúmeras famílias isoladas umas das outras. Pois, enquanto cada um tentava por si, tocar suas famílias no sentido de se perpetuar geração após geração, permaneciam subordinados ao sistema financeiro, portanto, ao capital, vegetando e sobrevivendo miseravelmente. Já na França de outrora a condição de vida dos trabalhadores do campo era emblemática e ajuda-nos a compreender o nosso tempo:

Em França, é certo, o solo está acessível a todos os que o podem comprar, mas precisamente esta facilidade trouxe consigo uma divisão em pequenos lotes cultivados por homens com meios muito pequenos e contando com a terra principalmente através de esforços deles próprios e das suas famílias. Esta forma de propriedade fundiária e o cultivo de que necessita – uma vez que exclui todas as aplicações de melhoramentos agrícolas modernos – converte o próprio lavrador (*riller*) no mais decidido inimigo do progresso social e, acima de tudo, da nacionalização da terra. Acorrentado ao solo sobre que tem de despender todas as suas energias vitais a fim de obter uma retribuição relativamente pequena, tendo de entregar a maior parte do seu produto ao Estado, sob a forma de impostos, à súa do foro sob a forma de custos judiciais e ao usuário sob a forma de juros completamente ignorante acerca dos movimentos sociais fora do seu campo restrito de actividade, não obstante, agarra-se na mesma com apego fanático ao seu pedaço de terra e à sua condição de proprietário meramente nominal. Por este caminho, o camponês francês foi atirado para o mais fatal antagonismo com a classe operária industrial (MARX, In: MARX e ENGELS, 1983:314-315)¹.

¹ Estas observações foram feitas por Marx em março-abril de 1872, quando tratou da questão da nacionalização da terra.

E, neste processo, cada um vivia ou morria à míngua até ser expulso de sua terra. Este processo de subordinação e expulsão é amplamente conhecido e descrito nas várias formas de manifestação da cultura popular (como abordados por Josué de Castro, Luiz Gonzaga, Patativa do Assaré, Graciliano Ramos, cantadores e repentistas e muitas outras formas de abordagens – no século XX). Parecia-nos que a vontade de todo homem do campo era lutar para sair de sua desafortunada situação; era a de deixar de trabalhar “de sol a sol” e permanecer, geração após geração, no embrutecimento do campo. A alternativa que os homens do campo encontravam era fazer seus filhos estudarem nas cidades para que, pelo menos, as futuras gerações tivessem melhor sorte.

Entretanto, quando os filhos dos homens do campo estudavam, os que conseguiam galgar a educação em nível superior, ou seja, cursarem a Universidade, muitas vezes deparavam-se com professores embelezando a produção familiar como “*o negócio do futuro*”. Muitos destes embelezadores são economistas, agrônomos, sociólogos, antropólogos e geógrafos agrários. Uma parte dos defensores da produção da vida no campo, através das pequenas unidades de trabalho familiar, reivindica-se marxista. A polêmica está posta. É a unidade de trabalho familiar uma característica do modo de produção capitalista? É a forma mais desenvolvida de os homens produzirem suas vidas nas condições postas pelos tempos modernos? São elas adequadas à sobrevivência de famílias de trabalhadores do campo?

Para além da vontade dos homens, atualmente a produção da vida passou a ter como pressuposto material a ciência e os meios técnicos decorrentes. Para Aued e Campana (2006) o sistema de laboratório representa, no nosso tempo, a síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais e constitui-se no meio de efetivação da emancipação humana. São homens historicamente unidos como meios de produção e esses meios expressando a possibilidade e necessidade material da liberdade dos homens, emancipando-os, pois.

A apreensão da realidade não pode limitar-se ao processo de descrição, de comparação, de análise, de crítica, como ocorre nas várias correntes interpretativas

da Geografia. **O desafio/objetivo é o de apreender a realidade do nosso tempo como movimento do ser e do vir-a-ser, pelos elementos do processo transitório, engendrados nas entranhas das relações sociais mediadas pelo capital; do capitalismo para uma forma superior de produção da existência humana.**

As nossas formulações estão calcadas em alguns pressupostos importantes os quais apontamos a seguir:

(1) Estamos longe da possibilidade de retorno às formas pretéritas de produção da existência humana, particularmente na forma de agricultura familiar como reivindicam muitos agraristas-campesinistas (ANJOS, 1998; ASSEMA, 2004; BACH, 2001; BOVÉ e DUFOUR, 2001; BRANDENBURG, 1999; CARNEIRO, 2002; FERNANDES, 1999; GÖRGEN, 1998; GUANZIROLI, 2001; LACERDA, 1985; LAMARCHE, 1993; OLIVEIRA, 1999, 2001; PETRAS, 1997; SABOURIN, 2002; WANDERLEY, 1998).

(2) A emancipação humana não se faz no trabalho, mas, sim, pelo trabalho passado dominando o trabalho presente. O trabalho passado como meio de produção é o pressuposto material da emancipação dos homens para produzirem-se como seres humanizados.

(3) Falar na construção de uma transição do capitalismo para além dele e impor aos homens reproduzirem-se no trabalho é a crítica material que nos apresentam os fracassos das tentativas de superação do capitalismo iniciado na Rússia em 1917. Já se foram noventa anos do início de uma crítica material de como não se faz emancipação humana. Emancipação esta que vem sendo posta nas entranhas do capitalismo. Como destacou Aued (1995:295-296):

A construção da formação sócio-espacial socialista não é e não pode ser idêntica à capitalista, desde que se pretenda superior a esta. Na medida em que esta se estrutura sobre e pelo trabalho, na forma capital, aquela é construída onde a organização entre os homens não se dá pelo e através do trabalho, certamente. Outras são as determinações das relações sociais socialistas.

O modo de produção capitalista cria as condições materiais que fazem emergir estas novas determinações das relações sociais e que serão a base material da formação sócio-espacial socialista. Diferentemente do reino da necessidade, mundo do trabalho, o reino da liberdade se dá com a redução da jornada de trabalho, ou seja, com a supressão do trabalho vivo, presente [...]. Portanto, a nova sociedade (que a velha sociedade capitalista evidencia) é a possibilidade dos homens estruturarem sua existência sobre o tempo livre, o “não-trabalho”. Em consequência, toda ideologia do mundo do trabalho é negada pela nova formação sócio-espacial [...].

Assim sendo, o que significa a universalização da mediação do capital para a produção da vida no campo? Como ela nos explicita elementos da transitoriedade para uma forma superior de produção da existência humana?

(4) A ação humana revolucionária posta atualmente é a da superação da propriedade privada em todos os sentidos e, particularmente, a propriedade privada burguesa da terra e de outros meios de produção. Temos que ter sempre presente que:

Todos os métodos modernos – tais como irrigação, drenagem, aradura a vapor, tratamento químico, etc. – devem ser aplicados à agricultura em grande escala. Mas o conhecimento científico que possuímos e os meios técnicos de agricultura que dominamos, tais como maquinaria, etc., não podem ser aplicados com êxito senão cultivando a terra numa larga escala (MARX, In: MARX e ENGELS, 1987b:314).

Não é, certamente, destruindo as forças produtivas criadas no capitalismo, mas revertendo-a em favor da humanidade: libertando os homens do tormento do trabalho e a natureza da destruição implacável (da natureza como exterioridade humana). Pois, destruir a natureza é exterminar o próprio homem.

As transformações necessárias e em curso não são produto da religião, nem dos mitos, mas das transformações da base e das relações materiais sob a mediação do capital e, contraditoriamente, para além destas mesmas mediações. São, pois, nossos pressupostos.

Partimos, repetimos, do pressuposto de que os elementos da transição do capitalismo para uma forma superior de produção da vida dos homens são engendrados nas entranhas da própria sociedade capitalista. Estes elementos são

gestados e explicitam-se na base material de produção da vida. Eles materializam-se no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e nas contradições das relações sociais que lhes correspondem. Segundo Aued (2002), isto se manifesta, após o capitalismo maduro – que se explicita na primeira crise comercial em 1825 na Inglaterra - na impossibilidade de os homens continuarem a viver a partir do rendimento e suas fontes – terra/renda da terra, capital/lucro - juro e trabalho/salário. Esta é uma condição empírica que suplanta as questões da moral e da religião como possibilidade de transformação das relações sociais de produção da vida burguesa. Como observaram Marx e Engels, não será pela moral nem pela teologia que se transforma o mundo dos homens. Não se pode contrapor à realidade por um sistema moral. As ilusões não podem seguir à revelia das condições empíricas (MARX; ENGELS, 1974b:420).

Para Marx e Engels (1974b, vol II:334):

O verdadeiro conteúdo de todos os sistemas que fizeram época é constituído pelas necessidades do período em que surgiram. Na base de cada um deles, há toda a evolução anterior de uma nação, a forma dela pela história às relações de classe, com as suas conseqüências políticas, morais, filosóficas, e outras. Se considerarmos esta base e o conteúdo dos sistemas comunistas, não se pode tirar grande coisa da fórmula segundo a qual todos os sistemas são de certa natureza dogmática e ditatorial. Os alemães, ao contrário dos franceses e dos ingleses, não se encontravam em presença de relações de classe totalmente desenvolvidas. Os comunistas alemães não poderiam pois encontrar a base do seu sistema, a não ser pela análise das condições do grupo social de que eram oriundos. Que, portanto, o único sistema comunista alemão existente tenha sido uma reprodução das idéias francesas numa perspectiva limitada pela existência das condições de existência dos alemães, nada mais natural.

A forma da materialidade se fazer na Alemanha foi pelas idéias filosóficas, tendo em Hegel um de seus principais expoentes. Entretanto, como no exemplo da singularidade do comunismo, na Alemanha, como referidos na citação acima, também a decomposição do camponês rebateu-se diferentemente em cada lugar, de acordo com a forma de materialização da potencialidade das forças produtivas do trabalho social historicamente posta. As travas locais, quando obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, são quebradas pelas

condições criadas pela concorrência, pela abertura das vias de comunicações, pelo desenvolvimento da divisão do trabalho, do mercado mundial, do proletariado, da maquinaria, etc. (Id.:440).

À medida que o feudalismo foi decompondo-se, os camponeses foram degenerando-se e nas entranhas da sociedade feudal surgiram os assalariados. Diante de sua degeneração, os camponeses tornaram-se conservadores e reacionários. Lutaram para defender suas pequenas parcelas de terras enquanto puderam. Porém, foram metamorfoseando-se em operários diante do confisco de seus meios de produção.

Frente à degeneração da vida camponesa e à afirmação da classe operária, no campo e na cidade, Marx e Engels propuseram a exploração de grandes propriedades “pelo proletariado agrícola associado” [...] “em meio às brechas que se abrem nas relações burguesas de propriedade” (grifos nossos). No dizer de Marx e Engels (2000:91-92):

Os operários, tanto no interesse do proletariado agrícola como no seu próprio, deverão opor-se a este plano e exigir que as propriedades feudais sejam confiscadas e se convertam em propriedade do Estado e se transformem em colônias operárias, exploradas pelo proletariado agrícola associado, o qual aproveitará todas as vantagens da grande propriedade.

Desse modo, e em meio às brechas que se abrem nas relações burguesas de propriedade, o princípio da propriedade coletiva obterá imediatamente uma base firme².

Para Marx (1997:273-274):

O velho sistema de domínios, o luteranismo ortodoxo e a exploração dos camponeses é o que eles chamam de cultura alemã e cuja proteção a Europa agora toma em suas mãos. Daí, também a última palavra desse conflito – *a propriedade agrária é a base de utilização, e a produção agrária*, além disso, como o infeliz panfletista ele próprio admite é constituída diretamente de domínios senhoriais ou de economias camponesas *sujeitas a tributos* (os grifos são de Marx).

² Esta reflexão de Marx e Engels consta na “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, escrita por eles e apresentada em Londres, em março de 1850.

Como observado por Engels, também para Marx a indicação do caminho para a superação das relações sociais burguesas na produção da vida no campo dar-se-ia através da apropriação comunal da terra para a exploração em comum utilizando a potencialidade das forças produtivas engendradas no e pelo modo de produção capitalista.

Para explicar a situação do camponês, de sua metamorfose em trabalhador rural, a passagem a seguir é bastante ilustrativa:

Os moradores dos burgos medievais e a ordem dos pequenos camponeses foram os precursores da burguesia moderna. Nos países menos desenvolvidos industrial e comercialmente, essa classe continua a vegetar ao lado da burguesia em ascensão (MARX; ENGELS, 2000:71).

A reprodução vegetativa seria inevitável, assim como a sua extinção. Mesmo reproduzindo-se vegetativamente, os camponeses ainda identificavam-se com a classe proprietária da terra. Isto, de certa forma, explica as limitações de suas posições políticas. *“O egoísmo miserável, medroso, insensível cegava a burguesia a tal ponto que ela repeliu seu aliado indispensável – o campesinato”* (MARX, 1982a:82).

Numa outra reflexão, avaliando a contra-revolução alemã, Engels (1981:17-18) considerou que os pequenos camponeses livres constituíram uma classe apenas no nome, *“uma vez que sua propriedade estava geralmente hipotecada a tal ponto, e em condições tão onerosas, que não era o camponês, mas o usurário que tinha avançado o seu dinheiro, o real proprietário da terra”*. Este pensamento foi reproduzido por Engels ao falar do problema do camponês na França e na Alemanha:

O pequeno lavrador que cultivava sua terra não só não é livre como nem detém a posse segura de seu pedaço de terra. Ele, da mesma forma que sua casa, seus animais e sua parcela de terra, pertence ao usurário, sua vida é mais insegura que a do proletário, que pelo menos vive de vez em quando dias tranquilos, coisa que não conhece o escravo atormentado de suas dívidas [...] (ENGELS, In: GRAZIANO DA SILVA e STOLCKE, 1981:66-67).

A superação das formas camponesas de produção, pela afirmação da sociedade burguesa, representou o encerramento de um período histórico da humanidade. A partir deste momento histórico, pensar a transição de uma sociedade para outra superior só faz sentido teórico enquanto superação do próprio modo de produção capitalista, ou seja, compreender o processo histórico como um momento da transição do capital para além do capital, das relações burguesas para além delas mesmas. Destarte é que recuperar os camponeses na sua forma antiga ou em formas renovadas é fazer retroceder a roda da história à condição material que não existe mais, portanto, uma limitação metodológica.

A questão que se faz presente é, então, a transição da produção da vida mediada pelo capital para uma forma superior, tomando por base a apropriação coletiva de grandes extensões de terras para a implantação de modernas técnicas de produção, pois:

É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas num preceito imperativo, que obriga todo o capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinaria, sob pena de perecer. Mas melhorar a maquinaria equivale a tornar supérflua uma massa de trabalho humano. E assim como a implantação e o aumento quantitativo da maquinaria trouxeram consigo a substituição de milhões de operários manuais por um número reduzido de operários mecânicos, o seu aperfeiçoamento determina a eliminação de um número cada vez maior de operários das máquinas e, em última instância, a criação de uma massa de operários disponíveis que ultrapassa a necessidade média de ocupação do capital, de um verdadeiro exército industrial de reservas, como eu já lhe chamava em 1845 (Id.:55).

A materialidade da produção da vida foi quem apresentou esta crítica histórica. Crítica que se manifestou como desenvolvimento potencializado das forças produtivas do trabalho social, “convertida na capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas”. Com a grande indústria moderna, o processo explicitou a fase de maturidade do capital e também os elementos universais da emancipação humana. A desnecessidade histórica do trabalho dos camponeses e da unidade do trabalho familiar é fato posto pela própria história.

Uma virtuosidade do capitalismo é, como sua imanência e seu desenvolvimento, a de ter universalizado o ser social onde todas as relações se constituem enquanto cota parte do processo de produção da vida como um todo. O ser social põe-se como pressuposto e resultado das relações entre os homens. O indivíduo singular é a expressão dessa virtuosidade. Em “Os manuscritos econômico-filosóficos”, de 1844, Marx (2004:107) chamou a atenção para o ser social:

Posto que também sou *cientificamente* ativo etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo *socialmente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social e minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim para a sociedade, é a consciência de mim como um ser social.

Com a apreensão do que é o modo de produção capitalista, expressão do ser social, não podemos, metodologicamente, isolar as unidades de trabalho familiar no campo como sistema, nem como autônoma e nem como equilíbrio entre produção e consumo. As unidades de trabalho familiar só podem ser vistas como elemento da engrenagem do capital, ligadas por fios invisíveis das relações sociais universalizadas. Destarte, a proposta metodológica é a de analisar a unidade de trabalho familiar, a partir da produção social e da apropriação privada da riqueza e não da aparência da sociedade, isto é, da atividade particular de produção ou dos aspectos quantitativos do fenômeno.

A unidade de trabalho familiar nem é um todo e nem é um ente individual em si e por si. No capitalismo só pode ser entendida como unidade de consumo e isto é estritamente contábil. Se vista como unidade de apropriação não tem nem individualidade e nem autonomia. Aliás, na sociedade capitalista, em sua essência, não existe autonomia, nem liberdade, nem equilíbrio e nem existe igualdade para qualquer ser que o constitui. O capital é uma relação social entre homens e homens, entre coisas e coisas e entre homens e coisas. Todas as relações, por menos que

pareçam, são eminentemente sociais, mesmo que essas apareçam como relações entre coisas ou mediadas por elas.

Para contrapor a idéia corrente no Brasil - principalmente na Geografia Agrária, de que a unidade de trabalho familiar está situada dentro da categoria de planejamento da auto-exploração, que na verdade é sobretrabalho - desde a perspectiva da questão da produção vida humana e da emancipação, é importante ter em atenção a seguinte observação de Marx:

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc. está toda absorvida pelo trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda classe operária a esse nível de extrema degradação (MARX, 1982:177).

Como a unidade de trabalho familiar se põe como fonte de sobretrabalho ao capitalista, sua existência é imanência do homem produtor de mais-valia, mera besta de carga a ser explorada sem requinte humanista. Sua superação, para além dos sonhos dos saudosistas do fazer camponês, é o caminho do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social foi colocando em xeque e superando, libertando, os homens da condição de “besta de carga” e de “máquina fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada”, ainda que permaneçam as mediações burguesas como modo de produção. Contraditoriamente uma libertação e um tormento. Se, por um lado, os homens libertam-se da condição de trabalhadores, por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, na forma de capital como ciência e tecnologia, apresenta-se imediatamente como uma ameaça à reprodução física e social dos próprios homens e da natureza externa.

Para Marx, na fase do capitalismo maduro, a produção assentada na grande indústria moderna comanda a produção da vida no campo. Tem-se a substituição de trabalhadores por máquinas que provocou uma verdadeira revolução na produção agrícola e a diminuição da população do campo. Pois:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original da agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ela cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas. Com a preponderância, sempre crescente da população urbana que se amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, se destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (MARX, 1984, v. 2:101-102).

No Livro III, seção II, de “*O Capital*”, ao trabalhar com o processo de transformação dos valores em preços de produção - quando aponta a questão da transferência de valores dos capitais de composições orgânicas inferiores para os capitais de composições superiores - Marx apresentou elementos para apreendermos sobre a degeneração da produção camponesa. Em primeiro lugar, porque não suporta a concorrência com unidades produtivas mais eficientes economicamente, a exemplo dos pequenos capitalistas que são destruídos ou incorporados aos grandes capitais. Nesta perspectiva, os camponeses são metamorfoseados em trabalhadores para o capital, o que possibilita uma importante reflexão sobre a situação dos trabalhadores do campo submetidos à lógica da

produção da mais-valia. Como observou Kautsky, estes trabalhadores não só se auto-chicoteiam, como também, chicoteiam toda a sua própria família:

O pequeno lavrador não só mete o chicote em si mesmo, mas dele também se serve para pôr a trabalhar, igualmente, a sua família. Como na agricultura o domicílio e a empresa encontram-se unidos intimamente, a força de trabalho que menos resistência oferece – a criança – está sempre à disposição. Tanto na indústria doméstica quanto no pequeno estabelecimento agrícola o trabalho realizado em família, por crianças, chega a impressionar os estranhos muito mais desfavoravelmente ainda que o trabalho do assalariado (KAUTSKY, 1986:100).

Como fonte de sobretrabalho, na forma de mais-valia, a aparente auto-exploração da unidade de trabalho familiar tem suas condições determinadas pela lógica do capital e na sua forma mais desenvolvida pelo capital produtor de juros. É, portanto, parte do ser social que não se explica em si e por si.

Os nexos, mediações e relações entre todos os elementos da produção da existência material configuram-se como trabalho cooperativo no modo de produção capitalista. O trabalho cooperativo é a essência do fazer burguês porque no dizer de Marx (1984:261):

Por um lado, a cooperação permite estender o espaço em que se realiza o trabalho, sendo, por isso, exigida em certos processos de trabalho pela própria configuração espacial do objeto de trabalho, como, por exemplo, na drenagem de terras, na construção de diques, na irrigação, na construção de canais, estradas, ferrovias, etc. Por outro lado, ela possibilita em proporção à escala de produção um estreitamento espacial no campo da produção. Essa limitação do âmbito espacial do trabalho com a simultânea expansão de sua escala de ação, com o que se poupa uma quantidade de falsos custos (faux frais), surge da aglomeração dos trabalhadores, da função na mesma área de diversos processos de trabalho e da concentração dos meios de produção.

Ao referir-se à cooperação em relação ao trabalho dos camponeses, Marx (1983: L-1, v.1:265) afirmou:

Historicamente, no entanto, ela se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exército independente dos ofícios possuindo esta forma cooperativa ou não. Nesse confronto a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica de cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente.

Vemos, assim, a efetivação da transição para o capitalismo pela transmutação do trabalho individual do camponês, de sua cooperação limitada para a cooperação como forma histórica peculiar de produção da riqueza social. Este processo efetivou-se nas relações sociais mediadas pelo capital como ser social. A cooperação potencializou o trabalho social e permitiu o controle social dos trabalhos particulares, pois:

Tendo feito do processo de trabalho um processo científico, que submete as forças da natureza e as faz agir ao serviço das necessidades humanas a transformação do processo de produção aparece como uma propriedade inerente ao capital fixo, em oposição ao trabalho vivo. A partir daí o trabalho individual deixa geralmente de aparecer como produtivo. O trabalho do indivíduo só é agora produtivo em trabalhos coletivos que dominam as forças da natureza. Essa promoção do trabalho imediato ao nível de trabalho social mostra que o trabalho isolado está reduzido à importância que o capital representa e concentra em forças coletivas e gerais. Por outro lado, é graças a uma propriedade inerente ao capital circulante que um ramo da produção pode prosseguir a sua actividade em ligação com o trabalho fornecido por um outro (MARX, 1967:26).

O processo de trabalho realiza-se como processo científico pela dominação do trabalho passado (capital constante/fixo) sobre o trabalho vivo (capital variável). As potencialidades do trabalho individual transmutam-se em trabalho coletivo. O trabalhador individual autônomo e independente desapareceu. Em seu lugar explicitou-se o trabalhador coletivo como trabalhador médio. Nenhum indivíduo identificou-se com o trabalhador médio. Estava completada, assim, a formação do ser social cuja materialidade explicitar-se-ia na grande indústria moderna.

Em “*A Ideologia Alemã*”, Marx e Engels (1974a, v.1:27-28) observaram que:

É certo que não nos preocupamos em explicar aos nossos sábios filósofos que, ao dissolverem na <Consciência de si> a filosofia, a teologia, a substância, etc., libertando assim <o Homem> da ditadura que nunca o subjugou, não contribuíram sequer para que a <libertação> do <homem> avançasse um único passo, nem como é impossível concretizar uma liberdade real sem ser no mundo real e através de meios reais; que não é possível abolir a escravidão sem a máquina a vapor e a *mule-jenny*, nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem completamente aptos a fornecerem-se de comida, de bebida, a satisfazerem as suas necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidade perfeitas. A <libertação> é um facto

histórico e não um facto intelectual, e é provocada por condições históricas, pelo [progresso] da indústria, do comércio, da agricultura...; estas (provocam) depois, em virtude dos seus diferentes estádios de desenvolvimento, esses absurdos; a substância, o sujeito a consciência de si e a crítica pura, assim como os absurdos religiosos e teológicos, que são novamente eliminados quando já estão suficientemente desenvolvidos. [...]

A produção do trabalho social, assentada na máquina moderna, tornou material a possibilidade de libertação dos homens, principalmente os vinculados às unidades de trabalho familiar, criando, assim, as condições materiais para a emancipação humana. Universalizaram-se, pois, todas as relações de produção da vida humana e passou a engendrar-se elementos da superação das mediações do capital nas mais diversas expressões singulares dessa universalidade.

Além da introdução e das considerações finais, a nossa tese contém cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentamos e discutimos sobre a problemática relacionada às unidades de trabalho familiar e as dificuldades de tomarem-se unidades de análise para a apreensão da produção da vida no campo, pois, a sua degeneração, a sua decomposição só pode ter ser vista como a própria expressão do movimento do pôr-se de per do ser social mediado pelo capital. No segundo capítulo, considerado o núcleo duro da tese, apresentamos os elementos que constituem as mediações para a apreensão do movimento transitório da produção da existência humana; da produção na sociedade burguesa, da produção da sociedade burguesa e da produção de elementos de sua superação. Nos capítulos seguintes dialogamos com a base material da produção da existência no Estado do Maranhão, na década de 1990. De maneira particular, apresentamos o contexto do Maranhão, no capítulo terceiro, e com quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores rurais sem terra, nos capítulos quarto e quinto, respectivamente.

É importante ressaltar que, dadas as exigências de um trabalho dessa natureza, optamos por apresentar a materialidade através de uma sequência de síntese dos resultados da nossa apreensão.

Surgem os homens

Ali germinaram os toquis.
Daquelas negras umidades,
daquela chuva fermentada
na taça dos vulcões
saíram os peitos augustos,
as claras flechas vegetais,
os dentes de pedra selvagem,
os pés de estaca inapelável,
a glacial unidade da água.

O Arauco foi um útero frio,
feito de feridas, massacrado
pelo ultraje, concebido
entre os ásperos espinhos,
arranhados aos montões de neve,
protegido pelas serpentes.

Assim a terra extraiu o homem.
Cresceu como fortaleza.
Nasceu do sangue agredido,
erijou a cabeleira
como um pequeno puma rubro
e os olhos de pedra dura
brilhavam na matéria
como fulgores implacáveis
saídos da caçada³.

³ NERUDA, 1980:83-84.

2. A PRODUÇÃO DA VIDA NO CAMPO E A TRANSITORIEDADE

2.1. Apontamentos de questões cruciais da produção da vida no campo na compreensão de Lênin

As formulações de Lênin apresentam contundentes contribuições sobre a produção da vida no campo e/ou a partir dele. Não trata-se de localizar e justificar o seu desaparecimento ou a sua persistência. Trata-se da apreensão da decomposição das formas parcelares de produção da vida frente ao ser social. Neste processo, o homem do campo e a agricultura são vistos como cota parte da produção social universalizada.

O tempo histórico de Lênin foi o da universalidade do ser social sob a mediação do capital. Particularmente, Lênin partiu das observações sobre a materialização das potencialidades do ser social, inicialmente, na Rússia czarista, do final do século XIX, quando de seus estudos sobre a formação do mercado interno. Neste processo, em "*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*" destacou as formas de decomposição das relações familiares de produção da existência dos homens.

Da mesma maneira que nas formulações de Marx e de Engels, as questões sobre as mediações da produção da vida no campo perpassam toda a obra e aparecem nas preocupações políticas e práticas transformadoras de Lênin – num tempo em que não podemos tratar isoladamente campo e cidade e nem os setores produtivos. Destacamos sumariamente três momentos cruciais: dois de apreensões histórico-teóricas e um que diz respeito às ações concretas diante de um processo transitório para além da dominação do capital sobre a produção da existência social e humana.

Num primeiro momento Lênin observou a questão numa situação que considerou como capitalismo atrasado e com resquícios feudais. Foi o estudo sobre a realidade da penetração do capitalismo no campo, na Rússia, no século XIX.

Num segundo momento, Lênin estudou a situação da agricultura num país de capitalismo desenvolvido. Analisou a agricultura nos Estados Unidos a partir dos dados dos Censos de 1900 e 1910. Neste trabalho, Lênin sintetizou a situação, as tendências, as contradições e o debate teórico que devem orientar uma apreensão e crítica materialista sobre o que denominavam de pequena produção na agricultura.

Num terceiro momento, Lênin deparou-se com a questão da agricultura frente a um processo revolucionário. Foi o caso da Revolução Russa de 1917.

Nos estudos de Lênin aparecem os reflexos da apreensão do marxismo: 1) a partir das idéias de Kautsky; 2) o retorno a Marx e Engels considerando as questões teóricas e políticas que trataram das questões relacionadas ao desaparecimento da pequena produção na agricultura, pelo processo de intensificação do capital e a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados na agricultura e na indústria; e 3) nos momentos cruciais da Revolução Russa de 1917.

A primeira formulação parte da decomposição da materialidade posta. Para Lênin tratava-se da grande indústria como universalidade das relações de produção da vida mediada pelo capital. Tratou-se das transformações que aconteceram num país onde se identificavam resquícios feudais, como fora o caso da Rússia pré-bolchevique.

Para nossa apreensão, especialmente no que diz respeito à decomposição das relações sociais mediadas pelo capital, seus nexos, mediações e conexões é importante a observação de Lênin, segundo a qual:

Já na teoria de Marx, a expressão grande indústria mecanizada (fabril) é reservada a uma fase determinada – justamente a superior – do capitalismo na indústria, cujo traço fundamental e essencial é o emprego do sistema de máquinas para a produção. A transição da manufatura para a fábrica marca uma revolução técnica completa, que reduz a nada a habilidade manual que os mestres-artesãos adquiriram ao longo dos séculos, é uma revolução de

que resulta a mais radical ruptura das relações sociais de produção – a cisão definitiva entre os diferentes grupos que participam da produção, o rompimento total com a tradição, o agravamento e a extensão de todos os aspectos sombrios do capitalismo e, ao mesmo tempo, a socialização em massa do trabalho pelo capitalismo. A grande indústria mecanizada, portanto, é a palavra derradeira do capitalismo, é a última palavra dos seus ‘momentos positivos’ e ‘negativos’ (LÊNIN, 1985:289).

Lênin demonstrou que a compreensão da realidade passaria pela decomposição do que se tinha como mais desenvolvido, que era a grande indústria moderna, como base material universalizada da produção da vida dos homens.

Na Rússia, desde o final do século XIX, um país considerado de capitalismo atrasado e com resquícios feudais, apresentava-se o processo de intensificação das relações capitalistas apontadas por Lênin através da formação do mercado interno para a grande indústria. Neste processo, uma das características observadas foi a transformação de camponeses em trabalhadores assalariados. É evidente que o processo não tenderia a uma purificação das relações tipicamente capitalistas. Formas antigas adaptaram-se ao processo de extração de sobretrabalho. Quando se metamorfoseiam em operários não significa que se reproduziam pelo assalariamento propriamente dito. O capital adapta as várias formas de trabalho ao seu domínio. Mudaram-se as mediações para a produção da vida no campo ou a partir dele.

Para Lênin (1985:290) “é ridículo reduzir o desenvolvimento da grande indústria mecanizada à estatística industrial” ao que acrescentou:

Esse problema não é uma mera questão estatística, mas concerne às formas e aos estágios por que passa o desenvolvimento capitalista na indústria de um dado país. Somente depois de elucidar a essência e os traços distintos tem sentido ilustrar o desenvolvimento dessa ou daquela forma mediante dados estatísticos devidamente processados. Limitar-se à nossa estatística equivale a confundir inevitavelmente as formas mais diversas do capitalismo, a ver as árvores sem encontrar a floresta. Em segundo lugar, reduzir toda a função do capitalismo ao aumento do número de operários nas “fábricas” implica ter a teoria a mesma compreensão profunda do Sr. Mikhailovski – que se espanta com o debate sobre a socialização do trabalho pelo capitalismo por achar que toda essa socialização consiste em reunir no mesmo recinto algumas centenas de milhares de operários que serram, picam, cortam, etc.

Em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” Lênin apresentou o processo de degeneração do camponês, fazendo mediações com Marx e Engels, tendo como demarcação a realidade da Rússia a partir da década de 60 do século XIX⁴.

Com estas mediações é que podemos decompor as formas de produção da vida no meio rural. Citando Marx (1986c:262), Lênin destacou:

A pequena propriedade camponesa exclui, pela sua natureza mesma, o desenvolvimento das forças produtivas social do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social de trabalho, a pecuária em grande escala e a aplicação progressiva da ciência.

A usura e o sistema tributário devem levá-la à ruína em toda parte. O emprego de capital para a compra da terra impede que ele seja investido na agricultura. Os meios de produção se dispersam infinitamente e os próprios produtores ficam isolados. É imenso o desperdício de força humana. A progressiva deterioração das condições de produção e o encarecimento dos meios de produção são uma lei inexorável da pequena propriedade. Os anos de boas colheitas constituem um desastre para esse modo de produção.

A pequena propriedade fundiária supõe que a imensa maioria da população é rural e que predomine o trabalho isolado e não o capital, que nesse caso se excluem, com suas condições materiais quanto espirituais, que se excluem as condições de uma cultura racional (LÊNIN, 1985:211).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura implicou na incorporação de elementos da grande indústria moderna. Lênin observou isto como um processo historicamente determinado como parte do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo.

⁴ Este trabalho de Lênin serviu, entretanto, como referência para muitos estudos empíricos, de vários países também considerados de desenvolvimento capitalista retardatário. Nestes lugares, o capitalismo fazia-se como “formação econômico-social”. Eram localidades onde enxergavam relações feudais, relações escravistas, e outras formas peculiares. Alguns procuravam até ver peculiares formas de “acumulação primitiva”. Mas seja qual for o estudo, não viam que as formas aparentes, nada mais eram do que formas singulares de expressão de uma universalidade posta: a universalidade da produção na sociedade burguesa e da gestação de elementos de sua superação. Não se pode restringir ao espaço nacional, mas observar o movimento da totalidade.

Ao estudar a realidade da agricultura norte-americana, Lênin fez a seguinte observação que torna clara a sua apreensão sobre a questão da evolução não-capitalista da agricultura na sociedade capitalista:

A teoria da evolução não-capitalista da agricultura na sociedade capitalista, defendida pelo Sr. Guimmer, é de fato a teoria da imensa maioria dos professores burgueses, dos democratas burgueses e dos oportunistas do movimento operário em todo o mundo, que não são mais que uma variante moderna destes mesmos democratas burgueses. Não será exagerado afirmar que tal teoria não passa de uma ilusão, um sonho no qual se embala toda a sociedade burguesa. Ao consagrar a seqüência de minha exposição à refutação desta teoria, procurarei fornecer um quadro completo do capitalismo na agricultura americana, pois um dos erros essenciais dos economistas burgueses consiste em isolar fatos e números, mais ou menos importantes, do contexto geral das relações político-econômicas (LÊNIN, 1980:2-3).

Lênin observou que os agrupamentos supervalorizam, ou mesmo restringem, o dimensionamento pela superfície das propriedades, ao mesmo tempo em que esta maneira de observar não permite a apreensão sobre o grau de desenvolvimento do capital através dos usos de modernos meios de produção, ou seja, não permite considerar as transformações pelo uso da ciência e da técnica, que potencializam a agricultura intensiva e melhor expressam a capitalização da agricultura. Para Lênin, a referência da superfície só permite enxergar uma agricultura “*primitiva e puramente extensiva*”.

Superada esta questão, Lênin observou a diversidade das formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, destacando que o capital subordina todas elas.

O capital subordina a si e transforma à sua maneira todas essas diferentes formas de propriedade fundiária; contudo, para compreender, apreciar e expressar este paradoxo com o auxílio de estatísticas é preciso saber modificar as formas de colocar a questão, bem como os processos de análise, em função das diferentes formas que ele pode assumir. O capitalismo subordina a si tanto a propriedade fundiária comunal quanto a posse ou a propriedade regulamentada por uma livre e gratuita distribuição da terra no quadro de um Estado democrático ou de um Estado feudal (Sibéria ou Far West americano), bem como a propriedade escravista do Sul americano e a propriedade semi-feudal das províncias “autenticamente russas”. O processo de desenvolvimento e triunfo do capitalismo é, em todos

estes casos, da mesma natureza, mas ele não se reveste da mesma forma. Para compreendê-lo e estudá-lo com precisão não é possível contentar-se com frases pequeno-burguesa estereotipadas acerca da agricultura “baseada no trabalho familiar”, nem com os processos tradicionais de confrontação apenas das superfícies das terras (LÊNIN, 1980:52).

Esta passagem apresenta advertências quanto ao processo de apreensão das especificidades do desenvolvimento do capitalismo na agricultura relacionando natureza e forma de exploração.

Lênin chamou a atenção para as limitações e deformações das análises baseadas no tamanho da superfície, principalmente diante da questão da agricultura intensiva dizendo que na passagem para um sistema superior de cultura com utilização massiva de

[...] adubos artificiais e aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas, a ampliação do emprego, o recurso crescente ao trabalho assalariado, etc. Considerando apenas a superfície não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral de desenvolvimento do capitalismo na agricultura (LÊNIN, 1980:52-53).

A pequena propriedade, considerando a superfície, torna-se limitada enquanto referência frente à produção intensiva. Lênin questiona os dados sobre a superfície como sendo insuficientes. As menores propriedades, por dimensão, podem ser grandes empreendimentos capitalistas, porque o que define o processo é: o uso de técnicas e o processo de trabalho, a intensidade da agricultura, o sistema de cultura, a quantidade de adubos, o emprego de máquinas, o caráter da pecuária, etc (LÊNIN, 1980:62). Assim, o dimensionamento por superfície pode fornecer idéias falsas. Lênin considerou erro e preconceito pequeno-burguês falar da superioridade da pequena agricultura sobre a grande e sugeriu o estudo comparando o valor da produção. Não obstante, é independente se o trabalho é assalariado ou familiar. No dizer de Lênin:

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção, pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de

um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há técnica etc. (LÊNIN, 1980:64).

e acrescentou:

A tarefa de pesquisador, se ele não deseja ser acusado de complacência voluntária ou involuntária para com a burguesia, embelezando a situação dos pequenos agricultores arruinados e esmagados consiste antes de tudo e sobretudo em definir com precisão os indicadores desta ruína, que estão longe de ser simples e uniformes; depois, em elucidá-los e assumir, na medida do possível, a amplitude de sua propagação e modificação no tempo. Este aspecto particularmente importante da questão é dos que menos atraem a atenção dos economistas burgueses (LÊNIN, 1980:64).

Temos, nas observações acima, dentre outras, duas importantes considerações. A primeira refere-se à inevitabilidade da destruição da pequena produção na agricultura e ao seu processo de miséria, ruína e expropriação como tendência. A segunda refere-se à proposta de pesquisa que procura evitar o embelezamento das unidades de trabalho familiar e elucidar a propagação da ruína, da miséria, da deterioração e da expropriação.

Em seguida advertiu:

Mas sabemos que uma tal conclusão seria falsa, pois o agrupamento das explorações segundo a superfície reúne precisamente os pequenos agricultores arruinados ou, no mínimo, premidos pela necessidade, e que não têm condições de comprar adubos; e capitalistas – pequenos por certo, mas ainda capitalistas – que dirigem em pequenos lotes de terra explorações modernas, intensivas, com um grande volume econômico e empregando trabalhadores assalariados (LÊNIN, 1980:65).

Usando o exemplo das pequenas *farms* leiteiras, Lênin reforçou que o crescimento do papel destas *farms* pode facilmente significar – e certamente significa – um desenvolvimento das *farms* leiteiras capitalistas do tipo já indicado em pequenas parcelas de terras (Id.:85). Este processo é perfeitamente combinado e dominado pelo grande capital.

O crescimento das *farms* hipotecadas aponta, como tendência, a subordinação às garras do capital financeiro (Id.:88) que as atrela a um “[...] círculo de dívidas privadas não-formalizadas com rigor e que não são consideradas pelo recenseamento” (Id.:88).

Para Lênin:

Por outro lado, vemos afirmar-se aqui com um relevo particular, a diferença entre a situação de classe dos pequenos agricultores e a dos trabalhadores assalariados. Com efeito, uns e outros “trabalham”; com efeito, uns e outros são explorados pelo capital, ainda que sob formas inteiramente diferentes. Mas apenas os democratas burgueses vulgares podem, a partir daí, classificar numa mesma categoria estas diferentes classes, e falar de uma pequena agricultura “baseada no trabalho familiar”. Mais precisamente, isto significa dissimular e encobrir a estrutura social da economia, seu caráter burguês, fazendo passar ao primeiro plano um indicador comum a todas as formações sociais anteriores: a necessidade do pequeno agricultor entregar-se ao trabalho físico para garantir sua sobrevivência (LÊNIN, 1980:92).

No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, que perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária, eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação de *classe*, o pequeno agricultor torna-se, inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um pequeno *agrarista* (Id :92) (os grifos são de Lênin).

A questão da posição política pequeno-burguesa do pequeno agricultor ao lado dos grandes proprietários de terras, do seu caráter conservador e até mesmo reacionário, como observado por Marx e Engels, foi reforçada por Lênin quando relacionou a situação do pequeno produtor do campo em relação à materialidade dos meios de produção.

Como conclusão, Lênin observou que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura apresenta especificidades, se comparado com o desenvolvimento do capitalismo na indústria, mas que aquele setor segue a passos mais lentos o modelo

de expropriação e proletarização dos pequenos agricultores. Repetimos: o processo pode demorar anos e décadas ou até mesmo simplesmente subordinar ao capital comercial e financeiro através de meios legais ou não.

Com efeito, o capital comercial e o financeiro levaram a parte do leão desta renda fundiária, contudo, a situação de classe existente entre os pequenos agricultores e os operários assalariados é quase análoga – no tocante às suas relações mútuas – a que existe entre o pequeno-burguês e o proletário (LÊNIN, 1980:94).

Quando do processo revolucionário na Rússia, logo depois os camponeses foram tratados como capitalistas, ou pelo menos ficaram do lado dos proprietários de terras. Nesta ocasião, pensava-se em operários como revolucionários e nos camponeses como conservadores e reacionários.

No desenvolvimento temporal da Revolução Russa aconteceu o embate entre os camponeses e os revolucionários, após os primeiros momentos de aliança entre os operários e os trabalhadores pobres do campo. O campo tornou-se uma questão crucial para a manutenção da vitória da Revolução. Do campo dependia a produção de alimentos e do consumo de produtos industrializados, dado que a Rússia tornou-se uma economia quase fechada para o exterior. Logo nos primeiros anos da Revolução os camponeses pobres ficaram do lado dos camponeses ricos, os kulaks, que retiveram os grãos e contribuíram para o alastramento da fome pelas cidades.

A proposta de Lênin, em 1923, foi a de que para alavancar a produção no campo dever-se-ia formar cooperativas de produção na base da grande produção coletiva em grandes propriedades de terras. Neste momento, Lênin reconheceu a necessidade de dar-se maior atenção à agricultura, mas observou que o caminho a ser seguido não poderia ser outro senão a produção através da utilização da potencialidade das forças produtivas e não do trabalho familiar.

A introdução de tratores e máquinas, apresentada como a revolução na produção agrícola era necessária para a consolidação de uma sociedade superior à sociedade capitalista. Nesta perspectiva, a mudança da base técnica na agricultura seria um ponto central no vínculo entre o campo e a cidade, pois para consumir

tratores era necessário produzi-los e, para produzi-los, era necessário implantar a indústria pesada (AUED, 1995:303).

A transição tem, portanto, a grande indústria como pressuposto da produção da vida no campo. A produção em comum e a apropriação em comum.

Em suma, o campo é uma singularidade da universalidade do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, da divisão do trabalho e do intercâmbio universalizados sob a mediação do capital. Esta universalidade decorreu da universalização da existência humana como grande indústria moderna.

Por isto foi que Lênin procurou apreender sobre o desenvolvimento do capitalismo em realidades onde esta universalidade materializou-se depois da universalidade do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e também tomou a grande indústria moderna como o aspecto fundante para a compreensão de processos singulares. Assim é também que podemos entender as dificuldades do processo transitório experimentado do século XX, dado que não se sustentaria qualquer tentativa de efetivar a superação da mediação do capital retroagindo a processos materiais de produção da vida desconsiderando a grande indústria moderna, tentando retroagir a tempos pretéritos, seja da produção individual ou parcelar, ou da produção de novos homens no trabalho, quando o tempo da produção da existência humana mostra-se como o tempo da produção pelo trabalho acumulado historicamente, materializado nas forças produtivas do trabalho social. A produção em comum para a operação em comum exige a apropriação comum e o uso comum do resultado e dos novos processos de produção da vida humana. Tal fenômeno só, e somente só, se configurará como realidade se a propriedade privada burguesa dos meios de produção se transmutar em propriedade social como correspondência nas relações sociais de produção do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

O ser social que Lênin considera é a transitoriedade dos homens burgueses na velha Rússia czarista, homens reais que lutaram por construir uma sociedade superior à capitalista. Nesta transitoriedade os homens reais se puseram

contraditórios como produtores familiares, pois que os homens comunistas não se assentam na propriedade privado de qualquer espécie, seja da terra ou do trabalho familiar e sim a produção comum de sua existência. Porém, o caminho real de cada singularidade para a construção da sociedade do vir-a-ser é construído pelas soluções engendradas aos problemas enfrentadas pela geração dos viventes historicamente determinadas.

2.2. A transitoriedade para o capitalismo no processo de produção da vida no campo no exemplo da degeneração do camponês

Tomando como referência a dialética dos movimentos de universalização, transitoriedade e emancipação humana na história da produção da vida dos homens, procuramos entender a realidade da produção da existência no campo nos dias atuais, no Estado do Maranhão.

O pressuposto que tomamos para apreender a questão da unidade de trabalho familiar está relacionado com a materialidade da produção da vida dos homens engendrada pelo capital enquanto ser social. Na transição para o capitalismo, os camponeses atuaram na luta contra o domínio dos senhores feudais, mas quem consolidou-se como superioridade histórica foi a burguesia e o palco principal fora o meio urbano e não mais a produção no meio rural.

Antes do período revolucionário na Europa Ocidental (1848-1851) Marx e Engels já observavam a reprodução das unidades camponesas como processo de degenerescência diante da produção social engendrada pelo modo de produção capitalista.

Quando a produção da riqueza passou a ser comandada pela grande indústria, os camponeses deixaram de ser referência para a apreensão da realidade da produção da vida. Assim temos que “*Os moradores dos burgos medievais e a ordem dos pequenos camponeses foram os precursores da burguesia moderna. Nos*

países menos desenvolvidos industrial e comercialmente a classe dos camponeses continua a vegetar ao lado da burguesia em ascenso” (MARX; ENGELS, 2000:71).

Na formação do ser social mediada pelo capital, a história dos camponeses e de suas lutas foi a história de sua própria degeneração, de sua ruína. No século XVI, na Europa, lutaram contra a nobreza, juntamente com os plebeus e a burguesia em processo de formação, mas quem se afirmaria como classe dominante seria a burguesia que lutaram junto com os latifundiários e o príncipe contra a classe operária, nas revoluções de 1848 a 1851, em particular na França, e caíram em outra esparrela, ajudaram a engendrar sua própria expropriação. Em 1870-1871, quando da Comuna de Paris, foram mais avançados, já tinham maior clareza sobre a história de sua degeneração e de sua metamorfose em trabalhadores rurais. Neste sentido só podem ser vistos como seres transitórios no processo de formação do capitalismo e, depois, como trava ao desenvolvimento das forças produtivas, por isto mesmo foram suplantados. Marx e Engels apresentaram-nos a degeneração dos camponeses enquanto tendência histórica, no modo de produção capitalista, ao passo que Lênin viveu o drama concreto desta decomposição e de suas contradições diante do processo revolucionário na Rússia no início do século XX.

Enquanto processo de apreensão, Engels (1976) foi o primeiro a destacar um período histórico no qual os camponeses foram revolucionários. Tratou-se do período do embate de camponeses e plebeus contra a nobreza e o clero, no século XVI, na Europa Ocidental.

Ao debruçar-se sobre a questão da decomposição do feudalismo, Engels apreendeu o processo como luta de classes. Esta luta aconteceu em três campos: “o campo católico ou reacionário, o campo luterano burguês-reformador e o campo revolucionário” (ENGELS, In: MARX; ENGELS, 1976:115).

Em relação ao catolicismo, Engels destacou que:

Nas mãos dos padres, a política e a jurisprudência tornaram-se, como todas as outras ciências, simples ramos da teologia e foram tratados segundo os princípios em vigor nesta. Os dogmas da igreja eram axiomas políticos e as

passagens da Bíblia tinham força de lei perante todos os tribunais. Mesmo quando se constituiu uma classe independente de juristas, a jurisprudência permaneceu, durante muito tempo ainda, sob a tutela da teologia. E esta soberania da teologia em todos os domínios da actividade intelectual era, ao mesmo tempo, a consequência necessária da situação da Igreja, a síntese mais geral e a sanção do domínio feudal (Id.:117)

A oposição revolucionária, neste contexto, expressou-se na forma de heresia e de mística.

Num primeiro momento, o grito contra a dominação dos fundamentos do catolicismo conservador foi dado por Lutero (Martinho Lutero)⁵, que teve apoio dos camponeses e dos plebeus. A luta fora pelo restabelecimento da igualdade, como proposta no cristianismo primitivo, através da

Execução prática da igualdade da nobreza e dos camponeses, dos patrícios, dos burgueses privilegiados e dos plebeus, supressão das corvéias feudais, do censo, dos impostos, dos privilégios e, pelo menos, das diferenças de riqueza mais escandalosas (ENGELS, In: MARX; ENGELS, 1976:120).

Esta luta, do ponto de vista da Igreja e dos senhores feudais, era considerada como heresia.

⁵ “Lutero nasceu no dia 10 de novembro de 1483 em Eisleben, Alemanha. Preocupado com a salvação, o jovem Martinho Lutero decidiu tornar-se monge. Durante seu estudo, sempre o acompanhava a pergunta: “Como posso conseguir o amor e o perdão de Deus?”. Lutero foi descobrindo ao longo dos seus estudos que para ganhar o perdão de Deus ninguém precisava castigar-se ou fazer boas obras, mas somente ter fé em Deus. Com isso, ele não estava inventando uma doutrina, mas retomando pensamentos bíblicos importantes que estavam à margem da vida da igreja naquele momento. Lutero decidiu tornar públicas essas idéias e elaborou 95 teses, reunindo o mais importante de sua (re)descoberta teológica, e fixou-as na porta da igreja do castelo de Wittenberg, no dia 31 de outubro de 1517. Ele pretendia abrir um debate para uma avaliação interna da Igreja, pois acreditava que a Igreja precisava ser renovada a partir do Evangelho de Jesus Cristo. Em pouco tempo toda a Alemanha tomou conhecimento do conteúdo dessas teses e elas espalharam-se também pelo resto da Europa. Embora tivesse sido pressionado de muitas formas - excomungado e cassado - para abandonar suas idéias e os seus escritos, Lutero manteve suas convicções. Suas idéias atingiram rapidamente o povo e essa divulgação foi facilitada pelo recém inventado sistema de impressão de textos em série. Movimento da Reforma espalhou-se pela Europa. Em 1530 os líderes protestantes escreveram a “**Confissão de Augsburgo**”, resumindo os elementos doutrinários fundamentais do luteranismo. Em 1546, no dia 18 de fevereiro, aos 62 anos, Martinho Lutero faleceu. Finalmente, em 1555, o Imperador reconheceu que haviam duas diferentes confissões na Alemanha: a Católica e a Luterana” (www.luteranos.com.br/lutero.html; acesso em 09/08/2007, às 10:39h).

Não obstante, no meio do emaranhado de interesses divergentes, Engels considerou os plebeus como sendo a única classe de revolucionários.

Os plebeus constituíam na época a única classe situada totalmente fora da sociedade oficial. Estavam fora da associação feudal como da associação burguesa. Não tinha privilégios, nem propriedades, nem sequer tinham como os camponeses e os pequenos burgueses um bem, ainda que sobrecarregado de impostos. Estavam, sob todos os aspectos, sem bens e sem direitos. As suas condições de existência nunca os punham em contacto directos com as instituições existentes, que os ignoravam completamente. Eram o símbolo vivo da decomposição da sociedade feudal e corporativa burguesa e, ao mesmo tempo, os primeiros precursores da sociedade burguesa moderna (ENGELS, In: MARX; ENGELS, 1976:122).

Como os plebeus não dispunham de nada, ou seja, estavam completamente fora das relações sociais da época, constituíam uma classe que poderia lutar por uma sociedade superior à da época. Os plebeus nada tinham a perder a não ser a sua condição de regurgitados. Engels ainda qualificou os plebeus como o primeiro fundamento do operariado revolucionário, os quais, por serem desprovidos de tudo, nada tinham a perder a não ser a sua própria condição de negação completa de reprodução social.

Para Engels, se Lutero foi vacilante e propôs o caminho das reformas, Thomas Munzer (Thomas Muentzer)⁶ seria o agitador revolucionário, tendo como base os plebeus e os camponeses. No dizer de Engels:

⁶ “**Thomas Muentzer** (ou Müntzer, Münzer) (1489 ou 1490 - 1525) foi um sacerdote do início da Reforma Protestante. Ele nasceu na pequena vila de Stolberg nas Montanhas Hartz. Thomas Muentzer estudou inicialmente no seminário, obtendo o mestrado e completando o Baccalareus biblicus. Ele dominava o grego, o hebraico, e o latim. Foi ordenado padre em 1513 tendo sido feito padre de S. Miguel em Braunschweig em Maio de 1514. Já no ano de 1519, Muentzer tinha aceitado a necessidade de Reformas. Ele juntou-se à Reforma de Martinho Lutero, tendo-se tornado pastor em Zwickau em 1520, com a recomendação de Lutero. Lutero, no entanto, não foi tão longe como Muentzer, que cortou relações em 1521 por divergências quanto ao baptismo de crianças, entre outros assuntos, tendo fundado a sua própria seita religiosa. Por esta razão, Muentzer é considerado um dos fundadores do Movimento Anabaptista. No entanto, é questionável se ele próprio alguma vez foi "rebaptizado". Muentzer foi expulso de Zwickau pelas autoridades em 1521. Em 1522 ele envolveu-se numa disputa com Lutero. Em 1523, casou-se com uma antiga freira e tornou-se o pastor de Allstadt, onde pregou até 1524. Em 1524, Muentzer tornou-se um dos líderes das revoltas que ficaram conhecidas como a Guerra dos Camponeses. Em 1515, ele liderou um grupo de cerca de 8000 camponeses na Batalha de Frankenhausen, convencido que Deus iria intervir do seu lado. Muentzer foi capturado e emprisado. Sob tortura ele abjurou o

[...] Em face da revolução, todas as velhas instituições foram esquecidas. Em comparação com as hordas camponesas, os criados da Sodoma romana eram cordeiros inocentes, doces crianças de Deus. Burgueses e príncipes, nobreza e clero, Lutero e o papa, uniram-se contra <as hordas camponesas, os ladrões e assassinos> (ENGELS, In: MARX; ENGELS, 1976:129).

Temos, nesta apreensão, a decomposição dos camponeses como aspecto da decomposição da sociedade feudal. Ao lutar contra a dominação feudal, os camponeses estavam expressando nas lutas a sua degeneração. Aqui se encontra, portanto, o paradoxo da luta dos camponeses. Mas, este paradoxo é importante enquanto aspecto para a observação do nosso tempo porque parece ser a mesma tarefa da classe trabalhadora. Lutar pela superação do capital é decretar a sua própria extinção enquanto classe e, por conseguinte, de todas as classes.

Quando os camponeses tiveram papel positivo nas lutas políticas ajudaram a consolidar a burguesia a acelerar a sua própria decomposição. Para Engels (1986:16-17):

No calvinismo a segunda grande insurreição da burguesia encontrou, acabada a teoria da luta. Esta insurreição verificou-se na Inglaterra. Foi posta em marcha pela burguesia das cidades, mas foram os camponeses médios (*a yeomanry*) dos distritos rurais que conseguiram o triunfo. Coisa singular nas três revoluções burguesas são os camponeses que fornecem as tropas de combate e são também eles, precisamente, a classe que depois de alcançar triunfo, sai arruinada infalivelmente pelas conseqüências desse triunfo.

Aqui se tem um registro de uma das várias derrotas dos camponeses que se envolveram em lutas, cujos resultados não lhes foram em nada favoráveis. Foi assim que os camponeses contribuíram para com sua metamorfose em operários do campo para engrossar a força de trabalho disponível nas cidades para serem explorados pelos capitalistas.

Para Engels (1976:129-130), os camponeses, juntamente com os plebeus e os burgueses nascentes, foram revolucionários contra a nobreza e a aristocracia

protestantismo para não ser queimado, sendo decapitado em 27 de Maio de 1525" (http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_M%C3%BCntzer, acesso em 09/08/2007, às 11:10h).

agrária, que dominavam no feudalismo. Neste momento, foram fundamentais para a derrubada da nobreza, mas depois ficaram desolados diante da afirmação da dominação da burguesia.

Para Marx, a decomposição completa do camponês decorreu do avanço e da universalização das relações sociais na lógica do capital. A este respeito, ao comparar as situações da Inglaterra e da França, disse:

Embora a iniciativa revolucionária venha provavelmente da França, somente a Inglaterra pode servir como alavanca para uma revolução econômica. É o único país onde não há mais camponeses e onde a propriedade da terra está concentrada em poucas mãos. É o único país onde a forma capitalista – ou seja, o trabalho associado em larga escala sob emprego capitalista – invadiu praticamente o conjunto da produção. É o único país onde a grande maioria da população é constituída por trabalhadores assalariados. É o único país onde a luta de classes e a organização operária através das *Trade Unions* adquiriu um certo grau de maturidade e universalidade. Em resultado de sua posição dominante no mercado mundial, é o único onde qualquer revolução em suas condições econômicas deverá reagir diretamente sobre o mundo inteiro. Se este país é o lugar clássico do latifundismo e do capitalismo, em virtude desse mesmo fato, é também aqui que as condições materiais para a sua destruição revelam-se as mais altamente desenvolvidas. Uma vez que o *Conselho* Geral está atualmente colocado na posição feliz de ter em suas mãos diretamente essa grande alavanca da revolução proletária, será pura tolice, diríamos quase que seria um crime grosseiro, permitir que essa posição caísse em mãos puramente inglesas (MARX, 1997:286).

Os ingleses tinham todos os requisitos materiais necessários para a revolução social⁷.

Aqui vemos a Inglaterra como expressão da universalidade da afirmação e da potencialidade de superação do capitalismo. O capitalismo maduro passou a explicitar elementos de sua superação, e os camponeses já não mais se faziam necessários para a criação do ser social nem para a reprodução do capital e, menos ainda, para além do capital.

Para Marx (1984, v.I, t.2:267)

⁷ Carta escrita à Associação Internacional dos Trabalhadores, anexada à Carta a Kugelman, de 28 de março de 1870.

Os assalariados rurais ainda participavam da propriedade comunal ao redor de 1750, a *yaomanry* tinha desaparecido e, nas últimas décadas do século XVIII, o último vestígio da propriedade comunal dos lavradores. Abstraímos as forças motrizes puramente econômicas da revolução agrícola. O que procuramos são as alavancas com que foi violentamente realizada.

Por outro lado, Marx criticou o parcelamento da propriedade da terra para a produção da riqueza num momento em que as relações sociais estavam completamente imbricadas no ser social.

Ao referir-se ao trabalho de Schukz, Marx destacou que:

[...] Finalmente, se esse parcelamento e sobre-endividamento forem levados a um grau elevado, então a grande posse da terra volta a engolir a pequena, tal como a grande indústria aniquila a pequena, e, posto no que novamente voltam a se formar maiores complexos de bens (*Gütercomplexe*), também a quantidade de trabalhadores sem posse simplesmente desnecessários à cultura do solo é novamente atirada à indústria (MARX, 2004:53).

Indica-nos, assim, a perspectiva tanto de degeneração da produção camponesa frente ao capitalismo quanto da limitação do parcelamento da propriedade da terra para a produção da vida dos homens.

Marx e Engels (1974a:415)⁸ criticaram a idéia de parcelamento da propriedade, considerando-a como fantasia pequeno burguesa.

O parcelamento da propriedade representa a ruína dos pequenos proprietários. Por outro lado, a concentração também acelera a ruína dos camponeses, pela extinção, pelo confisco das pequenas propriedades de terra. Não tendo alternativa de reprodução na sociedade burguesa, Marx e Engels (1974a:418-419)⁹, enfatizaram:

A primeira condição para uma associação comunista é a de poder implantar o cultivo em comum.

Sem falar da necessidade dele, lhes era completamente impossível organizar a maneira comunista, posto que careciam de todos os meios necessários para ele, e a primeira condição para a associação comunista é o

⁸ (1974b: v 2;169).

⁹ (1974b, v.2:174).

poder implantar o cultivo comum e foi, pelo contrário, o parcelamento mesmo (a parcelização mesma) simplesmente uma das condições que mais fizeram surgir a necessidade de semelhante associação. Ademais, um movimento comunista não nasce nunca no campo, senão sempre, exclusivamente, nas cidades.

Nestas referências que se apresenta como universalidade na realidade alemã da primeira metade do século XIX, pode-se pensar a luta camponesa pela terra como condição básica para a produção da vida num estágio mais desenvolvido, qual seja, a produção assentada na propriedade comum da terra.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels apresentaram uma crítica à economia camponesa baseada na divisão do trabalho no campo que difere da cidade¹⁰. Esta divisão do trabalho limita até mesmo a cooperação simples, porque a produção limita-se à quantidade de força de trabalho disponível na família. Sendo a sua luta relacionada à manutenção da propriedade privada de uma parcela ou lote de terra constitui-se enquanto trava ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Para as pequenas unidades de trabalho familiar (na trindade família, propriedade privada e Estado), manteve-se o apego à propriedade privada da terra. Como expressaram Marx e Engels (1974a:415), “Não importa que a propriedade seja pequenina: o importante é ter algo próprio, uma propriedade respeitada. Quanto mais proprietários desta tenha, mais homens livres e bons patriotas terá o Estado”. Daí deriva-se a liberdade para os proprietários. Este processo repercutiria nos desdobramentos das lutas revolucionárias, onde o camponês atuou em favor da burguesia. Isto também explica o desacordo de Marx e Engels com esta parcela da classe trabalhadora que, pela sua condição, não é capitalista e não se reconhece enquanto membros da classe trabalhadora. Para os pequenos proprietários, porém, a liberdade e o amor, foram sendo destruídos à medida que as pequenas propriedades foram sendo compradas por grandes proprietários (Id.:415).

¹⁰ Aliás, Adam Smith já havia comentado que a divisão do trabalho no campo limitaria a potencialização das forças produtivas e, portanto, da elevação da produção da riqueza.

Se for assim, a tendência histórica mostra-nos que a propriedade coletiva é produto da negação da propriedade privada, quando ela tornou-se obstáculo para o intercâmbio, a divisão do trabalho e a potencialização das forças produtivas.

[...] a propriedade privada é uma forma de intercâmbio que corresponde necessariamente a certas fases do desenvolvimento das forças produtivas, que não pode descartar-se nem dela que se pode prescindir para passar a produção direta da vida material enquanto houver criado forças produtivas para que a propriedade privada represente um obstáculo e uma trava (Id.:419-420).

Neste sentido, já naquele momento das revoluções (1848-1851), os camponeses, por seu apego à propriedade parcelar da terra, foram acusados por Marx e Engels de serem pequenos burgueses.

Com a transição, como crítica material das relações de produção da vida, tem-se o arrefecimento da pequena produção e sua extrema dificuldade – quase impossibilidade - enquanto força propulsora da produção da vida frente à dominação das relações sociais burguesas.

A grande indústria foi a última crítica da impossibilidade de reprodução das unidades de trabalho familiar camponesas. Quanto mais ela desenvolveu-se mais se explicitou a sua subordinação e a sua metamorfose em simples trabalhadores produtores de mais-valia.

A superação do camponês apareceu como transitoriedade da propriedade individual e produção parcelar para a propriedade coletiva¹¹ e a produção coletiva. Como na produção industrial a grande indústria automática superou a forma de produção artesanal, superando a manufatura, na produção agrícola a produção coletiva, em larga escala, com ciência e técnica, também se apresentou como superação da produção familiar, ou produção parcelar da riqueza social.

A manutenção do apego à propriedade parcelar da terra fez com que os camponeses ficassem do lado oposto dos operários. Estes viam os operários como ameaça em relação às suas parcelas de terras.

¹¹ No exemplo das Sociedades Anônimas (S/A).

Tendo-se presente o processo de sua decomposição, defender a produção camponesa é o mesmo que defender as travas feudais que persistiram ainda no interior do capitalismo. A este respeito, Engels (1976:296) disse:

Mas no seio da feudalidade desenvolve-se o poder da burguesia. Uma nova classe entrava em cena contra os grandes proprietários fundiários. Os burgueses das cidades eram, antes de mais e exclusivamente, produtores de mercadorias e viviam do comércio de mercadorias. Enquanto o modo de produção feudal assentava essencialmente no autocomsumo de produtos fabricados no interior de um ciclo restrito – os consumidores eram em parte os produtores, em parte os senhores feudais que cobravam os tributos.

A grande indústria destroçou a lógica da produção parcelar ao engendrar relações sociais universais. Para suplantá-la esta lógica feudal, a burguesia, em processo de afirmação, enquanto nova classe dominante contou com os plebeus e com os camponeses.

Vejamos o que nos disse Engels (1976:266):

A tendência para a felicidade não é satisfeita senão muito excepcionalmente e de modo nenhum em benefício próprio ou em benefício de outrem se o indivíduo se ocupa exclusivamente de si mesmo. Ela exige, pelo contrário, relações com o mundo exterior, meios de se satisfazer, alimento, um indivíduo de outro sexo, livros, conversas, discussões, actividade, objectos de consumo, trabalho.

Este processo explicitou o engendrar de seres e relações sociais onde o camponês metamorfosear-se-ia em trabalhadores rurais e urbanos ou simplesmente trabalhadores disponíveis para serem explorados pelo capital.

Sobre a subordinação do campo à cidade e da agricultura à indústria, Marx e Engels (2000:49) observaram:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e aumentou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente

Em outra passagem de “O Manifesto Comunista”, encontramos outra observação sobre a questão camponesa:

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, combatem a burguesa para salvar da ruína sua própria existência como camadas médias. Não são, portanto, revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionários e, em conseqüência de sua iminente passagem para o proletariado, defendem então seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado (MARX; ENGELS, 2000:55).

Por conseguinte, o trabalho que o produtor direto empreende para produzir objetos para sua própria existência não assume o caráter universal. Mas foi exatamente esta forma que o ser social tendeu a abolir com a consolidação da grande indústria como forma de produção da vida.

Em “O Manifesto Comunista” Marx e Engels se referiram aos camponeses como um grupo social que se reproduz vegetativamente e que, do ponto de vista político, são considerados vacilantes.

Marx e Engels (2000:48) disseram que “A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito e transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência” e acrescentam:

Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem mesmo antes de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profano, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.

Os camponeses esfumaram-se. Deixaram de existir enquanto tal e passaram a reproduzir-se como operários no campo ou migraram para as cidades para engrossarem a massa de proletários urbanos à disposição do capital industrial.

De 1848 a 1868, na Europa, especialmente na França, os camponeses foram decisivos para as derrotas das insurreições revolucionárias, mas imediatamente depois de cada derrota nas lutas sofreram as conseqüências. No dizer de Engels (1981:60):

[...] As confusas aspirações socialistas da revolução de fevereiro de 1848 foram rapidamente descartadas pelos votos reacionários dos camponeses franceses: o camponês, que queria ser deixado em paz, desenterrou do tesouro de suas recordações a lenda do imperador dos camponeses, Napoleão, e criou o Segundo Império. Todos sabemos o que só esta façanha camponesa custou ao povo francês, que está pagando ainda pelas suas conseqüências.

Mas, dessa época até hoje mudaram muitas coisas. O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína.

Neste período, o que se viu foi o aumento da ruína das pequenas unidades de trabalho familiar camponesas. Porém, devido à ruína da agricultura, tanto da grande exploração quanto da pequena, os pequenos posicionaram-se ao lado dos grandes proprietários de terras como se fizessem parte de uma mesma classe social.

Engels identificou formas, elementos e situações diversas no campo: a pequena produção (França e Bélgica); grandes e médias produções (Nordeste da Alemanha); mistura entre pequenas, médias e grandes (Centro da Alemanha) e pobres do campo. Engels observou que os pequenos eram resquícios de um modo de produção caduco que estava condenado “irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário” (Id.:63). Estes pequenos não aderiram à luta operária, pelo socialismo, porque viam sua propriedade privada ameaçada pela coletividade¹².

As reivindicações dos trabalhadores do campo, como de todos os produtores da agricultura, são: máquinas fornecidas pelo Estado, cooperativa para a compra de

¹² O contexto deste embate representa uma apreensão segundo a qual os operários são revolucionários e os camponeses por ainda estarem ligados, de certa forma, aos instrumentos de produção são reacionários. São considerados pequeno-burgueses.

adubos; canalização de águas, sementes etc, e para a venda de produtos etc. A grande indústria é, portanto, um pressuposto de sua reprodução. Mas, pelas novas mediações não podemos mais qualificar os trabalhadores do campo como camponeses.

Para Engels, os camponeses “não têm uma visão de grande alcance; lutam num país para alcançar o que já se tem noutros lugares¹³, são bastante práticos. Para eles *“vale mais a prática do que a gramática”* (Id.:64):

Para escapar a essa contradição, as novas propostas práticas foram encabeçadas por uma argumentação teórica dirigida a demonstrar que nos princípios do socialismo está implícito que se deve proteger a propriedade dos pequenos camponeses contra a ruína que significa para ela o modo de produção capitalista, ainda que se compreenda perfeitamente que essa ruína é inevitável. Esta fundamentação, da mesma forma que as próprias reivindicações, aprovadas em setembro desse ano no Congresso de Nantes, eis o que queremos examinar aqui de perto (Id.:64-65).

Nesta época, Engels considerou que a proposta para o campo seria a apropriação coletiva e enfatizou:

Antes de mais nada a tese do programa francês de que a liberdade dos produtores pressupõe a propriedade dos meios de produção, deve ser complementada com as que lhe seguem imediatamente, a saber; que a propriedade dos meios de produção só pode apresentar-se de duas maneiras: a propriedade individual, forma que não existiu nunca, em parte alguma, com aplicação geral para todos os produtores, e torna-se a cada dia que passa mais improvável devido ao progresso industrial e a propriedade coletiva, forma cujas premissas materiais e intelectuais já foram criadas pelo desenvolvimento da própria sociedade capitalista; e que, portanto, a apropriação coletiva dos meios de produção deve ser conseguida, com todos os recursos de que dispõe o proletariado (ENGELS, 1981:66).

As relações de produção teriam que ser obrigatoriamente coletivas. Isto demonstraria uma forma material apresentada como crítica dentro do próprio capitalismo. É a expressão da transitoriedade.

Engels antecipou uma crítica aos que defendem a autonomia da produção familiar camponesa ao dizer que:

¹³ Isto indica que a universalidade é o que os move e não mais a religião, ou as vontades dos príncipes ou dos grandes proprietários de terras.

O pequeno lavrador que cultiva sua terra não só não é livre como nem detém a posse segura de seu pedaço de terra. Ele, da mesma forma que sua casa, seus animais e sua parcela de terra, pertence ao usurário, sua vida é mais insegura que a do proletariado, que pelo menos vive de vez em quando dias tranquilos, coisa que não conhece o escravo atormentado de suas dívidas (ENGELS, 1981:66-67).

Em “O 18 brumário de Luiz Bonaparte” foi onde apareceu o principal argumento para os estudiosos de Marx, especialmente os agraristas¹⁴, usarem o argumento de Marx, segundo o qual os camponeses são como batatas num saco, o famoso saco de batatas (MARX, 1997:127). O que explica esta terminologia usada por Marx foi a derrota da Revolução de 1848 atribuída, em grande medida, à posição política dos camponeses. Assim observou Marx:

[...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe.

Em “*A guerra civil na França*”, o trabalhador do campo apresentou-se novamente como elemento crucial. Para Marx, comparando com a Revolução de 1848, agora eles se decidiram em favor do processo revolucionário [...]. Entretanto, Marx ainda referiu-se aos rurais como uma massa de cabeças ruminantes (MARX, 1986:87).

No plebiscito após a Comuna de Paris, “os camponeses foram feitos de tolos” (MARX, 2000:121).

Em “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, Engels referiu-se aos camponeses da seguinte maneira:

O antagonismo entre pobres e ricos, longe de dissolver-se no bem-estar geral, aguçara-se com o desaparecimento dos privilégios das corporações e outros, que estendiam uma ponte sobre ele, e os estabelecimentos eclesiásticos de beneficência, que o atenuavam. A “libertação da propriedade” dos entraves feudais, que agora convertida em realidade, vinha

¹⁴ Estudiosos de economia agrária, sociologia agrária e geografia agrária, em particular.

a ser para o pequeno burguês e o pequeno camponês a liberdade de vender a esses mesmos poderosos senhores a sua pequena propriedade, esgotada pela esmagadora concorrência do grande capital e da grande propriedade latifundiária; como o que se transforma em “libertação” do pequeno burguês e do pequeno camponês de toda e qualquer propriedade. A ascensão da indústria sobre bases capitalistas converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade. O pagamento à vista transformou-se, cada vez mais, segundo a expressão de Carlyle, no único elo de uma sociedade (ENGELS,1986:33).

Daqui depreende-se que a produção camponesa não conseguiu fazer frente ao capital quando domina a fase da grande indústria. A aludida adaptação do camponês em nada se diferencia do operário que muda de emprego em decorrência das circunstâncias impostas pela necessidade de sobrevivência.

Noutra passagem da mesma obra Engels disse:

A produção individual foi pouco a pouco sucumbindo em todos os campos e a produção social revolucionou todo o antigo modo de produção. Contudo, esse caráter revolucionário passava tão desapercibido que, pelo contrário, se implantava com a única e exclusiva finalidade de aumentar a produção de mercadorias (Id.:57-58).

e acrescentou:

Os primeiros capitalistas já se encontraram, como ficou dito, com a forma do trabalho assalariado. Mas a exceção, como ocupação secundária, como ponto de transição. O lavrador que saía de vez em quando para ganhar uma diária, tinha os seus dois palmos de terra própria, graças aos quais, em caso extremo, podia viver. Os regulamentos das corporações velavam para que os oficiais de hoje se convertessem amanhã em mestres. Mas logo que os meios de produção adquiriram um caráter social e se concentraram nas mãos dos capitalistas, as coisas mudaram. Os meios de produção e os produtos do pequeno produtor individual foram sendo cada vez mais depreciados, até que a esse pequeno produtor não restou outro recurso senão ganhar um salário pago pelo capitalista (Id.:59-60).

Nas suas “Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão”, de 1875, Marx reforçou o que ele e Engels comentaram em “O Manifesto Comunista” quando disseram que *“De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado,*

pele contrário, é o produto mais autêntico” (MARX, s/d:216). Diante disto, juntamente com a burguesia, as camadas médias e os artesãos, os camponeses foram considerados como reacionários. Marx fez a seguinte questão: “Por acaso, nas últimas eleições declarou-se os artesãos, os pequenos industriais, etc., e aos camponeses diante de nós, não sois, juntamente com a burguesia e os senhores feudais, senão uma massa reacionária?” (Id.:216).

Numa correspondência ao Dr. Kugelmann, datada de 11 de outubro de 1867, Marx fez uma observação que expressa bem a situação do trabalhador do campo subordinado ao capital, disse:

Peonagem é o adiantamento de dinheiro contra trabalho fruto. Esses adiantamentos seguem então o curso comum da usura. O trabalhador não apenas fica como devedor toda a sua vida, ou seja, trabalhador forçado do credor, mas a relação é transferida para a família nas gerações posteriores, que de fato pertencem ao credor (MARX, 1997:211).

Essa passagem mostra a questão do trabalho no campo onde se tem o juro como pressuposto e condicionamento da vida dos trabalhadores do campo.

Ao estudar “o problema do camponês na França e na Alemanha”, Engels percebeu a tendência de eliminação do camponês frente ao desenvolvimento do capitalismo e o seu desprezo tanto nos planos econômicos como políticos. Identificou que sua apatia política se deveria ao isolamento no meio rural, o que possibilitaria corrupção e manipulação política e o tratamento déspota.

Ao comentar sobre o problema camponês na França e sobre o programa do partido social-democrata, Engels (In: GRAZIANO DA SILVA e STOLCKE, 1981:67) fez a seguinte observação:

A argumentação diz que na França de hoje o meio de produção, ou seja, a terra encontra-se ainda em muitos lugares como propriedade individual em mãos dos produtores individuais e que a missão do socialismo não é divorciar a propriedade do trabalho, senão, pelo contrário, reunir nas mesmas mãos esses dois fatores de qualquer produção. Como já assinalamos, não é esta, e nem muito menos com esse alcance tão geral, a missão do socialismo; sua missão se reduz na verdade a transferir os meios de produção aos produtores como propriedade coletiva. Se perdermos de

vista este objetivo, a tese anterior conduz diretamente ao erro, fazendo-nos crer que o socialismo está fadado a converter em propriedade real a atual propriedade aparente do pequeno lavrador sobre suas terras, ou seja, a converter o pequeno colono em proprietário e o proprietário sobrecarregado de dívidas em proprietários livre de dívidas. O socialismo está obviamente interessado em que desapareça essa aparência falsa da propriedade camponesa, mas não desta maneira.

Das passagens acima importa reter a questão da transição da propriedade individual e da produção individual para a propriedade e produção coletiva como recomendação de Engels para a organização socialista da sociedade.

Aliás, a produção coletiva foi engendrada pelo próprio capitalismo. Outro aspecto importante diz respeito à observação segundo a qual a propriedade do pequeno lavrador ser apenas aparente porque está sobrecarregada de dívidas. Assim sendo, o pequeno lavrador deve ser visto como cota parte da produção social da riqueza.

No programa do Partido Operário Socialista Francês, falava-se em abolir o imposto territorial “*para todos os camponeses que cultivam suas terras com as próprias mãos*” (Id.:70). Ora, como lutar pela emancipação humana, como falar em novos homens se nos mantivermos presos à produção da vida só pelo direito à vivência e com ela ocupando todo o tempo? Não é, certamente, este meio que possibilita a emancipação humana.

Engels comentou as medidas do programa e disse que elas eram paliativas e que mantêm a subordinação de alguns e até ajudam aos grandes proprietários. A questão não era prometer a propriedade para os camponeses. Como no exemplo da Dinamarca os camponeses “[...] *deverão reunir suas terras numa grande fazenda cultivada por toda a comunidade, sendo os frutos repartidos segundo a proporção de terras cedidas para cultivo em comum, segundo o dinheiro antecipado para financiar as culturas e o trabalho de cada um*” (Id.:74).

Em ambos os casos sua situação econômica melhora, ao mesmo tempo em que se assegura à direção geral da sociedade a influência necessária para canalizar pouco a pouco a cooperativa camponesa para uma forma superior de organização,

nivelando os direitos e deveres da cooperativa em seu conjunto e de seus membros individuais com aqueles dos demais setores da sociedade” (Id.:74).

Engels reafirmou que as medidas do Partido Socialista Francês, para o campo, tanto para o camponês pequeno quanto para o médio e o grande proprietário de terras, mas principalmente para os pequenos em ruínas mais visíveis, consistiria na recomendação da reunião das propriedades em fazendas coletivas, nas quais se possa ir descartando progressivamente a exploração do trabalho assalariado para poder convertê-las, pouco a pouco, em setores iguais em direitos e deveres à grande cooperativa nacional de produção (ENGELS, 1981:74).

Em 1895, Engels (1985a:326) reafirmaria sua compreensão sobre a economia camponesa. Assim observou:

A partir do momento em que o dinheiro penetra nesse sistema econômico a tendência para a adaptação à lei do valor (segundo a formulação de Marx, nota bene) se torna, por um lado, mais explícita, mas, por outro, já é perturbada pela intervenção do capital usurário e da rapina fiscal, os períodos em que os preços em média se aproximam dos valores até se estabelecer diferença desprezível se torna mais longos.

Por esta observação, o dinheiro, como mediador das relações entre os produtores individuais, constitui-se numa espécie de pecado original. O contato com o dinheiro parece ter sido a pedra filosofal de sua degeneração, de sua metamorfose em trabalhadores a serem explorados pelo capital, independente de observações simplesmente aparentes que digam ao contrário, ou seja, de uma visão paisagista que não permita a determinados estudiosos enxergarem a degeneração e a transmutação de camponeses em trabalhadores em geral, do meio rural ou urbano.

Ao organizarem-se em cooperativas estes trabalhadores do campo têm suas relações de assalariamento disfarçadas. A aparência é de que suas condições de produção e de trabalho diferenciam-se de outros trabalhadores que têm suas relações de assalariamento claramente constituídas. A tendência da pequena produção, na fase transitória da manufatura para a grande indústria moderna, foi assim descrita:

Se a manufatura já se expandiu barateando os produtos, isso vale muito mais ainda para a grande indústria, a qual, com suas revoluções sempre renovadas na produção, força os custos de produção das mercadorias a níveis cada vez mais baixos e elimina inexoravelmente todos os modos de produção anteriores. É também a grande indústria que assim conquista definitivamente o mercado interno para o capital, liquida a pequena produção e a economia natural da família camponesa auto-suficiente, elimina a troca direta entre os pequenos produtores, põe a nação inteira a serviço do capital. Equaliza também numa única taxa geral de lucro as taxas de lucro dos diversos ramos comerciais e industriais e assegura, por fim, à indústria a supremacia que lhe cabe nessa equalização na medida em que remove a maior parte dos obstáculos que até então estavam no caminho da transferência de capital de um ramo para outro. Realiza-se assim, de maneira geral, para a troca global, a transformação dos valores em preços de produção. Essa transformação processa-se, portanto, de acordo com leis objetivas, independentemente da consciência ou das intenções dos participantes (ENGELS, 1985a:332).

Os trabalhadores do campo, na medida em que tinham suas relações de reprodução singularizadas, isto é, sem as formalidades que constituem a reprodução da força de trabalho urbana, são fontes privilegiadas de extração de sobretrabalho. Nessa condição deixam de serem travas ao pleno desenvolvimento das forças produtivas sociais por que podem trabalhar com as técnicas mais desenvolvidas que demanda pouca força de trabalho e muitos cuidados com a produção de mercadorias, como tem sido o caso de produtores integrados.

Aqui vale lembrar Marx (1982:158), quando disse que “[...] As verdades científicas são sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas”. A unidade de trabalho familiar é aparência contraditória de um modo de produção que se assenta na produção coletiva da sociedade, mesmo que a apropriação seja privada.

2.2.1. Para se pensar a transitoriedade na produção do campo

Num artigo recentemente divulgado no Brasil, denominado “*A Marca*”, escrito por Engels, em 1882, encontramos uma importante síntese sobre o processo histórico de decadência das organizações dos homens no campo para a produção da

vida e da metamorfose de camponesas em proletários ou, no outro extremo, em capitalistas e elementos possíveis de superação da sociedade burguesa. Para nós, são elementos de uma geografia da transição.

No seu artigo, Engels tratou da forma de organização e de destruição da propriedade comunal da terra, na Alemanha, do surgimento da propriedade da terra e da possibilidade de superação da propriedade privada da terra. Mas, compreendemos que a sua reflexão possibilita um entendimento do processo de maneira geral. Mas, o que foi a marca? Para Silva (2003:142):

A marca deve ser entendida como uma associação de aldeias que reunia camponeses (mas não exclusivamente) detentores de parcelas de terra na qual a forma de apropriação não pode ser descrita de modo simples e conciso como na expressão da propriedade plena ou, nem mesmo na expressão propriedade comunal. O termo marca (originalmente sinal, fronteira ou território circundado por uma fronteira) e o termo companheiros de marca eram aplicados, respectivamente, às terras baldias e à associação que as possui em regime de propriedade ou de usufruto. Os camponeses que faziam parte das associações aldeãs e vicinais tinham direito ao usufruto das terras baldias; por vezes eram mesmo proprietários delas. Dadas as características da economia rural da época era de capital importância o usufruto dos bosques e dos terrenos de pastagens.

Não se tem um processo de produção da vida semelhante ao dos camponeses que formavam as marcas. Por isto foi uma singularidade, transitória, da organização comunal da produção da existência de certos agrupamentos humanos e em suas entranhas gestaram-se formas, também singulares, de produção da existência baseada na propriedade privada da terra.

As organizações camponesas, propriamente ditas, não tinham forma definida de propriedade da terra. A terra era de domínio privado provisoriamente, mas depois de utilizada era devolvida à comunidade.

As marcas foram sendo afetadas pelo desenvolvimento das relações mercantis. Sendo as de maior destaque, para Engels (*apud* SILVA, 2003:146), a forma de subordinação e espoliação dos camponeses pelo processo de endividamento e o aparecimento de novas técnicas de produção. A sua supressão

ocorreu com a ampliação progressiva das tecnologias na agricultura. Nas palavras de Silva (2003:146):

Entretanto, Engels acrescenta do ponto de vista econômico, o golpe decisivo em todas as organizações camponesas foi desferido pelo progresso considerável alcançado pela agricultura, graças à aplicação progressiva da tecnologia ao modo de cultura, aumentando a produtividade em proporção nunca vistas, diminuindo a população necessária para assegurar os trabalhos agrícolas e demandando, ao mesmo tempo, maior quantidade de investimentos nas terras. Paralelamente, as grandes mudanças ocasionadas pela revolução nos transportes permitiram incorporação ao mercado mundial das imensas áreas do Novo Mundo especializadas em produtos agrícolas de clima temperado – e entre elas a pujante agricultura mecanizada do meio oeste americano – que vieram concorrer com a agricultura européia e provocaram a queda do preço relativo dos produtos agrícolas em todo mundo.

A dissolução da marca foi a história da formação da propriedade privada da terra. Neste processo Engels (2003, p. 143) destacou o papel dos camponeses, a começar pela inviolabilidade da casa e adjacências. Aos poucos as terras comunais foram desaparecendo como uso comum de bosques e pastagens. Aconteceu a transição da propriedade e uso coletivo para a apropriação e uso privado dos meios de produção (p. 144).

Através das informações de Engels sobre a Marca é possível observar a questão da degeneração da propriedade e uso coletivo da terra em geral num momento histórico em que as condições materiais da existência dos homens ainda não alcançaram a grande produção industrial. As marcas eram aldeias que se associavam e formavam grandes marcas. As marcas compreendiam seis a doze aldeias. A característica era a propriedade comunal. (ENGELS, 2003:149). Em determinadas aldeias as terras eram de uso comum e o produto era repartido entre as famílias.

As relações de respeito à posse da terra eram consuetudinárias e a propriedade era comunitária. As áreas de florestas e de pastagens permaneciam comuns para o uso comum.

Para Engels a propriedade privada da terra começou com a inviolabilidade da habitação. Este princípio foi alargando-se (p. 151) tendo como exemplo o quintal e o direito de herança. As áreas eram divididas em três parcelas de uso individual, a saber: área de plantio de inverno, área de plantio de verão e área de pousio. Quando permanecia em pousio a terra volta para o domínio comum, assim como após a colheita de inverno e de verão. As decisões eram tomadas em comum (p. 153). Para além da propriedade dos camponeses e dos capitalistas, Engels identificou nas Marcas formas de apropriação e uso comum da terra. Faltavam às marcas os meios e instrumentos de produção. Para Engels:

Todas as terras restantes, isto é, tudo o que não era a casa e dependências ou terra distribuída, permaneciam, como nos tempos primitivos, propriedade comum para uso comum; florestas, pastos campos, pântanos, rios, açudes, lagos, caminhos e trilhas. Locais de caça e pesca. Do mesmo modo que a parte de cada membro da comuna nas terras aráveis distribuídas da marca era, na origem, de igual tamanho, assim também o era sua parte na utilização da “marca comum”. O modo de utilização da marca comum era determinado pelo conjunto dos membros, assim também o processo de repartição, se o terreno explorado até então não era mais suficiente e se uma parte da marca comum devia ser posta em cultura. A principal utilização da marca comum era para o pasto dos animais e para a alimentação dos porcos. Além disso, a floresta fornecia a madeira para a construção e para o aquecimento, palha, frutas selvagens e cogumelos, os pântanos, quando existiam, forneciam a turfa. Os regulamentos sobre as pastagens e a utilização das florestas, etc, formavam o conteúdo essencial dos numerosos regulamentos da marca (*Markeistümer*) que nos restaram dos mais diversos séculos e que foram anotados por escrito no tempo em que o antigo direito consuetudinário não escrito começou a ser sujeito a contestação. As florestas comunais ainda existentes são os restos insignificantes das antigas marcas não distribuídas. Pelo menos na Alemanha do Oeste e do Sul, um outro vestígio da marca consiste na idéia, profundamente enraizada na consciência do povo, de que a floresta é um bem coletivo onde cada qual pode colher flores, frutos silvestres, cogumelos, nozes da faia, etc, e, em resumo, pode fazer rigorosamente o que quiser contanto que não cause nenhum estrago. Mas, aqui também Bismarck interveio e restabeleceu nas províncias ocidentais, através das suas célebres leis sobre os frutos silvestres, o regulamento feudal da antiga Prússia (ENGELS, 2003:154).

Aqui se indica a propriedade comum para uso comum das terras. Havia uma combinação sobre a utilização das terras. Parte era de domínio privado, no caso da casa e das dependências. Mas predominavam as decisões coletivas sobre o uso da terra que correspondiam a “*florestas, pastos, campos, rios, lagos, açudes, caminhos e trilhas*”. Estes princípios servem como importantes exemplos a serem seguidos

numa organização social para além da sociedade burguesa, com a diferença que na sociedade burguesas foram criados elementos materiais – força produtiva do trabalho social - que possibilita a emancipação humana. As florestas eram exemplares mais claros do “bem coletivo”, ou seja, do bem comum.

As decisões eram provisórias e tomadas coletivamente, indicando que nas marcas existiram elementos de uma organização comunista da produção da existência dos homens. Porém, entendemos que a história ainda não dava conta de realizar esta possibilidade. Conforme Engels (2003:154-155):

Do mesmo modo que os membros da comunidade tinham lotes de terrenos iguais, direito de uso iguais, eles tinham também, originariamente, no âmbito da marca, participação igual na legislação, na administração e na jurisdição. Em épocas prefixadas, e com mais freqüência, se necessário, eles se reuniam ao ar livre, para tratar dos assuntos da marca e julgar os delitos e os desentendimentos ocorridos em seu âmbito. Era, em menor dimensão, a muito antiga assembléia do povo alemão, que na origem era ela mesma uma assembléia da marca. Leis eram promulgadas, se bem que raramente, funcionários eram eleitos, sua gestão controlada, mas, sobretudo, exercia-se a justiça. O presidente precisava apenas formular as questões, o julgamento era feito pelo conjunto dos membros presentes.

As marcas resistiram, mas foram sendo afetadas por três aspectos básicos: a propriedade privada da terra reivindicada pela nobreza; pelo desenvolvimento das relações mercantis, em especial pela mediação do dinheiro e; principalmente, pelas transformações experimentadas nas relações de produção na agricultura, notadamente, pelo desenvolvimento da agricultura com base na ciência e das técnicas. Nas palavras de Engels:

Ela se manteve durante toda a Idade Media, através de duras e incessantes lutas contra a nobreza proprietária de terras. Sua necessidade era tão fortemente sentida que, em todos os lugares onde a nobreza se apropriou das terras dos camponeses, a constituição das aldeias sujeitas à dominação feudal permaneceu uma constituição de marca, mesmo fortemente abalada pelas investidas senhoriais, daremos exemplo disso mais adiante. Ela sempre se adaptou às mais diversas formas de posse do solo arável desde que ainda existisse uma “marca comum”, bem como aos mais diversos direitos de propriedade sobre a marca comum, assim que esta deixou de ser propriedade comum. A espoliação da quase totalidade das terras camponesas individuais e comuns, pela nobreza e pelo clero beneficiários do apoio benévolo dos soberanos, deu-lhe o golpe final. Mas, na realidade,

foi somente depois que os progressos consideráveis da economia rural no curso do último século transformaram a agricultura numa ciência e introduziram modos de exploração absolutamente novos, que ela tornou-se economicamente ultrapassada, incapaz desde então de sobreviver como forma de exploração agrícola (ENGELS, 2003;155).

A produção da vida, seja individual ou organizada na forma de “marca”, foi superada com a transformação da agricultura numa ciência.

Para Engels (2003:159):

Nos séculos XIV e XV o rápido crescimento das cidades levou-as a conhecerem a riqueza. As suas indústrias de arte e de luxo prosperaram principalmente na Alemanha do sul e às margens do Reno. A riqueza suntuosa do patriarcado urbano perturbava o sono dos senhores rurais, com suas roupas feitas de pano grosseiras, suas refeições bem simplórias e seus móveis pesados e rústicos. Onde encontrar os esplendores urbanos? A bandidagem exercida nos caminhos tornava-se cada vez mais perigosa e infrutífera. E para comprar era preciso de dinheiro.

O dinheiro passou a ser o mediador das relações sociais da produção da existência. Este fato iria transformar as relações de produção em certo sentido. Com isto a organização camponesa deixou de dar conta das necessidades dos homens. Surgiram novas necessidades. Plantar, colher, comer, vestir-se, abrigar-se com sua família, deixou de ser suficiente para os homens. Novas formas de cooperação impuseram-se e criaram uma nova consciência.

Os confiscos de terras arruinaram os camponeses (p. 157). A liberdade dos camponeses declinou desde o período de Carlos Magno¹⁵. Estes sofreram confiscos, golpes, promessas, ameaças e violência. “*As terras dos camponeses tornou-se a terra do senhor*” (p. 157). “*O camponês livre se transformou em pagador de talhas e corvéia ou mesmo em servos*” (p. 157).

¹⁵ Carlos Magno nasceu em 742 e morreu no ano 814. “Em 800 foi nomeado imperador do Sacro Império Romano pelo Papa Leão III. Após ser coroado imperador do Sacro Império Romano, passou a ter tanta autoridade quanto o papa. Desta forma, conseguiu consolidar o império franco, do qual fazia parte a França, além de grande faixa da Catalunha, Navarra e Aragão (atual Espanha), os Países Baixos, a Alemanha e a Itália Central e Setentrional” (www.suapesquisa.com/pesquisa/carlosmagno.htm; acesso em 09/08/2007; às 10:45h).

A nobreza e a Igreja subordinaram os camponeses livres e destruíram as marcas, ou seja, as aldeias onde predominavam a posse comum e o uso comum da terra. *“Quando um senhor – eclesiástico ou laico – adquiria o bem de um camponês, ele adquiria também os direitos atrelados a este bem na marca”* (p. 157).

Pois, no século XIII, com as Cruzadas, os camponeses ganharam um alento, ou seja, reconquistaram a liberdade.

De todo modo eventos ocorridos em meados do século XIII trouxeram melhorias à condição dos camponeses, as Cruzadas haviam preparado o caminho. Muitos senhores que partiram nas Cruzadas deixaram seus camponeses expressamente livres. Outros morreram, foram arruinados, centenas de famílias nobres desapareceram e seus camponeses puderam assim alcançar a liberdade (ENGELS, 2003:158).

Aqui já se apresentava a decadência das organizações camponesas como formas dos homens produzirem sua existência. Esta forma apresentou-se, então, como processo transitório de liberdade para a de subordinação.

No século XIII a subordinação era para com os senhores feudais. A ruína dos camponeses precipitou-se na medida em que eles tornaram-se meros pagadores de usuras.

Os camponeses que eram “facilitados” pelos senhores, ou seja, cujos encargos foram aliviados, passaram a sofrer pressões porque só os camponeses poderiam fornecer dinheiro do qual necessitavam os senhores.

Face às pressões, os camponeses sublimavam-se. Nas lutas, os camponeses foram perdendo os direitos, até então, preservados e foram sendo sujeitados à servidão. Os germes da nova sociedade não eram os camponeses, não eram os senhores feudais, não era a nobreza, não eram os príncipes, era nada mais nada menos do que a burguesia e seu contraditório, ou seja, a classe trabalhadora assalariada.

Engels observou que a organização da marca para a exploração agrícola mesmo no uso da propriedade, mesmo sob o domínio senhorial ainda existiram no século XVII. Conforme Engels (2003:158):

A cada um coube uma casa com quintal, uma parcela nos campos da aldeia – parcela designada pela sorte, segundo o antigo costume – e o direito de utilizar os pastos, o mais das vezes situados nas florestas senhoriais, mais raramente numa marca particular.

Neste novo sistema, a propriedade da terra pertencia ao senhor. No dizer de Engels (2003:158): *“Tudo isso com direitos hereditários; a propriedade privada da terra ficou com o senhor a quem os colonos deviam impostos e serviços determinados, também hereditários”*.

Já não era o mesmo sistema. Os homens livres das aldeias com a posse comum e uso comum agora se tornaram subordinados.

Estas seriam as novas contradições sociais cuja mediação era o lucro e o salário. Era o enriquecimento de uma minoria em detrimento da grande maioria. Neste processo:

Uma parte dos camponeses foi, em termos técnicos, gelegt, isto é, ou bem foi expulsa, ou bem foi rebaixada a “morador” (cottars Kotsassen) ficando apenas com uma cabana e um pequeno jardim; seus bens foram reunidos num grande domínio senhorial cultivado pelos novos “moradores” e pelos camponeses que ainda restavam. Não somente muitos camponeses foram simplesmente eliminados, mas a corvéia dos que restaram sofreu um aumento considerável e incessante. O período capitalista se anunciava no campo sob o aspecto de um período de grande exploração agrícola, baseado na corvéia dos servos (ENGELS, 2003:160).

Encontra-se aí o processo histórico de decadência e superação da produção da vida na forma camponesa. Entre os séculos XV e XVII aconteceu esta transição. O camponês metamorfoseou-se em capitalista, em alguns casos, ou em proletários, evidentemente, na sua quase totalidade.

A produção da vida no campo passou a ser mediada pelo capital. Sobre esta transição, no caso da Alemanha, Engels disse:

Esta transformação começou, entretanto, de forma muito lenta. Mas aí sobreveio a Guerra de 30 anos. Durante uma geração a soldadesca mais indisciplinada que a história conheceu percorreu a Alemanha em todos os sentidos. Em todos os lugares incendiava-se, pilhava-se, queimava-se, violentava-se e assassinava-se. O camponês sofria mais nos lugares que, por estarem distantes dos grandes exércitos, eram percorridos pelos destacamentos francos de menor importância – destacamentos francos...melhor seria dizer destacamentos de bandidos – trabalhavam por iniciativa e por conta própria. A devastação e o despovoamento foram muito grandes. Quando a paz retornou, a Alemanha estava prostrada imensa na miséria, esmagada, mutilada, ensanguentada, e o mais miserável era, mais uma vez, o camponês (ENGELS, 2003:160-161).

e acrescentou: “[...] a guerra quebrara os últimos vestígios de resistência dos camponeses” (p. 161).

Esta foi a forma de explicitação teórica da materialidade da produção da vida. Nela explicitou-se a superação da organização camponesa, os últimos vestígios de sua resistência. Sobre isto disse Engels (2003:161):

Foi então que começou a ser praticada a expropriação dos camponeses (Bauernlegen) em larga escala. Quanto mais vastos os domínios senhoriais, naturalmente eram mais pesadas as corvéias. Retornaram os “serviços sem limites” (der ungemessenen Dienste); a frequência e a direção dos trabalhos que o gracioso senhor podia impor ao camponês, a sua família e aos seus animais eram regularmente apenas mero seu prazer. A servidão foi então generalizada, tornou-se tão difícil encontrar um camponês livre quanto um melro branco. E para que o gracioso senhor estivesse em condições de esmagar qualquer resistência camponesa, por mais ínfima que fosse, ele recebeu dos príncipes o direito de jurisdição patrimonial, quer dizer que ele foi decretado único juiz nos casos de delitos e diferenças de pequena importância, do mesmo modo que, mesmo quando um camponês tivesse uma diferença com ele, era ainda o senhor o juiz do seu próprio caso! Nesse momento começou no campo o reino da vara e do chicote. Como a Alemanha inteira, o camponês alemão tinha atingido o último estágio da degradação. Assim como o resto do país, o camponês atingiu um tal grau de fraqueza que lhe era completamente impossível salvar-se a si mesmo e que o socorro poderia vir de fora, do exterior.

Por essa formulação Engels fez uma regressão ainda maior na história para mostrar a degeneração das organizações camponesas. Aqui tem a demarcação do embate entre camponeses e as necessidades de reprodução dos senhores feudais. Foi o processo de transformação das organizações camponesas de livres e

autônomas a serviços de interesses alheios a elas. Os camponeses foram amargamente humilhados.

A agricultura racional ou em base científica fora, entretanto, a base material que colocara fim à organização camponesa. Sobre isto Engels observou:

Mas não dispondo da marca, o pequeno camponês não pode ter animais de tração; sem animais de tração, não há adubo, sem adubo não há agricultura racional. O coletor de impostos e, atrás dele, a silhueta ameaçadora do oficial de justiça, figuras por demais conhecidas dos camponeses de hoje em dia, assim como o credor hipotecário cujas garras arrebatam uma propriedade atrás da outra, todos esses personagens eram desconhecidos dos velhos membros da marca. E ainda por cima os novos camponeses livres, de quem se roeram os bens e as asas, nós os vemos aparecer na Alemanha – onde tudo acontece demais – numa época quando não somente a economia rural científica, mas também todas as máquinas agrícolas inventadas recentemente fizeram da pequena exploração um modo de exploração arcaico, ultrapassado e que não é mais viável. Assim como a fiação e a tecelagem mecânica condenaram a roca e o tear manual, esses novos métodos de produção devem custar o fim inevitável da economia rural parcelaria e substituí-la pela grande propriedade desde que, se lhe conceda o tempo suficiente (2003:162-163). (grifos nossos).

Face à agricultura moderna e à impossibilidade de retorno à marca e à dificuldade de concorrência da Europa com a América, por exemplo, Engels sugeriu que: “A agricultura na Europa só será possível se for praticada coletivamente e em benefício da sociedade como um todo” (ENGELS, 2003:163).

Quais os mecanismos? Engels concluiu com a seguinte observação:

(Mas como? Graças a um renascimento da marca, não sob a perspectiva antiga, ultrapassada, mas sob uma forma rejuvenescida; graças a uma renovação da comunidade do solo compreendida de tal modo que, não somente dê ao pequeno camponês membro da comunidade todas as vantagens da grande exploração e à utilização de máquinas agrícolas, mas também lhe ofereça os meios de praticar, fora da agricultura, a grande indústria; com o aporte da energia a vapor ou da energia hidráulica, e isto não a serviço dos capitalistas, mas a serviço da comunidade (ENGELS, 2003:163).

Novas mediações colocaram-se para a produção da vida no campo. Era agora a campo visto como cota parte da produção na sociedade burguesa, de homens

burgueses e, deste processo, o engendrar de elementos da superação das mediações burguesas. Assim sendo, para a transitoriedade o pressuposto era de que a agricultura fosse produzida como parte da grande indústria moderna. A transitoriedade para além do controle do capital far-se-á com meios técnicos e científicos que devem ser usados “não a serviço dos capitalistas, mas a serviço da comunidade”. E, Engels acrescentou que:

Praticar a agricultura em grande escala e utilizar as máquinas agrícolas significa, em outros termos, tornar supérfluo o trabalho agrícola da maioria dos pequenos proprietários que cultivam atualmente seus campos. Para que estas pessoas expelidas de cultiva da terra não fiquem sem trabalho ou que não sejam expulsas para as cidades, é preciso ocupá-las em indústrias situadas no próprio campo, e estas indústrias só podem se tornar vantajosas para eles se funcionarem em grande escala, com a ajuda da energia hidráulica e a vapor. Como construir tudo isso? Reflitam sobre isto, camponeses alemães. Os únicos que podem ajudá-los são os social-democratas) (ENGELS:2003:163).

Os nexos, as mediações, as relações entre os homens são expressões singulares do ser social universalizado. Esta universalidade configurou-se historicamente através dos fios que ligam todos os homens como expressão singular do trabalho social. Como observou Aued (2004:55-56):

Os nexos, as mediações e as relações explicitadas pela manufatura são, assim, as decorrentes da existência humana social e não mais individual. O homem individual, como artesão, se vincula à natureza pelos ofícios, no estágio mais evoluído do homem em si, natural. Como homem em si se põe como ser social pela materialidade do trabalho coletivo.

Tanto para Engels quanto para Marx a grande indústria, como forma de produção da vida, mediada pelo capital, é a expressão material da impossibilidade da produção da vida pelas relações camponesas.

Olhar homens trabalhando no campo e tentar encontrar positividade tomando como referência as unidades de trabalho familiar é deixar-se dominar pelo fetiche da aparência dos fatos. Entretanto, como disse Marx (1983:21):

O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivens do ciclo periódico

que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante - a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quanto pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunados do novo Sacro Império Teuto-Prussiano.

2.3. As questões da produção da vida no campo e a transitoriedade: considerações gerais

O desenvolvimento do modo de produção capitalista assentou-se na grande indústria moderna como processo de produção da vida subordinado ao processo de produção de mais-valia. Este processo engendrou o ser social, uma produção de meios de produção e de mercadorias para o consumo imediato dos homens processados e operados em comum. Não obstante, atualmente e de forma geral, encontramos-nos diante da impossibilidade de nos reproduzirmos como homens burgueses, seja pela apropriação da riqueza como lucro ou como salários. Assim, qual o lugar das pequenas unidades de trabalho familiar no meio rural nos dias de hoje? Segundo Aued (2002b:32) *“se observarmos um pequeno produtor com alguns assalariados e um pequeno patrão, aí estará o germe do capitalismo e ele se assemelhar ao capitalismo do século XVI. Se hoje observarmos uma grande unidade produtiva, uma indústria automobilística, por exemplo, se tem a negação da sociedade capitalista em plenitude”* e acrescentou:

Por que a grande indústria além de expressar o capitalismo em sua maturidade, também e, ao mesmo tempo, reflete a negação da sociedade burguesa? Porque ninguém com seu próprio trabalho ou um conjunto de produtores ou um pequeno e/ou médio capitalista não disporá de riqueza na magnitude suficiente para se constituir em um produtor de automóveis. Quanto maior for a unidade produtiva, maior será a impossibilidade do trabalhador ou de um conjunto de trabalhadores ou do pequeno e/ou médio capitalista acumular riqueza e transformá-la em grande capital. Daí que quanto mais se desenvolve a base produtiva do capitalismo, a impossibilidade de alguém se transformar e se reproduzir como capitalista se generaliza (AUED, 2002b:32).

Vivemos num momento onde se tem como pressuposto que “A força produtiva engendrada na e pela sociedade capitalista só pode ser operada em comum, isto é,

por homens em cooperação. A produção material da vida não é mais que um ato social” (AUED, 2002b:35).

Para Aued (2002b:35)

Hoje a fonte de vida não depende mais das mãos. Corte a eletricidade de nossas vidas para que se vejam as conseqüências. Como produzir individualmente a eletricidade em nossa casa a fim de operar o meu computador, minha geladeira, minha televisão ou minha máquina de lavar roupa? A produção de energia elétrica pressupõe usinas, principalmente de grande porte. Usinas que só podem ser construídas se existir riqueza em forma de ferro, cimento, brita, caminhões, cabos elétricos, geradores, transformadores, estradas, alimentação, moradia, além de mão-de-obra disponível em grande quantidade. [...] Atualmente, só é possível operar a vida socialmente e pela ciência, não mais individualmente e pelas mãos, o que caracteriza outra marca do nosso tempo.

O autor ainda fez outras observações sobre o que seja a razão da nossa época:

[...] o modo de produção capitalista já não consegue mais garantir a sobrevivência das pessoas como um ato individual, seja como salário, seja como lucro. Se assim é, a principal característica do tempo atual é a negação da sociedade burguesa e a busca por outra forma de se produzir vidas. Mas a base desta busca ainda nos é ensinada pela sociedade burguesa. E ela nos ensina que a produção da vida não é um ato de cada indivíduo e sim social. É essa a questão do nosso tempo, portanto, também o é para a geografia.

Assim, apontou os nexos, as mediações, as relações que constituem o ser social moldado nas e pelas relações sociais burguesas. Para isto, uma preconditione foi a superação do ato individual, pela ação social, para a produção da vida dos homens. Este processo apresentou-se como a superação das unidades de trabalho familiares que foram transmutadas em trabalhadores subsumidos formal e realmente ao capital. Passaram a ser parte da relação social do capital em condições mais adversas do que as dos trabalhadores do meio urbano. A complexidade ainda é maior ao observarmos que a unidade de trabalho familiar é subsumida ao capital em um momento da degeneração histórica do próprio capital.

Quando o capital, que os subsume e os domina, enfrenta dificuldade para se reproduzir ampliamente afeta diretamente e na mesma dimensão estes pequenos produtores, porque, além de não terem para quem vender suas mercadorias, ficam com seu ciclo reprodutivo interrompido. Acumulam-se, então, problemas de todos os tipos, principalmente suas dívidas.

Ao se decompor as relações sócio-degenerativas da produção da vida mediada pelo capital encontramos, basicamente, duas formas aparentes dos trabalhadores do campo. A primeira é aquele contingente constituído por trabalhadores como cota parte da produção da riqueza, fornecedores de sobretrabalho aos capitalistas. Na sua forma mais avançada o encontramos vinculados à produção de mais-valia para os grandes grupos econômicos, mormente o agroindustrial. Se recompusermos as mediações, os nexos e as relações sociais de nosso tempo encontraremos este contingente subordinado ao capital financeiro. A outra parcela é constituída por aqueles trabalhadores que não conseguem mais ser produzida nem mesmo com o sobretrabalho para os capitalistas, face o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social utilizada em benefício dos proprietários dos meios de produção. São os explicitamente regurgitados do campo que passam a vagar/migrar aleatoriamente de acordo com qualquer promessa ou presunção de existência de alguma possibilidade de encontrar emprego. Esta última parcela encontra-se em situação, mais ou menos, semelhante aos plebeus da época da decomposição do feudalismo. Não têm direito a nada e também nem tem o que perder a não ser a sua condição de regurgitado. Na paisagem atual do campo capitalista são os que mais facilmente se explicitam, porque representam uma parcela significativa da sociedade e são exemplares das dificuldades de viver pela mediação do salário.

Apesar da ira

[...]

Já longe a estátua depunha
seu mármore morto,
e na primavera
do mundo, amanheceu a maquinaria.

A técnica elevava o seu domínio
e o tempo foi velocidade e lufada
na bandeira dos mercadores.

Lua de geografia
que descobriu a planta e o planeta
estendendo geométrica formosura
em seu desenvolvido movimento.

Ásia entregou o seu virginal aroma.
A Inteligência com um fio gelado
foi atrás do sangue a fiar o dia.
O papel repartiu a pele nua
guardada nas trevas

Um vôo
de pombal saiu da pintura
com arrebol e azul ultramarinho

E as línguas do homem se juntaram
na primeira ira, antes do canto.

Assim, com o sangrento
titã de pedra,
falcão encarniçado,
não só chegou o sangue mas o trigo.

A luz veio apesar dos punhais¹⁶.

¹⁶ NERUDA, 1980:70-71.

3. O SER SOCIAL E A TRANSITORIEDADE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

3.1. O ser social e a transitoriedade das relações sociais mediadas pelo capital

O modo de produção capitalista expressa materialmente determinado estágio do fazer-se humano. O primeiro quartel do século XIX foi o tempo/espço da universalização deste modo de produção. Neste período realizou-se a consolidação da base material para a reprodução das relações burguesas. Explicitou-se, não obstante, a possibilidade de superação da mediação do capital. Esta nova universalidade passou a constituir a base material de desenvolvimento da luta de classes onde a classe trabalhadora apresentou-se como a única força possível de superação da mediação do capital e da produção de novas e superiores relações sociais e humanas.

Aqui tratamos do movimento de afirmação e negação da exploração social como mediação da produção da vida.

Para Santos (1997b:14):

A universalização do mundo pode ser considerada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado de trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das formas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos da vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total.

Milton Santos, em seu tempo e por suas mediações, destacou a universalização das relações sociais capitalistas, entretanto, não descreveu os elementos da superação das relações sociais como outra universalidade. Isto é, não destacou a universalidade da transitoriedade da sociedade capitalista para uma forma superior de produção da vida.

A universalidade evidencia-se quando uma forma de produzir a existência dos homens passa a ser a tendência histórica, quando, independentemente da consciência dos homens, eles – os homens - estão todos relacionando entre si. Esta universalidade singulariza-se nos lugares como efetividade ou como potência (ENGELS, 1985). Os lugares afetam e são afetados pelas formas gerais das contradições das relações sociais burguesas. A universalidade da produção da vida mediada pelo capital explicitou-se no final do século XVIII. A Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial na Inglaterra são formas de ilustração deste processo. Entretanto, ao reconstituirmos o processo histórico de consolidação do capitalismo, vemos que, embora não fosse inicialmente evidente, esta universalização - na apreensão do processo como acumulação primitiva - permite entender como, desde o início, a relação mediada pelo capital materializa-se como potencialidade da necessidade de acumulação de capital. Com esta nova potencialidade, as formas anteriores de mediações entre os próprios homens aparecem apenas como formas ilusórias. Supera-se a autonomia dos lugares e das relações que os caracterizavam em tempos anteriores. A este respeito Marx e Engels (1974, v. 1:39-40) destacaram:

[...] Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc, etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efectivas das diferentes classes entre si (aquilo de que os teóricos alemães nem sequer suspeitam, se bem que sobre isto se lhes tenha o suficiente nos Anais franco-alemães e na Sagrada Família) depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as formas sociais antigas e domínio em geral, como acontece com o proletariado deve, antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal, actuação a que é constrangida nos primeiros tempos.

3.1.1. O ser social na materialidade do trabalho cooperativo

A constituição do ser social, tomando como base a cooperação entre os homens, engendra o processo de universalização das relações de produção entre todos os homens. Esta construção do ser social efetivou-se e potencializou-se na produção da riqueza social pela construção e mobilização dos objetos e meios de produção. Nisto consistiu o caráter revolucionário da produção de mercadorias. Marx assim disse: “*O emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores revoluciona também as condições objetivas do processo de trabalho ainda que o regime de trabalho não varie*” (MARX, 1964:261).

A cooperação constituiu-se na base sob a qual se assenta o potencial das forças produtivas sociais e apresenta-se como crítica material dos homens que insistiam em produzir individualmente a sua vida¹⁷. Sobre isto, Marx fez a seguinte comparação:

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou da força de resistência de um regimento da infantaria diferem substancialmente da soma de forças de ataque e resistência desenvolvidas por cada soldado, a soma mecânica das forças dos diversos trabalhadores é algo substancialmente distinto da potência social da força que desenvolvem muitos braços coordenados simultaneamente na mesma operação indivisa; levantar um peso, fazer girar uma manivela, retirar um obstáculo do caminho, etc. Nestes casos, o fruto do trabalho combinado não poderá alcançar-se pelo trabalho individual, ou só poderá alcançar-se num prazo de tempo muito maior ou numa escala diminuta. A cooperação não tende somente a potenciar (potencializar) a força individual, senão a criar uma força produtiva nova, com a necessária característica de força de massa (MARX, 1964:262).

A cooperação apresenta-se como pressuposto da sociedade onde domina o capital e transforma o homem num ser social plenamente desenvolvido. Pela cooperação, o processo de produção engendrou o trabalhador social médio.

Não se trata só de juntar os homens em determinado lugar e em torno de determinados meios de produção, trata-se de criar uma nova força produtiva mais

¹⁷ Individual aqui tomado não no sentido estrito segundo o qual é possível produzir a vida sozinho porque no processo de humanização os homens são engendrados como seres sociais.

potente. Os trabalhadores são unidos pelos capitalistas ao comprarem sua força de trabalho e combinados com os meios de produção no processo de produção de mais-valia. São unidos, contraditoriamente, enquanto, como classes sociais antagônicas. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas como desenvolvimento humano, pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, nada mais é do que a expressão da elevação da potência do trabalho cooperativo.

Uma vez universalizada, a potencialidade das forças produtivas, pela união dos homens, elas manifestam-se materialmente nos lugares das mais diversas formas. Para Marx:

Um das vezes esta intensificação das forças produtivas, provém de fato de que a jornada combinada de trabalho aumenta a potência mecânica do trabalho, outras vezes, estende seu raio de ação, ou reduz o campo geográfico da produção na proporção à escala desta, outra se trata de pôr em ação muito trabalho em pouco tempo para aproveitar os momentos críticos. Ademais, este regime de trabalho estimula fomentar emulação entre os trabalhadores e põem em tensão suas energias, dá aos trabalhos análogos, de muitos um selo de continuidade e polifacetismo; permite executar simultaneamente distintas operações; economiza meios de produção; permitindo empregá-los coletivamente; imprime ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em suma, a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é a força produtiva social do trabalho social. Esta força produtiva brota da mesma cooperação. Ao coordenar-se de um modo sistemático com outros, o trabalhador se sobrepõe as suas limitações e desenvolve sua capacidade de criação (MARX, 1964:265).

A passagem acima destaca múltiplos aspectos do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Não obstante, é relevante ver, em síntese, como o processo de cooperação forja a potência das forças produtivas ao superar, pelo trabalho coletivo, e as limitações dos trabalhos individuais.

A cooperação engendrou o trabalhador social médio e potencializou as forças produtivas. Isto se fez pela união dos trabalhadores no metabolismo social da produção de mercadorias capitalista. A cooperação nega o trabalho individual ao tornar as pessoas individuais contingências. Foi criado um trabalhador coletivo coordenado com vários braços e vários olhos, etc. (MARX; ENGELS, 1974, v 1:80-81).

Estes elementos combinados imprimem mudanças qualitativas ao processo de trabalho. Conforme destacou Aued (2005b:24), como manufatura, este processo expressa-se com “*a primeira fase, ainda embrionária, do engendrar universal do ser social*”.

O pressuposto para a união dos trabalhadores foi que eles estivessem separados dos meios de produção, mas, acima de tudo, que o capitalista dispusesse de quantidades cada vez maiores de capital e, por conseguinte, exercesse um controle social sobre a produção. Na manufatura capitalista, quanto maior for o volume do capital tanto maior a capacidade de unir trabalhadores.

Nos séculos XVIII e XIX, a cooperação dos trabalhadores reunidos num mesmo local e unidos pelo processo de trabalho para o processo de valorização do capital ficava submetida às ordens do capitalista. Ou, como um maestro, o capitalista exerce a função de dirigir ou de dar ordens de maneira semelhante a um general num campo de batalha. Aqui o capitalista exerce as funções de direção e de vigilância sobre os trabalhadores no processo de produção de mercadorias.

O capitalista, primeiro assume a função de dirigir. Depois, com o crescimento da produção em cooperação, a função de dirigir foi passada para uma categoria especial de trabalhadores assalariados. Em suas hierarquias, estes trabalhadores:

Se portanto, por seu conteúdo, a direção capitalista tem dois gumes (um caráter duplo), como as tem o próprio processo de produção, como a autoridade do capitalista, por um lado, um processo social de trabalho para a criação de um produto e, por outro lado, um processo de valorização do capital, por sua forma a direção capitalista é uma direção despótica. Ao desenvolver-se a cooperação, em grande escala, este despotismo vai apresentando sua forma peculiar e características; primeiro, tão pronto como seu capital alcança um limite mínimo, a partir do qual começa a verdadeira produção capitalista, o patrão se exime do trabalho manual; logo, confia a função de vigiar e vigilância direta e constantemente aos trabalhadores a uma categoria especial de trabalhadores assalariados (MARX, 1964:267-268).

No capitalismo, a força produtiva como força social submete a classe trabalhadora ao seu grau de desenvolvimento e a condiciona à produção de mais-valia.

A força produtiva social do trabalho materializou-se como força produtiva do capital mediante a cooperação entre os trabalhadores.

Na fase manufatureira da produção de mercadorias, qualquer que seja o seu ponto de partida, a produção é feita tendo como base o trabalho parcelar e a importância das mãos dos homens no processo de trabalho. O trabalho é parcial e o processo de produção de uma mercadoria passa por várias mãos (MARX, 1983:267).

No processo manufatureiro, a habilidade manual fora a base do processo da produção de mercadorias. São características do trabalho a força, a destreza, a rapidez e a seguridade do trabalhador. Ela está imbricada no processo de consolidação do capitalismo nos séculos XVI a XVIII. Podemos considerar o período manufatureiro como o laboratório, por excelência, de depuração do trabalhador coletivo, do ser social. Para Aued (2004:47) “*A manufatura capitalista é o momento de ruptura que marca a passagem do ser humano em si para o ser em si e para si*”; “[...] como alienação é o primeiro caminho da verdadeira civilização engendrada na materialidade humana”. De maneira geral, para Aued (2004) a relação entre alienação, divisão do trabalho e manufatura explicita o processo através do qual o trabalhador liberta-se do trabalho. É ainda o processo de decomposição do ofício, do trabalhador individual e de sua transformação em trabalhador coletivo. No metabolismo da produção de mercadorias, a manufatura explicita o processo de composição do ser social como universalidade da produção humana, ainda que sob a égide do capital.

Resumindo o que significou, historicamente, o período manufatureiro, Marx assim referiu-se:

O período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e multiplica os instrumentos de trabalho adaptando-os às funções especiais e exclusivas dos operários parciais. Com isto, a manufatura cria as condições materiais para a maquinaria que não é mais do que uma combinação de instrumentos simples. (MARX, 1983:276-277).

A especificidade que marcou o período manufatureiro foi o trabalho das mãos dos homens, trabalho parcelar e o esforço físico humano que se fez intenso, para a

produção e utilização de novos instrumentos de trabalho. A este respeito, Marx observou:

Para compreender bem o avanço da divisão do trabalho na manufatura, é essencial não perder de vista os seguintes pontos: Em primeiro lugar, a análise do processo de produção em suas fases especiais coincide aqui com a decomposição de um ofício manual nas diversas operações parciais que o integram. Porém, seja simples ou complexas, a execução destas operações conserva seu caráter manual, dependendo, portanto, da força, a destreza, a rapidez e a seguridade do trabalhador individual no manejo de sua ferramenta. O ofício manual segue sendo a base de tudo. Esta base técnica estreita exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção já que todo processo parcial requerido para a produção tem que ser necessariamente susceptível de ser executado como trabalho parcial manual. É este o fato de que a perícia manual do operário forme aqui a base do processo de produção faz com que cada trabalhador só assumisse uma função parcial já que sua força de trabalho se converte em órgão vitalício desta função. Finalmente, esta divisão do trabalho é uma modalidade especial de cooperação, muitas das cujas vantagens se derivam, não desta forma específica de cooperação, senão de seu caráter social (MARX, 1983:274).

Sobre a manufatura, enquanto processo transitório, inicialmente Marx identificou que:

Em respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue nos seus começos da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre artesão é apenas ampliada (MARX, 1983:257).

A história do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social tem sido a da universalização do trabalho social médio. Neste processo a manufatura engendrou um duplo aspecto. Por um lado, engendrou a produção de mais-valia mediante o consumo em comum dos meios de produção. Por outro lado, o mesmo consumo em comum choca-se com a apropriação individual (do proprietário dos meios de produção) da riqueza social resultante. Encerra-se assim uma das contradições fundamentais da produção da vida mediada pelo capital.

Com a manufatura apresenta-se uma racionalidade social que é a economia de meios de produção decorrente do uso coletivo dos mesmos. Neste sentido, Marx

afirmou que os meios de produção adquirem um caráter social antes mesmo que isto ocorra com o processo de trabalho (MARX, 1983:259). Deste processo resulta um duplo aspecto: a redução do valor das mercadorias individuais e o aumento da massa de valores produzidos, cujo resultado é a elevação do trabalho excedente apropriado pelos capitalistas.

Explicita-se assim a cooperação como “[...] *a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente, lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos*” (MARX, 1983:259).

Na fase manufatureira, este trabalho aparece ainda parcelado. Para ilustrar este tipo de trabalho, Marx utilizou-se do exemplo do pedreiro dizendo que:

[...] quando os pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz o mesmo, mas não obstante as operações individuais formam partes contínuas de uma operação global, fases especiais, que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e pelas quais digamos, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam mais rapidamente do que as duas mãos de cada trabalhador individual que subisse e descesse o andaime (MARX, 1983:260)¹⁸.

Portanto, a potência do trabalho social nasce da decomposição do trabalho do ofício e da constituição do trabalhador coletivo ocorrido na fase manufatureira, num trabalhador, como disse Marx, de várias mãos e vários olhos que fazem com que “o objeto de trabalho percorra o mesmo espaço em menos tempo” (MARX, 1983:260).

Para Marx, a força produtiva do trabalho social decorre da cooperação. Assim, “Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua união” (MARX, 1983:262).

A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições. Uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente (MARX, 1983:264).

¹⁸ A este processo o sistema fordista introduziu a esteira rolante da linha de montagem.

Esta força produtiva é produto do capitalismo; entretanto, num segundo momento também se constitui enquanto elemento da negação do capitalismo. O capital cria os germes de sua destruição, isto é, de sua superação. Nas palavras de Aued (2005a:38):

O modo de produção capitalista apresenta a contraditoriedade de fazer desenvolver as condições históricas, principalmente as forças produtivas, para que o homem se constitua conscientemente como homem emancipado, ao subtrair dele as condições que o fazem mero trabalhador.

A cooperação capitalista é uma forma singular que se distingue de todas as relações anteriores de cooperação. Para Marx (1983:265):

A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, no entanto, ela se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuindo essa forma corporativa ou não. Neste confronto, a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente.

3.1.2. O ser social materializado na divisão do trabalho e manufatura

A manufatura capitalista iniciou a universalização do ser social na materialidade e teve por base fundamental a união de “órgãos vivos humanos” no processo de trabalho destinado à produção de mercadorias. Correspondeu, não obstante, à fase transitória da qual resultou o modo de produção especificamente capitalista. Superou formas anteriores dos homens produzirem individualmente suas existências. Foi sobre esta base material que, por sua decomposição, engendrou-se a grande indústria moderna, ou seja, da produção na sociedade capitalista. Foi um processo ainda limitado de produção de mais-valia, por estar assentado sobre o trabalho parcelar dos órgãos dos homens. Foi um processo de trabalho preñado de muitas imperfeições.

Nesta fase o processo de produção de mercadorias não é passível de uma análise científica. Nas palavras de Marx:

Para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de mais nada, a análise do processo de produção, em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. **Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo trabalhador tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal** (MARX, 1983, v. 1:268-269). (grifos nossos).

O trabalhador, ao executar uma mesma atividade por um longo período de tempo, torna a realização desta atividade um autômato, possibilitando, com isto, a elevação da produção. Se, por um lado, este processo compromete o indivíduo, por outro lado, este movimento autômato permite a substituição deste trabalhador por um mecanismo que o dispensa. Adam Smith, por exemplo, disse que:

Nas primeiras bombas de incêndio um rapaz estava constantemente entretido em abrir e fechar alternadamente a comunicação existente entre a caldeira e o cilindro, conforme o pistão subia e descia. Um desses rapazes, que gostava de brincar com seus companheiros, observou que, puxando com um barbante a partir da alavanca da válvula que abria essa comunicação com outro componente da máquina, a válvula poderia abrir e fechar sem a ajuda dele, deixando-o livre para divertir-se com seus colegas. Assim, um dos maiores aperfeiçoamentos introduzidos nessa máquina desde que ela foi inventada, foi descoberto por um rapaz que queria poupar-se no próprio trabalho (SMITH, 1983:45).

No processo manufatureiro, à virtuosidade do trabalhador, como fator de elevação da produtividade do trabalho social, foi substancialmente alterada pela perfeição das ferramentas, impulsionadas por forças motrizes automáticas. Para Marx:

O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais. Ela cria, com isso, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria que consiste numa combinação de instrumentos simples (MARX, 1983:270).

É neste sentido que das entranhas do velho surge o novo. Neste caso, a grande indústria decorre do aperfeiçoamento de equipamentos e do processo de substituição de seres imperfeitos e movimentos limitados por instrumentos perfeitos e movimentos bem sincronizados, harmônico e contínuo. O processo de trabalho, na forma de trabalho social em potência, materializando-se em meios de produção que produz e comanda outros meios de produção, emancipa-se do trabalhador, liberta-o.

Para Aued (2005a), ao desenvolver as forças produtivas do trabalho social, materializando-as em meios de produção, ainda que sob a mediação do capital, apresenta-se o caminho para a emancipação dos homens da condição de trabalhador e *“explicita a condição potencial de o homem se fazer homem plenamente desenvolvido pela via de transformá-lo em elemento supérfluo à produção material de sua existência”* (2005a:23). Aued ainda destacou que; *“Outra não é a história do homem a não ser a de emancipar sua condição humana das condições que ainda o identificam com a natureza sensível quando ainda se põe como trabalhador”* (Id.:30).

Com a manufatura o processo de trabalho transforma-se em metabolismo social, ainda que imperfeito, com continuidade, regularidade e uniformidade na utilização dos meios de produção, dos objetos de trabalho e do consumo de matérias-primas. Nas palavras de Marx:

O período manufatureiro, o qual logo proclama conscientemente, como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, também chega esporadicamente a desenvolver a utilização de máquinas, sobretudo para certos processos iniciais simples que têm de ser executados massivamente e com grande emprego de força (MARX, 1983:275).

O princípio da maquinaria foi engendrado na fase manufatureira. A imperfeição dos movimentos dos trabalhadores foi sendo superada.

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, e divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias entre si (MARX, 1983:28)

Mais adiante tem-se que:

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores dependentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal o *bellum comum contra onces* preserva mais ou menos as condições de existência de toda a espécie. A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarde qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da genialidade autodeterminada do capitalista individual (MARX, 1983:280).

A divisão manufatureira do trabalho sobrepõe-se às relações anteriores de produção. “A divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente aperfeiçoada do modo de produção capitalista” (MARX, 1983:282), porque:

A cooperação, baseada na divisão do trabalho ou a manufatura é nos seus inícios uma formação naturalmente desenvolvida. Tão logo ela tenha ganho alguma consistência e amplitude de existência, torna-se consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista. A história da manufatura propriamente dita mostra como, de início, a sua divisão peculiar do trabalho atinge, de acordo com a experiência, igualmente pelas costas das pessoas atuantes, as formas adequadas, e como almeja depois, da mesma forma que o artesanato corporativo manter tradicionalmente a forma uma vez descoberta, e a mantém em casos isolados por séculos (MARX, 1983:285).

Aqui a cooperação e a divisão do trabalho apresentam-se como a síntese da produção de mercadorias na forma de manufatura.

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da atividade artesanal, da especialização dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve, com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma – a não ser na capitalista – é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital – o que se

denomina riqueza social, Wealth of Nations etc – à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como meio de exploração civilizada e refinada (MARX, 1983:286).

Na fase manufatureira, o capital não consegue apropriar-se do tempo total disponível de jornada de trabalho. Como observou Palloix (1982:73), não elimina a porosidade. Aliás, o próprio Marx foi quem identificou os poros na jornada de trabalho. Sobre isto, disse:

[...] Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, ao mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso, dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta [...] (MARX, 1984 v. 2:33).

O limite da manufatura foi observado por Marx, quando destacou que:

Ao mesmo tempo, a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade. Como obra de arte econômica ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato urbano e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou (MARX, 1983:288).

É exatamente neste sentido que a fase manufatureira explicita a materialidade da transição para a grande indústria moderna. Nela assenta-se a base material para a elevação da potência das forças produtivas do trabalho social. É a proto base da emancipação humana. Como o homem, ao nascer, torna-se herdeiro de todo o patrimônio histórico e cultural, a grande indústria moderna também se constitui enquanto herdeira histórica e cultural do período manufatureiro. Esta última imprime profundas transformações na primeira a suplanta e a supera.

Ao observar a manufatura como transitoriedade no capitalismo, Marx disse que:

A condição das mais indispensáveis para a formação da indústria manufatureira era a acumulação de capitais facilitada pela descoberta das Américas e pela introdução de seus metais preciosos (MARX, 1985:128).

O período manufatureiro foi importante na construção do ser social, foi o meio de decomposição do trabalho individual do ofício, ao mesmo tempo criou, em suas entranhas, os elementos de sua transmutação na grande indústria moderna. Para Aued (2004:73):

De todos os elementos engendrados pela manufatura, um se constitui naquele que permite a superação (*aufhebung*) de seus próprios limites, mas, ao ser criado, este elemento constitui-se no germe da própria negação. Ela dará origem à base técnica da próxima fase de produção da existência material pelos homens, como o "Cosmo". O novo elemento é o setor de ferramentas, desenvolvido no interior da manufatura e que se constituirá no pilar da grande indústria moderna.

Sobre a manufatura como processo transitório, Aued (2005b:27) observou que:

Mas mesmo não engendrando a emancipação plena da força produtiva do trabalho social, a manufatura capitalista é o nexo, a mediação a relação de se constituir o elemento material que faz alcançar esta condição, ao decompor o trabalho individual do artífice em seus diversos elementos constitutivos. Alienando-se, transformaram-se em ser em si independentes e autônomos. Entre eles, o instrumento de trabalho constitui-se naquele que ao serem combinados, uns com os outros, propiciará a ampliação das condições subjetivas do trabalho pelas objetivas e, por conseguinte, a constituição das condições materiais da emancipação plena das forças produtivas do trabalho social.

3.1.3. O ser social como grande indústria moderna: a base produtiva da emancipação humana

Como já assinalamos anteriormente, ao falar da manufatura, Marx estava referindo-se ao intervalo de tempo entre o século XVI e o último quartel do século XVIII. Portanto, foi o período de transição das corporações de ofício ou da produção artesanal para a grande indústria.

A grande indústria é entendida como uma fase histórica do capitalismo, da produção da vida material dos homens burgueses.

Lênin demonstrou, como a grande indústria é claramente a expressão do capitalismo na sua fase madura, na plenitude da explicitação de todos os seus elementos constitutivos ou “a palavra derradeira do capitalismo” a “última palavra de seus momentos positivos e negativos”.

A primeira metade do século XIX foi o momento histórico de explicitação das relações de produção da vida mediada pelo capital com base nos elementos da grande indústria moderna. Neste período explicitaram-se os elementos da positividade e da negatividade do capitalismo. Seria a nova universalidade a se explicitar como efetividade ou como potencialidade nos lugares. Isto não quer dizer que seja a mera extensão da forma inglesa de produção de mercadorias. Os elementos da grande indústria moderna manifestam-se paradoxalmente nas diversas materialidades singulares. Como observaram Marx e Engels, em “*A Ideologia Alemã*”, se uma invenção na Inglaterra desemprega trabalhadores na Índia ou na China só pode ser história universal (MARX e ENGELS, 1974). É a forma de materialização paradoxal das relações sociais universalizadas. É a universalização da socialização do trabalho, pelo trabalho na forma de meios de produção, enfim, do ser social¹⁹.

Para Lênin (1985:290) “é ridículo reduzir o desenvolvimento da grande indústria mecanizada exclusivamente à estatística industrial”.

A universalidade do capitalismo está no envolver a todos, no mundo inteiro, independente da forma específica de envolvimento na divisão internacional do trabalho e de como acontece o envolvimento no mercado mundial. Não existe um modelo determinado para qualificar cada país ou região quanto ao seu estágio ou

¹⁹ No Brasil, por exemplo, a forma de rebatimento se explicitou como receptário de imigrantes regurgitados pela da Europa pela grande indústria; como exploração do sobretrabalho de negros escravizados; como formação de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio, pela produção primário-exportadora de mercadorias, etc.

grau de desenvolvimento, se atrasado/agrícola ou se desenvolvido/industrializado. Todos apresentam a sua cota parte na reprodução do capital e esta participação não se dá de forma estática, mas experimenta várias e sucessivas metamorfoses. São expressões da produção na sociedade burguesa, da produção da sociedade burguesa e da produção de elementos da superação de ambos. Todos são afetados pelos elementos mais desenvolvidos da reprodução do capital e de suas contradições em processo. No século XIX a grande indústria moderna foi o explicitar mais importante da reprodução ampliada do capital.

A maquinaria significou a síntese da união dos homens, expressão mais acabada ou desenvolvida do ser social no processo de produção da vida material enquanto grande indústria. Aqui foi alcançada a plenitude da forma burguesa de produção da vida. Por outro lado, o mesmo processo trouxe consigo elementos da superação das relações burguesas de produção da vida.

Marx observou que:

Como já foi assinalado na exposição sobre a cooperação, a divisão do trabalho e a maquinaria, a economia nas condições da produção de mercadorias que caracteriza a produção em larga escala, se origina essencialmente do fato de que essas condições funcionam como condições sociais de trabalho socialmente combinado, portanto como condições sociais do trabalho. São consumidas em comum no processo de produção, pelo trabalhador coletivo, ao invés de em forma fragmentada por uma massa de trabalhadores sem conexão entre si ou que no máximo, cooperam apenas diretamente em pequena escala. Numa grande fábrica com 1 ou 2 motores centrais os custos desses motores não crescem na mesma proporção de sua potência em cavalos de força e, portanto de sua esfera de atuação possível, os custos da maquinaria de transmissão não crescem na mesma proporção da massa das máquinas de trabalho, às quais transmite o movimento, o corpo da própria máquina de trabalho não encarece proporcionalmente ao número crescente de ferramentas, com que ela funciona como seus órgãos etc. A concentração dos meios de produção poupa, além disso, edificações de toda espécie não só para as oficinas propriamente ditas, mas também para os depósitos etc. O mesmo se dá com os gastos de combustível, iluminação etc. Outras condições de produção continuam as mesmas, quer sejam usadas por poucos ou por muitos (MARX, 1984, L 1, v.2:62).

Aqui se tem o destaque dos vários benefícios decorrentes da utilização de máquinas no processo de produção da riqueza. Acontece a potencialização das

forças produtivas do trabalho social quando o trabalho passa a ser socialmente combinado. Este processo alavanca ao mesmo tempo a elevação da produção da riqueza sob a mediação das relações sociais capitalistas assim como engendra elementos da emancipação humana. Este duplo caráter materializa-se na produção em larga escala na grande indústria. As máquinas expressam-se como a materialização da ciência em técnica.

Para Marx, as máquinas, propriamente ditas datam do século XVIII (MARX, 1985:129). A máquina é uma reunião de instrumentos de trabalho (Id.:129) acionada por um único motor posto em movimento por um motor-humano: o homem (Id.:130), o qual depois será substituído por um motor automático (MARX, 1985:130).

Por meio da grande indústria moderna acontece o alargamento, para a escala mundial, das relações de produção, circulação e apropriação da riqueza mediada pelo capital. Para Marx:

Antes da invenção das máquinas, a indústria de um país operava principalmente com as matérias-primas nele produzidas: Alan, na Inglaterra, Rolinho, na Alemanha, as sedas e o linho, na França, o algodão, nas Índias e no Levante, etc. Com as máquinas e o vapor a divisão do trabalho adquiriu dimensões tais que a grande indústria desvinculada do solo nacional, depende apenas do mercado universal das trocas internacionais, de uma divisão do trabalho internacional (MARX, 1985:130-131).

A partir daqui, os países, as regiões e os lugares tornaram-se singularidades de uma mesma universalidade, seja expressa enquanto potencial ou como material. Após esta universalização apresentam-se, desde 1825²⁰, os elementos da nova

²⁰ Em 1825 o capitalismo completa a sua fase de maturidade e, ao mesmo tempo explicita a possibilidade de sua superação em face às crises cada vez mais agudas. Aliás, tanto para Marx quanto para Engels, em 1823, com a morte de David Ricardo, encerra-se a economia política enquanto referencial de apreensão da realidade pela burguesia. A partir de então a apreensão da realidade deve ser feita como crítica da economia política. Para Engels (1979:5): “Quanto mais os economistas se aproximam do presente, mais se afastam da honestidade. Quanto mais o tempo avança, mais os sofismas necessariamente aumentam. É por isto que, por exemplo, Ricardo é mais culpado do que Adam Smith e Mac Culloch, e Mill mais culpado do que Ricardo. A economia moderna não chega mesmo a julgar convenientemente o sistema mercantilista, porque ela própria é parcial e está ainda aprisionada aos pressupostos desse sistema. Somente o ponto de vista que ultrapassa o antagonismo dos dois sistemas e critique os seus pressupostos comuns, partindo de uma base material puramente humana, poderá assinalar a ambos a sua posição exata. Ficará evidente que os defensores do livre comércio são monopolistas piores que os próprios

transitoriedade materializada nas relações burguesas, expressa na luta de classes e na degradação das condições de trabalho individual. A partir de então se estabelecem novas mediações. Os antagonismos expressam-se entre os produtores e os apropriadores da riqueza social. No dizer de Marx:

A fábrica assinala o seu aparecimento com atos que são tudo, exceto filantrópicos. As crianças foram mantidas no trabalho a golpes de chicotes, tornaram-se objeto de tráfico e fizeram-se contratos com orfanatos. Aboliram-se todas as leis sobre aprendizagem dos operários porque, para nos servirmos das frases do Sr. Proudhon, já não eram necessários operários sintéticos. Enfim, desde 1825 quase todas as novas invenções resultam nas colisões entre o operário, que, a qualquer preço, procura depreciar a especialidade do operário. Depois de cada nova greve de alguma importância surgia uma nova máquina (MARX, 1985:131).

Todos os membros da classe trabalhadora passaram a fazer parte potencialmente do exército ativo de trabalhadores. Deixou de existir, em geral, para a exploração capitalista, ou seja, para a produção de mais-valia, a diferença entre homens adultos, mulheres, jovens e crianças (AUED, 2005a:24). Nesta perspectiva, a luta contra o trabalho de crianças e de mulheres, em certas circunstâncias ganha outra conotação: pode ser entendida como elemento de uma forma superior de produção da vida.

Se os franceses reivindicam em menor grau que os alemães a limitação do trabalho feminino, isto se deve ao fato de que o trabalho das mulheres nas fábricas tem na França, sobretudo em Paris – menos importância. A igualdade de salário para o mesmo trabalho de ambos os sexos foi exigida, pelo que sei, por todos os socialistas, enquanto o sistema geral de salários não tenha sido abolida. Parece-me claro que a mulher trabalhadora necessita de proteções específicas contra a exploração capitalista, por razões psicológicas particulares. Os ingleses que estão na vanguarda da luta pelos direitos formais da mulher, ficam mais ou menos no âmbito da exploração capitalista. Devo reconhecer que me interessa mais a saúde das gerações futuras que a absoluta igualdade dos direitos dos sexos no curso dos últimos anos do modo de produção capitalista. Estou convencido de que uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres só poderá ser verdadeira quando se tiver eliminado a exploração capitalista sobre ambos e o trabalho doméstico privado seja convertido em indústria pública

mercantilistas antigos. Ficará evidente que, por trás do humanismo hipócrita dos modernos, se esconde um barbarismo que os antigos não imaginavam, que a confusão conceitual dos antigos, é, confrontada com a lógica de dupla face dos seus detratores, ainda simples e conseqüente e que nenhuma das duas partes pode reprovar qualquer coisa à outra sem que isto se volte contra si”.

(F. Engels. Carta a Gertrud Guilherme-Schach, 5-7-1885) (MARX e ENGELS, 1992:77).

Como na citação acima, contrapor-se ao trabalho das mulheres, em certas circunstâncias, representa uma preocupação muito mais com as gerações futuras do que com “a igualdade de direitos dos sexos no curso dos últimos anos do modo de produção capitalista”²¹.

Segundo Marx: “As grandes oficinas (Ateliers) compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças porque este custa menos do que o [trabalho] dos homens” (MARX, 2004:36).

Com a grande indústria, o trabalho de mulheres e de crianças torna-se um componente especial para a exploração da classe trabalhadora que não distingue mais nenhum membro da família operária.

Para Marx, “O princípio do sistema automático é na substituição da mão-de-obra pela arte mecânica e na substituição da divisão do trabalho, entre os operários pela análise de um procedimento em seus princípios constituintes” (MARX, 1985:133). Marx referiu-se ao doutor Ure, dizendo que:

O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento no mecanismo são, realmente, os de prescindir inteiramente do trabalho do homem ou de reduzir-lhe o preço, substituindo a atividade do operário adulto pela de mulheres e crianças ou as tarefas de hábeis artesãos pelas de operários sem destreza: esta tendência é só a empregar crianças de olhar vivo e dedos ágeis, em lugar de jornaleiros com longa experiência, demonstra que o dogma escolástico de divisão do trabalho segundo os diferentes graus de habilidade foi, finalmente, rejeitado pelos nossos manufatureiros esclarecidos (MARX, 1985:134).

Assim foi que a potência das forças produtivas no capitalismo produziu efeitos perversos para a classe trabalhadora. Entretanto, depois, as forças produtivas passam a impor limites ao próprio capitalismo na medida em que o seu inexorável

²¹ Por exemplo, por um lado, para os próprios capitalistas, a gestação, o parto, a amamentação, a educação da prole é socialmente necessária para a reprodução da própria prole. Por outro lado, se tornam empecilhos para os capitalistas na medida em que limitam a exploração em determinadas circunstâncias. No processo de emancipação, tendo a ciência se fazendo técnica, este trabalho se torna dispensável (RIBEIRO e LACAZ, 1984:126).

desenvolvimento apresenta elementos da necessidade de construção de uma nova sociedade que lhe é superior.

Ao desenvolver as forças produtivas do trabalho social, quando trabalho pretérito, num primeiro momento explicita a universalidade da classe trabalhadora, mas depois explicita a sua desnecessidade para a imediata produção da riqueza, emancipa, pois, a classe trabalhadora, ainda que negativamente, ou seja, quando não desvincular-se da mediação trabalho-salário para a reprodução constitui-se num tormento para a classe trabalhadora. Coloca-se, assim a potencialidade da emancipação humana na superação do reino da necessidade.

Como observado por Marx (1986:76) e reforçado por Ivo Tonet (2001:90), ao referirem-se à Comuna de Paris, a emancipação do trabalho compreende a superação da propriedade privada, isto é, a abolição da propriedade privada que converte o trabalho de muitos e a apropriação por uns poucos. O processo de produção da riqueza material se converte em instrumento de ‘trabalho livre e associado’²². O trabalho livre e associado, como instrumento de emancipação humana, está para além do trabalho cooperativo. A este respeito Marx (1986:76-77) destacou que:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tornando-se sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, comunismo “realizável”?

Dessa maneira a crítica do capitalismo dá-se na sua maturidade e na sua reprodução. Esta crítica apresentou-se em 1825 com a primeira grande crise comercial na Inglaterra. Depois disto, a cada crise, a crítica materializa-se mais fortemente. Cada vez mais se explicitam elementos da superação da produção da vida mediada pelo capital. Elementos gestados nas entranhas da própria sociedade burguesa. No século XX estas se apresentam pelas dificuldades crescentes de os

²² Esta categoria é usada por Marx e resgatada por Tonet.

homens viverem mediados pelas relações que fundam o capitalismo, que são o rendimento e suas fontes: trabalho-salário, capital industrial - lucro industrial, capital comercial - lucro comercial, terra - renda fundiária, capital bancário - juro, Estado - impostos etc. Percebemos isto decompondo a mais-valia social, a partir dos elementos mais desenvolvidos²³ e em suas partes constitutivas ou de sua forma de manifestação nas relações de produção, circulação e apropriação da riqueza material.

Para Marx (In: MARX; ENGELS, 1987:15):

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas – que são a base de toda sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pela forças produtivas já adquiridas, pela forma social preexistente, que eles não criaram e que é o produto da geração anterior. O simples fato de cada geração posterior encontrar as forças produtivas adquiridas, pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais desenvolvidas estiverem as forças produtivas dos homens e, por consequência, as suas relações sociais. Consequência necessária: a história social dos homens nada mais é do que a história do desenvolvimento individual, tenham eles ou não consciência disto. Suas relações materiais estão na base de todas as suas outras relações. Estas relações materiais são apenas as formas necessárias nas quais se realiza sua atividade material e individual.

e acrescentou:

O sr. Proudhon confunde *idéia e coisas*. Os homens jamais renunciam ao que conquistaram, mas isto não quer dizer que eles nunca renunciem à forma social em que essas forças produtivas forma obtidas. Antes pelo contrário. Para não se ferem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da *civilização*, os homens são forçados, desde o momento em que a forma de seu comércio não corresponda mais às forças produtivas adquiridas, a modificar todas suas formas sociais tradicionais (MARX, In: MARX e ENGELS, 1987:15-16).

²³ Decompondo o capital produtor de juros podemos reconstituir as mediações constitutivas da produção e apropriação da mais-valia social.

Assim foi que a grande indústria impôs-se como força produtiva para a reprodução do capital, mas também produzindo elementos que superam as relações sociais mediadas pelo capital.

3.2. A crítica produção da vida mediada pelo capital no exemplo do socialismo real e a transição

O ser social na configuração burguesa também engendrou elementos de sua própria superação. Esses elementos, ao se metamorfosearem em socialismo real na Rússia em 1917, moldaram-se às condições históricas dos países socialistas. O socialismo real do século XX constitui-se na crítica à forma burguesa de se produzir a vida dos homens. Entretanto, é através dos elementos engendrados na sociedade burguesa que se encontra a crítica ao modo de produção capitalista. Nossa tese é de que a crítica da reprodução degenerativa das relações sociais burguesas, independente das formulações idealizadas dos homens, deve ser apreendida nas contradições da base material da produção da sua existência. Assim, a transição para uma sociedade superior à capitalista, não se faz nem por teorias nem por programas de transição, mas pela decomposição da produção material da existência humana.

Dois são os aspectos importantes desse fenômeno: o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a luta política. A segunda depende da primeira, pois a cabeça que faz a filosofia é produto das mãos que constroem as estradas de ferro – a materialidade. Procuramos compreender como a crítica material do capitalismo apresenta-nos os elementos de sua superação.

Importantes críticas às formulações sobre uma sociedade do socialista são feitas por Marx e Engels e perpassam toda a obra destes autores. Uma das principais questões é que a base material da produção da vida, no tempo de Fourier, Saint-Simon, Robert Owen, ou seja, dos socialistas utópicos, ainda não estava historicamente madura. Entretanto, depois de 1825, formular modelos socialistas,

partindo das idéias e chegando a sistemas teóricos perfeitos e acabados não passa de fantasmagoria. Para Engels, por exemplo:

Os utopistas, já o vimos, foram utopistas por que não podiam ser outra coisa num tempo em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida. Necessitavam construir idealmente os elementos de uma nova sociedade, porque os ditos elementos não se manifestavam, de um modo geral e visível, no seio da antiga sociedade e estavam reduzidos a chamar a atenção para construir o plano do novo edifício, porque não podiam chamar à história contemporânea. Mas quando, cerca de oitenta anos depois dos utopistas, o senhor Dühring pretende tirar um sistema <definitivo> da ordem social, não a matéria real dada pela evolução histórica, como resultado necessário dessa evolução, mas de sua cabeça soberana, da sua razão cheia de verdades definitivas, o senhor Dühring, que por toda a parte vê epígonos não é mais de que o epígono dos utopistas, o último utopista. Chama os grandes utopistas de <alquimistas sociais>. É possível: a alquimia foi necessária na sua época. Mas depois dessa época, a grande indústria desenvolveu contradições que se apresentavam, que se encontravam no seio da forma de produção capitalista até um estado de oposição tão clamorosas que já se pode, se é possível dizê-lo assim, tocar as mãos a derrota iminente dessa forma de produção; que as novas forças produtivas não podem já manter-se e desenvolver-se senão com a introdução de uma forma de produção nova e adequada ao desenvolvimento actual destas forças produtivas; que a luta das duas classes, engendradas pela forma actual de produção, e cujo antagonismo se acentua sem cessar, se apoderou de todos os países civilizados e se torna cada dia mais violento; e, enfim, que se desenvolvam as relações históricas, as condições de transformação social que elas tornaram necessária e os aspectos essenciais de tal transformação, determinados igualmente por essas mesmas relações (ENGELS, 1971:326-327).

Dessa passagem de Engels depreendem-se vários elementos necessários para compreensão da superação da produção da vida mediada pelo capital, a base material dessa produção. Desde a época de Marx e Engels as precondições são dadas pelo desenvolvimento da grande indústria moderna. Foi no seu seio que se desenvolveram as contradições necessárias para a produção de mais-valia, pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, a luta de classes e as condições históricas para a transformação social, isto é, para a superação da produção da vida mediada pelo capital. Pelas formulações de Aued (2005a:58).

[...] os homens, ao engendrarem a exterioridade de suas condições naturais em meios de produção como máquina-ferramenta-automática, alienando-se delas, engendram, ao mesmo tempo, e simultaneamente as condições de se porem como ser social plenamente desenvolvido. Livres por se

emanciparem de suas condições naturais de trabalhadores. Homens humanizados, pois. Comunistas. Como comunistas poderão desenvolver suas singularidades humanas, pois estarão vivendo no mundo da liberdade, uma vez que se emancipam do mundo das necessidades, isto é, do mundo do trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, a alienação plena dos homens na constituição do ser social, onde todos se relacionam com todos, a exteriorização da produção da vida materializada em meios de produção, é a precondição para a passagem do reino das necessidades para o reino da liberdade.

As forças produtivas e a luta de classes enquanto expressões da grande indústria moderna apresentam-se como movimento universalizado na medida em que *“se apoderou de todos os países civilizados”*.

Numa outra passagem, da mesma obra, Engels reforçou que:

[...] As forças produtivas elaboradas sob a direcção da burguesia desenvolveu-se a partir do momento em que as novas máquinas transformaram a antiga manufatura em grande indústria com rapidez e em medida até então inauditas. Mas, tal como noutra tempo, a manufatura e os ofícios desenvolvidos sob a sua acção entraram em conflito com os fios em que se aprisiona a forma de produção capitalista. As novas forças produtivas e a forma de produção não é um conflito nascido no cérebro dos homens – como, por exemplo, o conflito do pecado original dos homens com a justiça divina – mas está nos factos, objectivamente fora de nós, independente da vontade dos próprios homens que o criaram. O socialismo moderno não é mais do que o reflexo ideológico desse conflito real, o seu reflexo ideal na mente e, portanto, na mente da classe que sofre directamente tais circunstâncias, isto é, a classe operária (ENGELS, 1971:329).

Independente da vontade dos homens e do tempo em que se realize historicamente, o que podemos observar é que o capitalismo está, a cada dia, engendrando elementos de sua superação em sua base material. Ainda para Engels (1971:340):

[...] por um lado, a forma capitalista mostra-se incapaz de continuar a reger as forças produtivas e, por outro lado, essas mesmas forças produtivas impulsionam, com intensidade crescente, a pôr termo a essa contradição, a libertar-se da sua condição de capital, a que se reconheça efectivamente o seu carácter de forças produtivas sociais.

Juntamente com a crítica do capital apresenta-se a crítica da forma superior de mediação da reprodução da vida dos homens na crítica do socialismo como transitoriedade para uma sociedade superior.

Segundo Lowy (2002:44-45):

Na história do movimento operário e do socialismo moderno, o período de 1789 a 1830 é uma fase de transição entre o “messianismo burguês” e a idéia de auto-emancipação operária, transição que se manifesta sob duas formas características: o socialismo utópico e as sociedades secretas (sem falar, evidentemente, na adesão de camadas de trabalhadores ao jacobinismo e ao bonapartismo prolongamento mais ou menos direto do mito burguês a classe operária). Os fundamentos históricos dessas formas devem ser buscados no estado ainda embrionário do movimento operário e do proletariado, no sentido moderno do termo.

Para Lowy, estes movimentos estavam presos ao “mito do supremo salvador”, que tinha como referências as doutrinas políticas de Maquiavel, em “O Príncipe”; de Hobbes em o “Soberano Absoluto”; de Voltaire em o “Déspota esclarecido”; de Rousseau o “Legislador”; de Carlyle em o “Herói” (LOWY, 2002:44). Após o período demarcado por Lowy temos os trabalhadores tomando a luta pela emancipação política e econômica nas suas próprias mãos.

Importa observar que, no período acima demarcado, temos que o capitalismo assume a sua fase madura e explicita os elementos de sua decomposição como ocorreu na primeira grande crise comercial na Inglaterra. Este processo explicita a crítica da reprodução do capital e escancara todas as contradições do seu processo de reprodução. Se a primeira grande crise ocorreu em 1825, não tardou o aparecimento do embrião da negação do capital na sua forma política. Trata-se da primeira insurreição dos trabalhadores.

Para Engels, o primeiro grito da potencialidade da sociedade superior apresentou-se com os trabalhadores de Lyon, na França, em 1831 (ENGELS, 1986:52)²⁴. Depois de dezoito anos nebulosos vividos na França (entre 1830 e

²⁴ Engels disse: “Em 1831, estoura em Lyon a primeira insurreição operária e de 1838 a 1842 atinge o auge o primeiro movimento operário nacional; o dos cartistas ingleses. A luta de classe encontra o proletariado e a burguesia passou a ocupar o primeiro plano da história dos países europeus mais

1848), tivemos a crítica na forma de espectro, em 1848, como fora denunciado na apresentação do Manifesto Comunista e relatados por Marx em “O dezoito brumário de Luiz Bonaparte” e em “As lutas de classes na França” (1848-1850)”.

Engels, aliás, numa introdução ao livro “A guerra civil na França”, datada de 1891, fez a seguinte observação, que reafirma sobre a tomada de consciência da classe operária sobre a necessidade de superação do capitalismo:

Assim foi pela primeira vez em 1848. Os burgueses liberais da oposição realizavam banquetes a favor da aplicação de uma reforma eleitoral que asseguravam a supremacia do partido. Vendo-se cada vez mais obrigada a apelar para o povo na luta que sustentavam contra o governo, não tinham outro remédio senão tolerar que os setores radicais e republicanos da burguesia e da pequena burguesia pouco a pouco se colocassem à frente. Mas, por trás desses setores estavam os operários revolucionários que, aos 1830, haviam adquirido muito mais independência política do que imaginavam os burgueses e mesmo os republicanos. Ao verificar-se a crise entre o governo e a oposição, os operários deram início à luta nas ruas. Luís Felipe desapareceu, e com ele a reforma eleitoral (ENGELS, 1986:19).

Para Lowy (2002:51):

As conseqüências econômico-sociais da revolução industrial tornam-se cada vez mais sensíveis na Europa durante o período 1830-1848; crescimento das cidades, desenvolvimento da indústria e do comércio, concentração e aumento numérico do proletariado, pauperização e proletarização do artesanato, etc. Essas transformações determinam, mediata ou imediatamente, um grande reforço e uma reorientação do movimento operário. Assim vemos na França, a constituição de agrupamentos e correntes operárias autônomas separadas de republicanismo ou de jacobinismo puramente burguês, é o rápido desenvolvimento das “uniões operárias”, das sociedades de resistência, das sociedades secretas de composição e ideologia operária, do comunismo neobabovista, é a onda de coalizões, greves, tumultos e insurreições populares. Na Inglaterra, os *trade-unions* se desenvolvem, as massas operárias se organizam politicamente (cartismo), as greves e as sublevações se sucedem. Na Alemanha, as primeiras associações operárias aparecem e também as primeiras revoltas dos trabalhadores. No exílio, os artesãos alemães constituem sociedades secretas babovistas. Em suma, a classe operária européia aparece na cena da História; começa a agir por suas próprias organizações e a esboçar seu próprio programa.

A possibilidade e a necessidade da superação da mediação do capital fazem-se consciência para a classe operária a partir das contradições da produção de sua existência, isto é, das dificuldades de sua reprodução material. Materializam-se

avançados, ao mesmo ritmo em que se desenvolvia neles, por um lado, a grande indústria e, por outro lado, a dominação política recém-conquistada da burguesia” (ENGELS, 1986:52).

situações insuportáveis para a classe trabalhadora. Uma evidência desta consciência explicita-se quando Marx disse que: “A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa mortal” (MARX, 1986:80). A base disto está na materialidade das forças produtivas e de como elas rebatem potencialmente ou efetivamente em cada lugar.

Em 1871 esta crítica apresentou-se como esfinge²⁵ na Comuna de Paris. Na introdução ao livro “A guerra civil na França”, datada de 1891, Engels enfatizou sobre a transição do capitalismo para uma forma superior de produção da vida tendo a grande indústria moderna como pressuposto e meio. A este respeito disse:

Em 1871, mesmo em Paris, dentro do artesanato artístico, a grande indústria deixara já a tal ponto de ser um caso, excepcional, que o mais importante de todos os decretos da Comuna determinava uma organização para a grande indústria, inclusive para a manufatura, que não se baseava só na associação de operários dentro de cada fábrica, mas devia também unificar todas essas associações numa grande federação, em suma, numa organização que, como diz muito bem Marx em A guerra civil na França, teria afinal conduzido forçosamente ao comunismo, isto é, no antípoda direto da doutrina proudhoniana do socialismo (ENGELS, 1986:26-27).

²⁵ A referência exata de Marx é a seguinte: “Ao alvorecer de 18 de março de 1871, Paris foi despertada com o clamor de **‘Viva a Comuna!’**. Que é a Comuna, esta esfinge que tanto atormenta os espíritos burgueses? (MARX, 1986:69) (grifos do autor). Segundo o dicionário Aurélio “Esfinge – 1. Monstro mitológico, leão alado com cabeça e bustos humanos, que matava os viajantes quando não decifravam o enigma que lhes propunha. 2. Fig. Pessoa misteriosa” Daí provêm o dito popular “Decifra-me ou te devoro”. O que nos importa demarcar é que com a Comuna de Paris a emancipação humana já apresentava as feições humanas. O que faltava aos franceses era a materialidade das forças produtivas que se encontravam na Inglaterra. Segundo Pouzadoux (2001:254-256) “Chegando diante da alta muralha (Édipo) da cidade, encontrou suas sete portas trancadas. Era impossível entrar em Tebas. Um monstro fazia o terror reinar ali, recusando a passagem aos estrangeiros que não soubessem resolver o enigma que formulava. Para quem errasse a resposta era a morte. Ele atirava os infelizes candidatos do alto dos rochedos - Esse temível porteiro tinha cabeça de mulher e corpo de leão, e suas garras eram afiadas. Chamavam-no Esfinge. A esfinge perguntou para Édipo: ‘O que é, o que é: de manhã tem quatro patas, ao meio dia duas e à noite três? Édipo não demorou a responder: ‘O homem: na manhã da vida, ainda bebê, ele engatinha; na idade madura. Mantêm-se sobre as duas pernas; enfim, quando suas forças declinam, apóia-se numa bengala’. Furiosa por ter sido derrotada, a Esfinge se atirou do alto dos rochedos e morreu do mesmo modo como matava suas vítimas. Édipo foi recebido como salvador da cidade. Nesse meio tempo, os cidadãos ficaram sabendo da morte do seu rei, e a notícia chegara aos ouvidos da Rainha Jocasta, agora viúva. Por isso, quando decidiram entregar o trono a Édipo, ele a desposou”.

No Século XX a esfinge apresentou-se como ser material, em processo de universalização, na Revolução Russa. Neste sentido, Vazquez (1979:95-96) disse que:

[...] No curso deste longo itinerário, irrompe um acontecimento histórico universal: a Revolução de outubro. Os sonhos, os projetos, as teorias ou as palavras que se haviam formado ou sentido durante longos anos tomaram corpo e ainda que pelo caminho mais insuspeitado, tocavam o chão. Desde então, medimos o socialismo não apenas por suas intenções e projetos, mas, antes de tudo, por suas realizações. O movimento histórico que, por diversos caminhos aspira chegar hoje ao socialismo, não pode deixar de mirar-se no espelho – obscurecido ou diáfano – das sociedades que nestas décadas lutaram por construí-lo ou pretendem tê-lo feito. E qual é a imagem que esse espelho nos oferece? O rosto do socialismo que, em nome da ciência, já se considerava inscrito na férrea necessidade da história, ou no rosto irônico ainda vivo, nas imaginações da utopia?

Na história do Século XX, tivemos a universalização, como potencialidade, da crítica do socialismo como transitoriedade experimentada. Tonet, (2005:135), por exemplo, faz uma crítica ao socialismo real por este ter confundido trabalho associado com trabalho coletivo embora se baseasse neste último²⁶. As experiências materiais recebem a contribuição até mesmo do pensamento burguês que, ao falar do fim da história, apresenta todo o sentido de uma sociedade do vir-a-ser, a sociedade comunista.

Desde Marx e Engels elementos materiais para uma sociedade comunista (socialismo científico) apresentam-se como ciência²⁷, explicitou-se nos elementos da produção da vida, tanto tendo presente a base material expressa nas forças produtivas do trabalho social quanto em relação ao embate político. Estes elementos são engendrados nas entranhas das relações sociais burguesas. Esta degeneração permite ver o comunismo como a sociedade do vir-a-ser fazendo-se nas entranhas do capitalismo como força produtiva do trabalho social como consciência. Como

²⁶ Assim disse Tonet: “O que falta, tanto na produção especificamente capitalista quanto na que foi considerada socialista, é exatamente o controle livre e consciente dos produtores sobre a produção. Especialmente em relação ao chamado ‘*socialismo real*’, o equívoco, aqui, consiste em tomar o trabalho coletivo, ou especialmente o trabalho em forma cooperativa, como sinônimo de trabalho associado” (TONET, 2005:135).

²⁷ Socialismo científico para Engels é sinônimo de comunismo e não de socialismo como aparece nas formulações da social-democracia.

consciência explicita-se nas formulações de Marx e Engels. Ao redigir o Manifesto do Partido Comunista, fizeram uma crítica aos partidos socialistas e à literatura socialista. Num prefácio, datado de 1888, Engels observou o seguinte:

Contudo, quando foi escrito não lhe podíamos ter chamado de Manifesto Socialista. Em 1847 entendia-se por socialistas, de um lado, os partidários dos vários temas utópicos – owenistas em Inglaterra, fourienistas em França, já reduzidos ambos à condição de meras seitas. E em desagregação, do outro lado, os mais variados charlatães sociais que por toda a espécie de remendos pretendiam remediar, sem qualquer perigo para o capital e o lucro, todos os tipos de gravames sociais: em ambos os casos, homens que estavam fora de movimentos da classe operária e que procuravam apoio de preferência, junto das classes <educadas>. Todo e qualquer sector da classe operária que se tivesse convencido da insuficiência das meras revoluções políticas e tivesse proclamado a necessidade de uma mudança social dava a si mesmo o nome de comunista. Era um tipo de comunismo puramente instintivo, tosco, cru; mas já punha o dedo na chaga e teve a força bastante entre a classe operária para produzir em França, o comunismo utópico de Cabet, e na Alemanha, o de Weitling. Assim, em 1847 o socialismo era um movimento da classe média e o comunismo um movimento da classe operária. O socialismo era, pelo menos no Continente <respeitado>, o comunismo era precisamente o oposto. E como a idéia que tínhamos desde o princípio era de que <a emancipação da classe operária tem de ser obra dos trabalhadores>, não podia haver dúvidas sobre qual dos dois nomes tínhamos de adotar. E o que é mais; estamos, e sempre estivemos, longe de o repudiar (In: MARX e ENGELS, 1975:42-43).

Podemos perceber como, a partir da base material efetiva e potencial da grande indústria, já se apresentavam elementos da superação da produção da vida mediada pelo capital, também já se manifestavam como consciência crítica. Não se tratava mais de construir teoricamente o socialismo. A questão posta era a de efetivação de uma sociedade comunista.

A grande indústria era o pressuposto para a emancipação humana. A este respeito, num prefácio ao Manifesto Comunista, de 1892, Engels disse:

Primeiro: é digno de nota que o *Manifesto* nos últimos tempos tenha, em certa medida, transformado num barômetro do desenvolvimento da grande indústria, no continente europeu. Na medida em que se expande num país a grande indústria cresce também entre os operários desse país o desejo de se esclarecerem sobre a sua posição de classe operária, em face dos possuidores, alarga-se entre eles o movimento socialista e aumenta a procura do *Manifesto*; assim, não só a situação do movimento operário, mas também, o grau de desenvolvimento da grande indústria se podem medir

com grande exactidão em qualquer país, pelo número de exemplares do *Manifesto* que circula na língua desse país (ENGELS, In: MARX e ENGELS, 1975:49).

No século XIX aconteceu esta universalidade, da grande indústria e o movimento pela emancipação do mundo do trabalho, como elemento do processo de emancipação humana.

Cabe aos homens libertarem-se das condições impostas pelas necessidades do capital e impor novas relações onde os homens livres superem o “*trabalho físico e mental obrigatório*” e que “*O comunismo na condição de supra-sunção (Aufhebung) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de si (Selbstentfrembung) humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem*” (MARX, 2004:105). Para Basbaum (1982:149) “[...] Além disso, uma automatização geral, pelo alto custo dos equipamentos, é quase impossível numa economia individualista como a do capitalismo”.

Nesta mesma direção Aued (2002b:46) ao refletir sobre a produção, a operação e ao uso do avião e do navio apresenta este aspecto como crítica do engendrar da transitoriedade²⁸, como materialidade presente no capitalismo.

Para Ivo Tonet, o processo de emancipação humana tem o desenvolvimento tecnológico como seu pressuposto. Assim referiu-se:

A existência de um intenso desenvolvimento tecnológico, capaz de atender as necessidades básicas de toda a humanidade, é imprescindível para que o interesse privado possa ser superado como eixo de todo o processo social. Onde há escassez, há carências não satisfeitas e como consequência as lutas dos indivíduos entre si, a formação de classes sociais, da exploração e da dominação. Como resultado, a sujeição do homem às forças sociais

²⁸ Para Basbaum, o socialismo, por excelência se apresenta como processo transitório não para o comunismo, mas para o humanismo. Para isto recorreu ao próprio Marx quando nos Manuscritos observara que “O comunismo, supressão positiva da propriedade privada, que é alienação do homem, é, por isso mesmo, apropriação real do ser humano pelo homem e para o homem. É uma restauração do homem, completo, consciente e a nada renunciando de toda a riqueza alcançada pelo desenvolvimento anterior do homem social, isto é, do homem humano” (Hominizado) (BASBAUM, 1982:154). A isto Basbaum (1982:157) acrescentou: “O humanismo é o comunismo mais os valores imanentes, a humanização final do econômico, a universalização do homem. É a acomodação final do homem e da sociedade, o fim da pré-história da humanidade, o nascimento do *homem novo*.”

estranhas. Não faz sentido, na perspectiva marxiana, falar em socialismo, comunismo, emancipação humana em meio à miséria, à escassez, à carência. Tal maneira de pensar é uma expressão do idealismo, porque atribui à consciência uma tarefa que ela não pode realizar, qual seja, a de transformar em solidários e autodeterminados indivíduos regidos pelo interesse particular. É preciso insistir fortemente nisto, porque entre as inúmeras deformações do pensamento marxiano, de enorme peso, esta idéia de que a disposição subjetiva poderia figurar como o elemento fundamental para a construção do socialismo. Capaz, inclusive, de superar condições inteiramente adversas existentes em países como Guiné-Bissau, Moçambique, Nicarágua, etc (TONET, 2005:162).

Insistimos que estes elementos se apresentam como efetividade ou como potencialidade. Como efetividade encontra-se em certos lugares, considerados como sendo de capitalismo avançado, ou como singularidade. Como potencialidade apresenta-se como a universalidade da produção da vida mediada pelo capital, está em todos os lugares.

Em síntese, como observou Marx, desde o segundo quartel do século XIX o capitalismo já se apresentava como uma sociedade bolorenta. Ao observar a situação da Alemanha, em 1843, em relação à história, Marx e Engels destacaram o seguinte:

Se se quisesse partir do próprio <status quo> alemão e mesmo se tal se fizesse de uma única forma adequada, isto é, negando-o, o resultado permaneceria sempre um *anacronismo*. Mesmo a negação, a recusa da nossa situação política actual, figura já no sótão de inutilidades históricas dos povos modernos, sob forma de uma realidade bolorenta. Se negar as perucas poeirentas terei ainda as perucas não poeirentas. Se negar a situação da Alemanha em 1843, encontro-me, segundo o calendário francês, apenas em 1789, e ainda muito menos no centro da actualidade (MARX e ENGELS, 1976:47).

Assim é que depois de atingir a sua maturidade e escancarar as contradições do capital explicitam-se os elementos de sua negação. Como Marx e Engels referiram-se à situação da Alemanha podemos perceber os desdobramentos das contradições do capitalismo como o espraiamento de uma realidade bolorenta; quando olhamos desde a perspectiva do processo de emancipação humana.

As forças produtivas do trabalho social, o processo de alienação social foi desenvolvido, em sua plenitude, no século XIX. Não obstante, também se

apresentou a possibilidade real de superação do capitalismo como forma de produção da vida dos homens.

3.3. Elementos da transitoriedade ou da degeneração das relações sociais burguesas

A transitoriedade deve ser apreendida na forma como os homens produzem a vida. Nela reproduzem a forma presente e engendram elementos de uma forma superior de produção da vida.

A passagem de uma forma para outra pressupõe a degeneração da forma dominante e, em suas entranhas são gestados novos elementos que a superam. São elementos de um processo de transição, são expressão de um movimento permanente. Ao tratar da decomposição do feudalismo e de gestação de novas classes e novas contradições daí resultantes, Marx observou o seguinte:

É necessário não confundir a revolução de março, nem a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução de fevereiro de 1789 [...].

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram a revolução inglesa e a revolução francesa, foram revoluções do tipo europeu. Elas não foram a vitória de uma classe particular da sociedade sobre o antigo sistema político, mas a proclamação de um sistema político para a nova sociedade européia. **Elas foram o triunfo da burguesia, mas o triunfo da burguesia era então o triunfo de um novo sistema social, a vitória da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal**, do sentimento nacional sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre a primogenitura da dominação da propriedade da terra, das luzes sobre a superstição, da família sobre a linhagem, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês dos privilégios medievais. A revolução de 1648 era o triunfo do Século XVII sobre o Século XVI, a revolução de 1789 a vitória do Século XVIII sobre o Século XVII. Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então, do que as duas partes do mundo onde tinham-se produzido a França e a Inglaterra. (MARX 1982a:71) (grifos nossos).

A consolidação de um processo transitório implica em mudanças radicais das relações sociais de produção da vida então existentes, mas em processo de degeneração. Esta transitoriedade não acontece como um processo rápido nem

linear, é um processo conflituoso quando o novo vai superando o velho e vão configurado-se novas relações sociais. Na passagem do feudalismo para o capitalismo, como observado por Marx, aconteceram mudanças de ordem política, social, nas relações de propriedade e outras, entre os séculos XVI e XVIII. No lugar das relações estreitas e territorializadas, o capitalismo consolida relações eminentemente sociais universalizadas.

Entretanto, ao consolidar-se e atingir a sua maturidade, o capitalismo também começa a apresentar os elementos de sua superação. Para Marx:

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

A transformação da propriedade privada parcelada, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais longo, duro e difícil do que a transformação da propriedade capitalista, realmente já fundada numa organização social da produção, em propriedade social. Lá, tratou-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, aqui trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo (MARX, 1984, v. 2:294).

A luta pela superação do capitalismo apareceu com a própria consolidação do capitalismo, ainda no século XVIII, através dos socialistas utópicos. Posteriormente, com a consolidação do capitalismo, são travadas lutas de classes tendo como fundamento a base material da produção da vida, ou seja, as forças produtivas do trabalho social. Desde o início da década de 1830, que estas lutas cada vez mais se acirraram e tiveram vários momentos contundentes.

Entre 1830 e 1848 aconteceu, na França, por exemplo, um período de transição no qual “[...] a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não havia adquirido força e condições para fazê-lo” (MARX, 1986:71). Este período foi marcado pelo “18 brumário de Luiz Bonaparte”.

Desde então, Marx e Engels dedicaram vários estudos às apreensões destes momentos e dos processos históricos da luta de classes e de seus elementos constitutivos.

No Manifesto Comunista²⁹ Marx e Engels destacaram que: *“O comunismo não tira de ninguém o poder de se apropriar de produtos sociais, tira, sim, o poder de, com esta apropriação, subjugar a si o trabalho alheio”* (MARX e ENGELS, 1975:79). Tem-se como pressuposto que todo o produto resultante do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social deva ser apropriado socialmente e não por uma parcela da sociedade, a classe proprietária dos meios de produção, ou seja, a burguesia.

Como produto social, foi no capitalismo que a potencialização das forças produtivas do trabalho social criou a possibilidade do processo de emancipação humana. Processo que emancipou do trabalho uma classe da sociedade ou um décimo da população como observaram Marx e Engels (1975:78).

Os elementos materiais desta nova transição foram bem destacados por Marx e Engels ao apresentarem, ao movimento dos trabalhadores, no Manifesto Comunista. Vejamos alguns destes elementos. Ao referir-se à propriedade destacaram: *“O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa”, “[...] os comunistas podem resumir a sua teoria nesta única expressão: supressão (Aufhebung) da propriedade privada”* (MARX e ENGELS, 1975:76).

Com relação à produção, observaram que foi no capitalismo onde aconteceu o desenvolvimento da produção da riqueza enquanto produção social, isto é, produção em comum. Assim disseram:

Ser capitalista significa ocupar na produção uma posição que não é puramente pessoal. Que é também social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento por uma atividade coletiva de muitos participantes, em última instância só pela atividade comum de todos os

²⁹ Segundo Vasco Magalhães Vilhena, a partir de 1972, o Manifesto do Partido Comunista passou a ser chamado de Manifesto Comunista (In: MARX e ENGELS, 1975:115).

participantes da sociedade (MARX e ENGELS, 1975:77) (grifos nossos).

Aqui Marx e Engels apresentam o capital como uma relação puramente social, um processo histórico produzido, contraditoriamente, pela sociedade. O germe de sua negação se encontra no processo segundo o qual o capital só pode ser produzido coletivamente, como atividade comum, embora a apropriação da riqueza social seja feita por uma parcela da sociedade, ou seja, a classe proprietária dos meios de produção.

Na avaliação dos resultados da Guerra Civil na França, Marx reforçaria a idéia de que o caminho da emancipação humana dar-se-ia pela apropriação da grande indústria pela classe proletária (ENGELS, In: MARX, 1986:27). O processo de superação da sociedade capitalista tem que considerar como pressuposto o estágio das forças produtivas universalizadas no momento presente. Pois, o presente, em todos os momentos, será sempre a síntese das múltiplas determinações.

O espectro foi fazendo-se materialidade no processo de enfrentamento entre as classes. Marx assinala isto ao refletir sobre o triunfo de 18 de março de 1871, na França, ao dizer que:

Os homens da ordem, os reacionários de Paris, tremeram ante o triunfo de 18 de março. Era para eles o sinal da vingança. Diante de seus olhos erguiam-se os espectros das vítimas assassinadas por eles desde as jornadas de junho de 1848 até o 22 de janeiro de 1871 (MARX, 1986:65).

No processo da luta entre classes, a classe proprietária dos meios de produção e a classe desprovida de tais meios têm como marco histórico decisivo o “*Manifesto Comunista*” escrito em 1848, e o processo revolucionário que acometeu a Europa Ocidental entre 1848 e 1850.

A Comuna seria o modelo de governo dos produtores pelos produtores e deveria espalhar-se pela França.

Qual era a essência da Comuna? Para Marx (Id.:76), “*a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora,*

contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho" (grifos nossos).

Aqui nos deparamos com outra afirmação de Marx e, ao mesmo tempo, preocupante para os dirigentes do movimento sindical e operário do século XX:

A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se opera a existência das classes, por conseguinte, a dominação de classe uma vez emancipada do trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classes (MARX, 1986:76).

Ao que isto pode induzir? Que o socialismo seja fundado na idéia de trabalho para todos?³⁰ A potência das forças produtivas é o pressuposto da nova forma e das novas relações de produção da vida eminentemente social. Não se restringe à emancipação do trabalho de produzir mercadorias. Esta emancipação do trabalho expressou-se da seguinte maneira:

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir "par décret du peuple". Sabem que para conseguir sua própria emancipação e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irremediavelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar um ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz no seu seio. (MARX, 1986:77).

No processo revolucionário, o papel da classe trabalhadora não se trata de questões morais nem ideológicas. Trata-se de libertar os elementos da nova sociedade presentes no seio da sociedade burguesa. Terão que empreender a luta para a efetivação histórica de sua emancipação, cujos elementos foram produzidos nas entranhas das relações sociais burguesas, como efetivação da última fase da pré-história da humanidade. Esta é uma fase transitória para a emancipação humana.

³⁰ Vale ressaltar que a idéia de um socialismo com trabalho para todos foi idealizado, segundo Engels (1979b:225) Saint-Simon, em suas cartas genebrinas.

Depreende-se, assim, como a emancipação humana tem como pressuposto as transformações nos meios de produção da vida. Não é uma questão de idéias a serem materializadas. As relações sociais mediadas pelo capital já eram possíveis de serem superadas. A sociedade burguesa, segundo Marx, estava agonizante e esta agonia prolongar-se-ia enquanto persistirem as relações sociais burguesas.

Para Marx, tomar a história em suas mãos é cumprir o seu papel (Id. 84). Neste sentido, a Comuna seria a potência da universalização do espectro (p. 80), frente às relações sociais mediadas pelo capital, tendo-se presente o capitalismo como "infame civilização baseada na escravização do trabalho" (Id.:92).

Lendo o Manifesto Comunista e a obra sobre a Guerra Civil na França, depreendemos como o espectro transformou-se em "esfinge" (MARX, 1986:69) na "Comuna de Paris", quando tentou-se um "assalto ao céu". No século XX a esfinge ganharia materialidade e se universalizaria, como nova potencialidade social, com a Revolução Russa³¹.

Como dito anteriormente, uma crítica da potencialidade da transição para o processo de emancipação humana apresenta-se quando as relações burguesas atingem a sua maturidade. Assim, ao reproduzir-se, apresenta os elementos de sua degeneração e a possibilidade de sua superação.

Explicita-se, progressivamente, antes de qualquer coisa, a desnecessidade dos capitalistas como homens que comandam trabalhadores à medida que as atividades produtivas são comandadas por outros trabalhadores.

Com o desenvolvimento da grande indústria consubstanciada na máquina-ferramenta-automática, os operários vão tornando-se progressivamente em desnecessários para a produção da riqueza material. Para Marx e Engels, mesmo

³¹ Não cabe aqui julgar o processo como um todo. Entretanto, depois da Revolução Russa, o que temos não é mais uma crítica ao socialismo, mas uma crítica do socialismo. Como dissera Sartre em relação ao marxismo, que só o marxismo poderia criticar o marxismo, só o socialismo pode fazer a crítica ao socialismo. Ou será que a roda da história tem marcha ré?

que aparentemente as relações na superfície ocorram entre pessoas livres e iguais³², o capital só reproduzir-se pela violência, pela corrupção, pelo logro, pela dívida pública, pela trapaça, escancara a necessidade de sua superação. Processo este que podemos apreender reconstituindo as mediações entre todas as relações sociais da produção, da circulação e da apropriação da riqueza social. Para Engels (1986:74):

O que não impede que essa divisão da sociedade em classes se realize por meio de violência e da espoliação, da astúcia e do logro, nem quer dizer que a classe dominante, uma vez entronizada, se abstenha de consolidar o seu poderio à custa da classe trabalhadora, transformando o seu papel social de direção numa maior exploração das massas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social vai-se, cada vez mais, explicitando a desnecessidade de parcela cada vez maior da classe trabalhadora para a produção de elementos necessários à existência dos homens. Sob a mediação do capital, esta desnecessidade manifesta-se pelo regurgitamento de homens do processo de produção da riqueza. É uma emancipação negativa. Negativa porque se quebra a mediação entre proprietários dos meios de produção, de um lado, e da força de trabalho e, de outro, os que só são proprietários da força de trabalho ficam desprovidos de seus meios de reprodução. Quebram-se as mediações da divisão social do trabalho como relação burguesa.

Para chegar à forma superior é preciso chegar à exaustão do desenvolvimento das forças produtivas³³, da divisão do trabalho e do intercâmbio universalizando, aos extremos da contradição entre a produção social e a apropriação privada da riqueza material. Tendo-se em conta o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, neste momento, os homens terão superado o reino da necessidade, restando-

³² A este respeito Marx observa: “O capital, enquanto aparece no processo de circulação defronta a visão trivial sobretudo na figura do capital mercantil, como uma espécie de capital atuante apenas nesse domínio, por isso, o lucro aí está em parte relacionado com a confusa idéia de uma trapaça geral, ou, de maneira mais precisa, com a idéia de o comerciante fraudar o industrial ou o consumidor, como o capitalista industrial logra o trabalhador ou os produtores se logram uns aos outros. De qualquer modo, utiliza-se a troca para explicar o lucro, portanto, uma relação social e não uma coisa” (MARX, 1985:1495).

³³ Exaustão no sentido de que é preciso que o capital coloque um freio, sob pena de perder o completo controle do uso das forças produtivas.

lhe a liberdade. Estão dados os elementos da emancipação humana. Não basta a razão, é preciso os meios materiais necessários. Como observou Engels (1986:73-74):

[...] A fim de que esse progresso, como todos os progressos sociais seja viável, não basta ser compreendido pela razão que a existência de classe é incompatível com os ditames da justiça, da igualdade, etc., não basta vontade de abolir essas classes, - mas são necessários determinadas condições econômicas novas. A divisão da sociedade numa classe exploradora e por outra explorada, uma classe dominante e outra classe oprimida era uma conseqüência necessária do anterior desenvolvimento incipiente da produção. Enquanto o trabalho global da sociedade der apenas o estritamente necessário para cobrir as necessidades mais elementares de todos e talvez um pouco mais; enquanto, por isso o trabalho absorver todo o tempo ou quase todo o tempo, da imensa maioria dos membros da sociedade, esta divide-se necessariamente, em classe.

Nos *Grundrisse*, Marx apresenta elementos da universalização da base material de produção da vida mediada pelo capital. Trata-se do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social expresso no desenvolvimento do sistema de máquinas automáticas. Aqui se explicita o grau mais elevado da alienação social. A produção da riqueza manifesta-se como “aplicação tecnológica da ciência” (MARX, 1980:41; MARX, 1985:109 v.II).

Segundo Supek (1980:27):

A capacidade real de produção objetivou-se e materializou-se na economia automatizada da sociedade, na ciência e na tecnologia, instituições sociais do progresso e da produção e é natural que cada indivíduo na sua qualidade de ser social, tendo contribuído ao longo da história para o progresso dessa ciência e dessa tecnologia, e de um modo geral para a criação de bens materiais, veja nessa produção objetivada uma parte vital de si mesmo.

Estes elementos são pressupostos para a apropriação consciente do produto histórico do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Para Marx (1980:37-38), o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social completou-se com o sistema automático de máquinas. Sobre isto Marx assim referiu-se:

Sendo assim acolhido no processo de produção do capital, o instrumento de trabalho sofre ainda numerosas metamorfoses, a última das quais a máquina, ou melhor, o sistema automático de máquinas, movido por um autômato, que é a força motriz que se põe a si próprio em movimento (O sistema de maquinaria; só ao tornar-se automático é que a maquinaria encontra a sua forma mais acabada e adequada e se transforma num sistema).

Este autômato compõe-se de numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, o que determina que os operários não sejam mais do que acessórios conscientes.

e acrescentou:

Na máquina – e ainda mais no sistema de máquinas automáticas – o meio de trabalho é transformado, inclusive no seu valor de uso e na sua natureza física, num modo de existência correspondente ao capital fixo e ao capital em geral (MARX, 1980:38).

Com o sistema de máquinas automáticas dominando o processo de produção, o trabalho vivo passa a ser acessório. A este respeito Marx disse:

Assim, o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido em que o trabalho constituiria a sua unidade dominante. Nos numerosos pontos do sistema mecânico, o trabalho aparece apenas como corpo consciente, sob a forma de alguns trabalhadores vivos. Dispersos, submetidos ao processo de conjunto da maquinaria, não formam mais do que um elemento do sistema cuja unidade não reside nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) que, em relação à atividade isolada e insignificante do trabalho vivo, aparece como um organismo gigantesco. Nesse sentido, o trabalho objetivado aparece realmente no processo de trabalho, como poder dominante face ao trabalho vivo, enquanto que, até aí, o capital era apenas o poder formal e desse modo se apropriava de trabalho.

Aqui aparecem os elementos da emancipação humana. O trabalho vivo - torna-se secundário e desnecessário à produção da riqueza social (valores de uso) como força produtiva. A produção da riqueza social se expressa como materialização da ciência. Como observou Marx:

A ciência manifesta-se portanto nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura o operário é supérfluo, a menos que a sua ação não seja determinada pela necessidade do capital (MARX, 1980:41).

e ainda:

O capital tende portanto a conferir à produção um caráter científico, e a reduzir o trabalho imediato de forma a que não seja mais do que um simples acessório desse processo. Constata-se, tal como para a transformação do valor em capital, que este implica previamente como um certo desenvolvimento histórico das forças produtivas – entre as quais a ciência – para, por sua vez, se fazer progredir segundo um ritmo acelerado (MARX, 1980:42).

A materialização da produção como aplicação tecnológica consciente da ciência apresenta a base para a emancipação dos homens. Este processo possibilita, como observado por Aued (2005), o processo de superação da desumanização dos homens. São elementos gestados nas entranhas do capitalismo e serviu tanto para impulsioná-lo, num primeiro momento, quanto para indicar a possibilidade de sua superação.

Com relação ao impulso da acumulação capitalista tomando como referência a ciência e a tecnologia, Marx (1980:49) assim destacou:

[...] Ora, à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação de riquezas depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada, e cada vez mais do poder dos agentes mecânicos postos em movimento durante a duração do trabalho. A enorme eficiência destes agentes, por sua vez, não tem qualquer relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção. Depende, antes, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção [...].

Aqui apresentam-se novos aspectos da produção da vida e novas mediações entre os homens. Apresenta-se a possibilidade da sociedade onde o tempo de trabalho deixa de ser critério de medida de riqueza social.

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixa de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa, portanto, também de ser a medida do valor de uso. O sobretalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano.

Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o

processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobretrabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos (MARX, 1980:51).

Noutra passagem Marx destacou:

O desenvolvimento do capital fixo indica o grau em que a ciência social em geral, o saber, se tornaram numa força produtiva imediata e, por consequência, indica até que ponto as condições do processo vital da sociedade estão submetidas ao controle da inteligência geral, e levam a sua marca, até que ponto as forças produtivas sociais não são apenas produtivas sob a forma do saber, mas também com órgãos imediatos da práxis social, do processo vital real (MARX, 1980:52).

Encontramos assim indicações das condições necessárias para a superação da produção da vida mediada pelo capital. Os elementos da superação da sociedade capitalista. Aparecem as condições para organização da produção da vida cujo principal critério é a ampliação do tempo livre e o desenvolvimento das potencialidades humanas. No dizer de Marx (1980:54):

Seja como for, o capital cria uma grande quantidade de tempo disponível, para além do tempo de trabalho necessário à sociedade em geral e a cada um dos seus membros em particular, ou seja, uma margem de espaço para o desenvolvimento de todas as forças produtivas de cada indivíduo e, portanto, também da sociedade.

Esta criação de tempo de não-trabalho surge, para o capital e sistemas anteriores, como um simples tempo de não-trabalho, tempo livre, segundo alguns. Mas no que toca ao capital, este aumenta o tempo de sobretrabalho da massa por todos os meios da ciência e da arte, visto que a sua riqueza é diretamente função da apropriação do tempo de sobretrabalho, isto é, o seu fim é diretamente o valor, e não o valor de uso. Assim, ele é, apesar de tudo, o instrumento que cria os meios de tempo social disponível, que incessantemente reduz a um mínimo o tempo de trabalho para toda a sociedade e liberta, portanto, o tempo de todos, com vista ao desenvolvimento próprio de cada um.

Entretanto, ele próprio tende sempre à criação do tempo disponível, por um lado, para o transformar em sobretrabalho, por outro. Se consegue criar tempo disponível, padecerá de sobretrabalho, e o trabalho necessário será interrompido, pois o capital deixa de poder valorizar qualquer sobretrabalho.

Quanto mais esta contradição se desenvolve, mais claro se torna que o crescimento das forças produtivas não mais poderá ser travado pela apropriação do sobretrabalho de outrem.

As massas operárias devem, portanto, elas próprias, apropriar-se de seu sobretrabalho. Desse modo, o tempo disponível deixa de ser uma existência contraditória. O tempo de trabalho necessário mede-se, então, pelas necessidades do indivíduo social. E o desenvolvimento da força produtiva social cresce com tão grande rapidez que, mesmo se a produção for calculada em função da riqueza de todos, o tempo disponível cresce para todos.

São muitos os aspectos que Marx apontou para explicitar elementos da emancipação humana decorrente do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social sob a mediação do capital. Entretanto, dentre eles destacamos a questão do tempo disponível ou tempo de não-trabalho. Assim, o tempo disponível para além do tempo de trabalho necessário à sociedade em geral "cria uma margem de espaço para o desenvolvimento de todas as forças produtivas de cada indivíduo e, portanto, também da sociedade".

Sob a mediação do capital a questão do tempo disponível encerra uma contradição. Como a produção na sociedade capitalista tem por finalidade a produção do mais-valor, o tempo disponível deve ser transformado em "tempo de sobretrabalho da massa por todos os meios da ciência e da arte". Mas, para Marx chegará ao ponto em que o capital não poderá travar o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, quanto mais se desenvolve a contradição entre tempo disponível, tempo de sobretrabalho, "mais claro se torna que o crescimento das forças produtivas não mais poderá ser travado pela apropriação do sobretrabalho de outrem". A contradição resolve-se na medida em que as massas operárias apropriam-se do tempo de sobretrabalho. Pois, em relações sociais superiores às mediadas pelo capital "o tempo necessário mede-se, então, pelas necessidades do indivíduo social".

Com a apropriação do tempo disponível ou do tempo de não-trabalho, ou tempo livre do indivíduo social, pela massa operária, digamos, por toda a sociedade, "o desenvolvimento da força produtiva social cresce com tão grande rapidez que,

mesmo se a produção for calculada em função da riqueza de todos, o tempo disponível cresce para todos”. Portanto, numa sociedade superior à capitalista, as forças produtivas do trabalho social, gestadas no capitalismo, não deverão ser destruídas, mas racionalmente utilizadas e potencializadas para o desenvolvimento humano de todos. Não se trata de destruir as forças produtivas e criar novas forças produtivas. Por conseguinte, Marx concluiu que:

A verdadeira riqueza significa, com efeito, o desenvolvimento da força produtiva de todos os indivíduos. Por conseguinte, deixa de ser o tempo de trabalho mas o tempo disponível que mede a riqueza.

Se o tempo de trabalho é a medida da riqueza, é porque a riqueza se fundamenta na pobreza, e porque o tempo-livre resulta da base contraditória do sobretrabalho; por outras palavras: isso supõe que todo o tempo do operário seja considerado como tempo de trabalho, e que ele próprio seja reduzido ao nível de simples trabalhador e subordinado ao trabalho (MARX, 1980:55).

A transitoriedade para “uma nova era na história do desenvolvimento social”, isto é, a passagem da última fase da pré-história da humanidade para a o início da história da humanidade, segundo Supek (1980:28), coloca-se quando:

A libertação da força de trabalho da produção e o aparecimento do “tempo livre”, resultado da “diminuição do trabalho necessário da sociedade”, colocarão em primeiro plano os problemas da utilização humana do tempo livre e o consumo humano e todos os problemas levantados pela criatividade livre dos indivíduos, cujos conhecimentos se desenvolverão no domínio das ciências, das artes, etc. é a abertura de uma nova era na história do desenvolvimento social.

Este processo possibilita:

[...] encontrar novas qualidades úteis para as coisas, troca universal dos produtos de todos os países e de todos os climas, novas transformações (artificiais) das coisas naturais, visando dar-lhes novos valores de emprego, prospecção da terra em todas as direções, a fim de descobrir novos objetos de utilização para os antigos e as suas novas qualidades como matéria-prima, etc., donde, o desenvolvimento máximo das ciências naturais; donde também a descoberta, a criação e a satisfação das novas necessidades que nascem da própria sociedade (SUPEK, 1980:29).

Por todas as observações acima temos que, a universalidade do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social constituem-se no pressuposto para o engendramento da sociedade do tempo livre para o desenvolvimento coletivo e de cada indivíduo. Os indivíduos são visto como cota parte do ser social. A liberdade de uns não significará a opressão de outros.

Alcança-se a universalidade da produção da vida mediada pelo capital assim como a potencialidade de sua superação. Universalidade que se rebete nas singularidades de maneira paradoxal. A este respeito Marx fez uma correlação entre a Inglaterra e a Irlanda, quando afirmou que na Irlanda encontrava-se o latifúndio da Inglaterra. Dessa forma, lutar contra o latifúndio na Irlanda era o mesmo que lutar contra a forma mais avançada do capital como se apresentava na Inglaterra (MARX, 1997:287). Assim consta:

“Se a Inglaterra é o baluarte do latifundismo e do capitalismo, a Irlanda é o único ponto em que pode ser aplicado o grande golpe contra a Inglaterra oficial. Em primeiro lugar, a Irlanda é o baluarte do latifundismo inglês. Se este cai na Irlanda, cairá na Inglaterra”.

A ciência no processo de produção da riqueza material torna-se fundamento da emancipação dos homens, ao incorporar e reproduzir os movimentos dos homens.

Neste processo, o desenvolvimento das forças produtivas, a divisão do trabalho, o intercâmbio produzido no mundo burguês são, ao mesmo tempo, elementos que engendram a negação das próprias relações sociais burguesas. São pressupostos da reprodução e da negação do capitalismo. O processo vai sendo escancarado à medida que o espectro se transforma na esfinge pela materialidade da Comuna de Paris (MARX, 1986:69).

A forma madura do capitalismo se explicitou na grande indústria. Ao mesmo tempo este processo vai explicitando os elementos do domínio do capital e seu caráter reacionário, tanto quanto se explicita a desnecessidade desta classe para o processo imediato de produção da riqueza social. Como descreveu Marx:

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social de máquina do despotismo de uma classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente regressivo do poder do Estado [...] (MARX, 1986:70).

A degeneração da burguesia, ou a transformação de revolucionária, como fora frente ao feudalismo, em classe reacionária, veio à tona. Com isto:

[...] O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo é o viveiro de todas as suas corrupções. Sua produção é a produção da sociedade que ele salvou, foram postas a nu pela baioneta da Prússia, que por sua vez ardia em desejo de transladar esse regime de Paris para Berlim (MARX, 1986:71-72).

Aqui se apresenta um vácuo de poder onde a burguesia não tem mais o que fazer a não ser expressar a sua degenerescência e a classe operária não parece preparada para engendrar a destruição dos elementos que dão sustentação à sociedade burguesa. As suas células não se renovam. O ser se mantém pela conservação. Cresce, mas cresce degenerativamente. Do ponto de vista da relação social:

A introdução da máquina é fator importante para elevar a produtividade do trabalho e, por conseguinte, o bem-estar da população. David Ricardo, em 1817, na sua obra "Princípios de Economia Política e Tributação", foi o pensador que formulou essa teoria, na qual expressou adequadamente a sua época. Porém, em 1823, ao publicar a terceira edição dessa obra, ele reformulou a afirmação smithiana sobre a distribuição da riqueza. Ele já aceitava a teoria de que todas as pessoas ganham com o aumento da produção e a riqueza de uma nação. Disse que com a introdução da máquina na produção da riqueza, aumenta, sim, a produtividade do trabalho e, por conseguinte, há redução do preço das mercadorias. Mas, mesmo com a redução dos preços das mercadorias, nem todos podem comprar mais porque há um contingente de pessoas que não podem adquiri-las. Essas pessoas não dispõem de renda para comprá-las, mesmo a preços mais baixos, porque foram demitidos de seus empregos. Portanto, há um contingente de indivíduos, diz David Ricardo, que não se beneficia das causas e da natureza da elevação da riqueza de uma nação (AUED, 2002b:17-18).

Quando as pesquisas materializam-se em novas técnicas de produção, engendram elementos da emancipação do trabalho. Sob a mediação do capital esta emancipação é negativa para a maioria dos trabalhadores, na medida em que os liberta do processo de trabalho, mas os priva dos meios de reprodução biológica e social. É uma emancipação negativa do trabalho para o contingente que fica privado da possibilidade de comprar as mercadorias produzidas pela elevação da produtividade do trabalho social resultante da introdução de novas máquinas no processo de produção de mercadorias.

As novas técnicas não afetam só os trabalhadores. Na medida em que ela torna-se meio de concentração e centralização do capital, também elimina do processo cada vez mais parcela maior de pequenos e médios capitalistas.

Para os operários, como homens burgueses, a máquina foi tomada como inimiga do homem, ao perceber que ela o substituía com perfeição os imperfeitos movimentos dos homens (BASBAUM, 1982:25). A máquina nada mais é que a explicitação da externalidade humana. Ela é o homem enquanto força produtiva social. Ela apresenta-se como possibilidade de libertação do homem de um tormento. É por esta libertação que o homem produz-se enquanto ser consciente.

Para Marx:

Trata-se, para o trabalhador, não somente da eliminação da especialização e da depreciação de sua capacidade de trabalho, mas da eliminação mesma dessa parte cuja flutuação é constante e pertencente a ele sendo sua única mercadoria – a eliminação de sua capacidade de trabalho. Capacidade que se coloca como supérflua ante a maquinaria, seja porque cabe a esta última a realização completa de parte do trabalho, seja porque diminui o número de trabalhadores que assistem diretamente à maquinaria. Da mesma forma que isso ocorre, também aqueles trabalhadores vinculados ao modo de produção precedente, na concorrência com a maquinaria, acabou por se arruinar (MARX, 2005:239).

Esta substituição de trabalhadores por máquinas provocou uma série de revoltas dos trabalhadores dispensados, como no exemplo do movimento ludista (HOBBSAWM, 1981). O próprio Marx, não obstante, destacou que:

É primeiramente junto à maquinaria que o trabalhador luta de imediato contra a força produtiva desenvolvida pelo capital como sendo aquele princípio anárquico fundado no trabalhador mesmo – o trabalho vivo. A destruição das máquinas e a oposição geral, por parte dos trabalhadores, à introdução da maquinaria é a primeira expressão esclarecida da luta contra a produção capitalista desenvolvida, tanto como modo como meio de produção (MARX, 2005:233).

À primeira vista, a máquina, ao ser incorporada ao processo de produção, parece maléfica aos homens, em particular para os que ela substitui. Entretanto, ao ser incorporada ao processo de produção ela apresenta elementos da emancipação do trabalho, libertando para construir-se como homens humanizados. Liberta os homens da condenação das Sagradas Escrituras. Ao incorporar-se às atividades produtivas a máquina liberta o homem a pensar em homem como homem de produzir homens emancipados, ou seja, plenamente humanizados.

Ao referir-se à história e ao processo de transição, Engels (1976:237-238) disse:

Tal como o conhecimento, a história não pode encontrar um acabamento definitivo num estado ideal perfeito da humanidade; uma sociedade perfeita, um <Estado> perfeito, são coisas que não existem fora da imaginação; muito pelo contrário, todas as situações que se antecedem na história são apenas etapas transitórias no desenvolvimento sem fim da sociedade humana, avançando do inferior para o superior. Cada etapa é necessária, e por conseqüência legítima, para a época e para as condições a que se deve a sua origem, mas torna-se caduca e injustificada em presença de condições superiores novas que, pouco a pouco, se desenvolvem no seu próprio seio; é preciso que ceda o lugar a uma etapa superior, que, por sua vez, entra no ciclo da decadência e da morte. Tal como a burguesia, por intermédio da grande indústria, da concorrência e do mercado mundial, dissolve na prática todas as velhas instituições estáveis e veneráveis, assim esta filosofia dialética dissolve todas as noções de verdade absoluta definitiva e de estados absolutos da humanidade que lhes correspondem. Nada subsiste de definitivo, de absoluto, de sagrado, perante ela; mostra a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas, e só subsiste diante dela o processo ininterrupto do devir e da morte, da ascensão sem fim do inferior ao superior, de que ela é apenas reflexo no cérebro pensante. Tem também, é verdade, seu lado conservador reconhece a legitimidade de certas etapas do desenvolvimento do conhecimento e da sociedade para a sua época e condições; mas não vai mais longe. O caráter conservador desta maneira de ver é relativo, o seu caráter revolucionário é absoluto – o único absoluto, aliás, que ela deixa prevalecer.

Só podemos apreender a realidade, na totalidade, com a história realizada e seu movimento não é nem bom nem mau, nem é controlado, mas é contraditoriamente engendrado pelos “*nexos, mediações e relações*” sociais (AUED, 2004) independentes de suas vontades. Para Engels, contribuição histórica da sociedade burguesa foi a de ter efetivado o ser social explicitado através da grande indústria, da concorrência e do mercado mundial. Porém, “*Nada subsiste de definitivo, de absoluto, de sagrado, perante ela, mostra a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas, e só subsiste diante dela o processo ininterrupto do devir e da morte, da ascensão sem fim no inferior ao superior, de que ela é apenas reflexo no cérebro pensante*”. É o movimento de nascimento, de crescimento, de maturidade, de degenerescência e de morte, dado que “*tudo que é sólido se esfuma no ar*”. Cada época histórica gera as condições que lhes são superiores.

É por esta reflexão que nos guiamos em relação ao processo de transitoriedade como expressão do movimento dialético da história.

Este processo, na nossa apreensão, foi engendrado pela potencialização das forças produtivas, quando atingiram a sua maturidade com a grande indústria, no século XIX, como expresso anteriormente.

O século XX foi palco de várias experiências e apresentou uma crítica material pelas experiências socialistas, as quais não conseguiram completar a transição para o comunismo, exatamente porque careceram da materialidade das forças produtivas na sua forma mais avançada como as amadurecidas pelo ser social mediado pelo capital para a produção da vida. Isto evidenciou-se quando os homens foram obrigados a produzirem a vida tendo que recorrer ao trabalho das mãos como fundamento³⁴. Parece até um retorno à velha manufatura cuja crítica material fora apresentada pela grande indústria.

O último quartel do século XX apresentou-se como crítica material explicitando, por um lado, a dificuldade – quase impossibilidade - do controle da valorização do capital devido à facilidade com que o desenvolvimento tecnológico

³⁴ Lênin e os “sábados comunistas”.

possibilitou a reprodução de meios tecnológicos para a produção da vida, mesmo que com a continuidade do processo de compra e venda de mercadorias³⁵. Por outro lado, aconteceu a crise do socialismo real cuja expressão maior foi o desmantelamento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Entretanto, isto não pode ser surpreendente se tomarmos como divisa que os homens só colocam os problemas quando as soluções já se apresentam, ou como no dizer de Marx (MARX, 1982:26):

Uma formação social nunca perece, antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem.

Se os homens colocaram o socialismo como realidade foi porque a materialidade da própria decomposição do capitalismo, independente do lugar onde estivesse se fazia possível. Colocou-se assim como materialidade a transição do capitalismo para uma forma superior de produção da vida. Transição esta cuja característica, por ser mesmo transitoriedade, é a de manifestar-se através de avanços e recuos. É o embate entre o velho e o novo.

É do capitalismo, da sua degeneração, que emerge o novo ser social. Assim é que a gênese da superação está contida no próprio ser social. A destruição do ser está no seu próprio código genético. A sociedade capitalista é, portanto, incubadora da sociedade comunista, tendo o socialismo como processo transitório.

³⁵ Estamos aqui nos referindo aos produtos que o capital agora chama de piratas como se o capital não tivesse nada a ver com a pirataria. Fazem toda uma campanha difamatória, irracional, contra a racionalidade do consumidor, conclamando, hipocritamente, para defesa dos direitos autorais e dos empregos que o próprio capital elimina progressivamente com a mesma tecnologia. A questão é que a tecnologia simplifica a reprodução. Basta interceptar uma linha de transmissão para não precisar pagar nada para as grandes controladoras das comunicações. Não precisa nem comprar sementes transgênicas. A questão é simplesmente não pagar royalties. Temos também a facilidade de transferências financeiras onde pessoas com domínio da tecnologia da informática pode executar transferências financeiras. Outro exemplo se tem na própria dificuldade da NASA (Agência Espacial Norte-Americana) poder ser acessada, mesmo que por acidente, por adolescentes.

O que se apresenta, para nós, atualmente, é uma síntese e produto do capital. Mas, na medida em que a produção da vida se faz em comum, a riqueza material produzida em comum só tem sentido humano se a apropriação se der igualmente em comum, para ser usada comumente. Caso isto não ocorra a toda a sociedade continua-se incorrendo em falsos custos³⁶.

Nesta perspectiva vemos a dificuldade do capital sustentar, sobre uma carapaça jurídica e política, a continuidade do controle sobre a produção da vida. A vida humana insiste em se apresentar como possibilidade presente, para além do capital.

Se na luta da qual resultou a sociedade burguesa teve-se a desagregação e a ruína de camponeses e de artesãos, agora a questão que se tem é saber qual o futuro de trabalhadores subsumidos no capital e que não conseguem reproduzirem-se mais pelo trabalho estranhado.

Para entendimento do espaço transitório, importa ter presente a reflexão de Muller (2005:11-12) segundo a qual:

O movimento da transitoriedade é constituído por sujeitos humanos que tem a união de homens para produzir homens. Não se trata da produção de homens para viverem de lucro, de renda da terra, de juros ou de salários, por isso constituem a contradição do nosso tempo. Trata-se de uma geografia crítica que indica o movimento da transitoriedade dos sujeitos humanos emancipados em movimento, construindo uma crítica para além da crítica do capital. Pois, a atual forma de produção da vida está esgotada, não sendo mais possível a reprodução pelo salário e pelo lucro, mas a produção

³⁶ Os falsos custos se explicitam aqui pela ociosidade de certos produtos que depois de adquiridos são relativamente pouco usados. Vejam os exemplos dos eletrodomésticos adquiridos para cada família que mora num condomínio. Tomemos o caso da máquina de lavar roupas. Cada família procura adquirir uma quando o racional seria que no condomínio tivesse um espaço onde certos produtos que ficam a maior parte do tempo em ociosidade, fossem usados em comum. Isto ocorre com muitos outros produtos apropriados privadamente na sociedade capitalista. O caso do automóvel particular é outro exemplo. Senão vejamos: as pessoas se deslocam para o seu ambiente de trabalho durante meia hora e depois deixar seu automóvel no estacionamento até retornar. Se somássemos todos, veríamos quanto material foi gasto para manter os produtos em ociosidade. Esta não é, por certo, a racionalidade da sociedade socialista e muito menos da sociedade comunista.

e reprodução coletiva consciente da riqueza³⁷.

Segundo Santos (1997:54):

O fato, porém, é que cada estrutura do todo reproduz o todo. Assim, em uma fase de transição, as estruturas vindas do passado, ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar a reproduzir o todo tal como era na fase precedente. Todavia, se cada estrutura conhece seu próprio ritmo de mudança, a estrutura do espaço é a instância social de mais lenta metamorfose e adaptação. Por isso, ela poderá continuar, por muito tempo, a reproduzir o todo anterior à situação que se deseja eliminar.

A transitoriedade é, portanto, engendrada no processo contraditório de reprodução do capital. Ela manifesta-se nas diversas e específicas materialidades diferentemente, embora sejam elementos de um mesmo processo. A mesma superprodução de capital apresenta a miséria crescente como faces de uma mesma moeda. Quanto mais persistem as relações mediadas pelo capital maior é o grau de degeneração humana.

Ao responder sobre a derrubada da ordem social capitalista, Marx disse:

Neste sistema, o capital e a terra são propriedades dos empresários, enquanto o operário não possui nada além de sua força de trabalho, que é constrangido a vender como mercadoria. Afirmamos que este sistema não constitui nada mais do que uma fase histórica, que ele desaparecerá e cederá lugar a uma ordem social superior (MARX, In: CHASIN, 1987:60).

Entretanto, com o processo de reprodução ampliado do capital, nos seus diversos ciclos, podemos perceber o regurgitamento progressivo de trabalhadores do processo imediato de produção da riqueza. No atual momento histórico tornou-se comum os trabalhadores lutarem desesperadamente pelo constrangimento de poderem vender sua força de trabalho como mercadoria. O constrangimento de outrora se transforma em motivo de felicidade para muitos. A nova fase histórica de

³⁷ Mesmo fazendo parte de um trabalho em processo, por se tratar de um texto preparado para qualificação, este trabalho, desta forma e por este autor, só terá continuidade a partir de sua divulgação. O companheiro que estava empreendendo esta reflexão nos deixou no fatídico dia 18 de junho de 2005. Grande Miguel!

produção da vida, para além do capital, apresenta seus elementos mesmo que estes sejam apenas elementos esparsos.

Para Mészáros, existe a necessidade de uma teoria geral da transição do capitalismo para o socialismo através de uma política radical. Assim para ir “*para além do capital*”, criando novas estruturas sociais para uma nova forma histórica, é preciso transcender as relações sociais mediadas pelo capital. Para este autor:

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global, e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente desta ou daquela forma particular do capitalismo mais ou menos desenvolvido (subdesenvolvido). É possível visualizar a negação e a superação do capitalismo numa estrutura sócio-histórica particular, dado que as próprias condições específicas favorecem tal intervenção histórica (MÉSZÁROS, 2002:1065-1066).

De maneira bastante contundente, Mészáros destacou que a transitoriedade é um elemento universal, independente das diferenças locais específicas. O que se diferenciam são as formas de rebatimentos nos lugares ou das formas de manifestação dos aspectos transcendentais.

Para Mészáros a transição para o socialismo poderá ocorrer pela luta política. Sobre isto disse que:

[...] O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongada e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante muito tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbio sócio-econômico, e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita configuração com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária pré-condição (MÉSZÁROS, IN CHASIN, 1987, 133) (MÉSZÁROS, 2002, 1078).

Percebamos que Mészáros não fala das forças produtivas do trabalho social como pressuposto da transitoriedade. Aponta questões como “*política radical*”,

“decisão política com base social”, “ação política”, “reestruturação política”, mas não a devida importância às forças produtivas.

Do ponto de vista da luta política radical, ignorando o papel das forças produtivas do trabalho social, Marx e Engels destacaram os processos que culminaram com o capitalismo como modo de produção da vida. Assim foi que, na Europa em 1648 e 1789 (como revolução burguesa) afirmaram não só o fim do feudalismo, mas o início de outra contradição entre a classe burguesa dominante e a nova classe revolucionária, a classe trabalhadora.

No que concerne à nossa investigação observa-se, por um lado, gente procurando terra para produzir a vida e muitos acham que eles devem produzir a vida subordinada ao capital³⁸. Dizem que não se pode desobedecer à ordem estabelecida. Mesmo muitos organizadores da luta dos homens do campo e pelo campo acham que ao conquistarem a terra têm que produzir a vida pelas mãos. Por outro lado, a realidade material mostra que para produzir a vida os homens precisam utilizar-se da síntese das transformações que se apresenta como ciência, com ciência e como consciência.

Tendo-se em conta a problemática acima, no item que se segue procuramos apresentar e comentar principalmente as observações de Marx e Engels para apreendermos sobre a transitoriedade como ela apresenta-se atualmente e manifesta-se como singularidades da produção da vida, relativas às questões do campo.

3.4. Elementos do processo da emancipação humana

A emancipação deve ser apreendida no movimento decorrente do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e na luta de classes onde a cada geração, historicamente determinada, explicitam-se elementos da superação da

³⁸ São os casos de trabalhadores rurais sem-terra e de quebradeiras de coco babaçu, no Estado do Maranhão.

dominação dos homens produtores da riqueza pelos homens apropriadores da riqueza. Quanto mais o capital consubstancia-se como relação meramente social na base material da produção da vida, mais avança em relação ao seu processo de superação. Ao substituir progressivamente trabalho vivo por trabalho passado, materializado em meios de produção, na produção da riqueza social, coloca aos homens os meios de se produzirem enquanto homens emancipados. Engendra-se o processo transitório do reino das necessidades para o reino da liberdade.

Em “A questão judaica”, aparece uma avaliação crítica inicial de Marx sobre a questão da emancipação e as formas multifacetadas, em decorrência das condições sociais de cada classe e/ou grupo social no seio da sociedade moderna. Nesta obra Marx questiona a busca pela emancipação dos alemães enquanto emancipação dos judeus dizendo que os alemães não são livres e a luta pela emancipação não pode ser por aspectos particulares. Marx disse que a emancipação só pode ser conquistada se for a totalidade das relações sociais e humanas. Assim, ao conquistar a liberdade nos preceitos jurídicos "*todos iguais perante a lei*" explicitou-se a parcialidade da liberdade porque se afirmaram novas relações entre opressores e oprimidos. A emancipação jamais poderia ser generalizada ou ser uma emancipação humana porque estava, na sua própria concepção, codificada e determinada. Para os oprimidos a liberdade assemelha-se à da formiga quando voa. Ela só voa para a morte. No caso do trabalhador, o vôo foi para a produção de riqueza para o proprietário dos meios de produção; liberdade para produzir a sua própria opressão. Nas palavras de Marx:

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (Sachenwelf) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (Menschenwelf). O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004:80).

O emprego, o salário, o dinheiro significam fetiche da liberdade, da igualdade, da emancipação.

Segundo Marx, "*A questão judaica, dependendo do Estado em que vive o judeu, apresenta uma fisionomia diferente*" (MARX, 2000:18). Na Alemanha assumiu a forma de teologia, na França apresentou-se como um "*problema de constitucionalismo, o problema de meia emancipação política*" (Id.:ibid). Em alguns Estados da América do Norte, onde não existe religião de Estado, nem religião declarada de uma maioria, a questão judaica apareceu como uma "*questão secular*". Isto ocorreu porque a religião não aparecia em face ao Estado e o Estado já estava plenamente desenvolvido como relações políticas.

Para Marx, a questão não era a emancipação política em relação à religião, mas a emancipação humana em relação à emancipação política (Id.:20). O Estado emancipa-se da religião. Dessa forma a emancipação não é uma questão de Estado. Ela não deve ser reduzida a questões individuais e o que se tem é o ser social. Não se tendo uma religião de Estado não implica que os indivíduos deixem de ter religiosidade porque "*o homem continua sujeito às cadeias religiosas, precisamente porque só reconhece a si mesmo mediante um subterfúgio, através de um meio. A religião é cabalmente o reconhecimento do homem através de um mediador*" (Id.:21). Quando as relações burguesas se fizeram explícitas a questão da emancipação explicitou-se também de maneira diferente. Foi a emancipação humana que passou a se colocar como a nova busca, como ato teleológico humanamente posto.

Enquanto indivíduos, vemos os trabalhadores, os burgueses, os latifundiários no mesmo homem fetichizado na relação entre o rendimento e suas fontes, assim como o homem religioso, o homem da vida privada. O homem coletivo revela-se na vida política, no ser genérico, no cidadão.

A emancipação política é um progresso para a emancipação humana, mas não é a última etapa. "*A emancipação política não implica em emancipação humana*" (MARX, 2000:31).

Na sociedade burguesa, a liberdade não une os homens, antes, pelo contrário, os separa porque se refere à liberdade de direito à propriedade privada. Isto é um paradoxo que a grande indústria nega ao unir os homens na potencialidade das

forças produtivas. Os homens não vêem mais as forças produtivas como algo estranho, mas como resultado do trabalho humano abstrato, produto do desenvolvimento histórico do esforço humano. É a negação das forças produtivas como propriedade privada de alguns em detrimento da miserabilidade de uma imensa maioria. Maioria esta que fora quem produziu a potencialidade das forças produtivas, enquanto trabalho social e historicamente materializado em meios de produção ou meios para a emancipação humana.

A base da produção transmuta-se em seu contrário na apropriação da riqueza e na ordenação social organizada nos princípios da emancipação política. Como observou Marx "*[...] invertem-se os termos na consciência dos emancipadores políticos*" (Id.:39).

Qual foi o significado da revolução política enquanto processo que dissolveu o feudalismo para afirmação das relações sociais burguesas? Para Marx:

A revolução política dissolve a vida burguesa em suas partes integrantes sem revolucionar estas partes nem submetê-las à crítica. Conduz-se, em relação à sociedade burguesa, ao mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses particulares do direito privado, como se estivesse frente à base de sua consciência, diante de uma premissa que já não é possível fundamentar e, portanto, como frente à sua base natural (Id.:41).

Isto é a transição para a sociedade burguesa e as contradições que ela encerra. A superação do feudalismo é o encerramento do estágio da sociedade baseada nos indivíduos egoístas e na propriedade privada. Entretanto, também aqui se encontram elementos da emancipação humana engendrados no ser social, ainda que estes se materializem enquanto emancipação social, para a classe proprietária do capital (dos meios de produção, no caso do capital industrial ou para o capital-dinheiro, no caso do capital produtor de juros) Veja-se o que disse Marx (Id.:42):

Toda emancipação é a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão

do estado, a pessoa moral.

Somente quando o homem individual recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas próprias forças (forças próprias) como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.

A crítica de Marx à luta pela emancipação política deve-se à redução do homem ao indivíduo egoísta.

Tendo a sociedade capitalista como última fase da pré-história da humanidade e a grande indústria como mediação da produção material dos homens, podemos encontrar nela elementos da emancipação humana. Esta emancipação não se confunde com a emancipação política. Emancipação política representa a conservação das relações sociais burguesas, portanto, a uma questão moral.

Para Marx, "*A capacidade de emancipação do judeu atual é a atitude do judaísmo frente à emancipação do mundo de hoje*" (Id.:44). Qual é então a emancipação na época atual?

Os judeus emanciparam-se ao apropriarem-se do poder do dinheiro e assim se universalizaram pela auto-alienação. Neste aspecto, o cristão transformou-se em judeu. "*A terra não é, aos seus olhos, mais do que uma imensa bolsa, e estas pessoas estão convencidas de não ter outra missão neste mundo senão a de enriquecer mais do que seus vizinhos*" (Id.:45). "*O dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele*" (id.:48). O dinheiro torna-se o elemento mediador das relações sociais, na sua forma mais abstrata. A sua procura é a procura de um meio para relacionar-se como comprador de mercadorias.

Dessa forma, a luta pela emancipação dos judeus apareceu limitada e deformada em relação ao processo real das relações materiais de produção da vida.

É, contraditoriamente, a emancipação humana brotando das entranhas da produção da vida mediada pelo capital. Este processo vai-se desenvolvendo com o

desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Marx, em especial, nos *Grundrisse* destacou o processo emancipatório tomando como base o desenvolvimento das forças produtivas. Assim é que, com a plenitude do desenvolvimento das forças produtivas, no capitalismo, tem-se a possibilidade da emancipação humana explicitada na desnecessidade do trabalho humano para a produção da existência dos homens.

Ao dialogar com Bruno Bauer, em 1843, a respeito da questão judaica, Marx já havia apresentado alguns questionamentos sobre a emancipação humana a distinguindo da emancipação política, da emancipação do Estado e da emancipação da religião. Sobre isto, Marx disse:

Bauer exige, assim, que o judeu abandone o judaísmo e que o homem em geral abandone a religião, para ser emancipado como cidadão. E, por outro lado, considera a abolição *política* da religião como abolição da religião em geral. O Estado que pressupõe a religião não é um verdadeiro estado, um Estado real “É certo que a crença religiosa oferece garantias ao Estado; mas, que Estado? *A que tipo de Estado?*” (pag. 97).

Neste ponto, manifesta-se claramente o caráter *unilateral* da formulação da questão judaica.

Não se trata de investigar, apenas, quem já de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que indagar-se, além disso, outra coisa: *de que espécie de emancipação* se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula. A própria crítica da *emancipação política* era, a rigor, a crítica final da questão judaica e sua verdadeira dissolução no “problema geral da época” (MARX, 2000:17) (os grifos são de Marx).

Como destacou Bukharin (1984:153): "O capital supõe o trabalho. O trabalho supõe o capital". Assim, a desnecessidade do capital é a desnecessidade do trabalho e, portanto, das classes. Este é o dilema da nossa época e o exemplo do socialismo real. Já temos a crítica materializada.

Para Bukharin (1984:159):

A evolução da história é toda feita de contradições. É pela via das contradições que se desenvolve a estrutura econômica da sociedade. Existência passageira e perpétua renovação das formas, dinâmica viva que incessantemente cria o novo, eis a lei imanente da sociedade. Colocada por Marx de cabeça para cima, a dialética de Hegel é excelente porque colhe a dialética da vida e analisa com audácia o presente, sem comover-se ante o fato de que todo estado de coisas traz consigo os germes de sua própria morte.

A mesma potência que desenvolve a técnica precipita a degeneração do capitalismo. Ao não ver mais a possibilidade de viver pelas mediações sociais burguesas (trabalho – salário) os homens organizam-se para produzir sua existência por outras mediações sociais. Entretanto, não podem fazê-las sem as forças produtivas do trabalho social que germinam nas entranhas do capitalismo.

A luta de classes é outro vetor importante, neste contexto, também constitutiva do capitalismo. As revoltas, as insurreições, as revoluções (todas elas) colocam sua pá de cal na sepultura desta sociedade bolorenta. Ela está sempre apresentando a luta tênue entre, de um lado, os que procuram preservar a acumulação ampliada do capital e, do outro lado, os que procuram redistribuir a mais-valia socialmente produzida. Não obstante, a luta de classes, como ela apresenta-se atualmente parece não ser pela superação do capitalismo. Muitas vezes, a luta parece ser pela manutenção das relações sociais burguesas. Daí que, parece não ser nos moldes, como ela atualmente apresenta-se como o vetor da superação. Cada um luta pela manutenção de sua condição burguesa por melhoria nesta condição. Uma classe defende o lucro e outra classe defende o emprego e o salário. É a reprodução do fetiche?

A ciência e as técnicas, como universalidades, foram elementos do impulso do capitalismo. Escancaram-se a impossibilidade dos homens reproduzirem-se humanamente por meios das relações sociais burguesas. Sobre isto Basbaum (1982:142) advertiu:

[...] Os moinhos de vento ainda hoje persistem, em pleno sistema capitalista de produção. Quando surgiu a máquina a vapor, o capitalismo apenas engatinhava. Hoje, a expressão máxima do sistema capitalista de organização da sociedade, seriam os motores elétricos e as máquinas movidas a energia nuclear, o que nos dá a idéia da complexidade do processo histórico do desenvolvimento das sociedades e, paralelamente, dos modos ou técnicas de produção. Daí a grande dificuldade em esquematizar essa evolução paralela de duas forças; a sociedade e a técnica, se influem reciprocamente, em que a técnica de produção é, por sua vez, uma resultante da forma de energia utilizada, do braço humano ao átomo, influenciando sobre a forma das relações humanas de produção. Frequentemente essas diferentes formas de produção persistem, coexistem em uma mesma forma de relações sociais, criando contradições antagônicas

que somente podem desenvolver-se pela ruptura das formas mais primitivas de produção e uma substituição pelas mais modernas. Isso de modo algum é uma lei histórica, pois vemos muitas vezes, e o próprio Brasil é um exemplo, a velha enxada derrotar o trator porque o braço humano é muito mais barato que o óleo Diesel dos motores. Essa coexistência, não pacífica, entre as diferentes formas de produção, indica apenas que se estão criando condições para que as velhas máquinas sejam substituídas por novas, e que a sociedade nelas baseada será fatalmente destruída, pelas novas condições de produção que estão surgindo.

Muitas vezes, a necessidade de novas técnicas para a liberação dos homens do trabalho é inibida pelo baixo preço da força de trabalho. Mas isto é o velho lutando para se manter num momento em que a reprodução da sociedade não suporta tais formas de reprodução.

Esta reflexão nos indica que a combinação entre o moderno e o aparente atraso nada tem de atraso, mas a forma do mais desenvolvido se impor. O que aparece como atraso é a expressão paradoxal do desenvolvido, do moderno. Ao mesmo tempo apresenta-se como crítica da superação do que aparece como moderno por outra forma superior. A velha forma transubstancia-se em novas formas. A universalidade das relações sob a mediação do capital manifesta-se de diferentes formas nos lugares, sem, no entanto, mudar o seu conteúdo. É a simultaneidade do tempo nas diferentes territorialidades³⁹.

Na década de 1960 (em 1967), Basbaum já apresentava uma crítica que depois se nos apresenta como elementos materiais de superação do capitalismo. Esta crítica recupera um dos pontos basilares da transitoriedade do capitalismo para uma forma superior de produção da vida que se refere à apropriação comum para uso comum da potencialidade das forças produtivas do trabalho social. Entretanto, frente às apreensões de Marx e Engels parecem descobertas tardias dos elementos engendrados pela grande indústria moderna. Referimo-nos ao estudo sobre a grande indústria como crítica materializante do trabalho humano baseado nas mãos (na manufatura) e a transitoriedade para a sociedade do vir-a-ser, onde o trabalho

³⁹ Da mesma maneira, os subhomens que "vivem" no Estado do Maranhão nada têm de atraso. É, igualmente, a forma paradoxal da impossibilidade de gestar-se qualquer que seja de algo novo no capitalismo. É, portanto, a crítica materializante da sociedade superior se fazendo material.

estranhado que deixa de ser a mediação da produção da existência humana. Podemos enxergar o processo pelo estudo da potencialidade das forças produtivas como elemento da superação do trabalho. A este respeito, Mandel (1982:184) observou:

O desenvolvimento cumulativo da ciência e da tecnologia, que gerou um enorme potencial para a liberação da humanidade da milenar maldição do trabalho manual fatigante e mecânico, que tolhe ou mutila o desenvolvimento do indivíduo, tem seu próprio apelo natural para a juventude de hoje, que instintivamente percebe essa função emancipadora.

É importante ver que, no dizer de Mandel, o desenvolvimento das forças produtivas baseada na ciência e na tecnologia são cumulativas, de maneira que não se trata de reconstituir uma sociedade superior retornando à "maldição do trabalho manual", mas utilizar-se destas potencialidades que no capitalismo são dominadas e controladas pelos interesses do capital para produzir riqueza excedente.

A contradição encontra-se no seguinte aspecto: o mesmo que levou à unificação da ciência e da tecnologia como impulso ao capital no século XIX está agora se voltando contra o capital. Este vetor da potência das forças produtivas criou a impossibilidade do controle pelo capital e apresenta o grito dos homens fazendo-se homens humanizados. Não tem lei de patentes que a sustente. Preservar a lei de patentes é um preservar as limitações históricas da forma burguesa de produção da existência social e, ao mesmo tempo, uma trava ao livre desenvolvimento social e humano. Por que? Porque, ao produzir uma inovação faz-se como trabalho social, ou seja, homens em comum criando em comum, como justificar a apropriação privada se a propriedade privada não tem mais a sua função positiva?

Se tudo é feito em comum e, portanto, é trabalho estritamente social, o que justifica a apropriação parasitária de alguns só pelo controle, senão as limitações históricas das relações sociais burguesas? Precisamos refletir sobre este aspecto para apreendermos qual a razão de nossa época.

O engendramento de uma sociedade superior à capitalista tem como pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Esta

transitoriedade não pode ser fundada na produção da vida pela “maldição do trabalho” das "bestas de carga". Os homens unem-se nos homens para produzirem homens humanizados; emancipados.

Aliás, quando apresentou uma crítica ao socialismo na Rússia, Basbaum (1982:124) apontou como limitação daquela organização social a de não ter avançado em princípios emancipatórios ou humanizados como liberdade, igualdade, sobretudo porque "*Estavam os homens cansados de trabalhar para as 'futuras gerações' [...] os homens continuavam a trabalhar, a trabalhar, como sempre o havia feito*".

Ao se alienar no processo de produção os homens desumanizam-se no capitalismo. Desumanizam-se na medida em que se alienam. Entretanto, desvela-se a alienação na medida em que, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas do trabalho social, mais os homens emancipam-se do processo de trabalho, mesmo que degenerativamente. Não será mais no trabalho que ele se humaniza. O regurgitamento dos homens da produção indica que ele já nasce emancipado do tormento de, por exemplo, submeter a sua vida ao ato de apertar parafusos. A sua ação, como homem, está dado, como pressuposto histórico, para além de apertar parafusos. A força produtiva social da superação do apertar parafuso apresenta-se com a síntese de suas múltiplas determinações.

A humanização, tal como descrita por Engels, é assim humanização ontológica, onde se define o ser genérico, o homem e seus sentidos, embora ainda preso ao trabalho do fazer com as mãos. Nas palavras de Basbaum (1982:28):

Se pelo trabalho, melhor diríamos, labor, o homem começa a elevar-se da escala animal para a escala humana, pelo trabalho alienado ele volta a descer essa mesma escala, brutalizando-se, desde que, como diz Marx, "ele passa a fazer de sua essência (humana) um simples meio para sua sobrevivência". Trabalha para comer e procriar⁴⁰.

⁴⁰ Vemos assim uma diferença entre trabalho e labor apresentada por Basbaum. Ver como isto está desenvolvido no trabalho de Hannah Arendt (A condição humana). Para Basbaum (1982:31): "Até agora nos limitamos a procurar compreender o significado real do trabalho e sua essência

A emancipação humana está na plenitude do desenvolvimento científico e técnico. Não se pode defender um socialismo franciscano ou andrajoso. Isto a história já nos apresenta a crítica materializante. O processo de emancipação humana faz-se pelo trabalho e não no trabalho. É o trabalho pretérito, acumulado na forma de meios de produção, a condição necessária para a passagem do reino das necessidades para a o reino da liberdade. Quanto mais a técnica desenvolve-se e universaliza-se, mais explicita-se a criação de tempo livre, tempo de não trabalho.

Neste sentido, a sociedade superior é engendrada no contexto do capitalismo e o nega no processo. Assim é que para socializar é preciso produzir as condições para esta socialização, ou melhor, o tempo livre e a apropriação em comum o que é produzido e operado em comum. Não se sustenta a socialização da pobreza a não ser na solidariedade cristã, que não é humana nem sua emancipação.

Assim sendo, o novo não é o outro possível, mas o avanço das determinações históricas da crítica material da produção da vida. Não se trata de tatear, no sentido de refletir sobre onde e como está emergindo como nos grandes eventos tipo Fórum Social Mundial e até é por este caminho. No entanto, recuperemos o que tem de história da emancipação humana nas forças produtivas e nas relações sociais engendradas pelo e no capitalismo, dado que é obrigatório tomar-se como pressuposto. Não foi da vontade de ninguém, em especial, mas uma passagem da história de humanidade engendrada socialmente. É a crítica do socialismo, ou seja, considerando o que experimentamos e corrigindo o curso, na apreensão de suas formas de rebatimento nas relações de produção e reprodução da vida como singularidade, desde a percepção do átomo (Lyon, na França em 1831) até o nosso universo em potência ou latência (o Cosmo epicurista?). É a relação entre universalidade e singularidade.

alienante, distinguindo-o de labor e vimos que a diferença entre um e outro é que este é apenas uma atividade humana pela qual o homem produz somente algo para si mesmo e para a família, ou grupo social de que faz parte, ou com o qual procura simplesmente uma distração, um repouso ou um divertimento, um recreio. Enquanto o trabalho é uma atividade (física e mental) pela qual o homem produz algo para outro, para sobreviver".

Em 1887, num prefácio escrito para a edição americana de “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” Engels indica a forma de organização da produção da vida numa sociedade para além da mediação do capital. Para Engels o que interessa não é apenas a propriedade comum da terra, como preconizava Henry George, representante dos trabalhadores da América do Norte. Assim referiu-se:

[...] Ora, os socialistas da escola de Marx querem esta conquista da terra por toda a sociedade, mas não se limitam à terra, alargam-se a todos e quaisquer meios de produção. Além disso, não é só sobre esta questão que existem divergências. Que se deve então fazer com a terra? Os socialistas modernos, representados por Marx, exigem que ela seja conservada e trabalhada em comum e para o benefício comum; exigem também que aconteça o mesmo com todos os outros meios de produção (ENGELS, 1985:357).

O pressuposto deste processo foi a universalização da grande indústria não só como potência mais como efetividade, em todos os países. Pois,

A grande indústria moderna uniformiza as relações econômicas dos países onde ela se instala a tal ponto que não poderia deixar de dizer ao leitor alemão senão o que já disse aos leitores americanos e ingleses (ENGELS, 1985:363).

Nesta perspectiva, as singularidades são expressões da universalidade, são os átomos/singulares que em seus movimentos, compõem e recompõem o Cosmo/universo. São as imagens de um grande espelho quebrado. Quebra-se o todo, porém cada parte reflete o mesmo; singularidades da universalidade. Em qualquer lugar, os trabalhadores se tornam elementos do capital, seja como exército ativo ou industrial de reservas. Não obstante, são, também, trabalhadores supérfluos para a grande indústria moderna baseada na máquina-ferramenta-automática. Para Aued (2005a:26) “*Com a grande indústria moderna a alienação imprime a universalidade de o trabalhador ser elemento do capital antes mesmo de vender a força de trabalho ao capitalista, pois esta é mera aparência do fenômeno burguês*”. Por esta mesma lógica, na nossa época, atualmente, independente do lugar, pela universalidade dos vetores constitutivos das relações burguesas, percebemos o espraiamento do regurgitamento de homens do processo de produção da riqueza

social. São várias as formas paradoxais de manifestação da degeneração das relações sociais mediadas pelo capital em processo crescente de degeneração.

Para entendimento de como apreendemos sobre os lugares, depois da universalização da produção da vida tendo a grande indústria moderna como a base material, Aued (2005a:38) assim disse:

O grau de socialização do homem com a produção regida pela máquina espraia-se por todos os lugares do globo terrestre, pois a quantidade de “matéria-prima, de produtos semi-elaborados, de instrumentos de trabalho etc” de que ela necessita e produz ultrapassa a possibilidade e a necessidade dos lugares e dos continentes individualmente considerados.

A base técnica da grande indústria torna-se universal seja como efetividade ou como potência. Cada lugar constitui-se como cota parte de uma totalidade em movimento. Por isto temos como enfoque a relação entre singularidade e universalidade.

Ainda sobre as questões relacionada aos lugares Aued (2005a:49) assim se referiu:

Na atualidade, a alienação (superação, decomposição) desvincula o produto do trabalho como capital e o trabalhador como assalariado da base técnica de produção. O capital e o trabalhador adquirem a liberdade de serem alocados, porém sem se fixarem, em quaisquer processos produtivos, em quaisquer ramos, setor, etc., bem como em quaisquer lugares, regiões ou países.

Temos o ser social universalizado como base material corporificada em meios de produção. A universalização da classe trabalhadora explicita-se quando as forças produtivas, resultado da aplicação tecnológica da ciência iguala todos; homens, mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos.

A transitoriedade escancara-se na impossibilidade explicitada pela grande indústria moderna.

3.5. Paradoxos da universalidade nas singularidades: ou as mediações sócio-espaciais da transitoriedade

A universalidade faz-se materialidade através de duas maneiras básicas: como potência e como efetividade. Para Aued (2004:28), a universalidade se explicita com a síntese do processo histórico de constituição da propriedade burguesa, simultaneamente ao processo de constituição da materialidade civilizatória da humanidade. Em suas palavras, temos que:

Ao se completar a constituição da propriedade privada burguesa, ao mesmo tempo e simultaneamente o homem também termina a sua pré-história. Assim, o modo de produção capitalista é a síntese de o homem se fazendo homem porque, em todos os lugares e tempo de sua existência, a história se efetiva como universalidade. Isto é, cada ato produtivo do capital é a universalidade da humanidade emergindo como ser social para além das condições naturais.

ao que acrescentou:

No fazer burguês encontram-se todas as etapas e formas do fazer pretérito do homem, eis a universalidade como produção matéria, trabalho. Assim, pois, ao se decompor, pela produção individual, o trabalho é apropriado em toda sua dimensão, pois seus elementos se explicitam de forma simples e relacionando-se uns com os outros constituem o ser social. Se assim é, o trabalho assalariado é o explicitar da natureza humana pelo meio de o homem se fazer humano, pelo trabalho independentemente de seus desejos e vontades, pela objetividade (Id.:ibid).

Ao expressarem-se singularmente, os elementos da universalidade assumem formas paradoxais dando a impressão de ser um tempo diferente e, às vezes, único em cada lugar, às vezes aparecem como descompasso entre tempo histórico universal e lugares afins, às vezes aparecem como insistência de tempos pretéritos se manifestando tardiamente em outros lugares.

Nossa formulação é de que com a universalidade do processo civilizatório da humanidade explicita a simultaneidade da relação tempo espaço entre universalidade e singularidades paradoxais, por mais paradoxais que possam parecer. São partes singulares de um caleidoscópio. São formas singulares de um

mesmo conteúdo, ou seja, da produção de mais-valia, da produção de homens burgueses e da produção de elementos da superação de ambos.

A exemplo do que observou Aued, ao referir-se ao ofício (trabalho individual) como trabalho eliminado pela manufatura e disse: “Não estou afirmando que o ofício deixa de existir como atividade humana, mas sim, que ele não é o fundamento da racionalidade burguesa, cujo fundamento é o trabalho coletivo, isto é, o trabalho social” (AUED, 2004:49), nossa compreensão, as formas singulares que aparecem nos lugares não podem ser entendidas em si e por si porque são componentes de um ser social construído universalmente e estas singularidades explicam-se como cota parte de um ser social universalizado e em movimento contraditório.

Entretanto, se olhadas individualmente, as atividades produtivas, as ações de determinados grupos, podem parecer como se fossem certas afirmações de certos lugares em contraposição às tendências globais. Entretanto, quando nos perguntarmos sobre as relações de produção da existência de tais grupos vemos que se fossem produzir sua existência individualmente fatalmente sucumbiriam.

Vemos, pois, que a produção da existência dos homens, de todos os homens, independentes dos lugares faz-se pelos nexos, mediações e relações entre homens universais (AUED, 2004:51).

A universalização não é decorrência do desenvolvimento do capitalismo em certos lugares. A universalização está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão internacional do trabalho e do intercâmbio de mercadorias no mercado mundial. Mesmo que se tome como referência a Inglaterra, depois da consolidação do mercado mundial, a universalidade deve ser vista, antes, como um processo simultâneo.

Na nossa apreensão a universalidade é a própria formação do capitalismo. Ela explicita-se através das relações entre os homens, para a produção de sua existência enquanto classes sociais, de maneira particular, e enquanto ser social, de maneira mais ampla. A própria formação do capitalismo superou as formas

anteriores dos homens se relacionarem enquanto fragmentos sociais particularizados (tribos, comunidades, etc.).

Partindo da relação simples entre dinheiro e mercadorias, a universalidade explicita-se nas relações de produção, circulação e apropriação da riqueza social, onde as mercadorias vão configurando-se como produto da união internacional dos trabalhadores (percebe-se isto pela dita divisão internacional do trabalho); pelo intercâmbio entre os povos que vão além da simples troca de mercadorias e alcançam a formação do mercado mundial; e pela materialização universal da potencialização das forças produtivas do trabalho social.

As singularidades, por sua vez, manifestam-se como formas paradoxais de como a universalidade espacializam-se e territorializam-se nos diversos lugares e regiões. São as concreticidades fenomênicas das contradições do ser social universalizado em materialidade ou em potencialidade.

Consideramos que, no século XIX, completou-se a universalização do capitalismo. Este período explicitou os elementos da reação, da conservação e da superação da produção da vida mediada pelo capital.

Aued e Fiod, reportando-se à onda larga civilizatória destacada por Fernando Braudel, e referindo-se à chegada de imigrantes ao Estado de Santa Catarina disseram que:

O Estado de Santa Catarina é palco e expressão de uma forma de mundialização ocorrida no século XIX. Blumenau, São Pedro de Alcântara, Urussanga, Fraiburgo, Treze Tílias e Joinville são alguns dos diversos aglomerados urbanos que se configuram no processo colonizador. Por meio do movimento de ondas largas, o território de Santa Catarina vai se conectando com o mundo (AUED e FIOD, 2002:20).

Outras realidades territorializadas podem ser apreendidas como singularidades da universalidade do capital em seu movimento de reação, conservação e possibilidade de superação das relações sociais burguesas.

Aued e Fiod (2002) relacionaram a história das migrações da Europa para as Américas, com o regurgitamento de trabalhadores da Europa a partir da primeira grande crise de superprodução experimentada pelo capitalismo, que se explicitou; pela primeira vez, em 1825. Este período demarcou a universalização das relações mediadas pelo capital. Desde então não podemos estudar as realidades específicas senão como singularidades deste processo universal ou, antes, como a universalidade se faz singular nos lugares. Assim observaram as autoras supracitadas:

Do lado do continente americano, com a mudança dessas pessoas, deslocase também o eixo do problema e cria-se uma poderosa sobrevida à acumulação capitalista (*Voilà a Europa que deu certo! Companhias navegadoras e colonizadoras fazem fortunas!*).

Com intensidades e intencionalidades diferenciadas, o processo termina por instaurar muitas mudanças de hábitos, de costumes e de maneiras de viver e de produzir. Essas novas formas, evidentemente, não se impõem sem antes destruir outras (AUED e FIOD, 2002:25).

Tomando o exemplo da forma de rebatimento da universalidade no Brasil, Aued e Fiod (2002:25) acrescentam:

No Brasil o movimento populacional coincide com a proclamação da independência, em 1822 e a libertação dos escravos, em 1888, ocasião em que o governo brasileiro cria dispositivos para estimular a imigração dos europeus. Com este intuito, são formadas colônias oficiais, ao mesmo tempo em que são feitas diversas concessões para empresas privadas promoverem a instalação de imigrantes. Uma onda inovadora, sem precedentes, altera a vida das vilas e povoados.

Observações nesta perspectiva haviam sido feitas por Marx e Engels ao observarem como dimensões de um mesmo processo, da produção da vida mediada pelo capital fazia-se na Inglaterra, na Alemanha e na França. O capital quebrara as fronteiras da Europa e universalizara as suas contradições expressas na sua lei geral: de um lado como concentração e centralização do capital em poucas mãos e, de outro lado, a expansão da miséria.

O ser social explicita a universalidade das relações, onde podemos apreender o local pela decomposição das mediações entre aparência e essência. Destarte é que podemos ver que a singularidade no local revela o não local, mas a forma pela qual a universalidade materializa-se no movimento do átomo, dos átomos compondo, decompondo e recompondo o universo, o cosmo. O tempo que se realiza num espaço não é um tempo desconexo da universalidade, mas a forma paradoxal da universalidade fazendo-se singular.

Isto implica na formação sócio-espacial como movimento historicamente determinado dos homens/átomos/singulares movimentando-se no universo; entendendo este último como processo aberto [MARX, (s/d1):12]⁴¹.

A tese de Marx “*Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*”, de 1841, é um pilar importante para apreendermos o movimento dos átomos, as contradições entre aparência e essência, assim como a base da formação do ser social. O átomo como a singularidade ou o local em relação ao universal e o universal decompondo-se, recompondo e contrapondo-se no movimento dos átomos/homens.

Para Marx, Demócrito tomou como referência o mundo sensível através de sua aparência subjetiva e procurou apreendê-lo empiricamente, para tanto, tendo que percorrê-lo, considerando que da observação das figuras chega-se à demonstração [MARX, (s/d1):24].

No século XIX a Inglaterra expressou-se como síntese da universalidade da produção da riqueza material, a França como a síntese da luta política e a Alemanha como a síntese da filosofia. A universalidade não se encontra elaborada num lugar determinado. Isto é de suma importância para a nossa apreensão, como referência metodológica.

⁴¹ É a dialética vista não como a contradição entre dois pólos antagônicos, mas como um processo composto de três vetores que resulta num movimento tridimensional. Estes três vetores compõem os elementos da produção da vida dos homens.

Entretanto, foi a partir da Inglaterra que os países com menores graus de desenvolvimento das forças produtivas inspiravam-se e passavam a empreender seus processos particulares, foi na Inglaterra onde se explicitou o capitalismo na sua forma madura e também explicitar-se-ia elementos do processo de sua superação. Se fora a Inglaterra o berço do capitalismo e, portanto, sua pátria mãe, também seria o palco das transformações. Seria este país o representante da síntese das contradições?

Ao reconstituirmos o processo histórico, veremos que a universalidade é inerente à consolidação do modo de produção capitalista. Desde o seu princípio, podemos identificar isto tomando por base a descoberta das Américas.

Ao estudarem a materialidade de seu tempo, sua realidade, Marx e Engels observaram que a universalidade constituiu-se de três aspectos em três lugares da Europa: da base econômica da Inglaterra, da luta política na França e das idéias na Alemanha.

A universalidade da Inglaterra, por exemplo, através do uso do azeite e das demais mercadorias inglesas devido ao mercado mundial e as relações que o constitui. Aliás, como mercadorias inglesas se o algodão era produzido no Brasil ou nos Estados Unidos da América? A universalidade não é produto da globalização atual, mas produto do capital simplesmente como capital e não capital nacional.

Segundo Supek (1980:30)

[...] A universalidade de troca condiciona a universalidade do consumo e, por isso mesmo, a necessidade de homens universais em necessidades e em prazeres. Evidentemente, este tipo de consumo não pode permanecer privilégio de uma estreita camada social; alarga-se obrigatoriamente a toda a sociedade. Aparece então um novo modo de vida; a produção maciça exige, com efeito, não apenas um acesso universal aos produtos mas também um desfrute imediato [...]

A respeito da universalidade do capital, enquanto metabolismo social, Marx e Engels (1974, v. I:45) observaram que:

Assim, se em Inglaterra se inventar uma máquina que, na Índia ou na China, tire o pão a milhares de trabalhadores e altere toda a forma de existência desses impérios, essa descoberta torna-se um facto da história universal.

Ora, não estamos aqui referindo-nos ao presente, estamos vendo-o enquanto processo histórico que atualmente apresenta-se de maneira muito mais complexa ainda é o capitalismo em formação, mas em formação simultânea como universalidade e singularidades. O capitalismo foi quem engendrou a universalização das relações sociais seja de sua afirmação como relação social-capital.

Para Marx e Engels (1974 v. I:83-84), a universalidade faz-se singularidade paradoxal quando com a descoberta e exploração da América do Norte e da América do Sul procura-se *"[...] direito e poder de desfrutar tranquilamente da contingência em certas condições constitui aquilo que até hoje se designava por liberdade pessoal. Estas condições de existência são naturalmente as forças produtivas e os modos de troca de cada período"*.

É nesta perspectiva que devemos apreender os fenômenos no Estado do Maranhão. Destarte, depreendemos que ao se materializarem a pobreza, a miséria, o latifúndio, o trabalho escravo, materializam-se não como ocorrências de um tempo que já passou em outros lugares. Não é senão o tempo simultâneo do escancaramento dos elementos do capitalismo em decomposição. É a manifestação da impossibilidade de preservação e perpetuação do sistema que não se sustenta nem economicamente, nem politicamente, nem socialmente. Refletindo sobre isto, Figueira e Mendes (1977:14) nos apontaram uma direção de apreensão da realidade em movimento e do movimento contraditório ao observaram que:

O tráfico e a escravização de negros africanos foram atividades mercantis rendosas durante mais de um século, antes mesmo do que se fizesse deles intensa utilização. Essa só se tornou viável quando do surgimento de circunstâncias favoráveis à plena exploração da força de trabalho em condições dificilmente conseguidas em território português, dadas as relações de propriedade existentes.

São as determinações históricas que moldam tais e quais formas das relações singulares de produção da riqueza social e, evidentemente, da existência dos homens.

Bruit (1982:134), referindo-se ao século XIX (1857), destacou que:

Em nossa opinião, sobrepondo-se às particularidades regionais, de plantio, origem dos trabalhadores etc., tem sido um processo global o causador dessas homogeneidades, a mundialização das leis econômicas do capitalismo, fato que se traduz na América Latina, na reorganização de toda a atividade produtiva visando um processo de acumulação mundial.

É a formação sócio-espacial do capital moldando as relações a nível mundial, reorganizando *“toda a atividade produtiva visando um processo de acumulação mundial”*.

Citando Marx, Bruit (Id.:135-136) acrescentou:

Os espaços entre os quais se move o capital industrial, e que o historiador observa como espaços diferentes, é o espaço do capital; é um só espaço estruturado pelo mesmo capital. É o espaço mundial onde não é possível distinguir a nível macro histórico o nacional do estrangeiro, o endógeno do exógeno. Realmente, o nacional aparece a nível de superestrutura, principalmente na práxis política. Mas este assunto não pode ser discutido aqui.

Como diz Marx, quando descreve os efeitos que o capitalismo industrial dominante exerce sobre as outras formações sociais "O capital industrial em seu processo de circulação funciona como dinheiro ou como mercadoria, e seu ciclo entrecruza-se. Seja como capital-dinheiro ou como capital-mercadoria com a circulação de mercadorias dos mais diversos modos sociais de produção, desce que sejam ao mesmo tempo produção de mercadorias. Não importa que a mercadoria seja produto da produção baseada na escravatura ou de camponeses (chineses, indianos) ou de comunas (Índias Orientais e Holanda) ou do estado (como antigamente na Rússia, no tempo da servidão), ou de povos caçadores semi-selvagens, etc., as mercadorias e dinheiro dessas procedências se confrontam com o dinheiro e com as mercadorias em que se configura o capital industrial, e entram tanto no seu ciclo quanto no da mais-valia contida ou capital-mercadoria, quando ela é gasta como renda, penetram, portanto, nos dois ramos e circulação do capital-mercadoria. É indiferente o caráter do processo de produção de onde provem, funcionam no mercado como mercadorias e como tais entram no ciclo do capital industrial e na circulação da mais-valia por ele trazida. É seu caráter universal a existência do mercado como mercado mundial, o que distingue o processo de circulação do capital industrial.

A compreensão das determinações mundial das relações singulares, devido à universalidade do processo de produção da vida sob a mediação do capital, podem ser apreendidas através da decomposição das relações mercantis simples, isto é, entre dinheiro e mercadoria. Pois, os nexos, as conexões, as mediações, as inter-relações que constituem o espaço global, mundial, do capital projetam-se como ampliação das relações simples. Como destacado: "*É seu caráter universal a existência do mercado como mercado mundial o que distingue o processo de circulação do capital industrial*" ou do capital produtor de juros como expressão das formas mais desenvolvida do capital.

Aliás, se tomarmos o caráter universal do processo e as mediações vemos, por exemplo, atualmente, que o juro é um pressuposto do funcionamento das relações sociais burguesas no nosso tempo.

Para Figueira e Mendes (1977:16), "*a escravidão é a forma de ser colonial do modo de produção capitalista*". Marx e Engels já apontavam a própria formação sócio-econômica ou sócio-espacial da América como aspecto da expansão do capitalismo ainda em formação. Desta forma quebra-se o cartesianismo das etapas diversas do capitalismo, que seriam experimentadas pelo capital em lugares especificamente determinados.

Com a universalização da relação-capital temos o ser social em processo de universalização engendrado nas leis do desenvolvimento do capitalismo (concentração e centralização universal do capital, de um lado, e miséria crescente e regurgitamento de homens, de outro lado. Cabe à ciência identificar as manifestações desses fenômenos, os decompor e apreender as mediações entre aparência e essência dos fenômenos).

A idéia força de Figueira e Mendes foi de que "há um único processo de acumulação originária que abrange as metrópoles e as colônias. Ambos estes espaços econômicos são complementares entre si, não enquanto zonas naturais distintas, mas porque realizam formas distintas de acumulação" (Id.:16).

Numa carta escrita a Annenkov, datada de 28 de dezembro de 1846, Marx fez a seguinte observação:

A escravidão direta é o pilar da nossa atual indústria, assim como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão, nenhuma cultura de algodão, sem escravidão, nenhuma indústria moderna. Só a escravidão valorizou as colônias, só as colônias criaram o comércio mundial; e o comércio mundial é a condição necessária da grande indústria mecanizada. Assim, antes do tráfico negreiro, também as colônias do Velho Mundo forneciam apenas poucos produtos e não modificavam de modo notório a face do planeta. A escravidão é, portanto, uma categoria econômica da maior importância. Sem a escravidão, os Estados Unidos, o país mais desenvolvido, teria se transformado num país patriarcal. Se se apagassem os Estados Unidos do mapa mundial, ter-se-ia a anarquia, a decadência completa do comércio e da civilização moderna. No entanto, fazer desaparecer a escravidão significaria riscar a América do mapa-mundi. Assim, em sendo uma categoria econômica, encontra-se a escravidão em todos os países desde o começo do mundo. As nações modernas apenas souberam mascarar a escravidão dentro de seus países e introduzi-la abertamente no Novo Mundo. (MARX, In: FERNANDES, 1984:437-8).

Pelas observações de Marx, temos que a escravidão, no continente americano, longe de ser um tempo pretérito que insiste em determinados lugares, foi a forma como a grande indústria se expressa, foi a forma de rebatimento da grande indústria moderna. A escravidão foi a cota parte das colônias na divisão internacional do trabalho. Porém, importa ter presente que esta divisão do trabalho não era algo posto e imutável, foi um momento do movimento universal do capital, em suas expressões singulares.

No Brasil, por exemplo, o processo de colonização foi "frio e calculado" (FIGUEIRA e MENDES, 1977:17) e a violência para a gestação da ordem tem sido uma importante marca. O Estado foi usado por uma classe de maneira dura e intensa. Aqui não teve nada de espontaneidade nem casualidade. O processo de colonização encontra na escravização a forma ideal de exploração dos expropriados dos meios de produção. A violência foi o mecanismo empreendido de maneira clara. Isto mostra uma acumulação pouco idílica, cuja base foi a negação dos que para aqui foram trazidos e proibidos do acesso à terra (principal meio de produção).

A escravização foi a forma ideal para extorquir sobretrabalho. Esta foi a "ciência do senhor" (FIGUEIRA e MENDES, 1977:21) escravo moderno, para quem o lucro era avaliado pela resistência física do escravo.

A questão da propriedade privada da terra seria fundante para a sua participação na formação do mercado mundial de produtos do trabalho não pago e a forma ideal para a apropriação de sobretrabalho.

Para explicitar a produção pelo sobretrabalho, Figueira e Mendes disseram: "Nas condições existentes e criadas nos territórios recém-descobertos a escravidão era o mais novo rebento da civilização moderna" (Id.:24). Esta observação provoca toda a reflexão baseada em etapismos e outros aspectos que separam lugares por estágios de desenvolvimento econômico, ao invés de perceber sínteses contraditórias nas relações entre países, regiões, setores. "As coisas são porque são e não porque queremos ou como a queremos". Resta-nos tentar apreender os nexos, conexões, mediações e interconexões. Separar para perceber o que une e unir para ver como se separam. Este é o método? O que tem de novo? Importa ver que esta apreensão não muda o que aconteceu. Como observaram Marx e Engels, em "A ideologia alemã", não é a descoberta da lei da gravidade que faz o homem que não sabe nadar não se afogar.

O trabalho escravo foi a forma sócio-econômica através da qual se expressou a lei da acumulação de capital no Brasil (Id.:28). Antonil teria sido o autor que melhor definiu o processo. O processo foi de, através do sobretrabalho, materializar a produção e a apropriação da mais-valia (Id.:28). Figueira e Mendes fazem referências a BENCI, ANTONIL, MANUEL RIBEIRO ROCHA, VILHENA e AZEVEDO COUTINHO (Id.:28).

Bruit (1982:142) complementa a referência ao observar:

Isto porque, quando a América Latina foi inserida no capitalismo, a relação de produção assalariada estava plenamente constituída no M.P.C. e exercendo seu domínio a nível internacional, promovendo, em outros ramos da economia e em outras áreas geográficas, o desenvolvimento da subordinação formal do trabalho ao capital.

O mesmo Bruit (Id.:142-143) acrescentou:

A variedade de relações produtivas que se desenvolvem, como, por exemplo, os peões, inquilinos, os sistemas de acasilhamento, parceria, colonato, etc., mesmo quando na sua aparência se revelam como relações de trabalho redefinidas pelo capitalismo, subordinadas à relação de produção dominante, isto é, relações de produção que também passam a valorizar o capital.

Percebemos isto através das categorias capital, sobretrabalho, lucro, colônia, metrópole, escravidão, colonização, trabalho necessário e excedente, é o que nos sugere Figueira e Mendes (Id.:29).

Pode parecer inusitado que a forma de extração de sobretrabalho implique na destruição da própria fonte que era o escravo que, no entanto, podia ser repostado enquanto permanecesse o tráfico da África para o Brasil. Isto acontecia porque o lucro superava as perdas (Id.:32) "A morte da pessoa era a vida do capital" (Id.:32). Cairnes, citado por Figueira e Mendes (Id.:33), disse

[...] o que passa a interessar é apenas extrair o máximo de trabalho do escravo, pois a duração da sua vida é menos importante que sua produtividade, quando pode ser substituído por outro escravo importado das zonas negreiras.

"A vida do escravo era exclusivamente tempo de trabalho" (Id.:34). E ainda:

Benci começa e termina sua obra tratando precisamente da relação entre trabalho necessário e trabalho excedente. De uma posição inicial de fundo moral vai progressivamente evoluindo até definir com precisão que o lucro advém do excesso de trabalho, o qual se corporifica de um lado como propriedade do senhor e, de outro, com a miséria do escravo (Id.:34).

O que Benci observou, em relação à expropriação e exploração do trabalho do escravo nas colônias, Marx faria em relação ao estudo sobre a jornada de trabalho.

O sobretrabalho, naquele tempo, como hoje, não representa um momento anterior como resgate do escravismo. É a síntese das múltiplas determinações, portanto, o rebatimento da forma mais avançada de reprodução do capital. Não é um descompasso, mas, antes, o que melhor se expressa em termos de exploração do

trabalho para a apropriação de lucro. É a forma singular de extração de sobretrabalho. É o próprio capital esgotando sua fonte até a ameaçar de extermínio e só deixa de exterminá-la quando o escravo torna-se uma trava para a produção de mais-valia. A potencialização das forças produtivas ao universalizar-se supera as formas até então existentes. Foi o grito da grande indústria pedindo passagem com a revolução industrial. Foi quando o capital produz-se regurgitando força de trabalho física. É a contradição do capital que para ganhar sobrevivência depois da grande crise de 1825 e da subsequente mobilização da classe proletária contra o sistema, seja como ameaça (espectro) ou ação (luta de classes) ronda a Europa fazendo-se universal pelos diversos caminhos da universalização do capital. Os mesmos meios de transporte e comunicação que levam as mercadorias como símbolo da universalização, também escancara a degeneração promovida pelo mesmo metabolismo. A vida traz o código e os elementos da auto-destruição, de morte do ente.

Independente do processo de intercâmbio, o que importa destacar é a relação de exploração cuja essência é o sobretrabalho, seja nas minas, seja nas monoculturas que caracterizaram a grande lavoura (PRADO JR, 2000).

As formulações de Marx e Engels trataram do capitalismo como universalidade e os setores produtivos como singularidades do processo de produção da mais-valia social, da produção de homens burgueses e, não obstante, da negação da produção de mais-valia e de homens burgueses. Neste contexto, os setores assim como os lugares manifestam-se pelo rebatimento singular da universalidade que se trata da produção mundial da riqueza social mediada pelo capital.

A limitação aos fenômenos locais, desprezam as mediações universalizadas no processo de acumulação do capital, por uma burguesia universalizada. Os homens são universalizados pelas forças produtivas que:

Criou por todo lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o carácter particular das diferentes nacionalidades. E

finalmente enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares a grande burguesia surge como uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade deixa de existir para esta classe desembaraça-se verdadeiramente do mundo antigo e entra simultaneamente em oposição com ele. Não são apenas as relações com o capitalismo que ela torna insuportáveis para o operário mais também o próprio trabalho (MARX e ENGELS, v. 1. 1974:75).

Ainda tem-se que:

A burguesia, por ser já uma classe e não uma simples ordem, é constrangida a organizar-se à escala nacional e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns (Id.:95).

Por esta apreensão, os lugares são compreendidos como forma de rebatimento da universalidade. O lugar é o não lugar. O nacional é o não nacional. Os fenômenos aparecem como imagens refratárias. É por esta perspectiva que procuramos destacar como Marx e Engels apreenderam as questões relacionadas ao campo.

Numa importante reflexão sobre o tema da fome, Josué de Casto apontou aspectos relevantes de como compreender a universalidade a partir da própria vivência e da maneira como o processo nos aparece. Para o autor, é a base material, antes de tudo, que nos revela a profundidade dos aspectos que nos cercam, nos envolvem e nos afetam. Ao observar a questão da fome, assim expressou-se:

O tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é ou foi a minha Sorbonne [...] (CASTRO, 2001:10).

Esta é a singularidade da observação da questão da fome. Neste nível de observação, a fome parece ser uma questão particular de um grupo social que - por uma fatalidade, está submetido a determinadas circunstâncias adversas da vida -

parecia ser uma questão local ou, num sentido mais amplo, no máximo regional, que se manifestava na angústia, nos gestos, na obsessão, na linguagem, nas gírias “carregadas de palavras evocando comidas” (Id.:17)⁴², no folclore como nas brincadeiras de bumba-meu-boi, nas cantorias dos cantadores das feiras, “o que encontrava diante de mim, representando, falando, gesticulando, era sempre a fome em seus numerosos disfarces” (Id.:18).

Num segundo momento, descobre-se a fome como uma questão mais ampla. Esta passagem foi descrita da seguinte maneira:

Foi o que viram, assustados e sem compreender bem todo o drama, os meus olhos de criança. Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra de promessa que atraía os homens de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e de área da monocultura da cana-de-açúcar onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem, reduzindo tudo a bagaço (CASTRO, 2001:18).

Esta é uma segunda mediação com a materialidade.

Pela apreensão da história dos homens, Josué de Castro se deu conta de que a fome não era uma fatalidade nem um fenômeno local ou regional, mas uma questão social e universal. Assim disse:

E foi assim que, pelas histórias dos homens e pelo roteiro do rio, fiquei sabendo que a fome não era um produto exclusivo dos mangues. Que os mangues apenas atraíram os homens famintos do Nordeste inteiro; os da zona da seca e os da zona da cana. Todos atraídos por esta terra de promessa, vindo se aninhar naquele ninho de lama, construídos pelos dois rios e de onde brota o maravilhoso ciclo do caranguejo. E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local, um drama de um bairro, era um drama universal. Que a paisagem humana dos mangues se reproduzia no mundo inteiro. Que aqueles personagens da lama do Recife eram idênticos aos personagens de inúmeras outras áreas do mundo

⁴² “As comidas que desejavam com desenfreado apetite. A propósito de tudo se dizia; é uma sopa, é uma canja, é um tomate, é uma ova, é um abacaxi, é uma batata, é pão-pão, queijo-queijo. Era como se esta gíria fosse uma espécie de compensação mental de um povo sempre faminto. De um povo inteiro de barriga vazia, mas com a cabeça cheia de comidas imaginárias. É que a comida lhes havia subido à cabeça, como o sexo sobe á cabeça dos impotentes, estes famintos de amor” (CASTRO, 2001:17).

assoladas pela fome. Que aquela lama humana do Recife, que eu conhecera na infância, continua sujando até hoje toda a paisagem do nosso planeta como negros borrões de miséria: as negras manchas demográficas da geografia da fome (CASTRO, 2001:21).

Pela técnica de exposição de como Josué de Castro apropria-se da realidade temos a passagem de uma singularidade para a universalidade calcada na materialidade e no conhecimento da história dos homens, de como se processa a produção da vida. Entretanto, estabelece mediações que chamam a atenção para os riscos de tomarmos conclusões sobre fenômenos locais como se eles pudessem ser explicados em si e por si como pequenas totalidades. Para nós, na tentativa de apreender os nexos geográficos entre a universalidade e a forma como ela se faz singular, partimos da compreensão da universalidade para depois entender os nexos, as mediações e conexões com as singularidades que configuram as paisagens ou fenômenos nacionais, regionais e locais.

A procura de fazer as mediações entre a teoria e a realidade concreta, tomando agora os fenômenos concretos como expressões singulares de universalidade, mesmo que paradoxalmente, é o que procuramos exercitar no diálogo com o empírico da nossa tese. Faremos isto tomando como ilustração a realidade do Estado do Maranhão e as singularidades ainda mais concretas de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e de trabalhadores rurais sem-terra/MST.

A greve

Estranha era a fábrica inativa.
Um silêncio na planta, uma distância
entre máquinas e homem, como um fio
cortado entre planetas, um vazio
das mãos do homem que consomem
o tempo construindo, e as desnudas
estâncias sem trabalho e sem um som.
Quando o homem deixou as tocas
de turbina, quando desprendeu
os braços da fogueira e decaíram
as entranhas do forno, quando tirou os olhos
da roda e a luz vertiginosa
se deteve no seu círculo invisível,
de todos os poderes poderosos,
dos círculos puros da potência,
da energia surpreendedora,
ficou um montão de inúteis aços
nas salas sem homem, o ar viúvo,
o solitário aroma do azeite.

Nada existia sem aquele fragmento
batido, sem Ramírez,
sem o homem de roupa rasgada.
Lá estava a pele dos motores,
acumulada em morto poderio,
como negros cetáceos no fundo
pestilento dum mar sem ondulação,
ou montanhas escondidas de repente
sob a solidão dos planetas⁴³.

⁴³ NERUDA, 1980:327.

4. SINGULARIDADES DA MEDIAÇÃO DO CAPITAL NO ESTADO DO MARANHÃO E A TRANSITORIEDADE

A partir do presente capítulo, tratamos da apreensão da materialidade da produção da vida no Estado do Maranhão. Procuramos compreender os nexos, as mediações e as intermediações produzidas pela base material, em suas múltiplas determinações (MARX, 1982). Ou, como na proposta de Aued (2004), buscamos desvelar os nexos, as mediações, as relações da produção da existência dos homens, dos homens reais, que configuram a reprodução das relações sociais burguesas, suas contradições, seus limites e os possíveis elementos de sua superação.

Tomamos como pressuposto a universalidade como expressão das contradições da Lei Geral da Acumulação Capitalista explicitada por Karl Marx, para quem:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essas camadas de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva tanto maior, usando-se a terminologia oficial; o pauperismo. Essa é a *lei geral absoluta, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada, em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é o lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1984, L-1, V-2:209-210).

A produção crescente de riqueza e, simultaneamente, da miséria se espraiam na medida em que as relações sociais burguesas se universalizam. Cada país, cada região, cada lugar explicita, de maneira singular a riqueza crescente e a miséria também crescente. A riqueza crescente explicita-se na concentração e centralização do capital. Cada vez mais, pequenas frações da sociedade acumulam grandes parcelas da riqueza social.

A acumulação de riqueza, isto é, de capital, foi impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social ou, como no dizer de Marx, pela “*aplicação tecnológica da ciência*”. Este processo se universalizou através da universalização da grande indústria moderna.

Para Marx (1985a, v-I:278):

Portanto, assim como a produção baseada no capital cria, de um lado, a indústria universal – isto é, o mais-trabalho e o trabalho criador de valor –, cria também, de outro lado, um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral, cujo expoente é a ciência mesma e são, dessa maneira, todas as qualidades físicas e espirituais. Fora desta órbita da produção e do câmbio social, não pode subsistir nada por sua própria grandeza ou por suas próprias virtudes, como algo superior-em-si e realmente existente-para-si. Deste modo, é o capital que cria desde o primeiro momento a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, como uma conexão social que engloba a todos os membros da sociedade. Nisto reside a grande influência civilizadora do capital. A ele se deve o nascimento de uma etapa social em cujo lado todas as anteriores aparecem como *desenvolvimentos puramente locais* da humanidade e como uma *idolatria da natureza*. É agora quando a natureza se converte para o homem em mero objeto, em um objeto útil, deixa de ser reconhecida como uma potência-para-si, e a compreensão teórica de suas leis próprias e independentes não é [agora] mais que uma astúcia para submetê-la às necessidades humanas, já como objeto de consumo, já como meio de produção. O capital fomenta esta tendência a remontar-se por sobre as barreiras e os prejuízos nacionais e a sobrepõe-se à deificação da natureza a um modo tradicional de satisfazer as necessidades, circunscritas dentro de determinados limites, restritas às necessidades existentes e à reprodução do velho modo de vida. O capital atua destrutivamente contra tudo isto é [exerce uma ação] constantemente revolucionária, derrubando todos os limites que obstruem o desenvolvimento das forças produtivas e se opõem à expansão das necessidades, da diversificação da produção e da exploração e do intercâmbio [livre] das forças naturais e espirituais.

Tendo-se presentes os pressupostos acima, como entender atualmente os lugares, as regiões, os diferentes países? Na nossa formulação da relação entre

universalidade e suas manifestações paradoxais em singularidades, não existe um lugar padrão nem de riqueza, nem da pobreza. Pobreza e riqueza expressam-se simultaneamente. Cabe-nos decifrar, isto é, apreender e explicitar tal fenômeno.

A universalidade faz-se singular seja como efetividade ou como potencialidade, do mesmo modo que a universalidade da sociedade burguesa fazia-se como singularidade efetiva (universalidade em potência) como Filosofia, na Alemanha, como Luta de Classes, na França e como Economia Política, na Inglaterra (AUED, 2004).

Com a plenitude do ser social materializado na grande indústria moderna que se fez evidência a partir do segundo quartel do século XIX, na Inglaterra, por exemplo, a apreensão de singularidades historicamente determinadas é a de explicitar a produção na sociedade burguesa, de homens burgueses e, sobretudo, de elementos da superação das relações sociais burguesas.

Com a formação das relações sociais sob a mediação do capital, pela primeira vez na história da humanidade, todas as relações econômicas, sociais e políticas entrelaçaram-se e interpenetraram-se. Pois, como dito por Lorentz, “O bater de asas de uma borboleta na China pode provocar um furacão em Califórnia” (In: BAUD, BOURGEAT e BRÁS 1997: 355).

Ainda na consolidação das relações sociais burguesas, até o século XVIII, com o explicitar-se da consolidação do mercado mundial, podemos perceber que ninguém ficou alheio ao processo. Marx e Engels observaram isto ao se referirem à descoberta da América e à circunavegação da África (dobragem do Cabo da Boa Esperança). Assim disseram:

A descoberta da América, a dobragem do Cabo da Boa Esperança, criaram um novo campo de acção para a burguesia em ascensão. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América a troca com as colônias, a multiplicação dos meios de permuta e das mercadorias deram em geral ao comércio, à navegação e à indústria um impulso nunca até então conhecido e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário da sociedade feudal em desintegração.

A organização até aqui feudal ou corporativa da indústria já não permitia satisfazer as necessidades que cresciam com os novos mercados. A manufactura substituiu-a. Os mestres das corporações foram desalojados pela classe média manufactureira; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu ante a divisão do trabalho dentro da própria oficina (MARX e ENGELS, 1975:60-61).

Com estas referências, queremos apontar a forma de nossa apreensão dos lugares diante da universalização da produção da existência humana sob a mediação do capital desde o tempo da ascensão da sociedade burguesa. Assim, a consolidação da sociedade burguesa corresponderia ao tempo da universalização das relações de produção da existência humana. As singularidades revelam-se pelas circunstâncias em que as relações entre os lugares são expressões paradoxais da acumulação do capital no tempo e no espaço mundial do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Esta reflexão altera a compreensão dos lugares. Os lugares assumem especificidades e aparentemente diferenciam-se quando olhados como paisagem que permite a descrição e a comparação entre eles. Mas, quando olhamos todas as relações constitutivas do processo de produção da vida, se revelam como engendramento do ser social universalizado sob o modo de produção capitalista.

É com estas referências que procuramos entender a realidade do Estado do Maranhão. Procuramos apreender como, neste processo, podemos encontrar manifestações do engendramento da mediação do capital. Estes últimos aspectos serão vistos ao estudarmos quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST.

O Estado do Maranhão teve sua formação sócio-espacial de maneira bastante paradoxal. Aparece como descompasso no tempo e no espaço em relação aos processos de desenvolvimento do capitalismo. É como se fosse um átomo negando o Cosmo ou como se fosse algo distinto do processo mundial do fazer-se das relações sociais universalizadas no capitalismo [MARX, s/d(1)]. Para a maioria dos estudiosos o Maranhão é expressão de um atraso em relação aos lugares desenvolvidos. Mesmo no contexto do Brasil, aparece como símbolo do atraso.

Porém, longe de ser algo distinto, entendemos a sua formação sócio-espacial, denominada de processo de colonização, como cota parte da formação e da decomposição do ser social, isto é, do ser social universalizando-se e universalizado como capital. Processo este que foi tornando-se explícito a partir do século XVIII.

Para Bandeira Tribuzzi:

[...] Voltada para fora como foi a formação da economia da antiga província que chegou aos fins do século XIX e o começo do século XX a um extraordinário apogeu do ciclo do algodão e do latifúndio escravista, teve seu povoamento, em que pese a massa de escravos negros que se constitui parcela a mais importante, lentamente expandido pelo Litoral Norte (onde Alcântara chegou a adquirir marcante significação econômica), pela Baixada, pelos vales do Itapecuru, Mearim e Pindaré (TRIBUZZI, 1972:93).

A sua vinculação ao mercado mundial ou a sua economia voltada para fora, configurou-se e configura-se em todos os momentos das necessidades de reprodução mundial da riqueza. No século XIX a produção de algodão e a utilização de trabalho escravizado foram formas de expressão da vinculação ao mercado mundial (MESQUITA, 1987).

Carlos de Lima, reportando-se ao período da independência do Brasil, explicitou a questão da incorporação do Estado do Maranhão como elemento das necessidades da acumulação mundial. Não obstante, mesmo sem intenção, o autor revelou o enquadramento do Maranhão como cota parte da materialização do ser social universal. Aqui, o processo fez-se da seguinte maneira:

O latifúndio predomina porque as mais importantes culturas – a cana-de-açúcar e o algodão – requerem muitos braços e extensos territórios, somente podendo investir em tais empreendimentos os detentores de bom recurso. Desde os primeiros tempos as sesmarias são concedidas a homens de posse, pois somente tais podem arcar com o ônus do cultivo da terra, que dará bons resultados quando feito em grande escala. Os agraciados deviam mesmo provar “que podiam fazer lavouras. Para tanto, necessitavam de muitos escravos e ferramentas. Tinha-se em mente que, conforme ficou dito media-se a riqueza dos senhores pela grandeza da escravaria, ou seja, pela força de trabalho empregado. Ademais, a hostilidade do índio (muito embora provocada pelo próprio colonizador) obrigava ainda o latifundiário a defender o seu domínio, o que implicava em novas despesas para armar e manter, a sua custa, um pequeno exército (LIMA, s/d:124).

Temos, assim, uma dimensão do caráter essencialmente capitalista da exploração, cujas expressões foram a produção em larga escala, a utilização de instrumentos e a força de trabalho escravizada. Explicita-se o caráter da produção de mais-valia, ou seja, da participação do Maranhão na divisão internacional do trabalho, a exemplo do que foi evidenciado por Jorge Benci, em 1700, como apontaram Figueira e Mendes (1977).

O mercado no seu interior foi forjado tendo como principal meio de circulação de mercadorias o transporte fluvial (MESQUITA, 1987:89). Até o final da década de 1960 a predominância do tráfego era a via fluvial com o aproveitamento de grandes rios de fácil navegação. Tratam-se dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, além dos rios Tocantins e Parnaíba que fazem fronteira com os Estado do Tocantins e do Piauí, respectivamente; contou ainda com a ferrovia Teresina/PI a São Luís/MA (Ilustração 1).

As fronteiras territoriais do Estado do Maranhão são, na sua grande maioria, delimitadas por rios. Ao leste limita-se com o Estado do Piauí através do rio Parnaíba, ao noroeste, com o Estado do Pará em parte através do rio Gurupi, ao sudoeste com o Estado do Tocantins também em parte através do rio Tocantins. Internamente destacam-se duas grandes bacias hidrográficas: a bacia do rio Itapecuru (52.700 km²) e a bacia do rio Mearim (110.936 km²). Os principais rios são: o rio Itapecuru (1.090 km), o rio Mearim (966 km), o rio Grajaú (690 km) e o rio Pindaré (458 km).



Ilustração 1 - Mapa dos rios do Estado do Maranhão

FONTE: <http://www.maranhao.gov.br>

Ao referir-se à fase de exploração comercial do babaçu (1914-1960), Amaral Filho (1990:28-29) descreveu os meios de transporte do Maranhão. Assim disse:

Como o maior centro produtor era a Zona do Vale do Itapecuru, o meio de transporte mais utilizado para fazer chegar a amêndoa, até o porto de São Luís era o trem, através da estrada Teresina – São Luís. Esta, nesta fase, servia como um verdadeiro corredor de exportação e distribuição de mercadorias para o interior. A ligação entre a estrada de ferro e o interior dos centros produtores, dava-se através de barcos e animais. Outro centro produtor, a Baixada, canalizava a produção, em ampla medida, através do transporte fluvial e marítimo.

Uma nova fase de comunicação com os mercados e de atração de investimentos para o Estado do Maranhão deu-se na década de 1960, tendo como via de transporte a rodovia Belém - Brasília e a rodovia Transamazônica.

Para Andrade (1986:193):

Após a abertura da estrada Belém-Brasília e mais recentemente da Belém - São Luís e com a facilidade de obtenção de créditos oriundos do mecanismo dos artigos 34/18 através da aprovação de projetos agropecuários aprovados pela SUDENE e pela SUDAM, empresas da região Sudeste sobretudo de São Paulo vêm instalando fazendas na área promovendo o desmatamento, a plantação de pastagens e a introdução de gado zebu produtor de carne. Trata-se de uma criação extensiva em cercados em que os padrões técnicos empregados são bem superiores aos em uso na região e que tenta obter um produto para ser consumido nos grandes centros urbanos do país e tenha aceitação no mercado externo. Os altos preços da carne no mercado internacional estimulam o Brasil a se tornar um exportador do produto embora a expansão da pecuária venha criando sérios problemas de desemprego e de migração da população rural para centros urbanos que não dispõe de infra-estruturas que empreguem os migrantes.

Na década de 1970 aconteceu outro marco importante que foi a construção da ferrovia ligando a Serra dos Carajás, no Pará, ao Porto Itaquí, em São Luís⁴⁴ (Ilustração 4).

Vale salientar que, mesmo com estes apontamentos de questões específicas, em todos os momentos históricos, a participação do Maranhão fez-se como simultaneidade da universalidade do capitalismo, seja em fase de formação, de maturidade ou de degeneração. A universalidade, no Maranhão, não se fez singular, como desenvolvimento industrial propriamente dito como foi característica de outros lugares.

Pela apreensão das singularidades encontramos a cota parte da participação do Estado do Maranhão na acumulação mundial da riqueza e os desdobramentos que o processo desencadeia internamente⁴⁵. Podemos apreender o processo interno pela reconstituição das mediações das relações universais de produção da vida mediada pelo capital. Portanto, o Estado do Maranhão pode ser estudado como uma territorialidade, palco exemplar do capitalismo na sua forma mais desenvolvida.

A miséria que muitos apresentam como deformação do capitalismo, no Estado do Maranhão, também só pode ser vista como o capitalismo manifestando-se através

⁴⁴ São Luís é a capital e maior cidade do Estado do Maranhão, localiza-se na Baía de São Marcos no lado Norte do Estado.

⁴⁵ Estamos advogando aqui a tese da simultaneidade das relações capitalistas em termos planetários. As singularidades são paradoxais quando aparentemente apresentam um tempo fora do lugar. As singularidades são consideradas como formas de rebatimento da universalidade. As singularidades são paisagens. As singularidades são aparências.

da forma mais desenvolvida da lei geral. Neste aspecto tem-se, como exemplo, a materialidade da mediação do capital na sua lógica de regurgitamento de pessoas das relações de produção da existência na sua forma “normal”, isto é, pela relação M – D - M⁴⁶. Aqui as pessoas já nascem regurgitadas do mundo de uma possibilidade de reproduzir-se através da relação trabalho-salário, ou seja, se constituem enquanto “*massa sobrando*”, desnecessária para as necessidades de produção da riqueza social sob a mediação do capital.

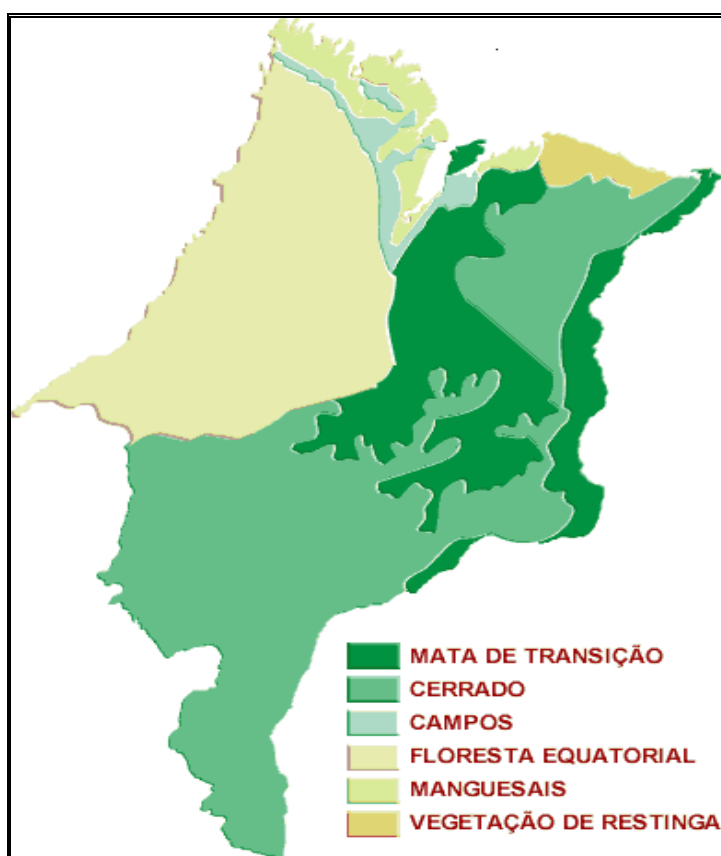
O excedente de força de trabalho ou o exército industrial de reservas, expressa, no caso do Maranhão, a desnecessidade de força de trabalho para a acumulação de capital. Por isto vale perguntar: A “*massa sobrando*” pode ser considerada como parte da classe trabalhadora? Pois, como observou o próprio Marx, por exemplo: “[...] *o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades do desenvolvimento dos trabalhadores*” (MARX, 1984:193), ao que acrescentou: “*Assim, como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão*”. É, essa “*massa sobrando*” o que denominamos de regurgitados da possibilidade de reprodução pela relação trabalho-salário. Isto não decorre, no Maranhão, da precariedade de seu processo de industrialização, mas, a maneira singular, a sua cota parte, no processo de reprodução da riqueza social, do ser social universalizado enquanto relação social mediada pelo capital. Isto está longe de representar um atraso.

⁴⁶ Relação normal quando se considera que a mercadoria inicial é a força de trabalho que se potencializa, ilusoriamente, através de diversas formações como na proposta de formação de capital humano, para conseguir mais dinheiro através de um trabalho assalariado e, por conseguinte, comprar uma maior quantidade de mercadorias. A relação continua, como antes uma relação mercantil simples que começa com mercadoria, se metamorfoseia em dinheiro para retornar á forma de mercadoria, através do consumo de mercadorias afins. Para a classe trabalhadora, que se reproduz através da venda de sua força de trabalho o M inicial representa a sua força de trabalho que, ao ser vendida recebe D (dinheiro/salário), como preço da força de trabalho e o segundo M representa as mercadorias adquiridas com o dinheiro/salário. Do ponto de vista do trabalhador, M-D é a venda da força de trabalho e D-M representa a compra de mercadorias afins, particularmente, de mercadorias necessárias para a sua reprodução enquanto trabalhador. Sendo o salário, o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, o dinheiro que recebe pela venda de sua força de trabalho deve ser o necessário para a sua reprodução biológica [reposição de sua capacidade física e mental] e social [dadas as condições sociais médias].

4.1. Caracterização, dinâmica recente da população e estrutura da apropriação da terra

O Estado do Maranhão ocupa uma área 333.365,6 km² (sendo o segundo maior Estado, em extensão territorial, da Região Nordeste do Brasil) conta com uma população de 5.642.960 habitantes⁴⁷ (densidade demográfica de 16,9 hab/km²), que representa 17,7% da população total do Nordeste, situa-se numa área de transição entre o semi-árido nordestino e a Amazônia Legal.

A área demarcada como sendo a floresta equatorial compreende a transição para a Amazônia Legal e é denominada de pré-amazônia maranhense (Ver: Mapa abaixo).



⁴⁷ Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Ilustração 2 - Mapa da Vegetação do Estado do MaranhãoFONTE: <http://www.maranhao.gov.br/cidadao/estado/geografia/vegetacao.php>

O Estado do Maranhão limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao leste com o Estado do Piauí, ao sudoeste com o Estado do Tocantins, e ao noroeste com o Estado do Pará.

O Maranhão é (de)composto por **5** (cinco) **Mesorregiões** (Norte, Centro, Leste, Oeste e Sul), **21** (vinte e uma) **Microrregiões** [1) Lençóis Maranhense, 2) Baixada Maranhense, 3) Itapecuru-Mirim, 4) Gurupi, 5) Pindaré, 6) Imperatriz. 7) Médio Mearim, 8) Alto Mearim e Grajaú, 9) Presidente Dutra, 10) Baixo Parnaíba Maranhense, 11) Chapadinha, 12) Codó, 13) Coelho Neto, 14) Caxias, 15) Chapada do Alto Itapecuru, 16) Porto Franco, 17) Gerais de Balsas, 18) Chapada das Mangabeiras, 19) Litoral Ocidental Maranhense, 20) Aglomerado Urbano de São Luís, 21) Rosário] e **217** (duzentos e dezessete) **Municípios**.

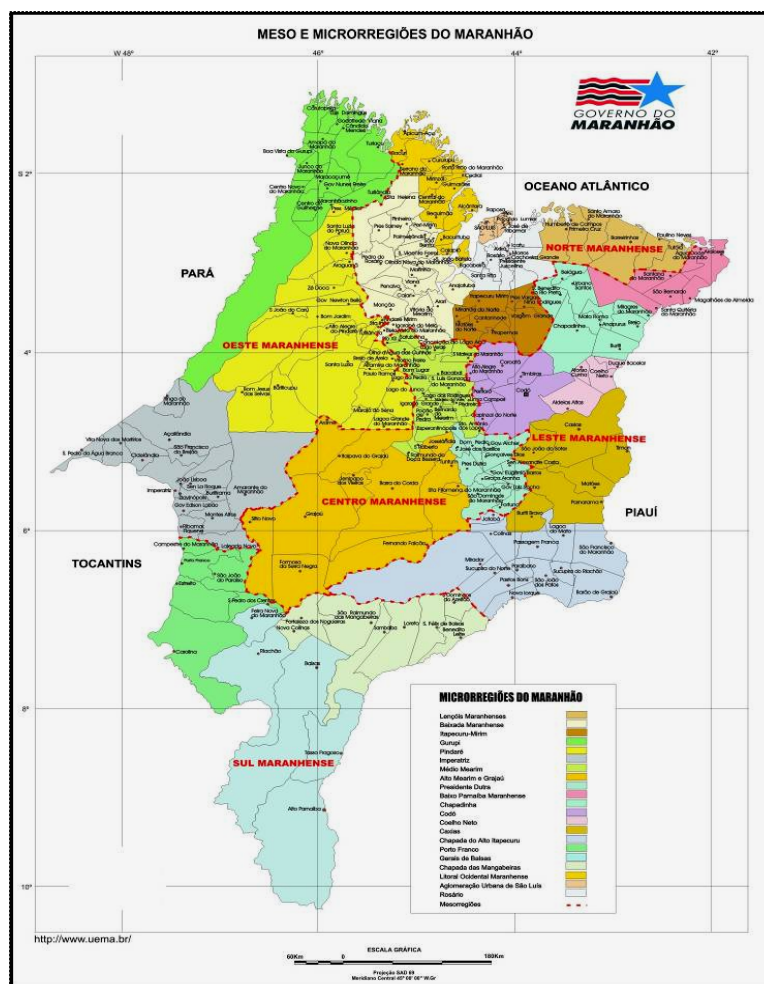


Ilustração 3 - Mapa das Mesorregiões e das Microrregiões do Estado do Maranhão

FONTES: <http://www.uema.br>

O seu PIB, no ano de 1996, foi de US\$ 7,51 bilhões⁴⁸. Os Indicadores do Desenvolvimento Humano (IDH) o coloca como um dos Estados de pior desempenho, em nível do Brasil⁴⁹.

⁴⁸ Valor convertido a partir da média da variação do dólar comercial no ano respectivo.

⁴⁹ Em se tratando da distribuição da renda temos que os 10% mais ricos se apropriam de 48% da renda, enquanto os 40% mais pobres dividem entre si apenas 8% da renda; o nível de informalidade no emprego atinge 65% da PEA (População Economicamente Ativa), segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e 61% segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho); a renda *per capita* familiar é de R\$ 101,50 e de R\$ 84,45 para os

O Maranhão apresenta como peculiaridade o fato de ser o Estado brasileiro com maior índice percentual de população vivendo no campo⁵⁰ (cerca de 60% em 1991 e 48,08% em 1996)⁵¹. Merece destaque uma importante modificação da distribuição espacial (urbana e rural) da população acontecida na década de 1990, onde se tinha, em 1991, 40% da população habitando no meio urbano e 60% no meio rural, enquanto que, em 2000, o percentual da população rural caiu para, aproximadamente, 40% ao passo que a população urbana subiu, percentualmente para, aproximadamente, 60% (IBGE, Censo Demográfico, 2000⁵²). Em outras palavras, tivemos a inversão do processo de distribuição relativa da população com uma significativa migração do campo para as cidades. Isto repercutiu principalmente na cidade de São Luís com o crescimento da ocupação urbana desordenada (surgimento de novos bairros com situações precárias de moradias) e da violência decorrente da falta de meios “formais”, isto é, de emprego, para a produção da vivência das famílias que foram expulsas do campo. Saíram do campo expulsos e não encontraram meios de viverem adequadamente nas cidades. Aprofundou-se com isso o caos no meio urbano, especialmente nas cidades de São Luís e de Imperatriz⁵³.

indivíduos; a taxa de atividade é de 62% para a população com mais de 10 anos de idade (IPEA. Atlas Regional das Desigualdades, 1998). Pesquisa recente realizada no Estado do Maranhão reforça esta assertiva ao constatar “[...] o Maranhão como o Estado mais pobre do país, ou seja, 59,3 por cento da população vivem em estado de pobreza absoluta, o que significa que estão privadas de educação, água tratada, saneamento, coleta sistemática de lixo, renda e saúde. Na área urbana 58,62 por cento carecem de serviços essenciais, contra 47,97 por cento do Nordeste. A média brasileira é de 22,33 por cento de pessoas carentes destes serviços nas áreas urbanas e 65,02 por cento na área rural. No Maranhão estas médias se elevam, respectivamente, para 38,05 por cento na área urbana e 71,56 por cento na área rural” (Jornal Pequeno, São Luís, 15/08/1999: 4).

⁵⁰ [ALMEIDA, In: ALMEIDA e SILVA (orgs.) 1998].

⁵¹ As informações do Censo Demográfico de 2000 mostram que aconteceu uma migração do campo para a cidade na década de 1990 e este processo tem relação direta com a intensificação das políticas de estímulo ao capital através do incentivo aos grandes projetos. Pois, se em 1991 a população rural era de 60%, em 2000 diminuiu percentualmente para 40%.

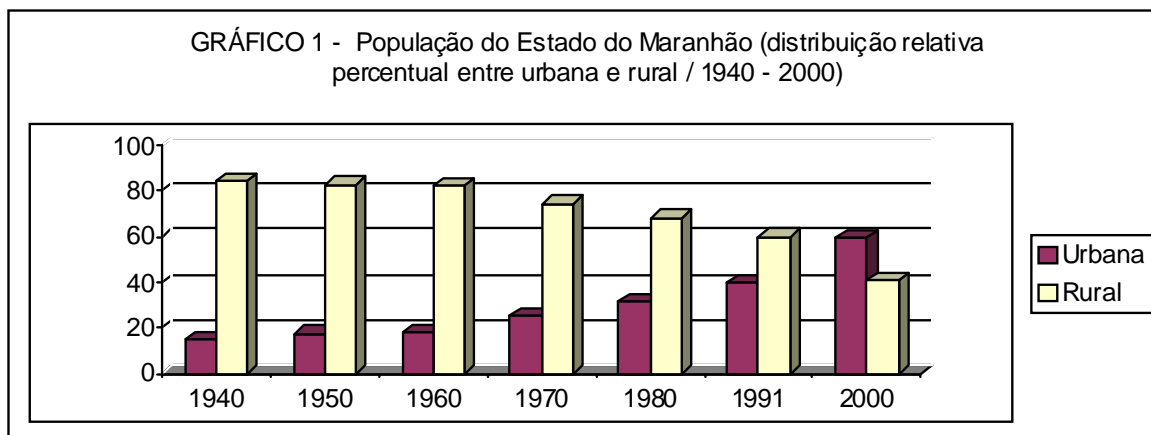
⁵² Em 2000 a população do Estado do Maranhão era 5.642.960 pessoas (Censo Demográfico de 2000).

⁵³ Imperatriz é a segunda maior cidade e localiza-se ao Oeste do Estado do Maranhão

Tabela 1 - Distribuição absoluta e percentual da população do Estado do Maranhão - 1940/2000.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Maranhão	1.235.169	1.583.248	2.492.139	3.036.935	4.165.500	4.930.303	5.642.960
Urbana	185.552	274.288	448.509	771.790	1.311.800	1.972.471	3.357.898
Rural	1.049.617	1.308.960	2.043.630	2.265.145	2.853.700	2.957.832	2.285.062
Maranhão	100	100	100	100	100	100	100
Urbana	15,02	17,32	18,00	25,41	31,49	40,00	59,51
Rural	84,48	82,68	82,00	74,59	68,51	60,00	40,49

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, vários anos



FO

NTE: IBGE, Censo Demográfico, vários anos.

Pelas informações do gráfico acima, observamos que, entre 1940 e 1960, a população do Estado do Maranhão que dobrara, passando de 1.235.169 habitantes para 2.492.139 habitantes, manteve um percentual de mais de 80% no meio rural, indicando que a terra, neste período, constituiu-se no principal meio recorrente de produção da vida no território maranhense.

Em 1970, a população rural era de 74,6% e em 1980 estava em aproximadamente 70%. Uma queda significativa da população rural aconteceu na década de 1990, quando caiu de 60%, em 1991, para 40%, em 2000. O processo de colonização dirigido é apontado, portanto, como o responsável pela expulsão de pessoas do campo. Na década de 1990, São Luís, capital do Estado, teve a sua população acrescida em 176.829 habitantes, passando de 695.199 habitantes, em 1991, para 870.028 habitantes, em 2000.

É importante observar que as décadas de 1960 e de 1990 representam os períodos onde se acentuaram as maiores tensões e os conflitos sociais no meio rural. Na década de 1960 aconteceu o processo de mobilização e organização de trabalhadores rurais em sindicatos lutando pela terra, por emprego e condições de trabalho e contra a grilagem de terras que se estabeleceu, nesta década, no Maranhão. Na década de 1990 o MST e outros movimentos intensificaram a luta pela terra.

Milícias, policiais, jagunços, praticaram atrocidades, para afastarem das terras, posseiros, parceiros e ocupantes, com o objetivo de liberar as terras para os grileiros, mediante a justificativa de modernizar a produção agropecuária e contribuir para o desenvolvimento econômico apoiado no agronegócio.

É igualmente importante observar que, além da migração interna do campo para as cidades, aconteceu também a emigração do território maranhense⁵⁴, buscando-se qualquer espaço para ocupar-se e produzir sua vivência. Em geral, estes migrantes se depararam com situações de trabalho na forma de cativos⁵⁵.

A estrutura agrária, no Maranhão, demonstra a concentração fundiária como sendo bastante significativa, onde se tem muita gente com pouca terra e muitos sem-terra e poucos concentrando muita terra, conforme as tabelas e gráficos (2 e 3) abaixo.

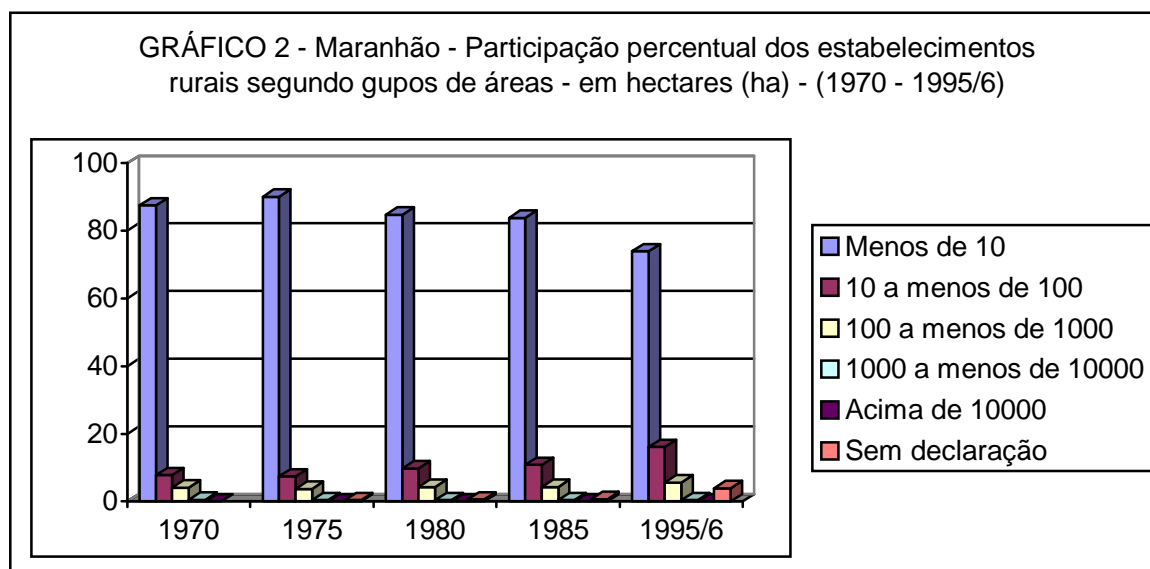
Tabela 2 - Estabelecimentos recenseados segundo grupos de áreas (1970 – 1995/96)

Grupos de áreas em hectares (ha)	1970		1975		1980		1985		1995/6	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Total	396.761	100	496.737	100	496.758	100	531.413.	100	368.191	100
Menos de 10	338.699	87,5	487.254	90,1	421.098	84,8	445.064	83,8	272.100	73,9
10 a menos de 100	30.312	7,8	36.802	7,4	49.079	9,8	57.205	10,8	59.380	16,1
100 a menos de 1000	15.997	4,1	18.614	3,7	21.571	4,3	23.068	4,3	20.796	5,6
1000 a menos de 10000	1.862	0,5	1.864	0,4	2.200	0,4	2.266	0,4	1.627	0,4
Acima de 10000	33	0,0	62	0,0	88	0,0	76	0,0	54	0,0
Sem declaração	9.858		2.042	0,4	2.722	0,6	3.734	0,7	14.254	3,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos.

⁵⁴ Em grande medida, as pessoas que migraram do campo para as cidades ou migraram para fora do Estado já haviam sido regurgitadas de outros lugares.

⁵⁵ Quando se registram denúncias de trabalhadores presos em fazendas por endividamento em fazendas, no Brasil, tem sido recorrente a presença de pessoas oriundas do Estado do Maranhão.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos.

Pelo gráfico acima, vemos como a estrutura agrária do Maranhão é marcada por uma grande quantidade de estabelecimentos com pouca terra. Desde a década de 1970, mantêm-se em mais de 70% os estabelecimentos com menos de 10ha. São trabalhadores exemplares da pobreza rural e da precariedade de suas condições de reprodução social e humana. São regurgitados do mercado de trabalho e do mercado de produtos; sobrevivem com rendimentos abaixo do nível de pobreza apontado por indicadores internacionais [menos de US\$ 1,00 (um dólar) diário por pessoa]. Além da insignificante produção de subsistência (arroz, mandioca, milho) boa parte vive do extrativismo de babaçu e do trabalho temporário (diaristas). Pelo Censo Agropecuário de 1995/6, esta imensa quantidade de estabelecimentos apropria-se de apenas 3,1% da área total. Por outro lado, para esta parcela da população, não existem meios de reprodução fora do campo. Por mais miserável que seja a situação, todos sabem que no meio urbano as possibilidades são menos animadoras⁵⁶; sabem que são regurgitados da possibilidade de emprego urbano e rural; sabem que estão bem abaixo do trabalhador médio empregável. Só saem do campo quando são expulsos.

⁵⁶ O ato teleológico apresenta-se como resultado do meio técnico-científico-informacional, como proposto por Santos e Silveira (2003).

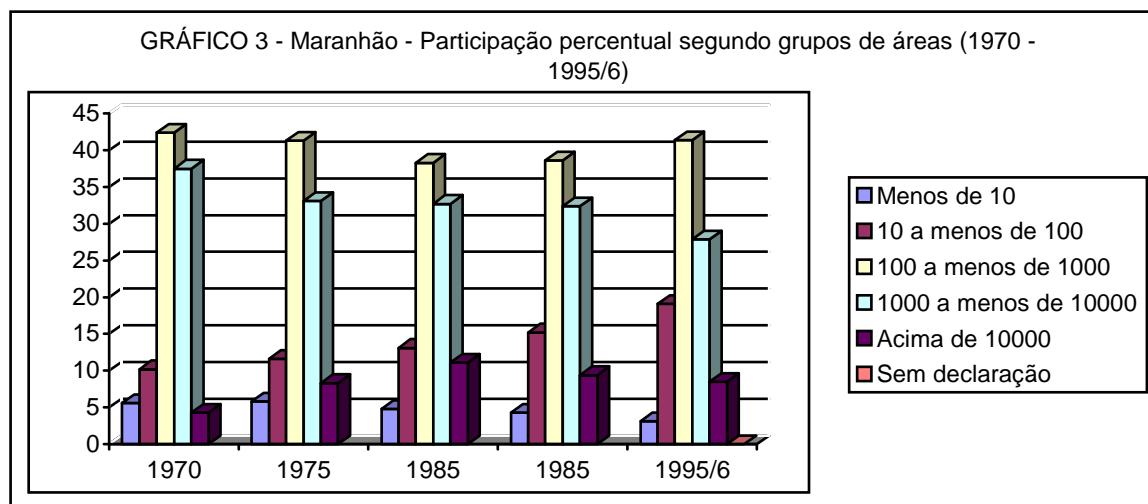
Na década de 1970 passaram a disputar a terra com outros grupos interessados nela como meio de obtenção de recursos públicos. Em face das pressões, muitos migraram aleatoriamente.

Por se caracterizar como um Estado onde prevalece a agricultura extensiva, as propriedades com até 100ha também pouco produzem. Estas não dispõem de equipamentos e técnicas de produção que garantam a produtividade e alguma condição de subsistência equivalente sequer aos salários médios obtidos no Estado do Maranhão.

Tabela 3 - Grupos de áreas recenseados em termos absolutos e percentuais (1970 - 1995/6).

Grupos de áreas em hectares (ha)	1970		1975		1980		1985		1995/6	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Total	10794912	100	12409068	100	15134235	100	15546269	100	12560692	100
Menos de 10	603227	5,6	715519	5,8	723202	4,8	675994	4,3	389383	3,1
10 a menos de 100	1105287	10,2	1435929	11,6	1978885	13,1	2361582	15,2	2404123	19,1
100 a menos de 1000	4581387	42,4	5129393	41,3	5799030	38,3	6003062	38,6	4201157	41,4
1000 a menos de 10000	4045000	37,5	4103185	33,1	4954714	32,7	5045288	32,4	3501240	27,9
Acima de 10000	440011	4,3	1025042	8,3	1678404	11,1	1462341	9,4	1064377	8,5
Sem declaração									412	0,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos.



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos.

Se, por um lado, existem muitos estabelecimentos com menos de 10ha, por outro lado, é insignificante a parcela da área total que eles ocupam, no Maranhão.

Aqui predominam as propriedades nos intervalos entre 100ha e 1.000ha. Em segundo lugar tem-se o intervalo entre 1.000ha e 10.000ha.

Os estratos de áreas acima de mil hectares são utilizados para a pecuária extensiva (MESQUITA, 2007), como reserva de valor e/ou como meio para justificar a participação na política de crédito rural, de incentivos fiscais e quaisquer outros recursos públicos.

Por detrás destes dados têm-se, muitas vezes, dúvidas relacionadas com a legitimidade da propriedade das terras em face do intenso processo de grilagem que caracterizam a apropriação das terras devolutas, no Estado do Maranhão. Não obstante, muitas pessoas e grupos empresariais como Marflora; Margusa e outros são proprietários de grandes extensões de terras compostas por vários estabelecimentos⁵⁷.

De uma maneira geral, a terra tem sido o principal meio de participação na distribuição social da riqueza excedente (da mais-valia social). Para os pobres, tem a luta pelas políticas públicas de assistência à pobreza. Para os que têm acesso a melhores condições, a terra tem sido o meio de barganhar recursos relacionados com políticas econômicas. Foi através da terra que muitos obtiveram empréstimos subsidiados através da SUDENE/BNB e da SUDAM/BASA. Depois que estas fontes escassearam muitos proprietários praticamente abandonaram as propriedades (ARCANGELI, 1987; ASSELIN, 1982).

Nos últimos anos do século XX, um fato novo alteraria a política de apropriação de terras no Estado do Maranhão, assim como nos Estados do Ceará, da Bahia, do Pernambuco e de Minas Gerais. O Maranhão fez parte de uma experiência piloto da chamada Reforma Agrária de mercado, conveniada com o Banco Mundial. O Maranhão participou da experiência do Projeto Cédula da Terra (PCT – MA)⁵⁸.

⁵⁷ Ver: Shiraishi Neto (1995:67-77).

⁵⁸ O Projeto Cédula da Terra é parte de um amplo programa do Banco Mundial que foi lançado com o argumento de combater a pobreza rural. No Maranhão o processo foi iniciado em 1997 com a

Do ponto de vista da produção da vida, o Estado do Maranhão ficou conhecido por sua importante forma de se destacar. De um lado, é representado por uma oligarquia política que permanece no poder há cerca de 40 anos. Disto resulta uma imensidão de denúncias de várias naturezas. De outro lado, é também significativo o destaque do Maranhão no que diz respeito aos alarmantes níveis de pobreza e miséria da maioria de sua população, Sobre isto, dados recentes tanto em nível nacional quanto mundial revelam situações humanamente e humanisticamente preocupantes.

Num cenário apontado pelo “Atlas da Exclusão Social”, o Maranhão aparece com a maior exclusão social do Brasil; situação que se mantém desde a década de 1960 (Ver Tabela abaixo).

Tabela 4 – Índice de Exclusão Social no Brasil (1960 – 2000)⁵⁹

	1960	1980	2000
Maranhão/Posição no Ranking	2,19 (2 ^o)	2,26 (2 ^o)	1,97 (1 ^o)
Média no Brasil	5,07	5,74	5,27
Menor índice/Unidade de Federação	9,45 (RJ)	8,75 (SP)	8,50 (DF)

FONTE: Jornal Pequeno, 26 de maio de 2003. www.jornalpequeno.net.

Se tomarmos o “Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil”, divulgado no ano 2000, vemos que o Maranhão parece com o segundo pior índice (0,647), perdendo apenas para o Estado de Alagoas (0,633). Por este parâmetro o melhor

celebração de convênios entre o governo do Estado e representantes do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Em 1998, o processo ganhou materialidade com a negociação (entre proprietários e associações de trabalhadores rurais) de 50 áreas (totalizando 45.424,63 hectares) perfazendo um valor de R\$ 5.240.823,54, envolvendo 1.591 famílias. O processo serviu, em grande medida, para negociação de terras que haviam sido abandonadas por seus proprietários serviram no programa uma maneira de vender a vista terras de que outra maneira dificilmente seria vendida. Para os movimentos que lutam pela terra, Reforma Agrária e Justiça no campo, este programa serviu, na verdade, como maneira de mudar o foco da questão agrária e dos problemas sociais no campo, e favorecer interesses da burguesia agrária. Não obstante, muda o foco da Reforma Agrária como a encaminhada pelo INCRA que é a desapropriação de terras e pagamento com TDA's (Títulos da Dívida Agrária). No caso do PCT, o pagamento foi feito à vista e a dívida ficou para as associações envolvidas nas negociações..

⁵⁹ Quanto menor for o valor maior é a exclusão social. O índice é resultado de um conjunto de variáveis agrupadas considerando: 1) dimensão de vida digna (pobreza, emprego e desigualdade), 2) dimensão de conhecimento (alfabetização e escolaridade) e 3) dimensão de vulnerabilidade (violência e juventude). Os índices da tabela resultam de uma multiplicação do ranking por dez.

desempenho nacional foi o do Distrito Federal (0,844)⁶⁰ (Jornal Pequeno, 28 de dezembro de 2002:3).

Informações agrupadas por Costa (2001) mostram as posições relativas do Maranhão entre as piores situações quanto ao processo de alfabetização, situação de crianças nas escolas, esperança de vida ao nascer, proporção de médicos por habitantes, domicílios com saneamento básico, assim como repete a questão apontada anteriormente, em relação ao IDH.

Tabela 5 – Indicadores Sociais – Maranhão

Indicadores (ano-base = 1999)	Maranhão	Posição no Brasil
Crianças (7 a 14 anos) fora da escola	5,3%	18 ^o
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	28,8%	25 ^o (3 ^o pior do país)
Taxa de analfabetismo funcional (menos de 4 anos de estudo)	52,8%	26 ^o (2 ^o pior)
Esperança de vida ao nascer	64,5 anos	24 ^o (4 ^o pior)
Taxa de mortalidade infantil (em 1000 nascidos vivos)	54,2	24 ^o (4 ^o pior)
Proporção médicos / habitantes	1 médico por 1000 habitantes	27 ^o (pior do país)
Domicílios com saneamento básico (água, esgoto e lixo)	8,4%	22 ^o
Índice de Desenvolvimento Humano (expectativa de vida, escolarização e renda)	0,547 (ano-base = 1996)	25 ^o (3 ^o pior do Brasil)

FONTES: a) IDH: IPEA / PNUD. O índice varia entre zero (desenvolvimento nulo) e um (alto DH), assim, quanto mais próximo de 1, melhor seria a justiça e igualdade social no país ou região. b) Síntese dos Indicadores Sociais 2000 / IBGE apud COSTA, 2001:4.

4.2. O Maranhão visto pela ótica das colonizações desde a década de 1960

A partir da década de 1960, no Estado do Maranhão, esteve presente a ideologia do crescimento e do desenvolvimento econômico, como mencionados por Santos e Silveira, para quem:

⁶⁰ Por este parâmetro o melhor desempenho internacional foi o da Noruega e o pior foi o de Serra Leoa. Dentre 173^a países pesquisados o Brasil ocupa a posição 77^a.

A Segunda Guerra Mundial mostrara as enormes dificuldades que a ausência de uma rede nacional de transportes acarretava para um país de dimensões continentais.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções atingir e a organizar. É o caso do Brasil.

O fim da guerra marca também o início de uma nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois. (SANTOS e SILVEIRA, 2003:47).

Com base na ideologia acima⁶¹, as interpretações mais comuns sobre a produção da vida no Estado do Maranhão e suas contradições, a partir da década de 1960, são feitas através dos movimentos de colonização espontânea, dirigida e planejada⁶². A este respeito Arcangeli, reportando-se a Darcy da Silva, observou que:

[...] haveria três formas de colonização: a espontânea, como estabelecimento de grupos humanos com seus próprios recursos e livres iniciativas; a dirigida, sendo a colonização que se processa com um mínimo de orientação oficial e na escolha da área não passando, talvez, de um simples direcionamento de fluxos migratórios; a planejada, cuja implantação contaria com o planejamento oficial na escolha de área, na seleção dos grupos e em sua atividade econômica (SILVA, apud ARCANGELI, 1987:13-14).

Um traço comum a todas as fases diz respeito ao fato de que em todos os momentos o processo foi controlado e dominado, direta e indiretamente pelas

⁶¹ Esta ideologia fez parte, desde a década de 1950, das formulações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi criada em 1945 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) criado em 1955, pelo então Presidente da República, Café Filho e extinto depois do golpe militar de 1964 (Ver: SODRÉ, 1977; TOLEDO, 1986).

⁶² Esta seqüência foi apontada também por Milton Santos (SANTOS, 1997b:116).

políticas econômicas e sociais do Estado. Neste sentido, citando Hebette e Marin, Arcangeli disse que:

Nenhuma das três formas de colonização é *immune* à ação do Estado. A colonização espontânea, mesmo em sua fase inicial, é condicionada por determinadas políticas, impositivas ou permissivas que repercutem nos lugares de origem ou de residências anteriores dos colonos, ou na própria área de colonização (íbid:14).

A chamada colonização espontânea foi intensificada com a construção de rodovias e outros atrativos. Mas, como ressaltou Ianni:

[...] essas rodovias não podem ser tomadas sempre como 'precursoras' da chegada de posseiros, grileiros, latifundiários, empresários, agentes do poder público, igrejas e seitas, bancos e outros indícios da metamorfose de 'terras virgens' em roças, criações, fazendas, posses, domínios, empresas e colônias (IANNI, 1979:91).

acrescentando que: "*Em muitos casos, a rodovia caminha par-em-par, depressa ou devagar, com a ocupação, outras vezes, a ocupação precede a rodovia*" (Id:íbid:91)

O processo foi intensificado, nesse caso (Maranhão), "*desde a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1956-60*" (IANNI, 1979:89).

No início da década de 1960, o FUNDINOR⁶³, através do Banco Nacional do Norte S/A. divulgou um panfleto oferecendo vantagens significativas para quem quisesse investir no Estado do Maranhão.

O processo de colonização espontânea foi assim descrito por Andrade (1986:192):

[...] As terras, a princípio devolutas e agora em grande parte controladas pela SUDENE e por empresas que conseguiram subsídios da SUDAM vão sendo apropriadas e as matas destruídas. Na fase da ocupação espontânea, muito intensa até a sétima década do Século XX – 1961-70 -, os caboclos nordestinos migravam para o Maranhão à procura de terras virgens de mata. Ao encontrarem as mesmas, faziam um rancho, roçavam parte da mata e usavam o fogo, preparando as terras para a cultura. No solo cheio de cinzas e de troncos semeavam o arroz, sendo financiados pelos donos de usinas beneficiadoras, a quem pagavam juros altos e se comprometiam a vender a

⁶³ Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial do Nordeste.

produção. No ano seguinte, como a terra estivesse enfraquecida, plantavam, na mesma, mandioca e derrubavam uma nova área de mata para a plantação de arroz, caminhando sempre para a frente, cada ano, fazendo novas queimadas, no que podemos chamar de uma agricultura migratória. As terras por eles deixadas à retaguarda vão sendo agora ocupadas por comerciantes, industriais beneficiadores de arroz ou funcionários que as cercam para criação. Vai havendo, assim, uma devastação da floresta e uma expansão da cultura de arroz e da pecuária. A madeira, em grande parte, queimada, não é utilizada, destruindo-as dessa forma, sem qualquer aproveitamento, uma riqueza secular. O que se observa é que o agricultor pobre prepara a área para o pecuarista rico ocupar. Os títulos de propriedade dificilmente existem, ficando as terras com o pecuarista.

A passagem da colonização espontânea para a colonização dirigida foi assim explicada por Andrade (1986 210):

[...] Os nordestinos, acossados pelas necessidades, não esperaram a abertura do voluntariado por parte da SUDENE e então, desde já, transferindo-se por sua própria conta, nas mais precárias condições possíveis para a propalada “Canaã Maranhense”. Por isso, a SUDENE vê-se a braços com sérios problemas, uma vez que no Maranhão, inicialmente e sem nenhuma assistência, muitas famílias estão localizadas ao longo das estradas, na prática de empírica e rotineira agricultura, e a SUDENE espera fundar este ano, na área, apenas um Núcleo Pioneiro de 50 famílias com o objetivo básico de estudar o “comportamento de pessoas de heterogêneas formação em face do grande plano de colonização [...].

Mesmo falando do processo de colonização, como espontâneo, vemos que as indicações do autor são de que pouco ou nada teve-se de espontâneo. As levas de famílias que migraram para o Estado do Maranhão foram “*acossados pelas necessidades*”. Esta foi outra forma de explicitar o regurgitamento. Este processo não deveu-se a uma fatalidade, foi produto histórico e social da humanidade fazendo-se materialidade singular. Como bem expressou Josué de Castro - ao observar a questão da fome como produto social do desenvolvimento da produção da riqueza social e apropriação privada pelos proprietários dos meios de produção – para quem a fome não tinha nada de fatalidade, de infortúnio de determinados grupos sociais viventes de determinados lugares (CASTRO, 1959a, 2001).

A fase da colonização dirigida correspondeu ao processo de aprofundamento da colonização anterior. Aqui as rodovias exerceram influências mais decisivas para o processo de expansão da fronteira, em particular da fronteira agrícola⁶⁴.

Um dos aspectos fundamentais para este tipo de colonização referiu-se à necessidade de “orientar, organizar, reorientar ou mesmo bloquear os fluxos do exército de trabalhadores de reserva” (IANNI, 1979 apud ARCANGELI, 1987:16). Dessa forma, o processo - que teve a segurança como razão (ALMEIDA, 1980) – constituiu-se enquanto “[...] saída para os antagonismos sociais do Nordeste, no sentido de evitar-se a reforma agrária via emigração do chamado excedente populacional” (ARCANGELI, 1987:16).

Quando da penetração de grandes empreendimentos, o Estado passou a apoiar os grandes grupos e tanto controlar quanto reprimir os remanescentes da colonização espontânea. Os objetivos dos grandes empreendedores capitalistas passaram a ditar as regras e impor condições destrutivas via desagregação, desapropriação e subordinação das pequenas unidades de trabalho familiar no campo e dos despossuídos. Os argumentos de desenvolvimento não deixam ver que a apropriação do lucro social acumulado a partir do trabalho da humanidade era o que estava em questão. Assim não havia vinculação da apropriação de recursos públicos com a implementação de processos produtivos.

Em grande medida, os investimentos não consolidaram bases econômicas produtivas. O que se teve como expressão foi a larga utilização de recursos públicos na forma de financiamentos subsidiados e renúncia fiscal. Depois de apropriados os recursos, escancarar-se-ia a realidade da universalidade do capital que não tinha na base industrial o processo de reprodução. Fora a explicitação do caráter parasitário do capital (ARCANGELI, 1987).

⁶⁴ Para Bertha Becker a fronteira não é uma simples fronteira territorial é a fronteira dos recursos. Esta autora usa como exemplo o avião que, muitas vezes, leva pela via aérea o capital para onde não tem a força de trabalho. Basta levar os meios técnicos desenvolvidos.

Do ponto de vista institucional, a colonização dirigida contou com SUDAM⁶⁵, SUDENE⁶⁶, SPVEA⁶⁷, BASA⁶⁸, PIN⁶⁹, INCRA⁷⁰ e outros órgãos e instituições oficiais (CARDOSO e MULLER, 1978; IANNI, 1981).

Os empreendimentos pecuaristas e de extração indiscriminada de madeira tornaram-se, então, os símbolos da “modernização” nesta área. Através da colonização dirigida, de 1974 até 1981, via FINOR/SUDENE⁷¹, foram implantados no Maranhão 52 projetos especialmente baseados em pecuária de corte, envolvendo uma área total de 430.358ha e ocupando 2.761 pessoas (ARCANGELI, 1987:122-124).

Duas grandes frentes territoriais foram impactadas pela colonização dirigida. No lado oeste, no limite com o Estado do Pará, nas microrregiões Gurupi, Imperatriz e Pindaré ocorreram extrações indiscriminadas de madeiras.

Grande parte da madeira extraída no Maranhão serviu para ser queimada nas guserias localizadas na região tocantina (denominação da região Imperatriz e circunvizinhanças) e principalmente no município de Açailândia. Foi assim que se manifestou a busca de lucratividade por parte dos capitais atuantes na região (no extremo oeste do Estado do Maranhão).

Na frente leste, em direção ao centro do Estado, aconteceu a expansão da pecuária, nas microrregiões Mearim e Itapecuru-Mirim, Pindaré e Grajaú.

Segundo Amaral Filho (1990:233-235):

Para se ter uma idéia do processo de modernização, basta dizer que um total de, mais ou menos, 77 projetos agropecuários vêm sendo implantados no Estado. Desses, 52 estão sendo financiados pela SUDENE, 10 pela SUDAM e 15 receberam benefícios da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO). Esses projetos abrangem uma área total igual a 1.051.019 ha, o que dá uma média de 13.040 ha cada um. Vale chamar a

⁶⁵ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

⁶⁶ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁶⁷ Superintendência Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

⁶⁸ Banco da Amazônia S. A.

⁶⁹ Programa de integração Nacional.

⁷⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁷¹ Fundo de Investimentos do Nordeste.

atenção para o fato de que, além desses projetos, estimulados pelo Estado, outros, de caráter espontâneo, vêm sendo instalados e desenvolvidos dentro do Maranhão.

Nos rastros da colonização dirigida sucedeu-se o processo de colonização planejada baseada nos chamados megaprojetos⁷² industriais com destaque para a ALUMAR⁷³ e a extração de minério de ferro, no caso da CVRD⁷⁴.

A Estrada de Ferro Carajás é por onde acontece dioturnamente o transporte dos minérios (ferro, manganês, bauxita e ouro). A ALUMAR recebe a bauxita (matéria-prima do alumínio), transforma em alumina e depois em alumínio, na forma de lingotes, para exportar para os Estados Unidos, Europa e Japão. A CVRD exporta, através do Porto da Madeira, os minerais extraídos na Serra dos Carajás, no município de Parauapebas, no Estado do Pará e outros derivados. Este processo tem gerado uma grande polêmica por parte de estudiosos dado que, por este tipo de relação de produção, não tem gerado um efeito multiplicador na economia maranhense⁷⁵, assim como, tem contribuído para piorar as condições de reprodução da população.

O Estado do Maranhão participa do processo muito mais enquanto corredor de exportações de minérios extraídos do Carajás, no território paraense. Nem por isto o Maranhão é uma economia primário-exportadora a arcar com as conseqüências. Não é tampouco o exemplo de uma região perdedora, como sugerido por Galeano (1987). É, por outro lado, um bom exemplo do processo degenerativo das relações sociais burguesas.

⁷² Megaprojeto é uma terminologia usada, no Maranhão, como maneira de destacar a sua grandiosidade do empreendimento relativa ao que existia, até então.

⁷³ ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão é um dos maiores complexos de produção de alumina e alumínio do mundo, produzindo cerca de 1 milhão de alumina e 350 mil toneladas de alumínio.. É formado pelas empresas ALCOA, ALCAN, BHPBILLITON e ABALCO. Segundo informações da própria empresa, a ALUMAR desempenha um importante papel na transformação do perfil industrial do Maranhão. (www.alumar.com.br, 11/03/2007).

⁷⁴ Companhia Vale do Rio Doce. Fundada em 1942 e mantida enquanto empresa estatal, tendo sido privatizada em 1997, a CVRD é a outra grande empresa (a principal e maior empresa) participante do Projeto Grande Carajás. Ela extrai os minerais da Serra dos Carajás, transporta pela Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Madeira, em São Luís, e exporta os minerais e derivados.

⁷⁵ Estes dois grandes empreendimentos são os principais que compõem o chamado PGC (Projeto Grande Carajás) que tem afetado o lado oriental da Amazônia Legal.

As populações das áreas de influência, que acreditavam ter suas condições melhoradas pelos empreendimentos, deparam-se com o processo de expulsão e passam a viver ainda mais miseravelmente.

Não obstante, do processo resultam as devastações ambientais, as desagregações sociais e outras adversidades como apontadas por Almeida Jr Gistelink.



Ilustração 4 - Mapa das rodovias e ferrovias no Estado do Maranhão

FONTE: <http://www.maranhao.gov.br>

O processo histórico das chamadas colonizações pode ser sintetizado a partir do que nos afirmou Peter May, quando disse que:

[...] Possesores que ocupavam terras originalmente devolutas e ex-escravos que haviam herdado comunalmente terras de engenhos abandonadas por antigos senhores, foram mais tarde cercados e em muitos casos expulsos

por grileiros. Investidores de fora da região foram atraídos pela existência de terras de baixo custo no Maranhão, bem como subsídios governamentais para investimentos agro-industriais, aplicados, principalmente no estabelecimento de pastagens, melhoria do gado e, mais recentemente, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto e bambu para a produção de celulose. Isto, juntamente com a extração de minério de ferro e projetos de processamento de alumínio, integrantes do Programa Grande Carajás, levaram para o Maranhão o ‘milagre’ econômico brasileiro [...]” (MAY, 1990:63).

Na década de 1990, o Estado do Maranhão foi palco de novas polêmicas em torno da implementação de outros projetos como foram os casos da Celmar⁷⁶, na região tocantina⁷⁷ e da cultura de soja, inicialmente na microrregião de Balsas, no Sul do Maranhão⁷⁸, mas que aos poucos vem tomando conta de toda a região do cerrado maranhense.

⁷⁶ Celmar S.A (indústria de Celulose e Papel – MA). A Celmar foi criada como empreendimento compartilhado pela CVRD (42,5%), a Ripasa – Grupo Risipar (42,5%) e a Nissho Iwai Corporatin (15%). A previsão era de um investimento de cerca de US\$ 960 milhões (novecentos e sessenta milhões de dólares). O projeto seria implantado em etapas compreendendo a aquisição de terras (considerava-se necessária a aquisição de 134.000ha sendo 63.000ha para plantio de eucalipto, 4.000ha para a construção de infra-estrutura e 67.000ha destinadas à preservação); a produção de celulose (cerca de 500.000t/a) e a construção de uma indústria de papel, na região tocantina, no Estado do Maranhão, com previsão de funcionamento até o ano de 2001. Contando com recursos do BNDES, a Celmar adquiriu parte da área necessária e efetivou o plantio de eucalipto’. Defendendo a idéia de uma empresa socialmente responsável e utilizando as chamadas tecnologias limpas a Celmar não conseguiu convencer os movimentos sociais organizados no Fórum Carajás que apresentou várias denúncias contra o projeto e embargou a licença ambiental, isto é, não aprovando o seu EIA-RIMA.

Entretanto, depois da privatização da CVRD o projeto foi redimensionado, deixou de ser prioridade e foi praticamente abandonado. O eucalipto que já tinha sido plantado serviu para alimentar as guserias da região.

⁷⁷ Região tocantina é uma denominação para a parte do Maranhão influenciada pelo rio Tocantins. É quase praticamente sinônimo da Microrregião de Imperatriz.

⁷⁸ Por ter grande parte do seu território composto por cerrado, o Estado do Maranhão constituía-se numa região potencial para a produção de soja. Assim sendo, na década de 1970 (safra 1977/78), registrou-se a experiência do holandês Leonardus Philipens com o cultivo de uma área de 32ha, não obtendo resultados satisfatórios. Mas, a partir da década de 1980 vários fatores concorreram para a produção de soja no Maranhão, em especial, na região sul do Estado. A EMBRAPA desenvolveu cultivares que se adaptassem ao solo; o baixo preço das terras no Maranhão; o Governo Federal incentivou com financiamentos subsidiados e incentivos fiscais; a infra-estrutura de transportes foi desenvolvida. Parecem ter sido decisivas a ferrovia Carajás e a Ferrovia Norte-Sul com a conclusão da parte maranhense ligando o município de Porto Franco à ferrovia Carajás (Ver ilustração 6). Segundo Gonçalves Filho (2003:28, citando TEIXEIRA, 1998:27) outro importante fator foi a criação do CEN (Corredor de Exportação Norte) criado pela CVRD, em 1991, com destaque para a infra-estrutura de embarque de grãos, em Imperatriz, e de armazenamento no Porto da Madeira, em São Luís. Este processo tornou o Estado do Maranhão bastante competitivo particularmente no que diz respeito á redução de custos que só com transportes chega

Cada vez mais as colonizações explicitam o caráter degenerativo das relações de produção da existência humana sob a mediação do capital. Escancaram-se as dificuldades e impossibilidades de reprodução humana e social. As tensões sociais avolumaram-se e ganharam seus contornos. Por detrás das colonizações evidenciam-se a universalidade do capitalismo através das dificuldades de reprodução de uma imensa maioria da população maranhense pela relação trabalho - salário.

A crítica de muitos estudiosos sobre o Estado do Maranhão é de que os investimentos desorganizam as populações tradicionais e não geraram melhorias nas condições de vida da população maranhense. Quando da chamada reestruturação produtiva que reduziu, sobremaneira, os empregos nas grandes empresas como ALUMAR e CVRD, explicitaram, também no Maranhão, a desnecessidade de trabalhadores no processo imediato de produção da riqueza social e o processo de emancipação negativa para a classe trabalhadora frente à manutenção do capital no processo de produção da existência humana. Escancarar-se-ia como singularidade, uma universalidade posta.

Os slogans que apresentaram o Maranhão como promissor para investimentos e que tais investimentos possibilitariam o desenvolvimento econômico rapidamente mostraram o seu reverso. A materialidade escancarou o que tem acontecido com os recursos que chegaram ao Maranhão. São exemplares as questões da estrada Arame – Paulo Ramos, do Projeto Salangô⁷⁹, do Pólo industrial de confecção de Rosário, dentre tantos outros. O dinheiro desaparece, restando um

a 30% comparativamente a outras áreas de cultivo de soja, a exceção do Piauí que se beneficia do processo. Vale lembrar que a soja, no Brasil, é uma cultura tipicamente de exportação.

⁷⁹ Segundo Sousa (2002:104-105), “iniciado em 1991, durante o governo Lobão, o projeto Salangô começou em uma área de 257,74ha já no governo Roseana Sarney, houve um redimensionamento e atualmente a área do projeto é de 3.316ha, havendo a possibilidade de ser ampliado para 5.016ha. [...] O custo das obras é bastante significativo. No último reajuste do projeto, realizado em abril de 1997, foi previsto um gasto de R\$ 71.597.875,86. Entre os anos de 1993 e 1999 foram investidos no Projeto Salangô o total de R\$ 68.459.674,73 [...]”. Dentre as irregularidades do projeto encontram-se o desvio de recursos, os altos custos, o impacto ambiental, a inadequação do projeto para o local e o não cumprimento das metas de assentamentos das famílias previstas. Entretanto, isto é da natureza do capital nestes tempos de degeneração.

amontoado de suspeitas sobre o seu destino, as críticas da chamada sociedade civil organizada e um conjunto de processos no Ministério Público.

4.3. A crítica velada da impossibilidade de desenvolvimento econômico no Maranhão

A literatura resultante de pesquisas sobre o desenvolvimento na região amazônica e no Estado do Maranhão apresenta uma crítica velada ao desenvolvimento econômico comandado por grandes empresas como crítica à expansão capitalista [ARCANGELI, 1987; CARDOSO e MULLER, 1977; ALMEIDA JR (org) 1995; CONCEIÇÃO (org), 1995; HALL, 1991].

A cada slogan ou projeto de investimento que são anunciados, aparecem análises críticas com argumentos apontando o caráter destrutivo dos empreendimentos capitalistas. São apontadas as conseqüências como a desagregação das populações tradicionais, a não efetivação da melhoria nas condições de vida e de trabalho, a devastação ambiental (devastação de florestas e poluição de rios) e a expulsão de pessoas do campo para as cidades e os problemas urbanos daí decorrentes.

São críticas que encontram suas razões na observação relativamente à universalidade das experiências locais num tempo em que as mediações do capital possibilitam ver o seu caráter degenerativo. São, por conseguinte, críticas limitadas que não vêem a universalidade degenerativa da reprodução das relações sociais burguesas e este processo apontando para a sua superação. As críticas apresentam o capitalismo como relação social destrutiva diante de outras relações sociais pré-existentes e a estas se apegam no sentido de que sejam mantidas. Para nós, por outro lado, não se trata de insistir na manutenção de relações que não dão mais conta de produzir a vida dos homens enquanto produção de homens humanizados,

isto é, emancipados da necessidade de trabalhar dioturnamente para se reproduzirem.

A crítica da não melhoria no mercado de trabalho local é um explicitar da própria desnecessidade de trabalhadores no processo de produção da riqueza social característico do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sob as mediações do capital.

Sem se referir à transitoriedade do capitalismo para uma forma superior de produção da vida, estas pesquisas apresentam a crítica da degeneração do capitalismo, ao questionar o caráter do desenvolvimento para os empreendimentos desde a década de 1960: questionaram o modelo de pecuária extensiva e de extração indiscriminada da madeira; questionaram a implantação do Projeto Grande Carajás⁸⁰; questionaram o projeto da ALUMAR, na Ilha de São Luís; questionaram a produção de eucalipto, na região tocantina, feita pela CELMAR; questionaram o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e outros.

Depois da Constituição Federal de 1988 e com a criação do CONAMA⁸¹ impõe-se a realização de estudos de impacto ambiental e social e de audiência pública para avaliação e aprovação de empreendimentos produtivos, frente às alterações que provocam. O processo passa pela elaboração, discussão e aprovação de um EIA⁸² materializado num RIMA⁸³. Este processo mobiliza todos os

⁸⁰ Existem várias interpretações sobre o Projeto Grande Carajás. Para uma grande maioria de pesquisadores, como Costa (1984) o Carajás seria uma “invasão desarmada”, ou para a equipe do IBASE (1983) que viram o Carajás como uma espécie de “hipoteca do futuro” feita pelo Brasil. Por outro lado, do ponto de vista da equipe de plantão do Governo Federal, o Projeto Grande Carajás, no contexto do “Rumo ao Norte: a abertura de uma nova etapa de desenvolvimento” representaria a possibilidade de equacionamento do problema da dívida externa. A este respeito, citando Delfim Netto, Castro (1985:55) destacou “Quando tivermos Carajás a plena carga, ele representará uma exportação da ordem de 9 a 10 bilhões de dólares por ano. É um acréscimo sobre as exportações normais. Isto significa que a curva de exportações vai se deslocar para cima e vai construir um espaço entre as importações, que constitui o saldo da balança comercial. É com esse saldo que nós vamos diminuir o nosso déficit em conta-corrente, e é desta forma que vamos diminuir a importância relativa da dívida externa”. Para Castro, Delfim Netto teria dito isto numa entrevista aos jornalistas do Grupo Liberal, de Belém (PA) em dezembro de 1982.

⁸¹ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

⁸² Estudos de Impacto Ambiental.

⁸³ Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

envolvidos e desperta uma consciência política sobre a realidade e os desdobramentos de certos empreendimentos econômicos. Sabe-se que o atual processo não traz positividade para a população como os prometidos empregos e ainda causam sérios problemas ao meio ambiente.

Um importante fator dos embates, segundo Martins (1991:31), foi ter contribuído para despertar o interesse político dos afetados. A este respeito disse:

Os grandes projetos contribuíram decisivamente para despertar o domínio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que estes projetos - põe em questão o direito de propriedade (tal como está formulado em função dos interesses do grande capital rentista e especulativo) e as relações de poder, de que os grandes projetos são o produto corrosivo.

As críticas apresentadas tornam-se limitadas na medida em que apontam os problemas decorrentes de grandes empreendimentos, mas, ao mesmo tempo defendem a importância de manutenção das formas de produção da vida que encontradas as quais caracterizam como formas tradicionais (ALMEIDA, 1995a; 1998). Não vêm os fios constitutivos da universalidade paradoxalmente fazendo-se materialidade. O que chamam de formas tradicionais são meras aparências que pode ser desveladas com a apreensão das relações sociais de reprodução do ser social universalizado. Um aspecto fundamental para isto apresenta-se quando observamos que estes ditos grupos tradicionais não se auto-reproduzem sem as mediações do capital. Destarte, a superação dos problemas por eles enfrentados far-se-ão com a superação as mediações do capital.

Os argumentos são de que a expansão capitalista provoca a desagregação de contingentes populacionais. Diante disto, defendem as ditas formas tradicionais de produção da existência⁸⁴. Argumentam ainda que os projetos tenham transformado pobres em miseráveis e muitos em migrantes sem rumo. São pessoas que

⁸⁴ Defendem-se as organizações tradicionais de produção da existência que desde muito tempo ocupam certas áreas como no caso dos remanescentes de quilombos e outros grupos tradicionais que trabalham a terra em comum.

enquadram-se no que Zygmunt Bauman chamou de “refugo global”. Nas palavras de Fridman (1999:217), reportando-se a Bauman, são:

Gente dispensável, pobres e famintos que não contribuem com nada, apenas tiram o dinheiro do contribuinte para financiar políticas sociais que não diminuem o incômodo de vê-los “poluindo” a visão da classe média e dos ricos. Esses “consumidores falhos” não serão reabilitados para o trabalho porque a sociedade não precisa deles. O refugo global está nas ruas das cidades brasileiras, nas gangues de adolescentes que queimam carros nos subúrbios de Paris, nos soldados das redes de drogas na América, nos refugiados albaneses na Itália ou nos massacres em Ruanda.

São exemplares de um grande contingente de pessoas desnecessárias à reprodução do capital que, por outro lado, tornam-se cada vez mais incômodos à ordem social burguesa. É cada vez mais uma grande massa que pode ser encontrada no Estado do Maranhão ou em qualquer outro recôndito do planeta. São regurgitados da possibilidade de reprodução pela relação trabalho-salário ou o chamado “refugo global”. Este contingente nada tem a perder porque nada tem. São os similares plebeus do nosso tempo?

Os críticos do desenvolvimento econômico comandado pelas grandes empresas, críticos dos processos de colonizações, defendem uma economia moral ao defender as formas tradicionais de produção da vivência. Assim reproduzem o lema da Igreja Católica segundo o qual deve ser “Terra para quem nela trabalha”, ao mesmo tempo em que indicam a direção da luta por terra e reforma agrária. Não obstante, uma vez conquistada a terra, e esta ser distribuída em lotes, como sinônimo de desconcentração fundiária, a luta passa a ser por políticas públicas, em particular, pelo acesso ao crédito. Em sendo assim, apenas explicita-se mais ainda a sua reprodução condicionada realmente e formalmente, pelas condições impostas pelo capital produtor de juros. O pagamento de juros passa a sobrepor-se a outras necessidades.

Os que criticam os grandes empreendimentos, ora defendem a floresta, ora defendem os camponeses, mas não apresentam uma crítica histórica ao capitalismo;

não explicitam o que deve ser uma produção da natureza como externalidade humana usando as forças humanas produtivas.

Para além dos que vêm no Maranhão, como na Região Nordeste, nos países subdesenvolvidos, a miséria como característica marcante e consequência dos desígnios históricos ou da falta de competência internamente constituída, a pobreza e a miséria são produtos da universalidade da lei geral de acumulação capitalista e um paradoxo do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social frente à manutenção da mediação do capital. Por outro lado, nos lugares tidos como desenvolvidos ou modernos não são virtuosidades dos lugares, são, igualmente, singularidades da universalidade do capital. Nestes lugares a pobreza e a miséria também fazem-se presentes e de maneira bastante intensas.

4.4. Tensões, conflitos e mobilizações sociais no campo

A mobilização dos interesses econômicos não encontraria, entretanto, espaços vazios. O território estava ocupado por posseiros que outrora migraram para o Maranhão. Muitas famílias que encontravam-se no meio rural maranhense haviam migrado como decorrência dos problemas da seca no semi-árido nordestino, assim como, devido ao estímulo da SUDENE.

Os principais fatores que estimulariam a migração, pela SUDENE, foram as promessas de fornecimento de condições de produção, armazenamento e escoamento da produção, cujo objetivo era o de corrigir a anacronia da estrutura agrária brasileira e, em particular, da Região Nordeste. Para tanto, foi criada, em 1961, a COLONE⁸⁵, com o objetivo de transferir, para o Maranhão, nordestinos acometidos pelos problemas da seca - que afetam periodicamente o semi-árido - e transformar o Maranhão num celeiro de produção agrícola⁸⁶.

⁸⁵ Companhia de Colonização do Nordeste.

⁸⁶ No Maranhão a tentativa da COLONE foi marcada por vários fracassos. Não conseguiram assentar as famílias. A migração foi descontrolada e os problemas econômicos, políticos e sociais, que

Entretanto, para além da intencionalidade da SUDENE, como órgão planejador e organizador da ocupação das terras devolutas do Maranhão, o processo migratório estava premidos pelos conflitos no semi-árido nordestino decorrentes, dentre outros problemas, da organização das Ligas Camponesas⁸⁷ (ANDRADE, 1986:212). O que seria realizado, como planejamento, resultou no confinamento de famílias nos núcleos agrícolas.

Segundo Andrade (1986:209):

Mas a verdadeira “menina dos olhos” do Sr. Celso Furtado é o Maranhão. Sabendo da existência de correntes migratórias espontâneas da zona das secas do Nordeste para o Maranhão, onde há terras em abundância e onde a umidade permite a existência de uma agricultura cabocla razoavelmente compensadora, planejou a SUDENE conseguir doações de extensas áreas nesse Estado, localizadas a oeste, no rio Pindaré, no alto Mearim e, posteriormente, no próprio vale do Gurupi, em zona florestal, as quais deveriam ser divididas em lotes e entregues a famílias levadas da zona seca. Para garantir este empreendimento fez ir à região até o embaixador Bohan, representante especial do Presidente Kennedy, a fim de para lá canalizar os dólares da “Aliança para o Progresso” e os gêneros dos “Alimentos para a paz”.

O Maranhão seria uma “válvula de escape” para as tensões sociais do semi-árido nordestino especialmente diante do avanço da mobilização dos homens do campo organizados através das Ligas Camponesas.

Se a intenção era de minimizar os problemas do semi-árido nordestino, o tiro saiu pela culatra. Não resolveu o problema no lugar de origem assim como não criou o tal celeiro de desenvolvimento agrícola no Maranhão. A migração levou junto com as famílias, os problemas que já tinham e ainda os agravou com os decorrentes das contradições desenvolvidas nas novas áreas.

Os trabalhadores rurais acreditaram que poderiam ter melhorias como prometidas por proprietários de terras, por políticos e por técnicos. Porém, diante da necessidade de terras, por parte de grandes empreendedores, para justificar a

tentavam resolver, agravaram-se sobremaneira tanto no semi-árido, quanto no Estado do Maranhão. O processo é marcado por várias denúncias de desvio de recursos financeiros.

⁸⁷ Sobre as Ligas Camponesas ver, dentre outros autores: CASTRO, 1965; AZEVEDO, 1982; ANDRADE, 1986.

participação na distribuição de recursos públicos, também colocou-se a necessidade de retirar da terra quem nela fosse encontrado. No caso foram encontrados trabalhadores que haviam migrado anteriormente para o Estado do Maranhão.

Pois, ao chegarem ao Maranhão os “empreendedores” encontraram posseiros regurgitados de outras localidades, principalmente da Região Nordeste. Para se qualificarem para a obtenção de recursos financeiros, incentivos e subsídios, teriam que justificar a propriedade da terra no Estado do Maranhão. A forma de obtenção da propriedade da terra seria a grilagem. O Maranhão tornara-se, então, palco de conflitos onde a violência e a corrupção destacam-se como marca.

A partir da segunda metade da década de 1950, na microrregião do Pindaré-Mirim começaram os conflitos e o processo de organização dos trabalhadores do campo. As mobilizações foram no sentido de os homens do campo defender suas roças e a liberdade de escolherem os lugares para a produção⁸⁸ (ASSELIN, 1982; OLIVEIRA, 1998).

Com o explicitar das tensões, em face da disputa pela terra, sob a influência do MEB⁸⁹, tomara-se conhecimento da existência de sindicatos de trabalhadores rurais. Foram mobilizados a se organizarem em sindicatos. Deste processo, em 18 de agosto de 1963, foi fundado, em Pindaré-Mirim, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais no Estado do Maranhão.

A organização e mobilização, em massa, dos trabalhadores do campo materializara-se através do corte de cercas e na matança do gado que comia as roças por eles cultivadas. Este movimento foi perseguido e sofreu um arrefecimento quando da generalização da repressão da ditadura militar⁹⁰.

⁸⁸ Vale relembrar que a construção da rodovia Belém-Brasília, a criação SUDENE e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) juntamente com a SUDAM e do BASA (Banco da Amazônia S. A), tornariam o Estado um atrativo para empresários e grupos de outros estados brasileiros

⁸⁹ Movimento de Educação de Base.

⁹⁰ Sobre isto é importante ver a entrevista de Manuel da Conceição (CONCEIÇÃO, 1980). Lendo a sua biografia, percebemos como se deu a mobilização considerando as influências, a formação teórica que estimula e tenta organizar os trabalhadores, os seus objetivos e também os erros cometidos e as conseqüentes lições que vão influenciar as mobilizações de trabalhadores rurais sem terra e de quebradeiras de coco babaçu.

A quase totalidade dos sindicatos de trabalhadores rurais foi atrelada ao modelo sindical da ditadura militar; tornaram-se parte de uma burocracia subserviente. Depois do golpe militar de 1964, como ocorreu no país inteiro, também no Estado do Maranhão, os órgãos de repressão perseguiram, massacraram e assassinaram lideranças, militantes, apoiadores e simpatizantes da causa de trabalhadores e oprimidos em geral. Quem permaneceu defendendo os interesses dos trabalhadores rurais, à luz do dia, em grande medida, foram as organizações integrantes da Igreja Católica.

Ainda no período do regime militar, a luta pela terra e a defesa dos trabalhadores rurais, no Maranhão, contou com a FETAEMA⁹¹ a CONTAG⁹², a CUT⁹³, a CPT⁹⁴, o CENTRU⁹⁵, a Cáritas Brasileira⁹⁶ e outros movimentos e organizações de apoio à Reforma Agrária e à justiça no campo. Neste processo, o CENTRU destacou-se como principal canalizador das reivindicações e da mobilização de trabalhadores rurais.

⁹¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão.

⁹² Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

⁹³ Central Única dos Trabalhadores.

⁹⁴ Comissão Pastoral da Terra. “Órgão de base eclesial que defende os direitos à terra dos lavradores e trabalhadores rurais documenta a violência rural e apóia a reforma agrária (ADRIANCE, 1998:19). Criada em 1975, a CPT registra e acompanha os conflitos no campo, denunciando os casos de violência contra posseiros, sem terra, ribeirinhos e outros trabalhadores do campo. Segundo Gohn (1995:113) a CPT teve uma importante participação na criação e desenvolvimento de inúmeros movimentos sociais do campo nas décadas de 1970 e de 1980.

⁹⁵ Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais.

⁹⁶ A Cáritas Brasileira (CB), fundada em 1956, é uma organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que tem dentre os seus objetivos “I. promover e articular ações de assistência social, cultural, educação de base e promoção de solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas, em especial crianças, adolescentes idosos populações de rua e outros que se encontram em situações de risco, nas áreas rural e urbana, para que vigorem a justiça social, a fraternidade humana e a caridade cristã; II. atuar na prevenção, no socorro imediato e a reabilitação de grupos sociais e comunidades em situação de emergência natural e social; III. realizar ações solidárias de geração de trabalho e renda e de preservação do meio ambiente; IV. investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à miséria e à pobreza; V. formar e capacitar agentes para a ação social e o exercício da cidadania; VI. defender e promover os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana; VII. elaborar e publicar livros, revistas, periódicos e subsídios de interesse da entidade. Parágrafo único – A CB prestará serviços gratuitos, em caráter permanente, sem qualquer discriminação de nacionalidade, raça, cor, gênero, credo religioso ou político” (ESTATUTO DA CÁRITAS BRASILEIRA, Art. 2º). O Estado do Maranhão conta com uma secretaria regional da Cáritas.

Os movimentos de luta pela terra e por Reforma Agrária enfrentaram os interesses opostos articulados entre políticos do bloco de poder e interessados em grandes extensões de terra para beneficiarem-se de recursos públicos. Depararam-se, por conseguinte, com os chamados grileiros de terras.

A grilagem de terras compreendia uma teia envolvendo governadores, senadores, grileiros propriamente ditos, polícia militar (em suma, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário), formando uma verdadeira rede articulada em nível nacional, principalmente tendo como origem os Estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Espírito Santo e Bahia. A grilagem efetivou-se através dos cartórios forjando documentos de propriedade da terra por meios bastante suspeitos de serem fraudulentos. Tinha-se por objetivo a legalização da propriedade da terra para que, em seguida, estivesse em condições de receber dos governos estadual e federal, incentivos e financiamentos⁹⁷.

A grilagem foi condicionante para a passagem da colonização espontânea para a colonização dirigida, da década de 1970. Pela legitimação oficial da grilagem “Os interesses econômicos, por meio da propaganda do governo e de seus administradores, foram atraídos chamados, incentivados e acobertados” (ASSELIN, 1982:101). Instaurou-se uma violência desmedida contra posseiros, que encontravam-se nas áreas produzindo suas vivências. O processo de grilagem começava pela chamada “operação de limpeza da área” que correspondia à expulsão de quem se encontrava na terra. Para Asselin (1982:101):

As arbitrariedades dos poderosos “donos de terras” foram, dia a dia, tomando maior vulto, com um único objetivo: afastar os posseiros da área. É de se notar que, antes de chegarem às repressões violentas, os jagunços, a mando dos patrões, usavam, como ainda usam, o método de inutilização da lavoura, que consiste em atirar semente de capim sobre a plantação de arroz dos lavradores, serviço este, feito de avião e até mesmo de helicóptero. Depois, vem a pressão para a célebre “indenização” e “desocupação” da área, oportunidade em que surgia a colaboração policial,

⁹⁷ A grilagem, como forma de rapinagem, guarda lembranças com as formas de acumulação primitiva, pela sua violência e outros mecanismos presentes no Maranhão na segunda metade do século XX.

no sentido de apreender as espingardas dos lavradores, armas usadas para a caça e defesa contra animais selvagens. Nessas apreensões, a pretexto de desarmamento, quase sempre levam até mesmo os utensílios necessários à lavoura, como sejam: facão, faca e foice.

Segundo Asselin (1982:103), a grilagem foi expressão do poder econômico. É evidente que o processo não se resumiu ao interesse econômico como forma simplificada, mas como um processo muito complexo que envolveu uma teia de relações sociais contraditórias.

Pelos relatos de Asselin (1982:103-104), a grilagem pode ser comparada com o crime organizado, se não for a sua expressão singular no Estado do Maranhão. Nas palavras de Asselin, exemplificando como o caso de Pedro Dias Ladeira, tem-se:

Homem de aguçada inteligência, apesar de um quase analfabeto, tinha modos gentis, educados, e ajudava muita gente, com bolsa de estudo. Andava com um revólver na cintura, botas e chapéu. Residia no trecho Seco, município de Imperatriz e tinha uma fazenda na “Ladeira Vermelha”. Pistoleiro famoso matava e ia ao velório.

Sua tarefa aparecia sem ambigüidades, deixar as terras desembaraçadas de posseiros. Foi o chefe da quadrilha. Andava somente com pistoleiros e constantemente vigiado, tanto em casa como fora. Era o negociante do crime. Recebeu, por exemplo, Cr\$ 100 mil da viúva de João Careca, para eliminar os mandantes da morte do marido e pagou apenas Cr\$ 20 mil para a polícia do Pará executar os dois pistoleiros. Teve sua própria morte tramada por gente de seu relacionamento “lei do faroeste”, na eliminação de quem corre risco de prejudicar mais adiante.

Pedro Dias Ladeira nunca era encontrado em casa, mas, sem descanso, fazia todas as ligações das negociatas. Durante o dia atuava no Hotel Redenção, em Imperatriz, lugar de encontro privilegiado dos grileiros e, à noite, nos cabarés e boates onde, por meio de bebida e de mulheres, aliciava as autoridades de Imperatriz, que, após as 19 horas, freqüentavam esses ambientes. Dispunha de muito dinheiro e, conseqüentemente, de muita amizade com gente “de prestígio”. Necessitando de força policial, davam-lhes as “condições de trabalho”.

Este personagem era articulador das chamadas ações de “limpeza de área” para entregar as terras aos grandes empreendimentos agropecuários e de extração de madeira no Estado do Maranhão. Particularmente, o processo de “limpeza de

área” consistia de “ameaças, invasão das roças e das casas, prisões, aliciamento e morte” (ASSELIN, 1982:106).

A partir do período da chamada colonização dirigida, expressaram-se novas configurações sócio-espaciais no Maranhão. O que antes era visto como tradição escancarou-se como decorrente da ação universal do capital como expressões duplamente negativas. Não melhorou o desempenho econômico relativo do Estado e, por outro lado, não trouxe benefício para a população no sentido de geração de emprego e renda.

Uma importante reflexão, que pode sintetizar bem a questão dos conflitos agrários no Estado do Maranhão, pode-se perceber no que disse Almeida (1997:21):

Nos meandros deste sistema agrário repressivo a violência tornou-se, todavia, um instrumento tão efetivo de controle e coerção quando a única forma de comunicação entre as estruturas do poder e os segmentos camponeses e grupos indígenas. A força bruta e os constrangimentos físicos constituíram-se numa forma de relação legitimada, de maneira implícita, pelos aparados do poder. A brutalidade das chacinas, tornadas rotineiras, e a inexistência de medidas efetivas para apuração dos delitos e para transformação da estrutura fundiária tratam-se, pois, de um colorário desse sistema repressor da força de trabalho.

Pela denúncia, podemos perceber que os conflitos não se tratam mais das questões clássicas do capitalismo, mas são expressões de um sistema que não dá mais conta de indicar caminhos para a produção da vida. A violência, a brutalidade torna-se, de certa forma, legítimas para a manutenção do poder dominante.

Uma possível explicação para os conflitos pela posse da terra encontra-se atualmente na decomposição do capitalismo na sua forma mais cristalina. Mesmo que se apresente o apelo à agricultura familiar dizendo que ela gera emprego e renda, que ela é produtora de alimentos para satisfazer à necessidade alimentar da população, o que explica a luta pela terra e reforma agrária ou a volta ao campo é a impossibilidade de as pessoas poderem se reproduzir nas cidades. Reportando-se a Paul Singer, Alfredo Wagner Berno de Almeida apresentou a seguinte observação:

[...] a diminuição brutal das oportunidades de trabalho nas cidades e no

campo, pode estar induzindo parte dos desempregados, excluídos do mundo do trabalho industrial, a migrar para as áreas de origem para se reintegrar a produção agrícola familiar. Está-se diante do que poderia ser denominado de “uma volta ao campo” ou de um acamponesamento de trabalhadores assalariados numa situação crítica de desemprego, após três ou quatro décadas de expulsão em massa dos trabalhadores dos imóveis rurais, com deslocamentos forçados para as áreas urbanas e para regiões mais afastadas da fronteira agrícola (ALMEIDA, 1997:26) (grifos do autor).

Portanto, a luta pela terra ganha novos contornos que não se explicam como simples mobilidade de força de trabalho. São grupos que migram porque não se enquadram no conceito de força de trabalho dentro da lógica de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, são homens burgueses atraídos, muitas vezes, por promessas de créditos e de benefícios sociais. A degeneração social manifesta-se na barbárie cujos resultados visíveis são as atrocidades cometidas em nome da manutenção da ordem social vigente.

Neste contexto Almeida concluiu que:

Do meu ponto de vista, os massacres, hoje, se apresentam como rituais de passagem, como se fossem uma transição, uma passagem da chacina para o genocídio. Consigo identificar elementos de genocídio mediante uma ação continuada, certa frequência e regularidade nos atos de violência e força bruta contra povos indígena e camponesa. O extermínio físico torna-se cada vez mais um procedimento de resolução de conflitos sociais, adotado por mediadores oficiais diretamente referidos aos aparados de Estado (ALMEIDA, 1997:43).

Este mecanismo de tentar superar o antagonismo eliminando o oponente é tomado aqui como uma singularidade da universalidade da decomposição das relações sociais mediadas pelo capital. Podemos ter milhões de exemplos deste mecanismo em todas as partes do planeta. São os exemplos da repressão nos Estados Unidos contra latinos, hispânicos. São as repressões contra os nordestinos em São Paulo e muitos outros exemplos que poderiam enriquecer os argumentos sobre as intolerâncias que, na verdade, são grupos disputando o que resta do decadente mercado de trabalho.

Em relação ao tratamento jurídico dos conflitos em defesa dos interesses da classe dominante, vale lembrar o que observou Engels quando ressaltou que:

[...] Se um rico é apresentado ao juiz, ou melhor, citado em tribunal, o juiz lamenta ter-lhe causado tanto aborrecimento, julga o caso a seu favor na medida do possível e, se obrigado a condená-lo, fica muito desolado, etc., quanto ao resultado, é uma multa miserável que o burguês paga atirando o dinheiro para cima da mesa com condescendência, antes de sair do local. Mais se é um pobre diabo e comparece diante de um juiz de paz, tem que quase sempre de passar a noite na prisão com uma multidão de outros detidos, é, a priori, considerado culpado e severamente interpelado, a sua defesa é varrida como desdenhoso: “oh! Conhecemos essas belas desculpas”, e aplicam-lhe uma multa que não pode pagar, que terá de expiar na prisão, fazendo trabalhos forçados durante um ou vários meses. E quando não se pode provar a culpabilidade, enviam-no a mesma para os trabalhos forçados como mendigo e vagabundo (a *rogue and a vagabond*) – os dois termos aparecem quase sempre juntos. A parcialidade dos juízes de paz, principalmente no campo, ultrapassa verdadeiramente tudo que se possa imaginar e é tão habitual que os jornais relatam, calmamente sem comentários, todos os casos que não são muito chocantes. Mais pode se esperar outra coisa? Por um lado, estes *dogberries* não fazem mais do que interpretar a lei no sentido de quem a fez e, por outro lado, eles próprios são burgueses que, acima de tudo, vêm no interesse da sua classe fundamento de qualquer ordem social digna deste nome. E quanto à polícia ela comporta-se como os juízes de paz. O burguês pode fazer o que quiser, o policial será sempre educado com ele e agirá rigorosamente conforme a lei! Mais o proletário é alvo de tratamentos brutais e grosseiros, a sua pobreza torna-o, a priori, suspeito de todos os delitos imagináveis, ao mesmo tempo que lhe interdita os meios jurídicos de se defender contra a arbitrariedade dos detentores do poder. Para ele, portanto, o lado protetor da lei não existe; a polícia entra em sua casa sem qualquer mandato, prendem-no, maltrata-o e só quando uma associação de operários como a dos mineiros contrata um Roberts, é que nos damos conta de como a lei protege pouco o operário e quantas vezes esta tem de suportar todo o peso da lei sem usufruir uma única das vantagens que ela oferece (ENGELS, 1985:317-318).

Esta prática dos juízes de paz, como burgueses e em defesa da burguesia se tornou universal com a universalização do modo de produção capitalista. Na questão da luta pela terra tanto a ação dos tribunais quanto da polícia tem se revelado com atos de crueldade. Essa prática tem sido catalogada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) nas denúncias de impunidade frente aos crimes praticados sob o comando de latifundiários desde a segunda metade da década de 1970. As ações das polícias não têm sido menos condescendentes. Se comparado o relato de Engels com a situação atual do Estado do Maranhão parece que não existe nada de novo, apenas se reproduz um processo de violência de uma classe contra outra para a manutenção da ordem do enriquecimento de poucos à custa da repressão contra a classe trabalhadora.

Mesmo com sua precariedade, as estatísticas disponíveis mostram alguns resultados dos conflitos sociais no campo, como poderemos ver a seguir.

Segundo Almeida (1995a:286-319), no Estado do Maranhão, no período de 1964 a 1994, foram registradas 274 mortes em conflitos agrários. Entre 1964 e 1981 foram 131 casos, em 1985, registraram-se 42 casos e entre 1986 e 1991 foram computadas 100 ocorrências⁹⁸. A grande maioria das mortes ocorreu na chamada região de influência do Projeto Grande Carajás e mais incidentemente na região do Bico do Papagaio⁹⁹. Além do Estado do Maranhão aconteceram muitas mortes no Estado do Pará (587 mortes) e no Estado do Tocantins (13 mortes entre 1988 e 1992).

Juntamente com o Estado do Pará e o Estado da Bahia, o Maranhão constituiu-se num dos principais Estados brasileiros a se destacar pela incidência e recorrência de tensões e conflitos no campo. Nestas territorialidades, a questão da luta pela terra aparece como expressão da luta para a produção da existência de uma imensa parcela da população. Do processo tem resultado muita violência contra os que lutam pelo acesso à terra, assim como, as denúncias de impunidade para quem pratica atos de violência contra a própria vida de trabalhadores do campo.

Tabela 6 - Quadro comparativo das ocorrências de conflitos pela terra em alguns Estados mais conflituosos da União

Estados	1979/1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total
Bahia	94	50	45	58	34	48	329
Goiás	53	36	34	60	58	52	293
Mato Grosso	62	05	18	46	40	29	200
Maranhão	207	23	29	68	70	52	449
Minas Gerais	33	06	15	15	38	36	163
Pará	151	39	27	53	78	80	428
Total	600	159	163	289	318	297	1862

FONTE: ALDIGHERI, 1993:176.

⁹⁸ O autor apresenta uma ressalva quanto às informações dizendo que elas são precárias no sentido de que não dão conta do registro preciso da totalidade das mortes acontecidas em conflitos agrários no Estado do Maranhão. O seu levantamento foi resultado de consulta aos registros do MST, da CPT, do MIRAD e de pesquisas individuais.

⁹⁹ Região marcada por seus intensos conflitos de terra principalmente no norte do Estado do Tocantins localiza-se na confluência entre os rios Araguaia e Tocantins extremo oeste do Estado do Maranhão e o extremo norte do Estado do Tocantins. É assim chamada porque olhando o mapa do Maranhão pelo lado oeste guarda semelhança com um bico de papagaio.

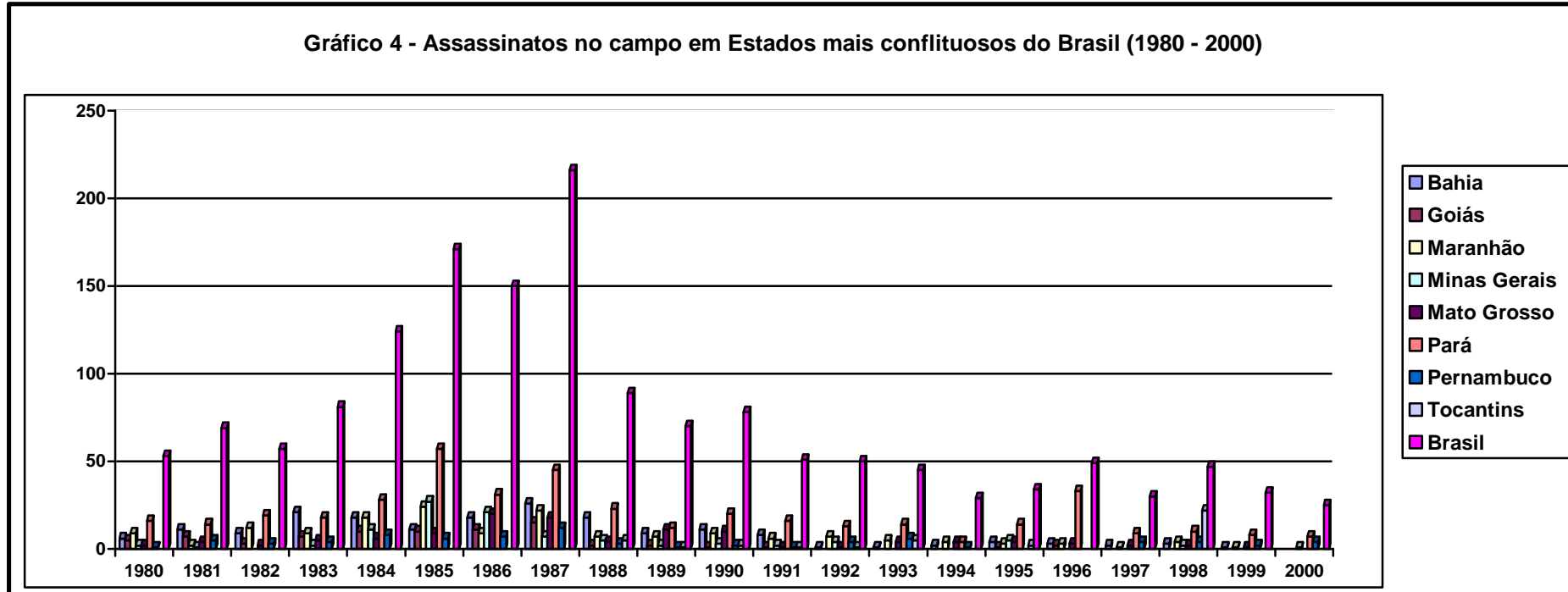
Este foi um importante período de retomada das mobilizações sociais, no contexto das novas tensões explicitadas e das pressões para a derrubada da ditadura militar. Este período foi marcado por uma série de assassinatos no campo.

Num levantamento feito pelo MST, referente ao período de 1980 a 2000 podemos ver importantes acontecimentos no campo cujos resultados foram o ceifar de vidas.

Tabela 7 – Assassinatos no campo em Estados mais conflituosos do Brasil (1980 – 2000)

Estados	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total	%I
Bahia	6	11	9	21	18	11	18	26	18	9	11	8	1	1	2	4	3	2	3	1	-	183	11,8
Goiás	5	7	3	7	10	10	11	15	2	2	1	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-	77	5,0
Maranhão	9	2	12	9	18	24	9	22	7	7	9	6	7	5	4	3	3	1	4	1	-	162	10,4
Minas Gerais	2	1	-	2	11	27	21	7	5	2	3	2	4	-	-	5	-	-	2	-	1	95	6,2
Mato Grosso	2	4	2	5	6	9	20	18	4	11	10	1	1	4	4	4	3	2	2	1	-	113	7,3
Pará	16	14	19	18	28	57	31	45	23	12	20	16	13	14	4	14	33	9	10	8	7	411	26,6
Pernambuco	1	5	3	4	8	6	7	12	3	1	2	1	4	6	1	-	-	4	4	2	4	78	5,0
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1	2	1	1	5	-	2	-	-	22	-	1	40	2,6
Outros	41	49	48	66	99	144	117	145	67	45	57	36	31	35	15	33	44	18	47	13	13	391	25,2
Brasil	53	69	57	81	124	171	150	216	89	70	78	51	50	45	29	34	49	30	47	32	25	1550	100

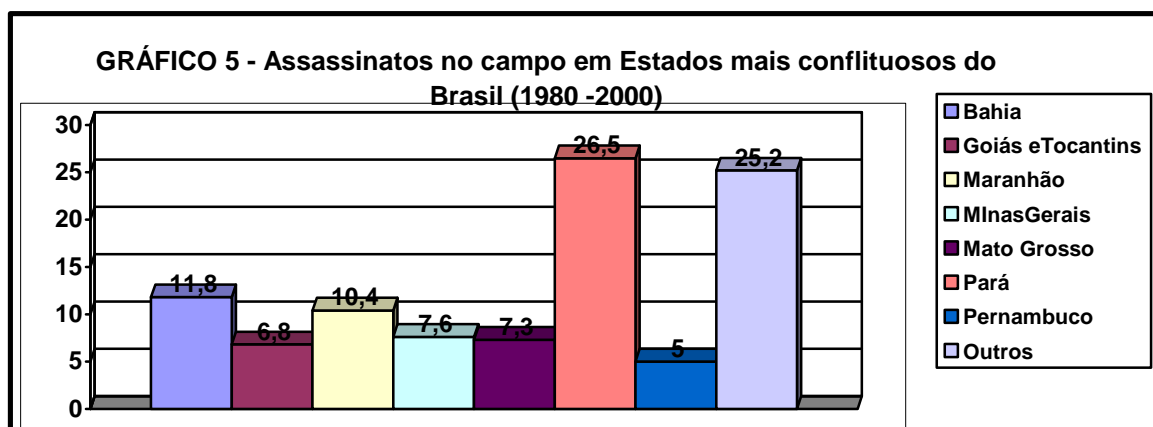
FONTE: www.mst.org.br, capturado em 15/03/2007.



FONTE: www.mst.org.br, capturado em 15/03/2007. Adaptação do autor.

Conforme a tabela e gráfico acima, no período de 1980 a 2000 foram registrados, no Brasil, 1.550 assassinatos no campo. Deste total 1.159 (74,8%) ocorreram entre 1980 e 1990 e 391 (25,2%) entre 1991 e 2000. A maior incidência destes assassinatos aconteceram entre 1984 e 1987 quando foram registrados 667 assassinatos (42,6%). O ano de 1987 destaca-se pelo maior número de assassinatos num mesmo ano com 216 mortes (14% do total).

Na década de 1990 aconteceu uma significativa queda no número de assassinatos no campo. Isto pode ser atribuído ao processo de mobilização social no campo assim como à sensibilização da sociedade civil organizada em relação à causa de trabalhadores do campo e passou a denunciar e acompanhar a violência praticada no campo. Não fora certamente pelas punições de assassinos e mandantes porque isto praticamente inexistiu.

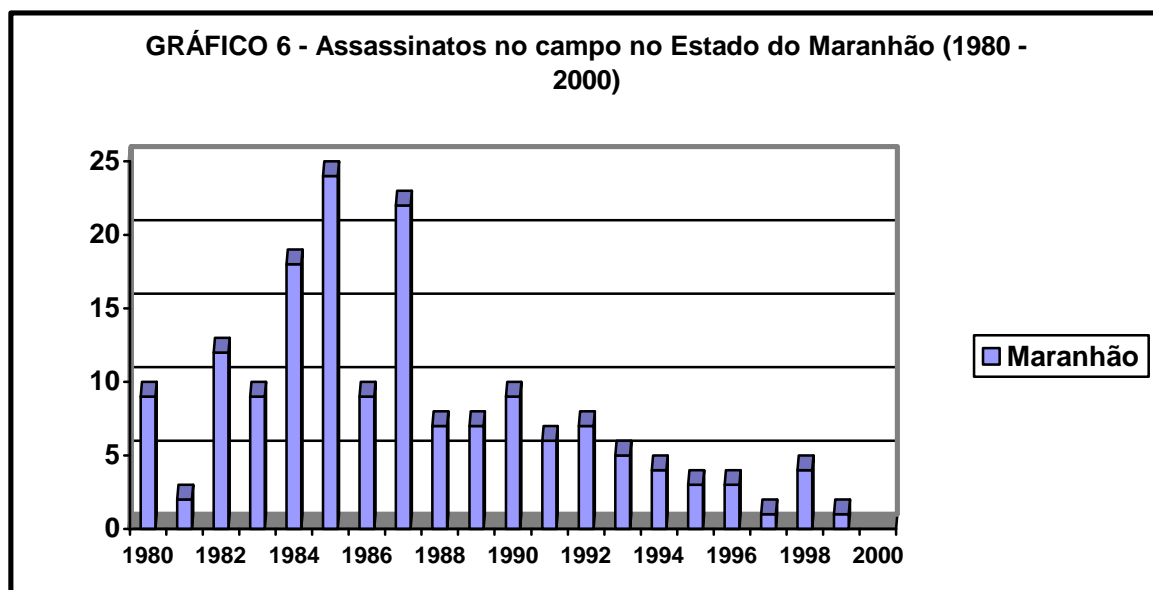


FONTE: MST, 2007; adaptação do autor.

Como podemos ver no gráfico acima, os Estados da Bahia (11,8%), Goiás e Tocantins (7,6%)¹⁰⁰, Maranhão (10,4%), Minas Gerais (6,2%), Mato Grosso (7,3%), Pará (26,5%) e Pernambuco (5,0%) foram os que se destacaram como os mais conflituosos respondendo juntos, por um percentual de 74,8% do total de assassinatos (1980 a 2000). Só o Estado do Pará respondeu por 26,6% do total de assassinatos. Na estatística de assassinatos no campo, o Maranhão ficou na

¹⁰⁰ Somamos juntos os Estado de Goiás e do Tocantins porque até 1987 não existia o Estado do Tocantins, que foi criado em 1988. Pelos números vemos que depois da criação do Estado do Tocantins, caiu significativamente o número de assassinatos no Estado de Goiás (7 assassinatos entre 1988 e 2000). Entre 1988 e 2000, no Estado do Tocantins foram registrados 40 assassinatos no campo. Isto leva a concluir que a área conflituosa do Estado de Goiás era a que hoje corresponde ao território que compõe o Estado do Tocantins.

terceira posição, perdendo apenas para os Estados do Pará e da Bahia, primeiro e segundo colocados, respectivamente.



FONTE: MST, 2007; adaptação do autor.

A década de 1980 foi marcada por uma maior ocorrência de assassinatos no campo, também no Maranhão. O ano de 1986 passou a ser lembrado principalmente pelo assassinato do Padre Josimo Morais Tavares¹⁰¹, na sede da CPT em Imperatriz.

Esta base constituiria a massa que se tornaria a gênese de movimentos sociais organizados como são os exemplos do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), lutando pelo acesso aos babaçuais

¹⁰¹ Padre Josimo Morais Tavares era coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na região do Bico do Papagaio, confluência entre os Estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins; região marcada pelos intensos conflitos de terras. Por sua atuação contundente em defesa dos direitos dos trabalhadores do campo, no que diz respeito ao acesso à terra sofria perseguição por parte dos latifundiários da região. Era um dos chamados “cabra marcado para morrer”. Tanto é que, em abril de 1986 escapou de uma emboscada quando se deslocava do município de Tocantinópolis (TO) para Imperatriz (MA). Duas semanas antes de seu assassinato, havia escrito um testamento falando de sua determinação de continuar lutando, apesar das ameaças e do iminente risco de morte. No dia 10 de maio de 1986, quando subia as escadarias que davam acesso ao escritório da CPT, na cidade de Imperatriz (MA), Padre Josimo, 33 anos, foi assassinado a mando de latifundiários da região onde atuava. Padre Josimo passou a ser um novo mártir na questão da luta pela terra, em especial, no Estado do Maranhão.

privatizados pelos grandes proprietários de terras e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) lutando pela Reforma Agrária¹⁰².

Em 1990, segundo informações da CPT, no Maranhão existiam 56 PA's¹⁰³ sendo 29 do INCRA e 27 do ITERMA, envolvendo 15.714 famílias e uma área total de 604.289,8ha. Das áreas desapropriadas 29 contavam com projetos de assentamentos criados e 32 não contavam com projetos de assentamentos criados (estoques de terras) (CPT, 1990:26-27).

Segundo informações do MST (dados referentes ao período de 1979 a 2000), em 2000, o Maranhão contava com 477 assentamentos de trabalhadores rurais (20,5% do total na Região Nordeste), envolvendo 55.137 (33,4%) famílias e uma área total de 2.426.079ha (40,2%) (MST, www.mst.org.br, capturado em 15 de 03 de 2007)¹⁰⁴.

4.5. O Maranhão como expressão da degeneração da mediação do capital e como possibilidade do vir-a-ser

Por todos os ângulos e mediações possíveis, vemos que longe de ser símbolo do atraso ou ainda ser perspectiva de progresso econômico, no Estado do Maranhão encontramos como singularidade os elementos da universalidade do modo de produção capitalista. Não é, portanto, por uma constituição interna das bases de um sistema industrial ou produtivo que as mediações envolvendo o Estado do Maranhão fazem-se materialidade. O que vemos é a materialidade em decomposição enquanto produto da degeneração da mediação do capital.

A questão da apropriação da riqueza social pela violência e pela corrupção explicita-se como reprodução autofágica do capital, em face às dificuldades de

¹⁰² Estes não são os únicos movimentos importantes, mas são os que se destacam e aos quais daremos maior atenção para a compreensão de contradições internas presentes no Estado do Maranhão.

¹⁰³ Projetos de Assentamentos.

¹⁰⁴ O Maranhão aparece como o segundo Estado do Brasil em termos de assentamentos de trabalhadores rurais, ficando abaixo do Estado do Ceará (1º colocado) que tem 503 assentamentos e acima do Estado do Pará (3º colocado) com 389 assentamentos. A Região Nordeste tem 2328 assentamentos (44,8% do total nacional), envolvendo 194.830 (34,2%) famílias numa área total de 6.030.533ha (23,6%). Para o MST estes são os dados oficiais, do Governo Federal.

conseguir acréscimo ao seu montante passando pelo purgatório do processo produtivo. Assim sendo, a polêmica sobre a situação do Estado do Maranhão pode ser vista como questão da acumulação de capital na forma mais universalizada, como expressa na fase do capitalismo degenerativo, caracterizada por corrupção e parasitismo na apropriação privada da riqueza social.

Por esta razão, os acontecimentos econômicos, políticos e sociais e os conflitos sociais expressam uma forma singular de certos grupos apropriarem a riqueza social a partir de uma determinada base territorial.

Uma expressão importante da reprodução das relações sociais burguesas encontra-se na manutenção das mediações burguesas que dificultam a apropriação e utilização humana (comunista) do que é produto histórico do desenvolvimento humano. Assim a relação social mediada pelo capital pode ser vista como a trava do processo de emancipação humana. Tem-se assim uma linha tênue entre a continuidade da degeneração e o salto para a emancipação humana, seja no Maranhão ou em qualquer outro lugar do planeta. Este processo evidencia-se na contradição entre a produção e operação em comum da riqueza social e a apropriação para a imobilização ou o precário uso dos resultados de todo o esforço da humanidade.

No nosso trabalho, não procuramos bruxos, fantasmas nem culpados para a situação do Estado do Maranhão. Procuramos apreender a sua situação como singularidade do processo degenerativo do capitalismo. Nesta perspectiva, temos singularidades bastante expressivas.

Algo que salta aos olhos é a face parasitária do enriquecimento experimental, nas relações internamente constituídas, as mediações do processo produtivo; é o famoso dinheiro que faz mais dinheiro. Aqui, o processo de produção da riqueza só é perceptível quando da decomposição das relações sociais de produção da riqueza em sua universalidade. Esta singularidade é uma expressão da universalidade da atual fase de acumulação de riqueza no capitalismo. É o senso comum ou prático do pensamento burguês.

Os que migraram para outros Estados trabalham em condições das mais adversas. Os que migraram do campo para as cidades, estão em condições

extremamente precárias e desesperadoras e quem permanece no campo ou a ele voltar por ter se desencantado com a cidade, restou a mobilização. Daí a nossa preocupação com o entendimento de trabalhadores rurais sem terra/MST e quebradeiras de coco babaçu/MIQCB. Usando uma expressão de Aued e Fiod (2002:29), afirmamos que:

Os descendentes dos migrantes, igualmente incapazes de continuar a produzir sua existência, seja através do trabalho realizado para si mesmos ou pelo assalariamento, compõem nos dias atuais os excedentes humanos expulsos da relação social que os engendrou. Impossibilitados de se realizarem como produtores independentes, muitos deles formam o contingente dos sem-terra que vagueiam em busca de trabalho, na indústria ou na agricultura e, sem consegui-lo, integram o movimento do MST¹⁰⁵.

Não se poderia mesmo esperar que a SUDAM e a SUDENE alavancassem a industrialização porque a forma singularizada de fazer riqueza, tomando o Maranhão como palco, seria a forma mais desenvolvida, aqui na possibilidade de se fazer dinheiro e fazê-lo aumentar sem passar pelo processo produtivo. É esta, portanto, uma forma singular de apropriação de uma parcela da riqueza social excedente (mais-valia).

No Maranhão, quanto mais aparecem investimentos empresariais, os chamados grandes projetos, mais se explicita a miséria da maioria da população, Não obstante, se engendra os elementos da mobilização e da organização para o enfrentamento das adversidades que afloram como produto do desenvolvimento contraditório da universalização das forças produtivas do trabalho social.

O capital agora organizado, por quem participa do bloco de poder, tem se caracterizado pelo parasitismo, pelo processo de especulação, como forma de engendrar meio de ganhar dinheiro. Sobre isto, aliás, Engels (1985:311), se referindo à situação da Inglaterra, na primeira metade do século XIX, expressou:

Nunca vi uma classe profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta

¹⁰⁵ Estas autoras estão se referindo à realidade da formação do MST em Santa Catarina. Entretanto, o Estado do Maranhão parece ter algo comum com o Estado de Santa Catarina que é o fato de ser ponto de passagem de migrantes regurgitados de uma região para outra. No caso de Santa Catarina é a passagem do Rio Grande do Sul para o Paraná, São Paulo, para o Centro-Oeste, para a Amazônia Legal e, mais recentemente, como no caso da soja, até para o Estado do Maranhão. O Maranhão é passagem da Região Nordeste para a Amazônia Legal.

e interiormente minada de egoísmo, tão incapaz do mínimo progresso, como a burguesia inglesa, e penso principalmente na burguesia propriamente dita, sobretudo a burguesia liberal que quer revogar a lei sobre os cereais. Para ela só o dinheiro conta no mundo, vive exclusivamente para ganhar dinheiro, a única felicidade que conhece é a de fazer fortuna rápida, e o único sofrimento o de perder dinheiro.

Esta observação apresenta a busca essencial dos homens burgueses, independente dos lugares. Engels referiu-se ao caso inglês, mas este se estende a outras situações. Engels apresentou a natureza da busca dos homens burgueses, do seu sentido prático, de sua finalidade última.

No Maranhão, a materialização do caráter parasitário, isto é, ganhar dinheiro rápido, de preferência, sem riscos, se expressa nas recentes formas de colonização. A cada nova investida destes meios, mais e mais se desvela a miséria, uma profunda miséria como expressão da forma mais desenvolvida das relações sociais burguesas.

Assim, quando olhamos a situação da produção da vida, delimitando o território do Estado do Maranhão parece aceitável o conjunto de denúncias e lamentos explicitados por estudiosos; intelectuais, políticos, militantes de movimentos sociais, religiosos, etc.

Clama-se por desenvolvimento econômico com inclusão social. Inclusão esta proclamada sem a ruptura com a mediação do capital. Isto parece falta de rigor na compreensão da realidade enquanto singularidade de uma universalidade posta. Aqui a miséria, a falta de oportunidade de trabalho (emprego) o trabalho escravo e outras formas degenerativas ou aparentemente pré-capitalistas não são outra coisa senão a forma singular da impossibilidade de se reproduzir pelas mediações “normais” das relações sociais burguesas. As esperanças de melhorias nas condições de vida foram frustradas.

Muitas famílias que migraram para o Maranhão, nas décadas de 1950 e de 1960, à procura de um lugar para a produção de suas existências, principalmente famílias que fugiram da seca que afetou a região do semi-árido. Naquela ocasião não se tinha a preocupação com a propriedade da terra, apenas queriam terra para cultivar roças.

A partir da década de 1960 aconteceu a procura por terras para realização de grandes investimentos pecuários impondo a expulsão de muitas famílias das terras então ocupadas.

Na década de 1980 o meio rural maranhense tornou-se bastante tenso. Não tinha-se mais para onde fugir. A necessidade impôs a luta para a reprodução no território maranhense; não restou outra opção. As condições de produção da existência no campo tornaram-se cada vez mais difíceis e a migração para as cidades não se colocava mais como alternativa. Aconteceu o processo de mobilização tendo a terra como foco principal.

No Maranhão a produção da existência apresenta, de um lado, a forma de produção dos que têm acesso a condições para apropriar privadamente de recursos que, em tese, são públicos. Por outro lado, uma grande maioria debatendo-se para sobreviver, no dia a dia, não interessando qual a relação estabeleça a apropriação dos meios de sobrevivência. Entretanto, embora isto salte aos olhos, no Maranhão não tem nada de novo, de surpreendente, porque é a universalidade do nosso tempo; a universalidade da reprodução degenerativa da vida. Neste contexto os elementos de uma nova forma de organização da produção da existência humana vão brotando das entranhas deste processo degenerativo.

O Maranhão não é simplesmente um palco de explicitação da miséria a exemplo do que se diz da Região Nordeste ou dos países subdesenvolvidos. Em todos os lugares riqueza e miséria são elementos do fazer-se da produção das relações burguesas assim como da explicitação de elementos da superação.

A base material de mobilização que culmina com a criação do MST e do MIQCB está nas necessidades de produção da existência. Na década de 1980 a produção da existência de famílias que vivem no meio rural, no Estado do Maranhão, em particular se torna cada vez mais difícil.

Onde está a transição? É na impossibilidade de os homens reproduzirem-se pelas relações burguesas? Não sendo possível a reprodução pela relação $M - D - M$, ou reprodução simples como tem sido a forma para a classe trabalhadora, o que resta aos homens? Por outro lado, a transitoriedade também se explicita

nas mediações do crédito na produção capitalista, particularmente, quando da cooperação das empresas constituídas em sociedades por ações. É o que Marx denominou de superação negativa do modo de produção capitalista (MARX, 1981:509).

Ao mesmo tempo as forças produtivas colocam a necessidade de engendramento de relações sociais para além das mediações do capital, de sua superação, pois.

Por um lado, temos a produção e operação em comum das forças produtivas do trabalho social. Por outro lado, continua a insistência na apropriação e uso individual. Esta é uma contradição e um desafio a ser superado pela humanidade.

As oligarquias

Não, ainda não secavam as bandeiras,
ainda não dormiam os soldados
quando a liberdade mudou de roupa,
transformou-se em fazendas:
das terras recém-semeadas
saiu uma casta, uma quadrilha
de novos ricos com escudo,
com polícia e com prisões.

[...]

Tudo se construiu sobre a linha.
O Arcebispo batizou este muro
e instituiu anátemas incendiários
para o rebelde que ignorasse
a parede da casta.
Queimaram pela mão do verdugo
os livros de Bilbao.

A polícia
guardou a muralha, e no faminto
que se aproximou dos mármore sagrados
bateram com um pau na cabeça
ou o espetaram num cepo agrícola
ou a pontapés o nomearam soldado.

Sentiram-se tranqüilos e seguros.
O povo continuou nas ruas e campinas
a viver amontoado, sem janelas,
sem chão, sem camisa,
sem escola, sem pão¹⁰⁶.

¹⁰⁶NERUDA, 1980:174-175.

5. AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU COMO EXPLICITAÇÃO DAS DIFICULDADES DE REPRODUÇÃO PELAS MEDIAÇÕES DO CAPITAL E DE SUA SUPERAÇÃO

Neste capítulo, procuramos explicitar três aspectos principais: 1) as singularidades da produção da existência das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão; 2) as mediações das quais participam para a efetivação de sua reprodução e; 3) entendê-los no contexto do processo de transitoriedade da produção da vida mediada pelo capital.

Nosso desafio é o de explicitar os paradoxos de um movimento que na sua organização e mobilização parece lutar pela reconstituição de formas pretéritas de produção da existência humana.

5.1. Caracterização, áreas de ocorrências e exploração do coco babaçu

O babaçu pertence à família das palmeiras (nome científico *ORBIGNYA* e *ATTALEA*¹⁰⁷, classificado como ***orbignya oleifera speciosa phalerata***) pode alcançar a altura de até 15 metros e produz até 500 frutos por florada (ASSEMA¹⁰⁸, s/d:2). Conforme a ASSEMA (id.:ibid.) “Trata-se de uma floresta secundária que ocorre, no Brasil, em 18,5 milhões de hectares atingindo os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Minas Gerais. No Maranhão são 10,3 milhões de hectares”. De forma descontínua, o babaçu ocorre em todo o território maranhense e domina cerca de 37% da superfície do Estado, ocorrendo principalmente na Baixada Maranhense, vales do Mearim, Pindaré, Itepecuru, Munin e Parnaíba (AMARAL FILHO, 1990:53).

¹⁰⁷ Segundo Amaral Filho (1990:17) “Cada gênero desses, por sua vez, subdivide-se em outras espécies a saber: *ORBIGNYA*: *Orbignya Speciosa* – compreendendo a *Martiniana Eichieri*, *Orbignya Teixorana*, *Orbignya Macrocarpa*, *Orbignya Urbaniana* e *ATTALEA*: *Attalea Oelífera* (Catolé ou Indaiá), *Attalea Compta* (Catolé ou Babaçu) *Attalea Fumífera* (Piaçava) e *Attalea Pindobaçu* (Pindobaçu)”.

¹⁰⁸ Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão.

O Estado do Maranhão é, destacadamente, o maior produtor do babaçu, no Brasil. Entre 1930 e 1970 teve uma participação relativa média de 75,70% do total da produção brasileira. Os dois outros principais estados produtores de babaçu são Piauí e Goiás¹⁰⁹. O Estado do Piauí apresentou uma participação relativa declinante, de 30,76%, em 1930, para 7,61%, em 1970, ao passo que o Estado de Goiás apresentou um desempenho crescente tanto em termos absolutos quanto relativos, passando de 340 toneladas (1,43%), em 1930, para 14.592 toneladas (8,06%) em 1970. (ver tabela abaixo).

Tabela 8 – Produção de amêndoas de babaçu no Brasil e nos principais Estados, total e participação relativa – em toneladas (1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 1995/96)

Federação e Estados	Brasil		Maranhão		Piauí		Goiás e Tocantins ¹¹⁰		Outros	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1930	23.706	100,00	15.943	67,25	7.294	30,76	340	1,43	125	0,53
1940	68.162	199,00	46.615	68,38	19.805	29,05	817	1,19	929	1,36
1950	73.265	100,00	56.289	76,82	12.204	16,65	1.496	2,04	3.296	4,50
1960	100.708	100,00	84.286	83,69	8.790	8,72	5.192	5,15	2.440	2,42
1970	180.897	100,00	148.962	82,34	13.778	7,61	14.592	8,06	3.545	1,96
1980	183.218	100,00	161.707	88,26	16.410	8,96	3.230	1,76	1.871	1,02
1995/96	126.852	100,00	114.387	90,17	6.828	5,38	4.642	3,70	995	0,78

FONTE: Até o ano de 1970 (AMARAL FILHO, 1990:51) e para 1980 e 1995/96, Censos Agropecuários do IBGE.

A partir de 1980 observa-se uma tendência declinante na produção de amêndoas de babaçu. Em relação ao Maranhão o que se destaca é a participação relativa crescente quando em 1995/96 essa ultrapassa 90%.

No Maranhão, em 1995/96, os principais municípios produtores de babaçu, segundo informações do Censo Agropecuário do IBGE, foram: Bacabal, São Luiz Gonzaga, Chapadinha, Caxias, Codó, Coroatá, Vargem Grande, Vitória do Mearim, Lago do Junco e Poção de Pedras [MESQUITA, In: ALMEIDA, SHIRAIISHI NETO e MESQUITA (orgs) 2000:92].

O **coco ou coquilho** (fruto da palmeira de babaçu) é composto por quatro **partes principais**: 1) **Epicarpo** (camada externa fibrosa), 2) **Mesocarpo** (camada intermediária que fica entre o epicarpo e o endocarpo, fibrosa e amilácea, isto é, rica em amido), 3) **Endocarpo** (camada interna lenhosa, onde ficam alojadas as

¹⁰⁹ No Estado de Goiás a ocorrência de babaçu está na parte Norte que foi desmembrada e atualmente corresponde ao Estado do Tocantins.

¹¹⁰ A partir de 1980 tomamos como referência os dados do Estado do Tocantins.

amêndoas) e 4) **Amêndoas** (de cor branca, coberta por uma película de cor castanha)¹¹¹, Em cada fruto geralmente são encontradas de 3 a 4 amêndoas¹¹² (AMARAL FILHO, 1990:17; ASSEMA, 29/03/2007).

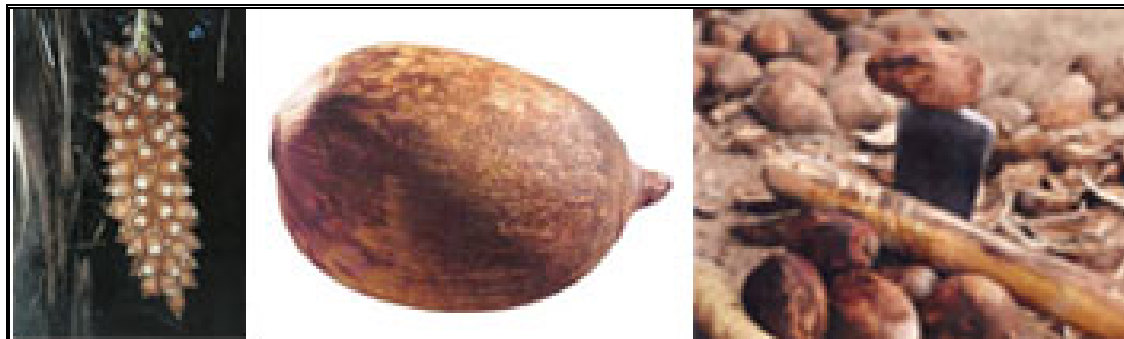


Ilustração 5 - Cacho de coco babaçu, o coquilho e instrumentos de extração das amêndoas.
 FONTE: <http://www.assema.org.br/geral.php?id=Coco.babaçu>, capturado em 29/03/2007.

Das palmeiras podem-se extrair uma imensa quantidade de subprodutos. O caule é utilizado como madeira de sustentação do teto das casas de uma parte das famílias que vivem no campo, as quais são cobertas pelas folhas das palmeiras. As folhas servem ainda para a construção de paredes, portas e janelas das casas, assim como para confecção de esteiras, abanos, cofos (cestos), chapéus, peneiras e outros objetos artesanais.



Ilustração 6 - Palmeiras de Babaçu: Pindovas/palmeiras jovens (esquerda) e floresta de palmeiras (direita)

FONTE: José Costa Ayres Júnior, 2005. ASSEMA

¹¹¹ Segundo Amaral Filho (1990:17): “Cada uma dessas partes, dependendo da espécie da palmeira, pode representar a seguinte participação (média) total do coco; epicarpo 15%, mesocarpo 20%, endocarpo 59% e amêndoa 6%”.

¹¹² Num fruto pode ser encontrado de 1 a 6 amêndoas.

Para Amaral Filho (1990:18), dentre os produtos extraídos do babaçu destacam-se: “1) Epicarpo: celulose, papel, álcool anidro, etc; 2) Mesocarpo: farináceas, dextrina, álcool anidro, etc; 3) Endocarpo: carvão, ácido pirolenhoso, óleos de madeira, alcatrão, álcool, etc e; 4) Amêndoas: óleos, torta, ácidos graxos, glicerina”.

As partes e produtos mais comercializáveis são as farináceas do mesocarpo, o endocarpo, a amêndoa, o óleo, o sabonete e a torta (resultante da prensagem das amêndoas destinadas à alimentação animal). Todos os subprodutos são de alta aceitação no mercado. O carvão do endocarpo, por exemplo, é demandado por ter um alto teor calórico servindo tanto para o consumo doméstico como para alimentar os fornos das siderurgias.

O óleo de amêndoa de babaçu tem servido para vários fins. Dentre eles destacam-se o consumo doméstico, o uso como lubrificante na indústria química e como combustível. A indústria química utiliza-se do babaçu para a produção de sabão, velas, glicerina e ácidos graxos. Os principais produtos da indústria alimentar são o óleo, a margarina e outras gorduras vegetais.

No Maranhão, a exploração do babaçu constituiu-se numa atividade alternativa, complementar à cultura de subsistência, para cerca de 300 mil pessoas (ALMEIDA, 1995a:195). A principal atividade produtiva é a roça onde geralmente produz-se milho, arroz, feijão e mandioca para a subsistência.

Como observou Andrade (1982:190):

Na porção norte-oriental do Maranhão domina o babaçual e as populações pobres que aí vivem dependem, em grande parte, da coleta do côco de babaçu. As terras outrora cultivadas com algodão e arroz encontram-se quase esgotadas. O babaçual domina inteiramente a paisagem. Os grandes proprietários quase sempre comerciantes funcionários ou industriais nas cidades da região exploram as terras que possuem desenvolvendo uma pecuária extensiva e uma atividade comercial complementar.

A coleta e quebra do coquilho ocorre principalmente nos meses de setembro, outubro e novembro, correspondente ao período de entressafra da produção agrícola de quem sobrevive no campo nas áreas de ocorrência do babaçu.

A atividade começa com o deslocamento principalmente de mulheres, sozinhas ou em grupos, aos babaçuais para coletar os coquilhos. Elas enchem os cofos e os transporta, seja na cabeça ou no lombo de animais, para o local onde os coquilhos serão quebrados. Chegando ao local, geralmente o terreiro de suas casas, realiza-se a quebra dos coquilhos.

As amêndoas são extraídas do coquilho, geralmente por mulheres, adolescentes e crianças, com o auxílio de um machado. Para isso, o machado é colocado com a lâmina para cima, o coquilho é colocado na lâmina e sobre ele desferem-se golpes com um pedaço de madeira (macete). Este processo implica numa baixa produtividade de extração das amêndoas e com poucas possibilidades de alteração já que não se conseguiu produzir uma máquina que mecanizasse a extração das amêndoas. Considerando-se o processo de inovações tecnológicas, de toda a cadeia produtiva do babaçu a quebra do coquilho ainda constitui-se num problema para o aumento da produtividade. Até hoje, muitas foram tentativas, mas nenhuma conseguiu um mecanismo de quebrar o coquilho com aproveitamento total da amêndoa. Este processo ainda cabe às quebradeiras de coco (Ver ilustrações abaixo).



Ilustração 7 – Atividade de extração das amêndoas do coco babaçu.

FONTE: Galeria de Fotos; miqcb.org.br/galeria2.htm; capturado em 04/08/2007, às 22:50h

Durante uma jornada diária de trabalho, considerando apenas o tempo de quebra, uma quebradeira pode, excepcionalmente, extrair até 10 quilos de amêndoas. Entretanto, a média é de 5 quilos de amêndoas por jornada diária de trabalho.

A partir da década de 1970, com a expansão da pecuária extensiva, estimulada pelo setor público, muitas terras devolutas foram apropriadas e cercadas por pecuaristas. Para fazerem pastagens, eles empreenderam a derrubada de babaçuais.

O cercamento de terras de uso comum provocou uma série de conflitos cujo resultado principal foi a expulsão de muitas famílias que as utilizavam para plantar suas roças e para exercerem a atividade de coleta de coco babaçu. Este processo demarca o período entre o que as quebradeiras de coco babaçu chamam de passagem da fase do babaçu livre para a fase do babaçu preso.

Outro processo significativo relacionado com a atividade do babaçu foi o deslocamento de muitos chefes de famílias para trabalharem nos garimpos em Serra Pelada, no vizinho Estado do Pará. Diante disso, as mulheres que se dedicavam às atividades de cuidar da casa e de trabalhar com o babaçu também tiveram que cuidar das roças. As mulheres passaram a exercer uma tripla atividade.

Apresentou-se, para as mulheres, um triplo desafio: cuidar sozinha da família, lutar para a libertação do babaçu e lutar por terra para se reproduzirem. Isto decorreu da impossibilidade manifestada de se reproduzirem como assalariadas seja no campo ou na cidade, isto é, em qualquer localidade do Estado do Maranhão. Não parecia existir alternativa que não fosse à luta para conseguirem produzir suas vivências. Nas palavras de Marx e Engels:

[...] devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber: que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de <fazer história>. Mas, para viver, é necessário, antes de mais beber, comer, ter um tecto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro facto histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, trata-se de um facto histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 1974a:33).

5.2. Fases e faces da economia do babaçu¹¹³

Para Jair do Amaral Filho, que estudou o babaçu no Maranhão como processo civilizatório ou “civilização do babaçu”¹¹⁴, o seu explicitar subdivide-se em três fases: 1) a fase da extração para autoconsumo de trabalhadores rurais extrativistas (até 1910); 2) a fase da extração para a comercialização sob o domínio do capital comercial (1914 – 1960) e; 3) a fase de extração e industrialização do babaçu (desde 1960), caracterizada como complexo extrato-industrial (AMARAL FILHO, 1990:23-24).

Na década de 1980, a chamada economia do babaçu entrou em colapso. Dentre outros fatores, o colapso é atribuído à substituição do óleo de babaçu, como matéria-prima industrial, pelos óleos de copra, palmiste, dendê e soja¹¹⁵. Entretanto, foi em meio a este processo que o babaçu foi recolocado na discussão ou teria ganho uma re-significação. Ele tornou-se o meio de mobilização e organização das quebradeiras. Não se trata mais do babaçu apenas como produto econômico, estrito, mas como meio de união e de luta de uma parcela da população que não consegue se reproduzir pelas mediações da

¹¹³ Economia do babaçu é uma denominação usada comumente, especialmente depois da obra de Jair do Amaral Filho, para expressar a existência de um sistema de reprodução das quebradeiras de coco com produção, circulação, distribuição e reprodução das atividades.

¹¹⁴ O trabalho de Jair do Amaral Filho “**A economia política do babaçu** – um estudo da organização do extrato-industrial do babaçu no Maranhão e suas tendências”, resultado de sua pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado, no início da década de 1980, passou a ser a principal fonte de informações empíricas (dados) e de bibliografias para quem interessar-se pela temática. É neste sentido que a utilizamos para a elaboração do presente item da nossa tese. Entretanto, vale ressaltar que mesmo tendo sido importante, para a realidade maranhense e para os estudos de referencial marxista no contexto e na então conjuntura, não comungamos com a análise feita por este nosso interlocutor. A compreensão de Amaral Filho é de que o extrativismo representa uma formação social não capitalista caracterizada por ser uma economia camponesa e, subordinada ao capitalismo através das relações comerciais. Esta subordinação aconteceu sucessivamente em relação ao capital comercial, ao capital industrial e ao capital financeiro. O que Amaral Filho toma como economia política é a existência da exploração e o exercício de apreensão da realidade a partir dos ciclos do capital como exposto por Marx no Livro II de O Capital.

¹¹⁵ Estes produtos concorrem desigualmente com o babaçu porque o babaçu é um vegetal produzido conforme a natureza, de maneira que a sua produtividade é limitada. Além disso, as amêndoas são distribuídas diversamente dentro dos coquilhos. Este fato tem dificultado a produção de um sistema de quebra mecânica para a extração das amêndoas. Não obstante, uma grande ameaça à economia do babaçu, segundo Almeida (1995:199) foi a redução da tarifa de importação do óleo de palmiste, produzido na Malásia que teria acontecido no contexto da abertura econômica e das reformas neoliberais iniciado no governo de Fernando Collor de Mello.

relação trabalho – salário. Assim, o babaçu representa a alternativa de reprodução social e de mobilização por algo que nem elas mesmas sabem no que vai resultar.

Não obstante, quando o mundo passou a preocupar-se com alternativas energéticas, em face à crise do petróleo (AMARAL FILHO, 1990:213) e deparou-se com a possibilidade de esgotamento da energia produzida por fontes não renováveis, o babaçu ressurge como uma das fontes de energia renovável (VIDAL, 1987:30)¹¹⁶.

Na chamada fase de utilização do babaçu e de seus derivados para o auto-consumo, no século XIX, a participação do Maranhão nas relações sociais como cota parte da universalidade do ser social era pouco visível. Aparentemente, o processo de produção da existência de quem ainda estava praticamente isolada. Parecia que a produção da existência se resolvia em nível local. Como descreveu Andrade (1982:188):

A população pobre e livre pouco trabalhava nos latifúndios, de vez que em região tropical úmida em abundante a oferta de alimentos pela natureza e poucas vantagens oferecidas pelo trabalho para os fazendeiros. Vivendo no meio do babaçual, a população rural pobre obtinha alimento com a caça, a pesca, a coleta de coco babaçu e pequenas roças de mandioca, milho ou arroz. Mantinha-se isolada das pequenas cidades, vivendo em uma economia fechada, de subsistência.

¹¹⁶ Numa entrevista para a Revista Caros Amigos, Baupista Vidal destacou a importância, a responsabilidade e o poder do Brasil, por estar localizado no trópico e ser fonte privilegiadíssima das energias renováveis e limpas, disse: “Você tem centenas de óleos no Brasil, desde a mamona, o girassol, a colza, a soja, o dendê, o babaçu, uma porção de óleos. Para se ter idéia da dimensão dessa coisa, só o dendê na região amazônica são 70 milhões de hectares, com baixíssima produtividade de floresta, sem nenhuma tecnologia – são 4 toneladas por hectare por ano, dá para produzir 6 milhões de barris/dia de óleo diesel. Isso é praticamente a produção de petróleo da Arábia Saudita”. Na seqüência, em resposta à seguinte pergunta: de Gilberto Vasconcellos “Só o Maranhão, de babaçu, equivale energeticamente, à Arábia Saudita?”, acrescentou: “Mais do que a Arábia Saudita, porque o babaçu, esse coquinho, tem várias partes. Tem a amêndoa central da qual você extrai óleo e substitui o diesel; depois em uma parte dura de celulose pura, que é o excepcional carvão natural, sem nenhuma poluição. Nós estávamos desenvolvendo tecnologias de grandes siderúrgicas baseados nesse coque do babaçu, com resistência mecânica espetacular. Depois você tem outra camada que é amido, no mesmo coco. Com esse amido você faz o álcool. Da amêndoa você faz o substituto do diesel, do amido faz o substituto da gasolina, e ainda tem a parte externa, que é palha, que produz calor. Então, quando você transforma aquele mesocarpo do babaçu, que é carbono praticamente puro, em carvão vegetal de altíssima qualidade, altíssima resistência mecânica, você tem uma quantidade enorme de produtos químicos, quer dizer, de coco do babaçu você pode construir um gigantesco complexo petroquímico e energético, jamais visto no mundo e para sempre, em mantendo a floresta” (VIDAL, 1997:30).

Sem outras mediações, Andrade apontou a questão da fartura de alimentos fornecidos pela natureza como a caça, a pesca, o coco babaçu, assim como a possibilidade de produção de subsistência (arroz, milho, feijão, mandioca, etc). Neste período identificou-se a existência de “poucas vantagens oferecidas pelo trabalho para os fazendeiros” (ANDRADE, Id).

A utilização do babaçu para auto-consumo dos extrativistas envolve o aproveitamento do caule e das folhas para a construção das casas, do coco (epicarpo, mesocarpo e endocarpo) para ser queimado como carvão e das amêndoas para o consumo na cozinha (leite de coco e óleo).

Segundo Andrade (1982:191):

O caboclo ignorante sem apoio cheio de verminoses e outras moléstias, leva uma vida primitiva em habitação de palha construída por ele próprio no meio do babaçual. Além da apanha do babaçu dedica-se à caça e pesca e ao trabalho nas roças. [...] À tarde voltando à casa os coquilhos são depositados no terreiro onde as mulheres sentadas no chão passam a quebrá-los para retirar as amêndoas. Os processos usados são manuais, pois até hoje não se descobriu uma máquina que quebrasse os coquilhos sem danificá-los, elas seguram com as pernas um facão afiado com o gume para cima e colocando o coquilho sobre o mesmo batem com um macete afim de dividi-lo em duas partes.

Este processo simples de produção da vida foi modificando-se na medida em que o mercado demandou o óleo de amêndoa de babaçu como matéria-prima industrial. Passou-se a coletar coco e extrair as amêndoas para a venda, no mercado. Teve início uma nova fase no extrativismo do babaçu.

Era o tempo em que a economia maranhense procurava recuperar-se de uma crise - entre o final do século XIX e o início do século XX - quando eram procurados produtos que proporcionasse a retomada do crescimento. Para Amaral Filho (1990:72):

Diante desse quadro, pode-se afirmar que o extrativismo do babaçu serviu para a economia maranhense como um colchão amortecedor de sua crise econômica, evitando que essa fosse mais profunda e desastrosa. Vale dizer que essa contribuição do babaçu não deve ser vista apenas pelo ângulo do mercado e da geração de renda e divisa, deve ser vista também pelo ângulo do consumo de subsistência.

A fase identificada como a da dominação do capital comercial, pelas formulações de Amaral Filho, desdobra-se em três movimentos. O primeiro movimento correspondeu à demanda externa de babaçu, no período da I Guerra Mundial, quando cresceu a demanda por matérias-primas oleaginosas. Assim, o óleo de babaçu teria sido exportado para a Europa, em particular para a Alemanha. Entretanto, a partir de 1935, devido a um acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, o óleo de babaçu passou a ser exportado principalmente para esse país.

Neste contexto, um papel importante foi exercido pelas “Casas de Exportação e importações” de comerciantes portugueses, localizadas nas cidades de São Luís e de Caxias, no Estado do Maranhão. Eles estabeleceram uma verdadeira rede de compras ou de intermediações entre os produtores e os grandes comerciantes.

Devido a uma série de dificuldades no cumprimento de acordos e do próprio processo de transportes, a partir de 1943, o babaçu passou a ser destinado ao mercado nacional, particularmente para os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para Amaral Filho, este seria o segundo movimento de demanda das amêndoas de babaçu extraídas no Maranhão.

O papel exercido pelo capital comercial era o de intermediação entre os produtores diretos (extrativistas) e a indústria de transformação. Para Amaral Filho (1990:127) “*O capital comercial tem também a função de ‘ajuntar’ toda a produção espalhada e canalizar para a indústria de transformação*”.

O processo acima descrito efetivou uma subordinação dupla de extrativistas. De um lado, tem-se a determinação do preço da amêndoa pelos comerciantes e, de outro lado, tem-se também a determinação do preço dos produtos que os extrativistas adquirem com o dinheiro resultante da venda das amêndoas. Muitas vezes, os extrativistas relacionam-se, nas duas pontas, com o mesmo comerciante. Assim, percebe-se que o pagamento pelas amêndoas pode ser feito em dinheiro ou em mercadorias.

A cadeia de comercialização envolvendo a amêndoa do babaçu percorre o seguinte circuito: o extrativista vende para o bodegueiro (quitandeiro ou

barraqueiro) que vende para um comerciante de segunda grandeza, este último revende para outro comerciante, considerado de primeira grandeza, que repassa a amêndoa para a usina/fábrica de óleo de babaçu.

O terceiro movimento foi demarcado a partir da década de 1940 quando a produção passou a ser destinada ao mercado local. Foi quando começou a estabelecer-se, no Estado do Maranhão, indústrias de aproveitamento da amêndoa de babaçu como matéria-prima¹¹⁷. Segundo Amaral Filho, este movimento também demarcou a passagem da dominação do capital comercial para a fase de dominação do capital industrial.

A partir da década de 1950 aconteceu um crescimento significativo da instalação de indústrias de aproveitamento da amêndoa de babaçu como matéria-prima industrial. De acordo com Amaral Filho (1990:157-165) o número de estabelecimentos industriais, no Maranhão passou de 11, em 1951, para 17, em 1961 e para 45 em 1967. Em 1981 existiam 34 fábricas que trabalhavam com o babaçu (Id.:169)¹¹⁸.

Na indústria propriamente dita, em 1981, o total de 34 fábricas empregava apenas 943 pessoas, sendo: 591 ligadas diretamente à produção, 69 ao apoio (manutenção) e 283 ligadas indiretamente à produção¹¹⁹ (AMARAL FILHO: 1990:199).

Deste processo destacou-se a OLEAMA S.A¹²⁰, indústria com capital identificado como sendo de origem portuguesa, que exerceu importante papel na produção e exportação do óleo de amêndoa do babaçu.

¹¹⁷ Na verdade, o aproveitamento industrial, isto é, a transformação em óleo, data do final do século XIX. Entretanto, as usinas não produziam óleo exclusivamente de babaçu. Elas também faziam óleos de caroço de algodão, de gergelim, de mamona e de andiroba.

¹¹⁸ Segundo Amaral Filho (1990:169) a distribuição territorial dava-se nos seguintes municípios maranhenses: São Luís 8; Caxias 6; Bacabal 4; Coroatá 2; Timon 3; Paraibano 2; Imperatriz 1; Barão de Grajaú 2; São João dos Patos 1; Pedreiras 1; Codó 1 e Vargem Grande 1.

¹¹⁹ Os trabalhadores das fábricas de óleo diretamente ligados à produção são: caldeireiro ou foguista, penereiro, moineiro, preneiro e auxiliar de preneiro, operador de filtro, operador e auxiliar de operador de solvente, mecânico, auxiliar de mecânico; soldador; braçal.

¹²⁰ A OLEAMA S.A. (Oleaginosas Maranhenses S. A.), fundada em 1961 e localizada no distrito industrial de São Luís. Segundo Amaral Filho (1990:1656) fora responsável pela modernização na produção de óleo de babaçu no Maranhão. Dentre as inovações destaca-se a substituição de tambores por navio-tanque, no processo de exportação do óleo de amêndoa de babaçu. Atualmente a OLEAMA diversificou suas fontes de matérias-primas. Ela produz e distribui

O óleo de amêndoa de babaçu é aproveitado como matéria-prima por indústrias nacionalmente conhecidas como UFE (União Federal Exportadora), Casas da Banha, Gessy Lever, Indústrias Reunidas Matarazzo, Colgate, Palmolive, SANBRA S.A.¹²¹, Bombril, etc.

Os processos, nas fases descritas por Amaral Filho, implicam na subordinação das quebradeiras de coco babaçu aos capitais comercial e industrial, respectivamente.

A partir da década de 1980, a chamada economia do babaçu deparou-se com algumas tendências que afetou a todos os envolvidos. Surgiram projetos e propostas de aproveitamento do coco inteiro, seja como matéria-prima industrial ou simplesmente para ser queimado nas guserias, localizadas no município de Açailândia (MA). Este processo redimensionaria as relações de produção na medida em que transformaria as quebradeiras de coco babaçu em meras coletadoras dos coquilhos.

Com a indústria de aproveitamento integral do coquilho, os proprietários de terras nas áreas de ocorrência do babaçu procuraram controlar o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, assim como passaram a exigir o pagamento de renda pelo babaçu coletado.

A partir da década de 1990 o babaçu deixou de interessar aos conglomerados econômicos sob alegações de baixos preços dos produtos derivados do babaçu, da baixa competitividade com outros produtos similares, da não domesticação (replântio) dos babaçuais e de legislações que protegem as palmeiras. Como apontou Almeida (1990:12):

Ademais, as usinas de óleo de babaçu estão substituindo-o por outros óleos vegetais, inclusive, o de soja. As medidas recentes de redução das alíquotas de importação do óleo de palmiste favorecem tal substituição, além de ignorar as condições reais de extração da amêndoa do babaçu e o total de famílias de trabalhadores nela envolvidos.

nacionalmente várias marcas a exemplo de velas Olé, sabão e sabonete Real, detergente e amaciante Real e óleo Cristal (de babaçu).

¹²¹ Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A.

O autor explicita a dificuldade de reprodução da economia do babaçu nos moldes relacionados com a produção subordinada ao capital.

Neste novo contexto, como observou Almeida, as quebradeiras passaram a lutar pela “[...] *afirmação de uma existência coletiva, enquanto ‘unidades de mobilização’*¹²² [...]”. Frente à desestruturação do movimento de trabalhadores pela via sindical e da ascensão dos movimentos sociais “[...] *Elas passam a constituir, desde 1989, um movimento social que se estrutura segundo critérios organizativos múltiplos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não-homogênea* [...]” (ALMEIDA, 1995b:13-14).

Na seqüência, Almeida acrescentou que:

[...] As denominadas quebradeiras de coco ao se autodefinirem pela atividade complementar e extrativa, envolvendo simultaneamente critérios ecológicos e de gênero, alcançam um certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente face à ação governamental e aos circuitos do mercado. Elas invocam novas solidariedades, a partir desses critérios universais (gênero, ecologia, diversidade econômica), e logram uma dupla ruptura com o localismo ao se prepararem em articulações com entidades ambientalistas e empresas correlatas, driblando os rígidos controles de uma economia altamente oligopolizada [...] (ALMEIDA, 1995b:14).

Segundo Almeida (1995b:11) dois aspectos principais impactaram a chamada “economia do babaçu” na década de 1990, como resultado da redefinição do papel do Estado e da abertura da economia em nível da produção e da comercialização:

a) no da **produção**, em virtude de, restringindo a capacidade operacional dos órgãos públicos competentes, não coibir a devastação dos babaçuais e ameaçar a reprodução das fontes de matéria-prima:

¹²² O próprio autor explica que: “As unidades de mobilização com um repertório próprio de práticas e com níveis específicos de organização podem ser interpretadas como potencialmente tendendo a se constituir em forças sociais. Nesta ordem elas não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política como o centro de poder e com instâncias de intermediação, possibilitando a emergência de mudanças que prescindem dos que detêm o poder local. Destaque-se, neste particular, que mesmo distante da pretensão de serem movimentos para a retomada do poder político, logram generalizar o localismo das reivindicações e mediante estas práticas de mobilização aumentam seu poder de barganha face ao governo do Estado. Para tanto, suas formas de ação transcendem as realidades localizadas e geram movimentos de uma maior abrangência, que agrupam as diferentes unidades, tal como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu” (ALMEIDA, 1995b:17).

b) no da **comercialização** ao reduzir drasticamente as alíquotas de importações de óleos (palma, palmiste), desorganizando o processo produtivo e propiciando facilidades para que as indústrias passem a utilizar similares importados (grifos do autor).

Para Almeida (1996:10):

No momento atual, entretanto, a existência de dados oficiais, precisos e adequadamente coligidos evidencia, por parte do Estado, um certo distanciamento face à questão. O aproveitamento do óleo de babaçu parece também não interessar mais aos conglomerados econômicos. Alegam preços baixos, impraticabilidade de competição com as *plantations* asiáticas, oferta irregular de matéria-prima, dificuldades permanentes de mecanização e desconhecimento de como replantar a palmeira (*Orbignya Phalerata Martius*). Ao contrário de outras espécies, também voltadas para uso industrial, só existem babaçuais nativos. Sua abundância e sua expansão, sobretudo a partir da destruição das florestas primárias, são apontados como desestimulando as pesquisas de implantação de babaçuais cultivados.

Para este autor, o momento atual não corresponde ao de uma crise da economia do babaçu, mas a destruição dos babaçuais frente a outros interesses econômicos. Estes novos interesses ameaçam a floresta e a reprodução da população que dela depende, da produção agroextrativista.

Ainda na década de 1990, a proposta que mais incomodou as quebradeiras de coco babaçu foi a que consistia na contratação de trabalhadores para a simples coleta de coco babaçu e seu aproveitamento como biomassa, dado o seu alto teor calórico. Conforme Teixeira (2007:04):

O sistema de coleta descrito por MAY (1999) foi proposto por Luiz Amaral e consiste na coleta dos frutos e seu transporte em jacás sobre mulas até a margem da estrada mais próxima, onde são trasladados para "Big Bag" de 750 kg cada. Com o uso de um caminhão com munck (braço hidráulico articulado), estes são recolhidos e encaminhados para o uso final. No caso, o projeto desenvolvido visava a produção de carvão de Babaçu com o uso do fruto inteiro.

A principal reclamação das quebradeiras de coco é de que a proposta acima causa um grande prejuízo pelo fato de desperdiçar os subprodutos fornecidos pelo coquilha do babaçu. Não obstante, para Teixeira (Id.:07): comparando com outras fontes energéticas, "[...] *chega-se à conclusão de que o volume de biomassa de Babaçu pouco tem a acrescentar à Matriz Energética*

nacional; não sendo capaz de incrementar a produção total anual de biomassa, em toneladas por ano, nem mesmo em 5%”.

Assim, elas lutam para a preservação da atividade de quebradeira de coco babaçu e não vêem razão em outra forma de utilização que realize efetivo aproveitamento das propriedades do babaçu.

5.3. O contexto da criação do MIQCB

Nas áreas de ocorrência de babaçu, principalmente na região do Médio Mearim, muitas famílias que trabalham na roça e coletam babaçu são procedentes do semi-árido nordestino. Elas ou seus antecessores haviam migrado na década de 1950 e trabalhavam na terra sem se preocupar com a questão da propriedade.

A partir da segunda metade da década de 1970 esses trabalhadores do campo passaram a sofrer pressões para deixarem as terras onde trabalhavam e viviam. Eram terras consideradas devolutas, mas que apareceram pessoas reivindicando a propriedade e exigindo a imediata desocupação. O clima tornou-se muito tenso. As famílias sofriam pressões de jagunços, de policiais e de técnicos do INCRA.

Os grileiros, com apoio dos poderes judiciário, legislativo e executivo registraram as terras em seus nomes. Por outro lado, as famílias que viviam e trabalhavam a terra resistiram o quanto puderam defendendo o direito de permanecer nessas terras.

Para as quebradeiras de coco babaçu, este foi, por um lado, um tempo de muitas incertezas e, por outro lado, também foi um tempo de conscientização. Consciência forjada na luta e na resistência para a permanência nos lugares onde produziram alimentos e coletavam babaçu para sobreviverem.

Na década de 1980, contando com apoio de entidades sindicais e eclesiais, de políticos e intelectuais sensíveis aos problemas de trabalhadores do campo resolveram enfrentar os grileiros. A organização e resistência as pressões dos

grileiros resultou em enfrentamentos com registros de mortes tanto de trabalhadores quanto de jagunços contratados pelos grileiros para expulsar as famílias. Do processo resultou também desapropriações de terras e na criação de assentamentos de trabalhadores rurais.

As quebradeiras consideram que a conquista da terra foi dando força aos trabalhadores do campo, fazendo crescer a mobilização, a organização e a ampliação das reivindicações. Com a conquista da terra, elas passaram a lutar por uma Reforma Agrária ampla¹²³.

Na medida em que foram se reunindo, expondo e discutindo os problemas que as afligiam em nível de comunidade, foram tomando consciência de que os problemas eram amplos e só com a união das mulheres eles poderiam ser encarados de frente. Assim, foram programando e realizando encontros, congressos, estudos, cursos que fortaleceram a consciência de sua importância enquanto trabalhadoras rurais e particularmente da condição de quebradeiras de coco babaçu. Não obstante, elas uniram-se a outros movimentos extrativistas ao mesmo tempo em que foram se afirmando enquanto movimento social.

Em relação ao acesso aos babaçuais, as quebradeiras demarcam três importantes momentos. O primeiro momento, antes da expansão da pecuária, na década de 1970, é considerado como sendo o tempo do babaçu livre, quando acessavam livremente os palmeirais. O segundo momento é o do chamado babaçu preso marcado pelo controle e/ou proibição de acesso aos babaçuais. A luta delas desde a década de 1980 e principalmente na década de 1990 foi, neste aspecto, para libertar novamente o babaçu. O terceiro momento é o da reconquista do acesso livre aos babaçuais e da conquista de legislações de proteção às palmeiras.

¹²³ As quebradeiras de coco entendem por Reforma Agrária no sentido amplo a luta para além da desapropriação da terra, a criação de lotes e assentamento das famílias. Considera-se que é necessária a organização da produção, da comercialização e de demais necessidades como meios de acesso à educação, saúde e instrumentos de políticas públicas. Consideram ainda a necessidade de preservar ao meio e o melhorar como no exemplo da produção orgânica, de associativismo, de cooperação de relações solidárias.

5.4. A produção da existência das quebradeiras de coco babaçu

As quebradeiras de coco babaçu produzem suas existências atuando em várias frentes. Como trabalhadoras rurais sem terra lutam por Reforma Agrária; como quebradeiras de coco lutam para se reproduzirem enquanto extrativistas; na condição de mulheres lutam pela igualdade de gênero, lutam pela produção e comercialização de produtos orgânicos e de derivados do babaçu; lutam por formas de produção que preservem e recuperem o meio ambiente e lutam por políticas públicas. Elas envidam esforços no sentido de preservar o meio ambiente e participar das chamadas novas relações solidárias juntamente com todos os que têm extrema dificuldade ou não conseguem se reproduzir sob a mediação do salário ou do lucro.

Para Almeida (1995b:14) as quebradeiras de coco babaçu podem ser entendidas no contexto do que Blackburn e Hobsbawm chamaram de “*novos movimentos sociais*”. Este movimento constitui uma nova espacialização. Assim disse:

As denominadas quebradeiras de coco ao se autodefinirem pela atividade complementar e extrativa, envolvendo simultaneamente critérios ecológicos e de gênero, alcançam um certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente, face à ação governamental e aos circuitos de mercados. Elas invocam novas solidariedades, a partir desses critérios universais (gênero, ecologia, diversidade econômica), e logram uma dupla ruptura com o localismo ao se projetarem em articulações transnacionais com entidades ambientalistas e empresas correlatas, driblando os rígidos controles de uma economia altamente oligopolizada (ALMEIDA, 1995b:14).

Diante da crise dos movimentos operários, estas formas de mobilizações ganham cada vez mais notoriedade na medida em que:

Desencadeiam iniciativas que começam a redefinir a tensão entre valor de uso e valor de troca, pela agregação de valor às matérias-primas, através da montagem de prensas e de micro-unidades fabris, que produzem sabonetes, sabões, papéis reciclados e óleos refinados, e pela afirmação política, conquistando ‘brechas’ de mercado não necessariamente previstas, ou ingressam em circuitos comerciais próprios, que não podem prescindir de uma modalidade de apropriação dos recursos naturais que preserva e se contrapõe à devastação. Isto se dá em meio a imensas situações de conflito ao colidir com interesses oligopolistas, que desenvolvem práticas restritivas e abusivas de proteção das posições de mercado já alcançados (Id.:Ibid).

As quebradeiras procuram reconstituir um caminho já decomposto historicamente, agregando valor às matérias-primas, criando “micro-unidades fabris” e procurando formas alternativas de comercialização. Elas procuram preencher “brechas” de mercado deixadas pelos grandes circuitos comerciais; o nicho de mercado que leva o selo de produtos orgânicos.

5.4.1. As mediações e a mobilização

As quebradeiras de coco babaçu se organizam por múltiplas mediações. Elas se relacionam diretamente com outros movimentos sociais e sindicais, instituições públicas de ensino superior (UFMA¹²⁴, UEMA¹²⁵), associações, ONG's, empresas socialmente comprometidas, participam das redes de produção e comercialização solidárias (a exemplo da RAMA¹²⁶), agências de cooperação internacionais (CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços, OXFAM, Pão para o Mundo, Fundação Ford, Terre des Hommes – Suíça, ACTION AID, MISEREOR e IAF – Fundação Interamericana) War on Want, Comissão Européia. Entretanto, as principais formas de mobilização são a AMTR¹²⁷, a ASSEMA¹²⁸ e o MIQCB.

A AMTR, fundada em 14 de maio de 1989, tem sua origem no Clube de Mães que reunia nas tardes de sábados, no município de Lago do Junco (MA) desde o início da década de 1980 inicialmente para aprenderem a costurar. Em

¹²⁴ Universidade Federal do Maranhão.

¹²⁵ Universidade Estadual do Maranhão.

¹²⁶ Rede de Agroecologia do Maranhão.

¹²⁷ Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco.

¹²⁸ Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão. Depois da conquista de assentamentos, no final da década de 1980, trabalhadores rurais dos municípios de Lago do Junco, São Luiz Gonzaga, Lima Campos e Esperantinópolis: “Em maio de 1989, criaram a Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA que tem por objetivo apoiar a organização dessas famílias, através do incentivo ao desenvolvimento de sistemas cooperativistas e associativistas, e de assistência técnica, jurídica e política às ações de investimento na economia de base familiar. Nos dois primeiros anos a ASSEMA investiu na organização interna das famílias. A partir de 1992 assumiu o papel de mobilizadora de recursos públicos para as áreas desapropriadas e hoje articula cooperativas, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma escola família agrícola, associações e organizações de mulheres quebradeiras de coco babaçu (DIAS, 1998, p.191). As linhas de atuação e programas da ASSEMA são as seguintes: Programa de Organização das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Programa de Desenvolvimento Local e Políticas Públicas, Programa de Comercialização Solidária, Programa de Produção Agroextrativista” (ASSEMA, 2002:13).

seguida, as mulheres passaram à realização de trabalhos coletivos na lavoura, na produção de sabão até que pensaram na possibilidade de efetivarem outros empreendimentos para a geração de renda. Para tanto contaram com apoios técnicos da EMATER¹²⁹ e da ASSEMA. Através da AMTR as quebradeiras de Lago do Junco mobilizam a produção de sabonete e discutem problemas de gênero, violência no campo e outros que afetam a reprodução do agroextrativismo. A AMTR contou com ajuda financeira da MISEREOR da Alemanha e do UNICEF¹³⁰.

A ASSEMA atua em várias áreas de assentamentos no Estado do Maranhão, particularmente na Região do Médio Mearim, na elaboração de projetos de produção e comercialização, na assistência técnica e na orientação política, mas é junto às quebradeiras que tem exercido maior influência. Ela tem sido um importante suporte técnico-administrativo para as quebradeiras de coco babaçu.

O MIQCB¹³¹, articulado durante a realização do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu que aconteceu em São Luís, entre os dias 24 e 26 de setembro de 1991, é a síntese da luta das quebradeiras de coco babaçu, símbolo de identidade e de unidade coletiva.

Entre 1991 e 2004 o MIQCB realizou cinco Encontros Interestaduais. A cada Encontro as quebradeiras consideram ter fortalecido suas lutas. Os eixos de atuação e as principais parcerias foram consolidados nos dois primeiros Encontros.

No I Encontro¹³² - que contou com a participação de 250 mulheres dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará - foram apresentados e discutidos

¹²⁹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

¹³⁰ Tehe United Nations Children's Found ou Fundo das Nações Unidas para a Criança.

¹³¹ Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, composto pelas quebradeiras de coco babaçu dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. Vale ressaltar que a denominação MIQCB só passou a existir formalmente a partir de 1995.

¹³² "A idéia do I EIQCB surge em 1990, a partir da articulação mais sistemática entre a SMDDH (Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos), CENTRU (Centro de Educação e Cultura de Trabalhadores Rurais - MA), CPT (Comissão Pastoral da Terra Araguaia - Tocantins), FETAET (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins), ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão) e CEPES - Piauí (Centro de Educação Popular Esperantina) onde fica evidenciada a necessidade de extrapolar a troca de experiências, até então efetivada entre os assessores, para redimensioná-las as

problemas comuns que afetam trabalhadores rurais e particularmente as quebradeiras de coco babaçu tais como saúde, sexualidade, educação, conflitos agrários, violência e formas de organização.

O I EIQCB, articulado a princípio por entidades que trabalham assessorando os movimentos sociais, políticos e econômicos dessas trabalhadoras rurais, teve como principal objetivo propiciar a troca de experiências entre as quebradeiras de coco, enquanto mulheres extrativistas, a fim de vislumbrar juntos (quebradeiras e entidades assessoras) ações coletivas que pudessem e possam desenvolver-se articuladamente na luta pelo sistema de uso do babaçual, na comercialização e beneficiamento do babaçu, no papel da mulher na nossa sociedade e, principalmente, mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais (RELATÓRIO DO I EIQCB, 1991:9).

Desse Encontro resultou o encaminhamento de uso alternativo do babaçu que compreendeu: 1) Fabriquetas para produção de sabão de coco babaçu, para auto-consumo e comercialização; 2) Cooperativas para comercialização de amêndoas de coco babaçu; 3) Uso do babaçu na alimentação infantil; 4) Consorciação do babaçu com outras culturas agrícolas; etc (RELATÓRIO DO I EIQCB, 1991:15).

O II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu aconteceu no período de 14 e 16 de outubro de 1993 em Teresina/PI e contou com a participação de 214 mulheres e 104 crianças além de assessores, entidades participantes do movimento, e convidadas. O Encontro teve como destaque o binômio terra livre e babaçu livre sintetizando a necessidade de Reforma Agrária e de libertação do babaçu, isto é, da luta para garantir o livre acesso aos babaçuais.

Os principais objetivos do movimento e de discussão no II Encontro foram:

- Articular as quebradeiras, enquanto mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs, na luta pelo Babaçu Livre e pela Reforma Agrária
- Compartilhar, sistematizar e documentar as experiências nas diferentes formas de organização em que atuam;
- Buscar alternativas para as atividades agroextrativistas, em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais;

quebradeiras, dessa forma, o encontro passa a ser discutido pelas quebradeiras nos povoados. Mais tarde formamos uma comissão para encaminhar o encontro, composto por assessores e quebradeiras” (RELATÓRIO DO I ENCONTRO, 1991:9).

- Criar o espaço e momento adequado para suas reivindicações políticas (RELATÓRIO DO II EIQCB, 1993:8).

Os problemas identificados foram discutidos em sete grupos temáticos: I – Devastação; II- Conflitos; III – Alternativas Econômicas; IV – Formas de Organização; V – Mulheres; VI – Formas de Conquistas e VII – Políticas Públicas de saúde, educação, previdência, estrada e financiamentos.

Da Plenária Final resultaram os seguintes “Encaminhamentos para a Luta”:

Realizar campanha de conscientização de todas as trabalhadoras rurais acerca da importância da conservação da palmeira babaçu e dos outros recursos naturais;

Organizar as Quebradeiras e Comissões, por povoados ou por região, para impedir as derrubadas das palmeiras e dos desmatamentos indiscriminados;

Reunir as comunidades para fazer barreiras nas estradas, quando o coco for levado para fora de nossas áreas, pelos fazendeiros e outros;

Tomar os sindicatos pelegos;

Ampliar e intensificar a luta pelo coco liberto em todas as áreas de trabalho das Quebradeiras;

Promover ocupações organizadas em áreas de babaçuais;

Eleger trabalhadores e trabalhadoras para cargos eletivos e acompanhar os respectivos mandatos;

Promover cursos de formação para o crescimento da legislação agrária;

Incentivar a criação de novas Cantinas e Cooperativas;

Lutar pela participação das mulheres junto aos Sindicatos, Associações, Cooperativas e outras formas de organização (RELATÓRIO DO II EIQCB, 1993:32).

Vale destacar a importância, neste Encontro, da participação do Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida¹³³. A partir deste momento Alfredo Wagner e sua equipe de pesquisadores/orientandos passou a exercer influência no pensamento e nos procedimentos do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu particularmente no que diz respeito ao reforço consciente da afirmação

¹³³ Alfredo Wagner Berno de Almeida é um reconhecido Antropólogo, profundo conhecedor da realidade da Amazônia e particularmente do Estado do Maranhão. Desde a década de 1980 tem participado e coordenado pesquisas na região. Na década de 1990 lecionou e orientou várias dissertações no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão na temática da Antropologia Social e Cultural. Pode ser considerado um militante em defesa dos direitos de reprodução das populações tradicionais. Alfredo Wagner tem contribuído sobremaneira para o entendimento das mobilizações das quebradeiras no contexto das políticas de globalização.

enquanto “Identidade e mobilização”¹³⁴. As quebradeiras passaram a atuar apoiadas em dados sobre a realidade em que vivem e em estudos sobre a universalidade das relações sociais burguesas, compartilhando das informações geradas pelas pesquisas e pelos estudos.

O III Encontro foi realizado no final de 1995 em São Luis/MA e dele não consta a divulgação de Relatório. Depois de um intervalo de seis anos, em 2001 foi realizado o IV Encontro em Imperatriz/MA. O V Encontro aconteceu, em São Luís/MA, no período de 8 a 10 de dezembro de 2004.

No V Encontro, que contou com a participação de cerca de 300 mulheres, foi feito um balanço dos 13 anos de sua organização e mobilização, avaliaram as formas de atuação e as reivindicações. Elas demonstraram preocupações com a continuidade das queimadas e das devastações das palmeiras. Reclamaram que estão sendo preteridas e, portanto, tendo sua reprodução ameaçada pelas plantações de dendê, de soja e de eucalipto, pela mineração, pelas indústrias de ferro gusa, pelas madeireiras, pela pecuária extensiva, pelo uso de agrotóxicos e pelas grilagens de terras, assim como denunciaram a falta de políticas voltadas para o extrativismo e da falta de regulamentação das reservas extrativistas.

A pauta de discussões do V Encontro foi dividida em quatro oficinas: I – RESEX¹³⁵, II – Ampliação das leis municipais do babaçu livre. III – Geração de renda e IV – Gênero, terra e globalização.

As quebradeiras defenderam o uso racional e sustentável dos recursos naturais; o livre acesso e a proteção das palmeiras da devastação, seja em terras públicas ou privadas¹³⁶; a cooperação com agências internacionais que financiem a construção de infra-estrutura produtiva para a criação de postos de trabalho para as quebradeiras.

¹³⁴ Não é fortuito que o título do trabalho de levantamento das legislações federais e estaduais específicas sobre o babaçu “Quebradeiras de coco babaçu” tenha como subtítulo “Identidade e mobilização”.

¹³⁵ Reservas Extrativistas.

¹³⁶ Elas acusam que os proprietários de terra, sobretudo os pecuaristas derrubam as palmeiras para em seu lugar fazerem pastagens, cortam as pindovas (palmeiras jovens), usam agrotóxicos que prejudicam as palmeiras e cortam os cachos de coco verdes.

Em relação à globalização as quebradeiras avaliam que no atual contexto, o governo prefere financiar projetos de criação de gado, de plantações homogêneas (monoculturas) como a mamona, a soja, o eucalipto, que são responsáveis pelas devastações das palmeiras¹³⁷. Não obstante, estes projetos contribuem para a elevação do preço das terras e para aumentar as dificuldades à produção da vida no campo tanto considerando a agricultura familiar quanto o extrativismo.

Considerando que não tiveram seus pleitos atendidos ao longo de sua existência enquanto movimento interestadual, reivindicaram, junto aos poderes constituídos:

- desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a utilização integral do coco e para a conversão das amêndoas em biodiesel;
- acesso das quebradeiras a programas governamentais que lidam com saúde da mulher;
- efetiva implantação das reservas extrativistas;
- garantia de livre acesso aos babaçuais;
- punição dos que cometem crimes ambientais, devastando babaçuais, castanhais e seringais,
- desapropriação imediata das áreas de conflito que envolvem quebradeiras (RELATÓRIO DO V EIQCB, 2004:57).

Através da mobilização as quebradeiras passaram a perceber a diferença entre o que é produto da natureza e o que é produto social. Para elas natural é a diferença genética entre homens e mulheres, mas as relações onde o homem é quem domina é “obra da sociedade”. Portanto, a subordinação da mulher é algo puramente social¹³⁸.

Numa espécie de autocrítica, as quebradeiras avaliam que não se pode ver o MIQCB como “uma aparente ilha de sucesso num mar de abandono” (RELATÓRIO DO V EIQCB, 2004:46) e concluem:

Como vimos a preservação das palmeiras e o livre acesso aos babaçuais é fruto de muita luta e mobilização local das mulheres

¹³⁷ Segundo Alfredo Wagner, o governo estimula o desenvolvimento de atividades produtivas das mercadorias que compõem as *commodities* ou dos produtos do mercado de exportação como carne bovina, madeira, soja, papel e celulose, ferro gusa.

¹³⁸ A partir dessa reflexão pode-se compreender como a subordinação de uma classe a outra é também algo histórico e social, portanto, transitório.

quebradeiras de coco que, organizadas e unidas, conseguem modificar o pensamento, a política e o agir de toda uma comunidade em prol da sobrevivência de sua família. Apenas com mobilização e união é possível alcançar tais resultados (RELATÓRIO DO V EIQCB, 2004:32).

Elas constroem a crítica material e lutam por algo diferente num fazer histórico cujos resultados não sabem quais serão. Acreditam na possibilidade de animar a luta por novas relações sociais e humanas. Afirmam que a organização de um novo sentido para a vida. Porém, as mobilizações das quebradeiras de coco explicitam, cada vez mais, as contradições do movimento de reprodução das relações sociais burguesas. Em suas intervenções não constam, entretanto, formulações teleológicas, que apontem para além das relações sociais atualmente postas.

5.4.2. A terra e a reprodução das quebradeiras de coco

Pelo menos até a década de 1970, a propriedade da terra não era a principal questão para quem produzia sua vivência através das roças no Estado do Maranhão. Não existindo a propriedade definida, os trabalhadores escolhiam os lugares onde efetuarem suas roças. Iam desmatando e produzindo as roças.

Quanto ao babaçu, a coleta de coco era livre independentemente se as terras eram devolutas ou de propriedade privada definida. Inicialmente os proprietários não se incomodavam com a coleta de coco em suas propriedades. Entretanto, com os incentivos à pecuária foram derrubando muitas palmeiras para a produção de pastagens e limitação do acesso das quebradeiras aos palmeirais.

Com a valorização do babaçu no mercado, os proprietários de terras também passaram a cobrar rendas pelo babaçu coletado nas fazendas e procuraram se estabelecer como intermediários entre os extrativistas e os comerciantes.

Diante disto, uma importante preocupação das quebradeiras foi para com a recuperação do livre acesso aos babaçuais. Desencadearam então pleitos junto aos poderes constituídos reivindicando legislações que impedissem o controle

pelos proprietários das terras em relação aos babaçuais. O argumento foi o de que o babaçu é um produto da natureza e não pertence aos proprietários das terras. Nesta perspectiva já conseguiram aprovar várias leis municipais e lutam para o estabelecimento de legislações estaduais e federais que permitam o acesso livre aos babaçuais e que impeça a sua derrubada sob qualquer pretexto. Conseguiram aprovar leis municipais de proteção aos babaçuais nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis e São Luiz Gonzaga na Região do Médio Mearim no Estado do Maranhão, assim como se encontram em tramitação Decretos-leis nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Com a mobilização em torno da libertação do babaçu perceberam que era insuficiente a proteção das palmeiras. Era necessária a fixação das famílias no campo. Assim, passaram a lutar por assentamentos de Reforma Agrária mesmo porque o extrativismo é secundário no processo de reprodução de trabalhadores do campo. Terra Livre e Babaçu Livre passaram a ser duas importantes frentes de luta das quebradeiras de coco babaçu no contexto da luta por terra e pelo direito de extrativistas da Amazônia Legal como um todo.

5.4.3. A produção e a comercialização

A chamada economia do babaçu sempre foi problemática para a reprodução das quebradeiras de coco, dado o processo de subordinação ao qual permaneciam submetidas. Com a crise desta economia as quebradeiras procuraram redimensionar suas relações de reprodução.

Para se reproduzirem e lutarem por melhorias nas condições de vida, as quebradeiras procuraram antecipar-se aos comerciantes (atravessadores) estabelecendo relações comerciais diretamente com empresas que trabalham com o óleo do babaçu¹³⁹. Outra forma adotada para o enfrentamento das

¹³⁹ São elas: “Oleama, Agisa, Rachid Abdalla, em São Luís, duas usinas de Pinheiro, na baixada maranhense, e outras duas em Codó (FC Oliveira e Nabi Salem), no Vale do Itapecuru. Estas duas últimas empresas adquirem o óleo bruto para revendê-lo posteriormente a empresa Siqueira Gurgel, em Fortaleza (CE), que seria uma espécie de subsidiária da Gessy Lever, do grupo Anglo-Holandês Unilever, que controla mais da metade do mercado nacional de produtos de limpeza” (ALMEIDA, 1995a:199).

adversidades foi a criação de cooperativas¹⁴⁰. Assim, na década de 1990, criaram cooperativas agroextrativistas nas suas áreas de atuação (ver tabela abaixo).

Tabela 9 – Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas no Estado do Maranhão em municípios de atuação organizada das quebradeiras de coco babaçu.

Instituição	Sigla	Município/Sede	Sócios
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco	COPPALJ	Lago do Junco	185
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis	COPPAESP	Esperantinópolis	100
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Luiz Gonzaga	COOPAES	São Luiz Gonzaga	250
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lima Campos	COOPALC	Lima Campos	100
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Viana	COOPPAV	Viana	115

FONTE: ALMEIDA, 1995b:34-35.

As cooperativas articularam inicialmente a criação de cantinas para a compra de amêndoas e o fornecimento de produtos de primeiras necessidades para associados (em condições especiais)¹⁴¹ e para as comunidades dos povoados onde foram instaladas.

Com as cantinas as quebradeiras consideram que aconteceu um duplo ganho, tanto no preço das amêndoas quanto em relação aos preços dos produtos que adquirem. As cantinas compram em maiores quantidades e repassam para associados por preços inferiores aos praticados no mercado local¹⁴².

Para ilustrar a importância das cantinas, informações colhidas junto à COPPALJ¹⁴³ dão conta de que, antes delas, era necessário vender 10 quilos de

¹⁴⁰ Um dos objetivos da criação das cooperativas diz respeito à necessidade identificada de desenvolver o ideal cooperativista no movimento das quebradeiras de coco babaçu.

¹⁴¹ Para os sócios os preços dos produtos das cantinas são menores do que os preços praticados para os demais clientes das cantinas.

¹⁴² A COPPALJ instalou 12, a COPPAESP 4, a COOPALC 5 e a COOPPAV 7 cantinas. As experiências com as cantinas foram as mais diversas. As quebradeiras tiveram vários problemas administrativos e contábeis. No final da década de 1990 a maioria já havia fechada. No caso da COOPPAV, por exemplo, as últimas cantinas foram fechadas em 1999. As cantinas de Lago do Junco são as que se apresentam como exemplo de sucesso porque passaram a amparar o processo produtivo na fábrica de óleo de babaçu.

¹⁴³ Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco, criada em 1991, tem como objetivos: "I – O incentivo, o desenvolvimento de suas atividades econômicas; II – A comercialização em comum da produção; III - O beneficiamento, o armazenamento e industrialização da produção; IV – Garantir os direitos dos associados; V – Racionalizar as

amêndoas para comprar um quilo de arroz. Em 2000 um quilo de arroz custava R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) e um quilo de amêndoas era vendido ao preço de R\$ 0,80 (oitenta centavos), o que quer dizer que com um quilo e meio de amêndoas passaram a adquirir um quilo de arroz. No começo as cantinas da COPPALJ ofereciam cerca de oito produtos. Atualmente elas disponibilizam mais de duzentos produtos.

No processo de organização produtiva a COPPALJ é considerada a experiência mais apresentável. Até 1996 ela enfrentou uma série de problemas com a gestão das cantinas, mas a partir de então acertaram e a situação melhorou. Em 2000 a COPPALJ contava com oito cantinas distribuídas pelos povoados São Miguel, Ludovico, Bertulino, Centrinho do Acrísio, Centro dos Aguiar, Centro do Aparecido, Três Poços e Sítio Novo, nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Além das cantinas a Cooperativa de Lago do Junco montou uma prensa¹⁴⁴ para a produção de óleo de babaçu no município de Lago dos Rodrigues¹⁴⁵. Entre 1996 e 1998 ela recebeu anualmente das cantinas, em média, 271.923 quilos de amêndoas e produziu, também em média, 71.816 quilos de óleo bruto¹⁴⁶. A fábrica de óleo tem capacidade instalada para produzir anualmente até cerca de 140 toneladas de óleo. O óleo é vendido para os Estados Unidos (10%), para a Inglaterra (30%) e o restante (60%) para o mercado local, regional e nacional¹⁴⁷.

Ainda em relação à organização da produção, as quebradeiras do Médio Mearim maranhense formaram grupos de mulheres e estão realizando vários experimentos com a produção de sabonete (23 mulheres, povoado Ludovico), papel reciclado (6 mulheres, município de Lago dos Rodrigues), essências (11 mulheres, povoados São Miguel e Bertulino), compota de frutas (12 mulheres,

atividades agropecuárias e VI – Contribuir para o avanço das lutas populares“ (ESTATUTO DA COPPALJ, fls. 03, apud: LIMA NETO, 2004:38).

¹⁴⁴ Denominação para as pequenas fábricas de óleo bruto de babaçu.

¹⁴⁵ Município desmembrado de Lago do Junco em 1997.

¹⁴⁶ No ano de 1996 a COPPALJ recebeu 257.580 kg de amêndoas e produziu 57.829 kg de óleo bruto, em 1997 recebeu 278.797 kg de amêndoas e produziu 69.331 kg de óleo bruto e no ano de 1998 recebeu 289.334 kg de amêndoas e produziu 88.288 kg de óleo bruto [SILVA In: ALMEIDA, SHIRAIISHI NETO e MESQUITA (orgs), 2000:220].

¹⁴⁷ Os principais compradores nacionais são a AMTR, a fábrica de sabão Princesa de Pedreiras/Ma e a fábrica de sabão Lava Tudo de Bacabal/MA.

povoado Santana, município de São Luiz Gonzaga), farmácia viva (10 mulheres, povoado São João da Mata)¹⁴⁸.

A fabricação de sabonetes é considerada uma das mais bem sucedidas das novas atividades produtivas das quebradeiras de coco babaçu. Em 1997 as quebradeiras exportaram, para os Estados Unidos, 6.700 sabonetes. Em 1999 a produção alcançou a marca de 55.000 unidades. No contexto do marketing dos produtos ditos mais saudáveis, o sabonete de babaçu destaca-se por conter unicamente gorduras vegetais. As essências de ervas naturais, cultivadas em canteiros, são para serem utilizadas nos sabonetes que produzem e para a venda para a indústria de cosméticos.

A produção de papel reciclado bastante incipiente e simbólica. São produzidos cartões, agendas, envelopes, embalagens para presentes, sacolas, bolsas, caixas para embalagens em geral e para os sabonetes. As mulheres reclamam da falta de mercado e de financiamento para ampliação da produção. Segundo elas a venda é feita, em grande medida, para os visitantes de suas experiências.

A produção de compota de frutas é feita a partir da produção de frutos orgânicos consorciados com o babaçu e a agricultura ecológica. Com apoio da ACTION-AID, e da Christian Aid, as mulheres estão experimentando o plantio orgânico de fruteiras (jaca, banana, laranja, maracujá, manga, abacaxi, caju). O processamento consiste em lavar, descascar, cortar, desidratar e acondicionar as frutas em recipientes de vidro para a venda (ASSEMA, 2002:31-32).

Através da farmácia viva¹⁴⁹ elas procuram resgatar os saberes dos chamados “conhecimentos tradicionais”. A luta, neste aspecto, é pelo reconhecimento do direito de uso pelas populações tradicionais de seus conhecimentos acumulados secularmente e contra o patenteamento e a biopirataria praticada por empresas da indústria farmacêutica. Como observou Almeida (snt:02):

¹⁴⁸ Existe ainda um grupo de estudos formado por 30 mulheres.

¹⁴⁹ Denominação para os canteiros onde as mulheres cultivam as plantas medicinais. Elas contam com apoio técnico em agronomia e de médicos. Para trabalharem com o cultivo as mulheres passaram por treinamentos específicos.

A questão do direito de patente institui, enquanto prerrogativa para regular relações, um campo de confrontos sucessivos. Reivindicar o direito intelectual é uma forma de luta, é uma forma de contrapor conhecimentos, tornando-se essencial para as alternativas de desenvolvimento autônomo. Basta dizer que as bases empíricas dos procedimentos elaborados em laboratórios e demais empresas refletem as informações detidas pelos nativos. Afinal, em muitos casos, o que os laboratórios acabam fazendo se resume em agregar componentes tecnológicos à fórmula criada pelos índios e pelas “populações tradicionais”¹⁵⁰.

A produção do agroextrativismo, que leva o nome de “Babaçu Livre”, é comercializada principalmente na Embaixada Babaçu Livre, em São Luís. A comercialização também é feita com as agências e empresas solidárias do Brasil e do exterior. Os produtos da linha Babaçu Livre são: compotas Frutos da Terra, carvão vegetal Cocal, sabonete Babaçu Livre, farinha de babaçu Bio Nutri, frutas desidratadas, óleo de babaçu, papéis reciclados com fibras vegetais e tintura natural, torta de babaçu, feijão, milho e arroz orgânicos e amêndoa de babaçu (ASSEMA, 2004).

Com os exemplos no trabalho e no estudo¹⁵¹, as quebradeiras pretendem desenvolver atividades produtivas e a consciência para reforçar e ampliar a mobilização e para chamar a atenção sobre sua importância social. Os esforços têm por objetivo demonstrar a diversidade do uso do babaçu, justificar a necessidade de preservação das palmeiras e do meio ambiente, do agroextrativismo e a viabilidade de reprodução de trabalhadores no campo.

Outra tentativa de fazer-se singular, no Estado do Maranhão, tem sido os empreendimentos agroecológicos. Assim, a agroecologia aparece como meio de recuperação do que fora devastado pelo processo de produção em larga escala, da grande agricultura moderna que explora o meio ambiente sem nenhum processo de manejo com as florestas. Diante disso propõem a cultura de produtos

¹⁵⁰ A título de exemplo Almeida acrescentou que: “De outra parte, há laboratórios farmacêuticos que chegaram a adquirir imóveis rurais para compor suas próprias fazendas com espécies cultivadas. Depois de décadas nas florestas ombrófilas da Pré-Amazônia, adquirindo produtos extraídos pelos povos indígenas (Guajajaras) e grupos camponeses a Merck adquiriu a Fazenda Chapada, em Barra do Corda (MA) e implantou uma grande plantação de jaborandi do qual obtém pilocarpina. Esse laboratório farmacêutico obtém também a rutina a partir da fava d’anta” (Id. Ibid).

¹⁵¹ Em relação ao estudo, filhos de trabalhadores rurais estudam na Escola Família procurando formar técnicos especializados comprometidos com a reprodução da ideologia e da prática conservadora de sua forma de pensar e de se reproduzir.

alimentares e frutos partindo da recusa em derrubar e queimar as árvores, em particular procuram não devastar os babaçuais.

O modelo agroecológico proposto apresenta-se como um grande desafio. Por um lado, questionam a grande agricultura que, para sua realização, limpa completamente a área a ser cultivada e, através do uso de agrotóxicos, extermina a vegetação encontrada/nativa. Por outro lado, questionam a chamada produção de subsistência que ao realizar as queimadas também devastam o ambiente e empobrecem o solo com suas práticas rudimentares. Neste contexto o sistema de roça orgânica procura apresentar-se como alternativa de desenvolvimento sustentável.

Como no sistema tradicional, a roça crua¹⁵² também começa com o broque, que consiste na derrubada de matos, cipós e arbustos, preservando os babaçuais. O material é enfileirado ao longo do terreno para que possa servir como adubo orgânico e para evitar a perda de nutrientes. Entre as fileiras faz-se o plantio de leguminosas e frutos. A etapa seguinte da roça crua é a capina. Esta atividade demanda muito tempo de trabalho para a sua realização. O adubo de esterco de animais, por exemplo, contém sementes que germinam muito facilmente. Depois da capina tem-se a colheita que geralmente ocupa todos os membros da família. Segundo os envolvidos com a atividade, a vantagem, os resultados positivos da roça orgânica são vistos depois de cerca de três anos; ao contrário da roça tradicional, a cada ano que passa o solo fica ainda mais fértil.



Ilustração 8 – Comparativo entre a roça no toco/tradicional (esquerda) e a roça crua/roça orgânica (direita).

¹⁵² “O termo roça crua consiste em um tipo de agricultura que surge a partir da crítica feita à agricultura do tipo convencional ou moderna praticada com o uso da mecanização, insumos químicos, consumo de matérias-primas não renováveis elementos assimilados pelo modo de produção capitalista” (ALMEIDA, 1999:65, apud ASSEMA, 2002:22).

FONTE: Fotos ASSEMA e José Costa Ayres Júnior (2004).

Vale ressaltar que este sistema proposto tem encontrado resistência por parte de muitos trabalhadores rurais. É de difícil aceitação a troca da roça no toco por um sistema menos prático. Aqui se observa uma falta de sintonia entre a proposta de técnicos e a implementação por parte dos trabalhadores do campo acostumados com o encoivramento para a limpeza da área a ser cultivada e com o deslocamento de um lugar para outro na produção das roças.



Ilustração 9 – Roça orgânica da COPPALJ

FONTE: Foto José Costa Ayres Júnior (2005).

Segundo os técnicos, a vantagem da roça crua está em que permite a utilização de uma pequena parcela de terra e renová-la à medida que o cultivo vai sendo efetivado. Cada vez mais o solo se torna rico em nutrientes.

Entretanto, sendo um trabalho tão árduo que envolve toda a família por quase todo o decorrer do processo produtivo, explica-se o fato de muitos resistirem à implantação da chamada roça crua.

Por tratar-se de uma época onde as tentativas de reprodução chamadas alternativas não conseguem apresentar resultados senão num curto prazo¹⁵³, muitas pessoas agrupadas em torno de tais alternativas abandonam os projetos. O fato é que o pressuposto do nosso tempo é o de que as formas atuais não dão conta da produção da vida dos homens em condições adequadas, isto é, próximas as possibilitadas pela média humana e social no nosso tempo. Não obstante, as formas alternativas também não podem reconstituir caminhos

¹⁵³ Enquanto se mantiverem os estímulos financeiros das agências de financiamentos e de apoio técnico.

historicamente já percorridos e superados pelas relações sociais burguesas. As cooperativas formadas por grupos “*excluídos*” apresentam-nos uma boa crítica material. O exemplo das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão é apenas mais uma tentativa inglória. Não se sabe qual o caminho a ser trilhado, mas sabe-se que não é, certamente, este o caminho da emancipação humana.

Ainda assim, na medida em que vão conseguindo resultados concretos as quebradeiras animam-se para continuarem suas ações no âmbito da produção, da comercialização e de mobilização social. Elas encampam o discurso da produção com preservação do meio ambiente e da comercialização através das chamadas redes de comercialização solidárias. Aliás, o solidarismo tem sido a busca de alternativa de reprodução para muitos agrupamentos sociais sufocados pelas dificuldades impostas pelas mediações do capital¹⁵⁴.

As redes de comercialização solidárias partem do pressuposto de que o grande problema de exclusão e de submissão de pequenos produtores está nas transferências de valores que proporcionam aos atravessadores no processo de comercialização, assim como pelas trocas desiguais que realizam com os demais setores da economia. Não vêem que, na verdade, o problema está na impossibilidade dos valores individuais serem reconhecidos (realizados) como valor social. O pequeno capital produz valores individuais acima do valor médio social e apropria um valor abaixo do valor individualmente produzido. No mercado efetiva-se a transferência de valores dos capitais de composições orgânicas inferiores para os capitais de composições orgânicas superiores. A tendência, portanto, é a de que os pequenos sejam eliminados pelos grandes, ocorrendo a concentração e a centralização do capital. Este processo cria uma constante tensão social para a manutenção das relações sociais mediadas pelo capital na medida em que:

¹⁵⁴ Segundo Ávila S.I (1963:12) “O Solidarismo não se constitui de negações de anátemas. Sua essência não é ser anticapitalista ou anticomunista. Tem uma consistência própria, uma mensagem própria. Ele é personalista e comunitário. Nesta sua mensagem reside a força de sua dinâmica e esta é capaz de transformá-la em movimento. Existem múltiplas forças solidaristas em marcha. Muitos movimentos que se encaminham obscuramente para um ideal solidarista. Não é só tarefa de solidarismo tanto criar um movimento novo, quanto enfeixar, dar conteúdo e objetivo às forças solidaristas atuantes que se desconhece. Vale ressaltar que o solidarismo são ideais democráticos e cristãos”.

O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A concentração dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu incólume capitalista. Ele é arrebatado. Soa o bom final da propriedade privada capitalista. Os expropriados são expropriados (MARX, 1984:294).

Isto é uma imanência do processo histórico e social do fazer-se social e humano. Dessa maneira, o solidarismo apresenta-se como uma limitação, enquanto crítica fundamental da necessidade de superação das relações sociais burguesas. Não basta um simples rearranjo através de formas afins de tentativas de inclusões sociais. É necessário romper com os elementos do processo de reprodução da vida sob a mediação do capital.

Quando apresentam alguns resultados seja no campo da produção ou da mobilização as quebradeiras acreditam estar afirmando sua identidade e expressando o orgulho das mulheres enquanto quebradeiras de coco babaçu. Assumem que a identidade de quebradeira de coco babaçu contribui para a formação de uma consciência. Elas falam, em suma, de um papel de fibra e resistência afirmando que:

Esta é a história de uma gente de fibra que vem construindo um novo modo de vida, em que os seres humanos e a natureza são fundamentais para a idéia de desenvolvimento.

Essa gente de coragem sempre viveu da agricultura e do extrativismo – por isso se autodenomina: agroextrativista.

Nos anos 80, enfrentou intensos conflitos agrários, tendo que disputar suas terras com grupos de fazendeiros que investiram na pecuária.

Conquistada a terra, o investimento voltou-se para a melhoria das condições de trabalho e de vida e para a defesa do meio-ambiente através da preservação dos babaçuais.

Por iniciativa de lideranças sindicais dos municípios maranhenses Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga e Lago do Junco foi criada a Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA. Venha conhecê-la. (ASSEMA, s/d).

Pelo que apresentamos na nossa formulação teórica, a dificuldade de adesão aos métodos da roça crua explica-se quando vemos que as forças produtivas do trabalho social mostram-nos que o processo histórico do fazer-se

humano tem sido o caminho da diminuição do trabalho para a produção da existência. Frente a isto é que a proposta de voltar ao trabalho manufatureiro e à ocupação da maior parte do tempo com ele não é mais fator de produção da existência de homens em processo de humanização. O senso comum já tem esta crítica posta como pressuposto histórico.

As mediações para a realização de seus projetos são quem as explicitam como cota parte do ser social. Através das mediações as quebradeiras desenvolvem sua consciência de mundo, como parte de um processo social em degeneração e buscando compor outras relações para além das mediações burguesas, independente de suas vontades.

Não nos é surpreendente que os projetos das quebradeiras de coco babaçu não consigam efetivar melhorias nas suas condições de vida nem que eles “*dêem com os burros n’água*”. Restará a conscientização como produto da base material de ter experimentado. Como observou Aued (2002b), os caminhos fazem-se nos descaminhos.

Aued (2004:10) observou que a:

[...] efetivação unitária das condições dadas é o que conecta o espaço e o tempo, constituindo, assim, a totalidade e a universalidade sociais. O espaço enquanto totalidade e a universalidade enquanto tempo, são, pois, expressões da atividade da geração vivente.

5.4.4. Alcances e limites da luta das quebradeiras de coco babaçu

Os avanços e as limitações da mobilização das quebradeiras de coco babaçu são produtos da materialidade universalizada das relações sociais burguesas e de suas respectivas contradições. Do ponto de vista da produção da vida a limitação está em que o babaçu e seus derivados não dão conta de produzir a existência das famílias de trabalhadores do campo e menos ainda de humanizá-las. Elas se contrapõem aos grandes empreendimentos como a pecuária, a extração de madeiras, a sojicultura, a plantação de eucalipto e outros empreendimentos que impõem a derrubada das palmeiras.

A mobilização das quebradeiras de coco babaçu encontra outras mobilizações com as quais se identificam por terem algo em comum. Em primeiro lugar, estabelecem relações com outros agroextrativistas como castanheiros, seringueiros e ribeirinhos da Amazônia brasileira e com cocaleiros da Colômbia, da Bolívia e do Peru. Juntos os movimentos procuram alternativas entendendo que seus problemas decorrem da globalização recente e das políticas neoliberais do capital.

O ponto de convergência está na crítica ao modelo destrutivo empreendido pelo capital, frente ao que se juntam em torno da defesa de um modelo sustentável para a natureza e para os homens. Assim juntam-se para a construção de um modelo agroecológico solidarizando-se em torno da produção orgânica sem, no entanto, falarem na superação das mediações do capital.

Para Almeida (snt:05):

De maneira resumida, pode-se dizer que esta forma de pensar a Amazônia abre uma nova possibilidade que transcende àquela idéia de imaginar esses sujeitos da ação ambiental como guardiões da floresta simplesmente. Eles são mais do que guardiões ao acumular um capital de conhecimentos localizados (uso centenário, manejo em contínua transformação, processamento) e ao dispor de quadros técnicos (organizações não governamentais, universidades) como assessores permanentes produzindo um conhecimento cumulativo.

Para Alfredo Wagner e seus colaboradores, a elevação dos preços das *commodities* tem provocado o aumento da devastação da chamada “região ecológica dos babaçuais”. Almeida et. al. (2005:34-35) consideram ser possível combater a pobreza através de políticas sociais voltadas para o trabalho da agricultura familiar. Enxergam a agricultura familiar como meio de desenvolvimento sustentável.

Nos dez anos de mobilização enquanto movimento interestadual, as quebradeiras de coco babaçu fizeram várias experimentações acreditando sempre na possibilidade de melhorarem suas condições de vida. Em nível de suas compreensões foram várias as conquistas. A principal delas foi o despertar para a consciência de seu papel, da afirmação de sua identidade e do orgulho de serem quebradeiras de coco babaçu.

A mobilização das quebradeiras de coco trouxe à tona dois interesses contrários: de um lado, agroextrativistas (quebradeiras de coco babaçu, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quilombolas, pescadores) de outro lado, os grandes empreendimentos (pecuaristas, mineradores, madeireiros, sucroalcooleiros, indústria de papel e celulose, siderurgias, produtores de grãos).

No Estado do Maranhão cada “Região ecológica de babaçuais” apresenta seus problemas singulares. Na região de Imperatriz as quebradeiras se defrontam com pecuaristas, indústria de papel e celulose (CELMAR) e siderurgias. A luta delas é pela demarcação das reservas extrativistas (Mata Grande e Ciriaco) para que as siderurgias não comprem e queimem o coco inteiro e para que os pecuaristas não devastem os babaçuais. Na região do Médio Mearim a reclamação é para com a COSIMA (Companhia Siderúrgica do Maranhão), localizada em Pindaré-Mirim e Santa Inês que também compram coco inteiro para queimar, da continuidade da sujeição das quebradeiras em relação aos proprietários de terras e da devastação em fiscalização por parte do IBAMA. Na Região da Baixada Ocidental Maranhense, elas reclamam do envenenamento das pindovas, da derrubada das palmeiras e da criação predatória de búfalos nos campos inundáveis da baixada. Nesta última região reclama da falta de definição em relação à regularização das terras, conforme a Constituição de 1988, pertencentes legitimamente aos remanescentes de quilombos.

Para melhor compreender sobre a reprodução das quebradeiras de coco babaçu é importante reconstituir os nexos, as mediações, as relações de produção de suas existências como seres humanos universais. Elas são a explicitação da impossibilidade de trabalhadores se reproduzirem como assalariadas ou como trabalhadoras autônomas. Pois, a produção da existência é um ato puramente social independente de que a aparência seja da afirmação de grupos locais em qualquer que seja a territorialidade. Estamos todos ligados pelos fios invisíveis da produção de mais-valia, da produção de homens burgueses e da produção de elementos da superação destas mesmas relações.

Quando reconstituímos os nexos da produção da vida incluindo as quebradeiras de coco babaçu num processo social material mais geral, do trabalhador coletivo engendrado na manufatura e o potencializado na grande

indústria moderna, vemos que são expressões singulares de seres que não conseguem sua reprodução pela mediação do salário. Por outro lado, não podem constituir novas relações para além das relações sociais burguesas. Elas são cota parte de um trabalhador coletivo que, como mostrou Aued (2004:67):

Não é resultado de um encontro eventual, esporádico, dos trabalhadores individuais e independentes, como ocorria nos modos de produção pré-capitalistas. Agora, a união dos homens para produzirem sua existência é uma característica universal e decorre da base material do processo de trabalho legado pelas gerações pretéritas para a geração vivente.

As quebradeiras, na sua atividade de quebrar o coquilho, para extrair as amêndoas, utilizam as mãos de uma forma muito rudimentar e arriscada. Parece uma atividade medíocre do período manufatureiro. As atividades em si, do processo de transformação do coco babaçu, são limitadas por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, por se tratar de uma vegetação natural, a oferta de matéria-prima tem seu teto máximo. Não existe interesse comercial que incentive ao plantio de melhoramento do babaçu. Em segundo lugar, a transformação na quebra do coco tem na manufatura a sua trava. Até hoje, não se conseguiu desenvolver uma técnica moderna de quebra do coco com aproveitamento total da amêndoa. Não se conseguiu um sistema de ferramentas combinadas para realizar a quebra do coco babaçu.

Por este aspecto, a produção da existência na condição de quebradeira apresenta-se como limitação. Obedecer ao curso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é uma determinação histórica e não da vontade dos homens.

[...] os elementos de trabalho, diferentemente do trabalho do artesão, só podem ser operados socialmente, em cooperação entre os homens, mas independentemente de sua vontade, desejo e paixão, pois o que os une é a base material por eles produzida, isto é, meios de produção que, de ferramenta especializada, se transforma em complexo de ferramentas combinadas, a máquina (AUED, 2005a:07).

A superação da condição de desumanização no trabalho foi exatamente a crítica material da formação do ser social que marcou a transição da manufatura para a grande indústria moderna. Não há como produzir a existência de homens emancipados retornando ao trabalho das mãos. Não tem mais como retornar ao

tempo das bestas de carga como dito por Marx, para quem o homem que ocupa todo o seu tempo trabalhando para produzir a sua vivência, não passar da condição de besta de carga, animal de trabalho.

Uma coisa é os homens emancipados do reino da necessidade escolher quebrar coco babaçu, fazer uma roça orgânica, etc., ocupando humanamente o seu tempo e outra, bem distinta, é ter que realizar a tarefa como condição *sine que non* para a produção da sobrevivência. O homem que produz uma roça orgânica como homem é semelhante ao que desenha um belo quadro da natureza contemplada humanamente. Não nos parece ser esta a proposta da ASSEMA ao estimular o trabalho das quebradeiras de coco babaçu.

Tendo-se como base a dificuldade, quase impossibilidade, de reprodução pelos métodos burgueses, aqui especificamente da relação trabalho-salário, outros meios se impõem como desafios para a uma imensa maioria. Tendo o declínio do trabalho assalariado, esta dificuldade se reflete na forma tradicional de mobilização da classe operária que são os sindicatos com suas respectivas reivindicações. Em não sendo o sindicato o espaço de luta, assume o seu lugar os movimentos sociais que se organizam em várias formas e com os mais diversos propósitos. Surgem movimentos e mobilizações multifacetadas e com suas razões.

O desafio foi muito grande, porque a gente não tinha para onde ir. Tinha que permanecer lá, de qualquer forma. A cidade estava inchada. Então, era permanecer no campo, lutar ou morrer. O que a gente enfrentou para permanecer onde estamos hoje foi uma coisa bárbara. Mas, graças a Deus, a gente se uniu e valorizou o que nós tínhamos aqui, que é o nosso babaçu, pois, não tinha mais terra para se produzir arroz, feijão. O que se produzia, só dava para comer verde. O complemento era o babaçu (Diocina Lopes dos Santos) (In: Equidade, 2004:160).

Diante da impossibilidade de voltar às formas pretéritas de produção da existência e da dificuldade de superação das mediações do capital, as políticas públicas, as ajudas, as parcerias apresentam-se como formas possíveis de se reproduzirem. Assim sendo, a reprodução das quebradeiras de coco babaçu deixa de ser uma questão delas, de suas vontades e passa a ser um problema social e humano. Elas são, pois, células do ser social universalizado.

Ao lutarem por políticas públicas, por igualdade de gênero, pela preservação do meio ambiente, pela agroecologia, determinadas por uma singular materialidade escancaram a necessidade de se engendrar outras mediações. Neste sentido, tentam engendrar formas possíveis de reprodução nas relações solidárias, no acesso aos fundos públicos, no agroextrativismo, na agroecologia, no que possam indicar as assessorias, enfim, engendrar relações possíveis de mantê-las como seres humanos, em processo de humanização. Escancaram a necessidade de engendramento de novas relações possíveis de vida para além da mediação do capital, embora, no momento, a base material mostra que ainda não é possível uma ruptura como tais mediações. Apresentam esta necessidade para além de suas próprias consciências, de seus seres sensíveis.

Para além das afirmações da produção de uma consciência, de uma identidade, de um orgulho, o que explica o movimento das quebradeiras de coco babaçu são as mediações das quais elas participam. Não é certamente como quebradeiras de coco que elas devem ser entendidas. Elas são, a exemplo de outros movimentos com os quais constroem uma união, exemplares do regurgitamento de trabalhadores das necessidades de reprodução do capital. Neste sentido, a virtuosidade está na união consciente delas como cota parte do ser social universalizado, em processo de degeneração e prenhe de elementos da possibilidade de emancipação humana posta pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Conforme observou Marx, entretanto, valem lembrar que:

[...] Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto se situam nos inícios da luta, eles vêm na miséria somente a miséria, sem observarem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desta observação, a ciência produzida pelo movimento histórico, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária (MARX, 1986a:119).

Ou, ainda, na carta de Marx a J. B. Schweitzer, datada de 24 de janeiro de 1865, para demonstrar a insuficiência das formulações de Proudhon tanto em relação à economia política quanto ao socialismo disse que: *“Dos economistas, ele toma a necessidade de relações eternas; dos socialistas, a ilusão de ver na*

miséria apenas a miséria (ao invés de ver nela o lado revolucionário, destrutivo, que há de acabar com a velha sociedade)” (In: MARX, 1986a:221).

Grade (2006) ao se referir à experiência da AGRECO, em Santa Catarina,

Ela materializa um avanço mais ainda se assenta na união simples dos homens, na união das mãos, dos braços, dos pés, e da cabeça humanos e não em sua união já materializada em meios de produção e as forças produtivas mais avançadas na objetivação humana.

O MIQCB apresenta uma crítica à apropriação privada de recursos naturais no exemplo da defesa do “Babaçu Livre”¹⁵⁵? Se ampliarmos seus argumentos temos uma crítica à apropriação privada de todos os recursos naturais e do produto do trabalho social?

Entretanto, mesmo não sendo novidade nem teórica nem política, ao defenderem a liberdade de acesso ao babaçu estão apresentando elementos para o questionamento da apropriação privada de bens comuns e uma forma latente de questionar a apropriação privada de produtos resultantes do trabalho social (trabalho de todos).

Em síntese, a virtuosidade da organização e mobilização das quebradeiras de coco babaçu está na explicitação da dificuldade cada vez maior de grupos humanos reproduzirem-se pelas mediações do capital, na explicitação de sua desnecessidade para a produção da riqueza social. Evidencia-se a impossibilidade de reprodução de formas isoladas e de retorno a formas pretéritas. Entretanto, evidencia-se que mesmo na luta pela reprodução indica-se que a união é um possível caminho e que a superação da forma de reprodução atualmente posta, tem as forças produtivas do trabalho social no seu nível mais desenvolvido como pressuposto.

¹⁵⁵ Nas palavras de Almeida (1995b:12-13) “a expressão ‘babaçu livre’ tomada bandeira de luta do movimento das quebradeiras, compreende a garantia do pleno acesso das trabalhadoras extrativistas aos babaçuais, sem qualquer interdições” **Separa a propriedade do imóvel rural do uso da floresta nele incidente.** Ao fazê-lo preconiza que os babaçuais seriam de uso comum e aberto, mesmo quando ocorrem em áreas privadas ou em extensões tituladas. Neste sentido é que os babaçuais podem ser direta e livremente explorados com ou sem consentimento de terceiros. O significado de ‘babaçu livre’ abarca ainda o conjunto de procedimentos rotineiros, característicos da vida cotidiana, que asseguram tal disposição vivida como consuetudinária”.

Segundo Marx:

Apenas na medida em que é personificado, tem o capitalista valor histórico e aquele direito histórico à existência que, como diz o espirituoso Lichnowski, nenhuma data tem. Somente nesta medida sua própria necessidade transitória está embutida na necessidade transitória do modo de produção capitalista. Mas, nessa medida, também não é o valor de uso a satisfação, mas o valor de troca e sua multiplicação o móvel da ação. Como fanático da valorização do calor, ele força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção e, portanto, a um desenvolvimento das forças produtivas sociais e à criação de condições materiais de produção, que são as únicas que podem constituir a base real de uma forma de sociedade mais elevada, cujo princípio básico é o desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo (MARX, 1984:172).

O futuro é incerto e o presente as incomoda a ponto de que procuram no passado alternativas para produzir suas vivências. Porém, cada vez mais se explicita a consciência de que estão empreendendo a sua autodestruição e que dela germinará novas relações para além de suas vontades. É o novo germinando das entranhas do velho, a história fazendo-se na produção material degenerativa da existência.

Enfim, o processo indica, contraditoriamente, uma profunda transformação nas formas de existências que incluem a superação da condição de quebradeira de coco, de trabalhadoras rurais e de trabalhadoras em geral e, em seu lugar, desenvolvem-se relações humanizadas de produção de seres humanizados, num momento de aguda transitoriedade.

5.5. Ser social e consciência ou o espaço transitório das quebradeiras de coco babaçu

Para Marx e Engels (1987:35):

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que, como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção.

Nesta perspectiva, procura-se apontar elementos do fazer-se consciência, portanto, da organização das quebradeiras de coco babaçu em movimento a partir das condições materialmente postas. Para tanto, serão tomadas como pano de fundo as informações fornecidas pelas entrevistas realizadas com quebradeiras de coco em geral, com lideranças, com técnicos(as) e assessores. O objetivo é o de fazer aqui a síntese da explicitação da mobilização das quebradeiras de coco babaçu como elemento do espaço transitório.

Neste processo, um marco importante foi a década de 1980 particularmente no segundo semestre de 1987 os episódios acontecidos no povoado São José, no município de Lago do Junco, na região do Médio Mearim maranhense. Segundo relato de Maria Adelina (D. Dada) muitas famílias de trabalhadores residentes na região do Médio Mearim, que habitavam a região desde a década de 1950 trabalhavam na terra sem se preocupar com a questão da propriedade. O que lhes interessa era o uso para produzirem suas existências. Entretanto, depois que a região passou a ser objeto de projetos de pecuária extensiva, a tranqüilidade de trabalhadores rurais foi sendo afetada. Os pecuaristas apareciam com papéis ou simplesmente reivindicam a propriedade e tentavam ou sujeitar ou expulsar quem se encontrava na terra. Este processo se tornou fonte de tensões e conflitos. Segundo a entrevistada, os pretensos donos das terras contratavam pistoleiros e jagunços para intimidar as famílias até que a situação se tornou insuportável. Como consequência, num conflito ocorrido no dia 10 de outubro de 1987, a morte de três pistoleiros acabou acelerando a desapropriação de terras na região em favor de trabalhadores rurais. Para tanto contaram com apoio da SMDDH¹⁵⁶, da Cáritas, da CPT e da diocese de Bacabal.

Segundo Maria Adelina:

Com o conflito de São José eu renasci. Na verdade achava que meu mundo era casa e o mato onde eu quebrava coco e uma vez no ano ia dançar nas festas. E aí eu não via este outro mundo lá fora. Mais tinha uma coisa que eu acho que era muito positivo. Eu acho que a gente era mais feliz (risos). Que não tinha essa preocupação. Sabe! De a gente querer mudar uma coisa que está enraizada. Sabe! Essa conjuntura maldita que nos atrapalha tanto. Na época, a gente sofria os reflexos mais achava que era normal. Como não tinha conhecimento nenhum,

¹⁵⁶ Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos.

era aquele contentamento. Em vez de fazer as voltas que o rio faz, a agente ia pelo caminho mais perto. Então, é fácil trabalhar e o que devia ser o nosso lucro a gente passava para o fazendeiro e depois ... Aí nem lucro porque tinha muita gente que em setembro já não tinha arroz, ia comer emprestado daquele que tinha pago a renda. Mais para nós aquilo era normal. Vendia arroz na palha para se remediar. Eu não sei se a gente era feliz ou se era louco. Eu acho que tem uma mistura de coisas que eu acho que só a Antropologia vai descobrir essas características do que na verdade a gente pensava (Entrevista, D. Dada, 2004).

ao que acrescentou:

Louco ou era feliz eu não sei. Eu acho que nós éramos ignorantes, sem conhecimento nenhum e hoje eu acho que sou feliz. Eu acho que a solução desse país é a Reforma Agrária pras pessoas que realmente quer trabalhar. Hoje eu posso dizer que sou milionária ...

Este é um importante marco porque a partir de quando aconteceu a mobilização e ampliação da luta das quebradeiras de coco babaçu via questionamento dos vários processos e mecanismo de opressão aos quais estavam submetidas. Dentre elas destacam-se a submissão histórica das mulheres ao sistema patriarcal, ao machismo; a subordinação aos comerciantes ou atravessadores que pagavam irrisoriamente pelo babaçu produzido arduamente pelas quebradeiras; o sistema de subordinação e humilhações impostas pelos proprietários de terras responsáveis pelo chamado “babaçu preso” relacionado ao desenvolvimento da pecuária a partir da década de 1970. A materialidade de suas existências se faz em consciência.

Para as quebradeiras de coco babaçu, a união se tornou o meio de descobrir-se como ser social, do fazer-se consciência de suas necessidades coletivas, dos seus direitos a partir do que produzem e do quê representam, dos meios de se reproduzirem e de melhorarem suas condições de vida, em suma, do fazer-se em identidade e mobilização. Não obstante, a união a partir de reuniões para enfrentamento de problemas imediatos como se fez a partir das reuniões que realizavam aos sábados para discutirem problemas imediatos e ajudarem aos mais necessitados das comunidades

O ouro

Teve o ouro esse dia de pureza.
Antes de mergulhar de novo sua estrutura
na suja saída que o aguarda,
recém-chegado, recém-desprendido
da solene estátua da terra,
foi depurado pelo fogo, envolto
pelo suor e as mãos do homem.

Lá se despediu o povo do ouro.
E era terrestre o seu contacto, puro
como a matriz cinzenta da esmeralda.
Igual era a mão suarenta
que recolheu o lingote emaranhado
ao cepo de terra reduzida
pela infinita dimensão do tempo,
à cor terrenal das sementes,
ao solo poderoso dos segredos,
à terra que lavra os racimos.

Terras do ouro sem manchar, humanos
materiais, metal imaculado
do povo, virginais minerações,
que se tocam sem se verem na implacável
encruzilhada de seus caminhos:
o homem continuará mordendo o pó,
continuará sendo terra pedregosa,
e o ouro subirá sobre seu sangue
até ferir e reinar sobre o ferido¹⁵⁷.

¹⁵⁷ NERUDA, 1980:322-323.

6. O FAZER-SE MST FRENTE ÀS RELAÇÕES BURGUESAS DE PRODUÇÃO DA VIDA

Diferentemente do movimento das quebradeiras de coco babaçu, no MST existe intencionalidade de superação das mediações burguesas na produção da vida através da construção de novas relações sociais e humanas¹⁵⁸. Outra importante diferença é que as quebradeiras de coco babaçu podem conviver com a propriedade privada da terra sob controle de grandes proprietários à medida que lutam pelo babaçu livre. Mas, para o MST, a relação com a terra tem como precondição a desapropriação por interesse social, isto é, a efetivação da Reforma Agrária¹⁵⁹.

Para nós, exemplo do que disse Aued (2004:230) o MST “*é fundamento e expressão de uma forma de movimento social, simultaneamente singular e universal*”. Tomamos como referência o Estado do Maranhão, porém as reflexões não se restringem ao que acontece no território maranhense, pois o MST atua com um conjunto de diretrizes construídas em nível nacional.

Como para Aued [In: AUED e PAULILO (orgs), 2004:254-255] parte-se da compreensão de que:

O movimento analisado não se explica por si mesmo. As diversas conexões sociais que dão origem ao MST e que o sustentam, na atualidade, expressam, a generalidade, embora ele contenha especificidades. Eles revelam a impossibilidade engendrada já no século XIX, dos indivíduos se perpetuarem pelo trabalho. Isso se evidencia no movimento migratório internacional, no passado, mas igualmente no presente. Os excedentes humanos, nada mais são do que pessoas liberadas dessas relações sociais sem, ainda, terem conseguido se organizar sob novas formas de vida humana. Eles estão presos aos grilhões que os acorrentam a um mundo que nega e que ao mesmo tempo afirma o trabalho. Esse excedente humano, formado pelos degradados, obriga-os a sobreviverem nas entranhas de uma condição social que se esvai. Por isso, há genocídio tanto na cidade, como no campo.

¹⁵⁸ Na Cartilha “Construindo o Caminho”, publicada em 1986, consta o seguinte: “Prendemos tornar o Brasil livre da exploração interna e da dominação externa e organizar uma sociedade sem exploradores e explorados, com a participação de todos os trabalhadores, rumo à construção do socialismo” (MST, 1986:11).

¹⁵⁹ Como aparece no Estatuto da Terra de 1964.

Este, portanto, é um resultado histórico importante para a compreensão da organização do MST seja para a sua reprodução, pelas mediações postas, ou para tentar superá-las.

Procurar entender o MST nos remete também à questão das lutas no campo, em particular, às dificuldades de efetivação da Reforma Agrária como tem ocorrido periodicamente na história do Brasil. Sua existência pode ser considerada uma síntese histórica da luta pela terra, especialmente num tempo em que a Reforma Agrária não parece ser mais importante, quiçá necessária para a produção da existência humana¹⁶⁰. Neste particular, é importante lembrar Marx, quando estudou as revoluções na França de 1848 e se referindo a Hegel, disse:

[...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si mesmo e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem

¹⁶⁰ Sobre isto importa lembrar Marx e Engels (1974a, v. I:49-50) quando disseram que: “Não é a Crítica mas sim a revolução que constitui a força motriz da história, da religião, da filosofia ou de qualquer outro tipo de teorias. Esta concepção mostra que o objectivo da história não consiste em resolver-se em <Consciência de si> enquanto <Espírito do espírito>, mas que se encontrem dados em cada estágio um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são, por um lado, modificada pela nova geração mas que, por outro lado, lhe ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um carácter específico, por conseqüência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. Esta soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados já existentes é a base concreta daquilo que os filósofos consideram como <substância> e <essência do homem>, daquilo que aprovaram e daquilo que combateram, base concreta cujos efeitos e cuja influência sobre o desenvolvimento dos homens não são de forma alguma afectadas pelo facto de os filósofos se revoltarem contra a <Consciência de si> e de <Únicos>. São igualmente essas condições de vida, que cada geração encontra já elaboradas que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe, os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro, a constituição de uma massa revolucionária que faça a revolução não apenas contra as condições particulares da sociedade passada, mas ainda contra a própria <produção da vida> anterior, contra o <conjunto da actividade> que é o seu fundamento, se estas condições não existem, é perfeitamente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a *Idéia* desta revolução já tenha sido expressa mil vezes... como o prova a história do comunismo”.

emprestada [...] (MARX, 1997:21)¹⁶¹.

Assim são os paradoxos e as contradições encontradas na mobilização de trabalhadores rurais sem-terra que fazem o MST. Em face à crise da realidade em que atuam, ora recorrem ao passado como na busca de fazer-se agricultor familiar/camponês, ora tentam romper com as mediações do capital para a produção de sua existência. Isto é possível de ser apreendido observando os alcances, os dilemas e as limitações do fazer-se MST, na luta onde tentam produzir sua existência social e humana de maneira diferente.

6.1. A questão agrária no Brasil: ou a natureza histórica do MST

No Brasil o ordenamento político-jurídico-institucional da propriedade e uso da terra tem uma estreita relação com o processo de acumulação mundial do capital. Ele representa uma relação singular não estática, mas histórica, de participação na divisão internacional do trabalho.

A preservação da grande propriedade (latifúndio) no Brasil, em geral e particularmente no Maranhão, lembra o que Marx observou sobre o latifundismo na Irlanda em relação à Inglaterra no século XIX. Para Marx:

Se a Inglaterra é o baluarte do latifundismo e do capitalismo, a Irlanda é o único ponto em que pode ser aplicado o grande golpe contra a Inglaterra oficial.

Em primeiro lugar, a Irlanda é o baluarte do latifundismo inglês. Se este cai na Irlanda, cairá na Inglaterra. Na Irlanda a operação é cem vezes mais fácil porque lá a luta econômica está concentrada exclusivamente contra a propriedade latifundiária, porque lá a luta é ao mesmo tempo uma luta nacional, e porque o povo lá é mais revolucionário e mais exasperado do que na Inglaterra. Os latifundiários mantêm-se na Irlanda exclusivamente pelo exército inglês. No momento que deixa de existir a união compulsória dos dois países, uma revolução social, embora de

¹⁶¹ Na seqüência desta citação Marx acrescentou: “Assim Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para a sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela” (MARX, 1997:21-22).

forma antiquada, explodirá na Irlanda. Os latifundiários ingleses não apenas perderão uma fonte de sua grande riqueza, mas também sua maior força moral, ou seja, sua capacidade de representar o domínio da Inglaterra sobre a Irlanda. Por outro lado, ao ampliar o poder dos latifundiários na Irlanda, o proletariado torna-os invulneráveis na própria Inglaterra. (MARX, 1997:287-288).

Sendo uma forma singular de participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, um golpe contra o latifundismo aqui, ou seja, a efetivação de uma ampla Reforma Agrária seria um golpe contra o latifundismo capitalista? O Brasil seria o baluarte do latifúndio? Em sendo assim, a luta contra a monocultura em larga escala, contra a produção de matérias-primas para exportação, seria uma luta pela superação das mediações burguesas? O redimensionamento da propriedade e do uso da terra, como reivindicado pelos lutadores em prol da Reforma Agrária, seria um golpe ao domínio do capital, ou melhor, uma luta pela superação do capitalismo? Se assim for, existe algum caráter revolucionário na luta por Reforma Agrária aqui?

Neste sentido, como dito anteriormente, uma singularidade da questão agrária, no Brasil, está em que a produção da riqueza social, tendo o campo como meio prescindiu de uma Reforma Agrária do tipo clássica¹⁶². Seu bloqueio tem se efetivado em determinados momentos marcados por crises e reorientações no processo de acumulação da riqueza e/ou quando as mobilizações de quem luta pela terra apresentam-se com forte impacto e grande repercussão. Nestes momentos a questão da Reforma Agrária tem retornado como tema e processo recorrentes para a massa de trabalhadores rurais que de tempos em tempos são regurgitados da possibilidade de produção de suas existências no campo. Muitos são expulsos do campo para engrossar o exército industrial de reservas nas cidades¹⁶³.

¹⁶² Segundo Stédile (1999a:191) a reforma agrária do tipo clássica ocorre quando “O Estado, por meio de uma legislação em nome da sociedade, promove a distribuição de todas as grandes propriedades da terra, gerando oportunidade para que todos os camponeses possam trabalhar a terra”.

¹⁶³ Para Marx, o exército industrial de reservas na forma latente, por exemplo, corresponde aos trabalhadores que são desnecessários numa atividade e não vêm a possibilidade de serem absorvidos por outros setores. Marx usa o exemplo de trabalhadores que são dispensados no campo, devido à modernização na agricultura, e não são adsorvidos pelo mercado de trabalho no meio urbano. Conforme o próprio Marx (1984, V-II:207-208): “Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação de capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo

Na história do Brasil destacam-se três grandes momentos onde as lutas no campo foram mais contundentes e os bloqueios político-jurídico-institucional da Reforma Agrária foram efetivados. O primeiro deles foi em 1850, com a institucionalização da chamada "Lei de Terras", o segundo foi em 1964, com o Estatuto da Terra e o terceiro momento processou-se na década de 1990, como enfrentamento às mobilizações no campo, particularmente para combater as ações do MST.

Em 1850, a institucionalização da Lei de Terras apresentou um duplo aspecto. Por um lado, tinha-se a necessidade de combater as mobilizações sociais de pobres e marginalizados¹⁶⁴. Por outro, objetivou manter a base latifundiária para a sobrevivência da acumulação mundial do capital, como uma das conexões do Brasil com o mundo¹⁶⁵.

Segundo Graziano da Silva (1980:26):

A Lei de Terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial.

Noutro momento, após o crescimento econômico que marcou a segunda metade da década de 1950 sob o "slogan" de 50 anos em 5¹⁶⁶, uma crise de acumulação se fez avassaladora. O governo que assumiu (Jânio Quadros que em

absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletário urbano ou manufatureiro (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola). Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário sempre com um pé no pântano do pauperismo".

¹⁶⁴ Destas lutas a historiografia destaca: a revolta dos Malês no Estado na Bahia (1814 – 1826); a Cabanagem no Estado do Pará (1834 – 1840); a Balaiada nos Estado do Maranhão, do Ceará e do Piauí (1838 – 1941); a Revolução Farroupilha no Estado do Rio Grande do Sul (1835 – 1848), etc. (CHIAVENATO, 1988).

¹⁶⁵ Segundo Stédile (1999a) o latifúndio é o pecado agrário brasileiro. Para ele "[...] o capitalismo nasce no Brasil de braços dados com a grande propriedade latifundiária" (id.:185); "No Brasil, o capitalismo sempre se desenvolveu sobre a base da concentração da propriedade da terra" (Id.:189).

¹⁶⁶ Slogan do governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961.

seguida renunciou e foi sucedido por João Goulart) teria como incumbência administrar a crise e procurar retomar o crescimento econômico. Este período também foi marcado pelo processo de “politização das massas”¹⁶⁷ que clamava e lutava por reformas (entendidas como processo de democratização) agrária, urbana, educacional, bancária, urbana, política, etc.

A questão agrária ocuparia lugar importante na discussão. Apareceu com bastante nitidez a concentração da propriedade da terra como sério problema e a Reforma Agrária se colocou, então, na ordem do dia.

As Ligas Camponesas¹⁶⁸, que vinham em processo crescente de

¹⁶⁷ Esta expressão se encontra no livro “Estado e planejamento econômico no Brasil” de Octávio Ianni (IANNI, 1985).

¹⁶⁸ Sobre as Ligas Camponesas existem várias formulações .

Para Aued et. al. (2005:23-25): “As Ligas Camponesas ocorreram basicamente no Nordeste do Brasil e espelham uma das páginas mais marcantes na história dos movimentos sociais rurais. A sua criação, ao invés de sindicato, é explicada como uma fuga à rigidez institucional burocrática existente no sindicalismo no Brasil e, também, ao conjunto de restrições ao sindicalismo existente na década de quarenta. Muito embora houvesse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei 7.038/44, que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural – inclusive o direito de se organizar em sindicato – de fato, quase nada havia neste sentido. Até os anos sessenta, no Nordeste, há notícia de apenas dois sindicatos rurais reconhecidos: o Sindicato Rural de Barreiros (PE) e de Ilhéus (BA). Na literatura analisada, todos são unânimes em afirmar que as primeiras Ligas foram criadas em 1945, por José Aires dos Prazeres, líder camponês e membro fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ele se empenhou em fundar Ligas nos arredores de Recife (Iputinga, Ambolê, entre outros) (MORAES, 1976; SOARES, 1980; CAVALCANTI, 1979).

Com a cassação deste partido em 1947, as Ligas entram também na ilegalidade e poucas resistem à repressão desencadeada. Uma delas, porém, sobrevive e torna-se ponto de partida para uma outra forma de movimento: o ressurgimento das Ligas, em Pernambuco, em 1955, com a Liga-mãe, no Engenho Galiléia. Por meio dessa organização, é fundada a ‘Sociedade Agrícola dos Plantadores de Pernambuco’, a Liga da Galiléia, de José Francisco de Sousa, o velho ‘Zezé’”.

Para Josué de Castro: “Em 1955, João Firmino, morador do Engenho Galiléia, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Não fora seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar. O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas. De início, tinham assim muito mais a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque com a vida não havia muito o que fazer “ (CASTRO, 1965:23).

O processo assumiu importante repercussão no início da década de 1960. Neste contexto, uma proposta de Francisco Julião (então Presidente do Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil), como “Teses para debater” foi apresentada em 12 de junho de 1963. Ele pretendia “unificar as forças revolucionárias em torno de um programa radical” (In: AZEVEDO, 1982:131-141). Neste processo observou: “Impõe-se que se acrescente o adjetivo *radical* à cada reforma

organização, em particular na Região Nordeste, questionavam tanto a estrutura fundiária quanto as relações de trabalho no campo sob a égide do capital.

Segundo Azevedo:

As primeiras Ligas Camponesas, que surgiram em nosso país remontam ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil. A forma jurídica adotada, por outro lado, contornava as dificuldades de caráter político e burocrático, que se interpunham à criação dos sindicatos rurais (AZEVEDO, 1982:55).

Com a crise do início dos anos de 1960, o processo crescente de politização das massas e o fortalecimento das Ligas Camponesas, as pressões dos trabalhadores rurais resultaram na institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural e defesa de uma reforma agrária radical. Da luta por Reforma Agrária resultou também que “*Em 13 de março de 1964 o Presidente da República assinou um decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária das terras localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias e ferrovias e açudes construídos pela União*” (GUEDES PINTO, 1995:67)¹⁶⁹.

Porém, em 1º de abril de 1964 foi iniciada a ditadura militar e insticionalizou-se o segundo bloqueio à Reforma Agrária através do Estatuto da Terra. Foi empreendida uma fragmentação entre política agrícola e política agrária. A política agrícola foi tratada como política econômica e a política agrária como questões social, policial, assistencial que podem ser sintetizadas na

de base, para que seja reforma de verdade e nunca uma mistificação, um engodo, uma mentira para enganar as massas” (Id.:135). Francisco Julião observou que “A primeira dessas reformas, a mais reclamada por nosso povo, nos campos, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis, nos comícios populares, por toda parte, é a Reforma Agrária” (Id.:135). Um dos principais objetivos era empreender uma “radical transformação da estrutura agrária do país, com a liquidação do latifúndio, do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, constituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal”.

Ver ainda Dreifuss (1981:299).

¹⁶⁹ Corrigindo o dito por Guedes Pinto temos que o decreto é de 13 de março de 1963 (e não de 1964) e o conteúdo do decreto se refere ao desejo do governo de nacionalizar e expropriar latifúndios com mais de cem hectares, localizados a dez quilômetros das rodovias e vias férreas federais (História política do Brasil – 1960 – 1999. Consulta Popular, Cartilha n. 2).

chamada militarização da questão agrária¹⁷⁰. Para tanto, foram criados o IBRA¹⁷¹ para cuidar da reforma agrária e o INDA¹⁷² para tratar da política de desenvolvimento rural (GUEDES PINTO, 1995:68). Em determinadas situações a questão da ocupação e uso da terra se colocou como questão de segurança nacional (GETAT¹⁷³ e GEBAM¹⁷⁴).

Segundo Gonçalves Neto (1997), depois do Plano Trienal a reforma agrária foi sendo deixada de lado e só foi feito algo mediante pressões (p. 138), Nos governos militares foram tidas como moderada, no PAEG¹⁷⁵ (1964-1966) (Id.:128), como processo democrático e colônia auto-administráveis, no PED¹⁷⁶ (1968-1970), até que o termo reforma agrária foi abolido no I PND¹⁷⁷ (1970-1973) (Ibid.:132).

Para Guedes Pinto (1995) o Estatuto da Terra marcaria mais uma institucionalização do latifúndio como aconteceram com as sesmarias e com a Lei de Terras de 1850. Assim, em resposta à pressão social, o governo militar instituiu o Estatuto da Terra onde dizia ser passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, a terra que não cumprisse sua função social.

Segundo Guedes Pinto, embora reconhecesse a importância da reforma agrária, já na primeira diretoria nomeada para o IBRA, marginalizaram membros combativos e comprometidos com a reforma agrária. O IBRA foi se desvirtuando de seus objetivos. Inicialmente se preocupou com levantamentos e cadastramentos de imóveis rurais e depois de 1967 passou a dar ênfase à colonização e à expansão da fronteira.

Numa avaliação de 1968 constatou-se uma série de desvios e a falta de ações concretas do IBRA. Em 1970, o governo extinguiu o IBRA e o INDA e criou o INCRA¹⁷⁸. Ato contínuo foram criados vários programas como o PIN¹⁷⁹ (1970), o

¹⁷⁰ Esta formulação passou a ser popularizada a partir do livro, com título homônimo, de autoria de José de Souza Martins (MARTINS, 1985).

¹⁷¹ Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

¹⁷² Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola.

¹⁷³ Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins.

¹⁷⁴ Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas.

¹⁷⁵ Programa de Ações Econômicas do Governo.

¹⁷⁶ Plano Econômico de Desenvolvimento.

¹⁷⁷ I Plano Nacional de Desenvolvimento.

¹⁷⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PROTERRA¹⁸⁰ (1971), o PROVALE¹⁸¹ (1972), o POLAMAZÔNIA¹⁸² (1974) e o POLONORDESTE¹⁸³ (1974) (Id.:70-71).

No ambiente da chamada democratização e de amadurecimento da luta sociais, na década de 1980, cresceu a expectativa para com a efetivação de uma ampla Reforma Agrária nos moldes das reivindicações históricas dos trabalhadores rurais. A primeira esperança se evidenciou com o chamado PNRA¹⁸⁴ da Nova República. Expectativa esta frustrada como aconteceria sucessivamente depois. Como destacou Guedes Pinto (1995:78), a irresponsabilidade para com a Reforma Agrária se colocava novamente na chamada Nova República.

Outro ponto importante do debate esteve na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 que culminou com a Constituição de 1988 onde os ruralistas conseguiram bloquear a possibilidade de efetivação da Reforma Agrária quando deixaram para regulamentação posterior algumas questões às desapropriações de terras.

Na Constituição de 1988 no Art. 184 consta que:

Compete à União desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatável no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988:125).

Relativamente à questão da função social, a Constituição no Art. 186, define que:

A função social é cumprida quando a propriedade atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei nos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação

¹⁷⁹ Programa de Integração Nacional.

¹⁸⁰ Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à agroindustrialização no Norte e no Nordeste.

¹⁸¹ Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

¹⁸² Programa de Desenvolvimento da Amazônia, processo de colonização.

¹⁸³ Programa de Desenvolvimento das áreas Integradas do Nordeste.

¹⁸⁴ Plano Nacional de Reforma Agrária.

do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988:126).

O que seria a função social que, por conseguinte, diferenciaria a terra produtiva da terra improdutiva, ficou para ser regulamentado e deixou uma lacuna para diversas interpretações. Para os movimentos de luta pela terra, por Reforma Agrária e por justiça no campo os desdobramentos caracterizam mais uma vitória dos latifundiários. Retomou-se assim ao embate relacionado à Reforma Agrária. O MST passou a se constituir num dos movimentos de maior importância na luta pelo desbloqueio da Reforma Agrária.

Na atualidade, entretanto, as lutas por Reforma Agrária e por justiça no campo, não podem ser entendidas como lutas simplesmente por Reforma Agrária e por justiça social, elas devem ser entendidas como lutas por transformações sociais tanto no campo quanto nas cidades. Por conseguinte, é um dos elementos da luta de classes num período de transição. São movimentos sociais que estão em ação, diferentemente de quem já se rendeu à tese do fim da história, que não são poucos¹⁸⁵.

6.2. Os desafios do fazer-se MST

Muito já foi dito sobre o MST em artigos, relatórios de pesquisas, monografias, dissertações, teses, livros e formas afins de produção e divulgação do pensamento e do conhecimento. Na verdade, diante da crise do movimento operário e de um tipo de organização de movimentos sociais (SANTOS, 1985), tem-se estudado muito sobre os possíveis meios de reprodução e de superação das relações atualmente postas para a produção da existência humana¹⁸⁶.

¹⁸⁵ A rendição à tese do fim da história pode ser vista, basicamente de duas maneiras: pela aceitação de que não tem mais o que fazer diante da crise das formas de mobilização, ou pela acomodação teórica que, para muitos, se manifesta no abandono das teses de Marx e de Engels para quem outrora reivindicava ou se dizia marxista.

¹⁸⁶ São muitas as reflexões sobre a formação do MST, do próprio movimento (STÉDILE, 1997, 1999, STÉDILE e FERNANDES, 1999; BOGO, 1999; MST, 1989, 1990, 1991), de estudiosos

Para além do velho problema agrário no Brasil - como indicado no item anterior - do qual o MST é uma síntese histórica, as mobilizações que culminaram na sua formação tem também como fundamento o esgotamento da possibilidade de reprodução, seja como pequenos produtores rurais isolados ou em cooperação, seja na condição de trabalhadores rurais assalariados ou de trabalhadores assalariados nas cidades, como decorrência do desenvolvimento pleno da grande indústria moderna.

Para além da herança da história das lutas no campo, importantes aspectos marcaram o período de formação, propriamente dito, do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980.

Do ponto de vista da conjuntura mundial, o contexto era o da chamada reestruturação produtiva marcada pela eliminação de muitos postos de trabalho, isto é, quando o emprego industrial deixou definitivamente de afirmar-se como perspectiva para a classe trabalhadora. Era a repulsão sem atração de trabalhadores do mercado formal de trabalho. Foi quando, finalmente, se tornou claro ao senso comum o que Marx e Engels apontaram como processo imanente do capitalismo na segunda metade do século XIX (ENGELS, 1986a; MARX, 1984).

A reprodução ampliada do capital (reestruturação produtiva), a partir da década de 1970, explicitou, ainda mais, o processo degenerativo das relações sociais burguesas e um desespero, para a classe operária urbana na luta pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Agora, muito mais do que antes, a desnecessidade de trabalhadores no processo imediato de produção da riqueza se fez evidente. Um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas, configurado na elevação da composição orgânica do capital, dado o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, colocou em xeque as

do movimento (AUED, 1997, 2004; FERNANDES, 1999, 2000; PETRAS, 1997) e uma imensa quantidade de outros trabalhos.

formas convencionais de mobilização¹⁸⁷. Este processo apresentou novos elementos da crítica material das relações sociais burguesas na cidade, como ocorreu a partir da década de 1960, no campo, com a modernização da agricultura brasileira. Tornou-se, portanto, cristalina, para uma imensa maioria da classe trabalhadora, a impossibilidade da luta por transformar-se em trabalhadores assalariados. O que restaria para a parcela desnecessária para as relações sociais burguesas de produção da existência humana?

A conjuntura política nacional era a da transição da ditadura militar para a chamada redemocratização política. Este período correspondeu à crise do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira baseado na chamada modernização conservadora.

Neste contexto aconteceu a retomada da mobilização de trabalhadores cujas referências passaram a ser as greves dos trabalhadores do ABC paulista, a criação do PT¹⁸⁸, da CUT¹⁸⁹ e da mobilização de trabalhadores rurais através do MASTER¹⁹⁰, no Estado do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1999:67; STÉDILE, 2003:13¹⁹¹; BEZERRA NETO, 1999:11).

Em 1979 as lutas nas fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul são tomadas como a pedra filosofal do MST (FERNANDES, 1999:56-57). No mesmo ano aconteceram ocupações nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Conforme Grade (1999:29):

No ano de 1979 aconteceram as lutas nas fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a reserva indígena de Nanoai, no Estado do Rio Grande do Sul, já se delineando em lutas que se estruturariam na organização do MST. No estado do Paraná, a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da barragem de Itaipu. No estado de

¹⁸⁷ Para Aued e Fiod (2004:186): “Ou ainda, dizendo de outro modo, a reestruturação produtiva é a maneira técnica em que se realiza o aumento do capital por trabalhador, o aumento da produtividade do trabalho, com menos pessoas empregadas”.

¹⁸⁸ Partido dos Trabalhadores.

¹⁸⁹ Central Única dos Trabalhadores.

¹⁹⁰ Movimento dos Agricultores Sem-Terra.

¹⁹¹ Para Stédile “No entanto, como tudo é contraditório em nossa sociedade, também como parte da crise do modelo de industrialização dependente, surgiram na década de 1980 muitos movimentos sociais – e chegamos a ser uma recensão do movimento de massas de 1978 a 1989 –, que reorganizaram a classe trabalhadora em tono da CUT, do PT, das pastorais, progressistas dos sindicatos e do MST. Portanto, formas organizativas de resistência queriam mudanças diferentes. E havia no campo forças organizadas da classe trabalhadora que voltaram à luta pela reforma agrária” (STÉDILE, 2003:13).

Santa Catarina famílias ocuparam uma fazenda no município de Campo Erê, no Estado de São Paulo, em Andradina, a fazenda Primavera, no Mato Grosso do Sul desenvolveu-se uma imensa luta pela resistência na terra, em fazendas dos municípios de Navirai e Glória de Dourados, em 1981 no estado do Rio Grande do Sul no município de Ronda Alta, aconteceu o acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul com repercussão nacional motivando os trabalhadores Sem-Terra lutarem pela terra. Outras lutas também ocorriam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

O acampamento da Encruzilhada Natalino passou a ser considerado nacionalmente como o marco da formação do MST pelo exemplo de resistência, organização e de ousadia de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Rio Grande do Sul. Dois importantes aspectos se destacaram: o conhecimento da legislação de amparo à Reforma Agrária, portanto, do direito dos trabalhadores rurais sem-terra e da impaciência para com as políticas de reforma agrária dos governos. Assim, na *“Explicação ao povo e ao governo”* sobre a situação dos acampados na Encruzilhada Natalino, datada de 27 de junho de 1981, os acampados esclareceram que: *“Nós não entendemos da papelada dos grandes, mas conhecemos o Estatuto da Terra e sabemos que temos direitos à terra e a terra nas nossas mãos produzirá mais e melhor do que nas mãos dos grandes. E assim estaremos contribuindo para um Brasil melhor”* (In: MELIGA e JANSON, 1982:112) e acrescentam que: *“[...] já estamos esgotando a paciência com essa conversaiada fiada de que tem infiltrado, que não somos colonos, que não tem terra, que não tem verba e que tem político metido no meio”* (Id:113)¹⁹².

A criação do MST contou simultaneamente com a troca de experiências das lutas pela terra em diferentes lugares, o apoio de assessorias técnicas e intelectuais aos trabalhadores rurais, influências da CPT e das CEB's juntamente com a necessidade de lutar para a produção da existência de trabalhadores do campo ou do retorno a ele para quem havia sido expulso para as cidades. O MST foi criado e simultaneamente se territorializou no Brasil (FERNANDES, 1999).

O MST organizou-se também como crítica ao processo, então vigente, de encaminhamento da luta pela Reforma Agrária. Neste sentido, após o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de

¹⁹² Estes eram argumentos utilizados pelos governos para desqualificar as ações dos trabalhadores rurais sem-terra para inibir as ações de ocupações de terras.

Curitiba/PR, em janeiro de 1985 - ao ser entrevistado sobre uma opinião emitida pelo então presidente da CONTAG, José Francisco da Silva - João Pedro Stédile¹⁹³ disse que o MST

Trata-se apenas da articulação de uma das categorias de trabalhadores rurais dentro do movimento sindical. E como a maioria dos sindicatos estão controlados por pequenos proprietários e pelegos, em muitos locais eles vêem o Movimento dos Sem Terra como ameaça, pois logo surge uma chapa de oposição (In: REVISTA ABRA, jan/fev/mar/1985:62).

Em 1984 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de trabalhadores rurais sem-terra, na cidade de Cascavel (PR). A partir de então foram definidos objetivos e formas de lutas como podem ser vistos nos sucessivos lemas definidos nos seus Congressos Nacionais e que se efetivou no processo de territorialização na maioria dos Estados brasileiros (FERNANDES, 1999).

Ao longo de sua existência (até o ano 2000) foram vários os lemas norteadores das lutas do MST. Entre 1979 e 1984 o lema foi "*Terra para quem nela trabalha*". No I Congresso Nacional, realizado em Curitiba (PR), em janeiro de 1985, definiram que o lema, para o período de 1985 a 1988, seria: "*Sem Reforma Agrária não há Democracia*", sendo que em 1986 deliberaram que "*Ocupar é a única solução*". Para o período entre 1988 e 1990 o lema passou a ser: "*Ocupar, resistir e produzir*", o que foi ratificado no II Congresso Nacional do MST, realizado na capital nacional, Brasília (DF), em maio 1990, e prevaleceu até 1994. No III Congresso Nacional, realizado também em Brasília (DF), no mês de junho de 1995, um novo lema foi convencionado: "*Reforma Agrária: uma luta de todos*".

Os lemas não são simplesmente palavras de ordem do movimento. Eles expressam o avanço da mobilização e da organização da produção da existência de trabalhadores rurais sem-terra assim como demonstram seus alcances e suas limitações.

No primeiro lema "*Terra para quem nela trabalha*" explicita-se uma estreita relação entre a Reforma Agrária e a geração de trabalho. Do último lema da década de 1990 podemos depreender o limite do movimento, a partir de onde o

¹⁹³ Um dos principais líderes nacionais do MST.

avanço da luta depende da unificação dos objetivos em todas as dimensões e por todas as mediações possíveis para a viabilização da transformação social¹⁹⁴. Se a Reforma Agrária parecia um fim em si mesmo, agora se vê que ela é apenas o início de outras lutas que têm em vista as transformações da sociedade.

Dois grandes objetivos do MST são a Reforma Agrária e a transformação da sociedade. Nas décadas de 1980 e de 1990, a experiência mostra-nos importantes avanços em relação à luta pela Reforma Agrária. Entretanto, explicita também a limitação em relação às questões da transformação da sociedade.

O alcance do primeiro objetivo depende da articulação, da mobilização interna e da adesão de quem tem necessidades semelhantes aos trabalhadores rurais sem-terra. São os explicitamente regurgitados da possibilidade de se reproduzirem pela mediação trabalho – salário. Estes são elementos norteadores das ocupações de terras e da organização de acampamentos e assentamentos.

Em relação ao alcance do objetivo de forçar a Reforma Agrária a partir do processo de ocupação de terras improdutivas tem-se abaixo um quadro das ocupações do MST entre 1990 e 2000.

Tabela 10 - Evolução do número de ocupações do MST – Brasil (1990 – 2000).

Período	Nº de Ocupações	Nº de Famílias
1990	119	12.805
1991	78	9.203
1992	149	20.596
1993	214	40.109
1994	125	24.590
1995	101	31.619
1996	250	42.682
1997	281	52.276
1998	388	62.864
1999	505	72.861
2000	625	82.523
Total	2.202	369.605

FONTE: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Ano XIX n. 208, set.-out./2000:11.

¹⁹⁴ No IV Encontro Nacional, realizado em Brasília (DF), em 2000, o lema foi “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”. (AUED, et. al. 2005:65). No V Congresso Nacional do MST realizado em Brasília (DF), no período entre 11 e 15 de junho de 2007, foi deliberado um novo lema “*Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular*”, que “[...] só poderá haver justiça social se houver uma ampla Reforma Agrária que possibilite a democratização do acesso à terra e a eliminação da pobreza no campo. Além disso, para que um povo possa se reconhecer soberano, ele deve exercer o controle sobre a produção de alimentos e de energia para que esses possam cumprir suas funções sociais, em benefício do próprio povo – e, não para gerar lucros a poucos acionistas dos grandes bancos e empresas transnacionais” (MST Informa, Ano V, n. 135, 21/06/2007).

No período, foram registradas 2.202 ocupações envolvendo 369.605 famílias. Segundo avaliação do próprio Movimento, o relativo número reduzido de ocupações registrado em 1991 tem a seguinte explicação: “*Durante o governo Collor, se obrigou a desenvolver uma tática defensiva, de proteger-se, daí o ocupar (sim, era necessário continuar), mas resistir (sobretudo) e produzir (nos assentamentos)*”. Assim o MST “*Volta-se para consolidar a organização e a produção dos assentamentos*” (MST, 2001:59). Destaca-se o crescimento das ocupações de terras a partir de 1996. Lembrem-se que o ano de 1996 passou a ser um novo marco na luta pela terra no Brasil, pois o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem-terra, no município de Eldorado dos Carajás (PA), no dia 17 de abril, causou grande comoção nacional e internacional assim como a indignação por parte de quem apóia a luta por Reforma Agrária e justiça no campo. Pelos dados da tabela acima, este episódio parece ter contribuído para a intensificação das ocupações de terra até o ano 2000.

As dificuldades impostas pelo governo federal não parecem ter intimidado o MST. Ao contrário, quando a sociedade passou a conhecer mais de perto a luta do MST¹⁹⁵, ainda que indiretamente, apoiou e estimulou ainda mais suas ações.¹⁹⁶

Frente aos avanços e à repercussão do MST, além de enfrentar o latifúndio, com suas ocupações, ainda teve-se que enfrentar os poderes federais constituídos (legislativo¹⁹⁷, executivo e judiciário). Pois, estes poderes tentaram inibir e, por vezes, impedir a prática da luta pela terra baseada em ocupações. Deste processo, são exemplares o I Censo da Reforma Agrária e as novas estratégias da chamada “*reforma agrária de mercado*”.

¹⁹⁵ Outros momentos importantes, embora muito trágicos para o MST, mas que representou um aumento na solidariedade nacional e internacional foram os das Chacinas de Corumbiara, em Rondônia (RO), ocorrida em 1995 e, sobretudo a de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará (PA), quando, em 17 de abril de 1996, policiais comandados pelo então Coronel Pantoja, da polícia militar do Estado do Pará, assassinou 19 trabalhadores rurais sem-terra. Estes trágicos episódios causaram, na época, uma comoção mundial.

¹⁹⁶ Particularmente quando da realização da Marcha Nacional que ocorreu no ano de 1997.

¹⁹⁷ Em relação ao poder legislativo, no Brasil, o MST deparou-se com a organização dos latifundiários através da chamada bancada ruralista, uma ramificação senão representação da UDR (União Democrática Ruralista).

6.2.1. O embate entre o governo federal e o MST

O I Censo Nacional da Reforma Agrária foi realizado entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997. O objetivo do Censo foi o de apontar o fracasso da reforma agrária e eventualmente corrigir possíveis distorções.

Para a realização do Censo foi articulado o CRUB¹⁹⁸, envolvendo professores e estudantes de várias universidades públicas, a UNB¹⁹⁹, em particular.

Para “vencer o desafio” de realizar o I Censo da Reforma Agrária do Brasil, o Conselho de Reitores indicou o professor João Cláudio Todorov para dirigir os trabalhos de elaboração e execução das pesquisas. A coordenação nacional ficou a cargo dos professores Benício Viera Schmidt, Danilo Nolasco Marinho e Sueli do Couto Rosa. Com apoio da Data-UnB (sistema de informática da Universidade), foram formadas equipes de pesquisa em 26 estados da Federação, contratados 41 professores supervisores e 1.800 alunos entrevistadores de 29 universidades (I CENSO, 1997:9).

Uma das intenções do governo era tentar mostrar que depois de assentadas, as famílias tenderiam a abandonar os assentamentos, seja pela falta de infra-estrutura ou pela falta de interesse em trabalhar na terra. Diante disto, o Censo constataria a reconcentração de lotes ou a evasão e proporia que as vagas fossem preenchidas com outros interessados. Dessa maneira colocaria em disputa os assentados e os candidatos a assentamentos. Além disso, justificara que não teria porque ocupar novas áreas (Seria uma reforma dentro da reforma?). Não precisaria expandir a luta. Os dados da tendência ao processo de urbanização seria outra justificativa para a não necessidade de Reforma Agrária.

Depois do Censo, a partir de meados de 1997 o governo resolveu enfrentar o MST (MP 1.577 e Decreto 2.250) apelando para o uso de forças repressivas e intimidativas. Assim consta no Decreto:

Art. 4º O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, para os fins do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enquanto não cessada a ocupação, observados os termos e as condições estabelecidos em portaria do Presidente do Instituto Nacional

¹⁹⁸ Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras.

¹⁹⁹ Universidade de Brasília.

de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (DECRETO No 2.250, DE 11 DE JUNHO DE 1997).

Para intimidar ainda apresentou uma relação de propriedades com processos de vistoria suspensos.

Em 1998, o governo anunciou uma “Nova Reforma Agrária” (CARVALHO FILHO, 1997:214). Este novo processo consistiria na transferência da responsabilidade para estados, municípios e interessados diretos (sem-terra negociando diretamente com proprietários de terras) através de justificativas como descentralização, desburocratização e democratização da reforma agrária.

Esta “nova reforma agrária” teve como base um suposto “Novo Mundo Rural” e foi denominado, pelo governo, de novo modelo socioeconômico sustentável em nível local, descentralizado e democrático. Através do modelo combinar-se-ia a reforma agrária com a agricultura familiar. A obtenção de terras se faz, pelo modelo, através das leis do mercado (Id.:215) e os recursos para a aquisição de terras são oriundos do Banco Mundial (Id.:216).

Depois da criação do Banco da Terra, em 1999, o projeto tomou a dimensão de programa e se colocou como substitutivo da reforma agrária por interesse social e com pagamento aos proprietários via TDA's²⁰⁰. Este processo se configurou como a mais evoluída e forte estratégia do governo de FHC na tentativa de liquidar com as lutas pela reforma agrária ao mesmo tempo em que se explicitou como a face neoliberal do capital no campo, agora com os ditames explícitos do Banco Mundial (Id.:223).

Por outro lado, diante das críticas e das denúncias - o que concorreu para o fracasso da proposta - entrou em cena a criminalização e satanização da luta por Reforma Agrária empreendida pelo MST.

Segundo Alentejano (2000:96-97):

Diante da incapacidade de derrotar politicamente o MST, durante o primeiro mandato, o governo FHC decidiu alterar suas táticas. Se antes as armas eram a propaganda das ações do INCRA e a condenação dos métodos do MST – visando convencer a população de que o governo estava fazendo a sua parte e o MST atua orientado por uma radicalidade descabida – a partir deste momento, o governo muda suas armas,

²⁰⁰ Títulos da Dívida Agrária.

passando a centrar suas ações em duas frentes: (1) intensificação da repressão, através da criminalização das ações do movimento e da perseguição de suas lideranças; (2) alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes de 'oxigenação' do movimento, quais sejam, a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar [...]

Ao eleger o Banco da Terra, como instrumento fundamental de obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte das responsabilidades para o âmbito municipal – num país tradicionalmente marcado pelo poder das oligarquias locais -, o governo não só busca desarticular o movimento, apostando na incapacidade deste de se contrapor ao poder local como aposta na desarticulação dos sem terra, pois oferece, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terras sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrificou [...]

Por outro lado, o Banco da Terra representa a possibilidade de realização imediata da renda fundiária pelos proprietários de terras, principalmente aqueles que adquiriram terra nos anos 70, quando o crédito subsidiado representava enorme atrativo para o capital industrial e financeiro, uma vez que permitia o acesso a recursos baratos e fartos, ao mesmo tempo em que significava proteção contra as oscilações da economia.

A partir de 1999 teria iniciado a fase mais acentuada da chamada satanização.

6.2.2. O MST e as questões da transformação da sociedade

Com relação à transformação da sociedade a questão se torna um pouco mais complexa. Ela depende de uma série de fatores. Dentre eles do esgotamento da possibilidade de reprodução como ser social burguês ainda que na forma grotesca da prostituição, do narcotráfico, da corrupção, etc. Depende ainda de que as forças produtivas do trabalho social e humano apontem para outra forma de organização de produção da existência humana²⁰¹.

Ao ampliar sua luta para além da Reforma Agrária, o MST demonstra a

²⁰¹ Sendo o estágio atual do desenvolvimento humano o da maturidade do ser social, a plenitude da alienação, os problemas atuais só serão equacionados e a organização da sociedade refeita, quando as relações atualmente postas tornarem-se insuportáveis. Nesta perspectiva por "*Reforma Agrária: uma luta de todos*" entendemos que a superação das dificuldades presentes só serão superadas coletivamente por toda a humanidade. Isto não significa que as lutas singulares não sejam importantes.

consciência da necessidade do envolvimento de toda a classe trabalhadora para a efetivação das transformações sociais. Assim, por meios possíveis, propõem e participam de mobilizações paradoxais como nos exemplos do Plebiscito da Dívida Externa, articulação de “Seminário Consulta Popular” para elaboração de um Projeto Popular para o Brasil²⁰², mobilizações junto ao MPA²⁰³ e ao MAB²⁰⁴, mobilização contra a ALCA²⁰⁵, participação na luta da Via Campesina, participação no Fórum Social Mundial, dentre outras (STÉDILE, 2003:15). A necessidade de ampliação da luta parte do pressuposto de que:

As lutas localizadas formam a consciência com limitações, com tendência ao corporativismo, permanecendo na esfera das disputas econômicas. A relação das lutas locais com as lutas mais amplas, com mudanças de reivindicações, de econômicas para políticas, elevam a consciência social para consciência política (MST, 2001:116).

As preocupações com a transformação da sociedade são engendradas no MST através das relações que são desenvolvidas em acampamentos e assentamentos presentes na solidariedade, no companheirismo, na luta contra o individualismo, pela igualdade nas relações de gênero, dentre outras. Para o Movimento:

“[...] é preciso implementar linhas políticas que nos possibilite criar condições para ir construindo de fato relações de gênero baseadas na solidariedade, no companheirismo, cooperação [...]”

Caso contrário, apesar de fazer na sociedade todo um enfrentamento com a burguesia, na prática fortalecemos o sistema capitalista, na medida em que em nossas casas, comunidades de acampamento e assentamento, no conjunto da organização reproduzimos nas relações de gênero a exploração, discriminação, violência, autoritarismo, individualismo, pilares da sociedade capitalista que tentamos destruir. E se são essas sementes que semeamos nas relações de gênero, como podemos colher uma sociedade verdadeiramente socialista? (MST, 2001:151-152).

Em nível de organização nos acampamentos e assentamentos, o MST demonstra preocupação com a organização de uma sociedade diferente, de relações sociais e humanas diferentes das que sustentam a sociedade capitalista.

²⁰² Como aparece reforçado nas Resoluções do IV Congresso Nacional do MST (MST, 2001:48).

²⁰³ Movimento de Pequenos Agricultores.

²⁰⁴ Movimento dos Atingidos por Barragens.

²⁰⁵ Área de Livre-Comércio das Américas.

Assim apresentam propostas e tentam efetivá-las nos aspectos que dizem respeito à “[...] Terra, Trabalho, Moradia, Alimentação, Educação, Saúde, Lazer, Saneamento Básico, Transporte, Saúde Pública, Cultura, Meios de Comunicação, energia elétrica – onde haja Justiça, Igualdade, Participação e Organização” (MST, 2001:155).

Sobre os desafios, em síntese, o Movimento diz:

Estamos conquistando a terra e construindo ambientes agradáveis, bonitos, onde as pessoas possam opinar com liberdade, sem vergonha de mostrar o que sabem e orgulhar-se de ser da terra e contribuir para a construção da Reforma Agrária e de uma nova sociedade (MST, 2001:157).

A luta por Reforma Agrária depende de sua organização e mobilização interna ao passo que a luta por uma nova sociedade é realmente “*uma luta de todos*”. Esta última parece ser bem mais complexa. Pois, para além da vontade de quem quer que seja, impescinde da apropriação do que tiver de mais desenvolvido das forças produtivas do trabalho social e humano.

6.3. Alcances e dilemas da produção da existência no MST

O que fazer do MST se apresenta em várias dimensões de acordo com seus momentos: nas ocupações, nos acampamentos (laboratórios do fazer-se MST²⁰⁶) e nos assentamentos (laboratórios do produzir-se MST). Nos acampamentos são organizadas comissões de segurança, de alimentação, de saúde, de reza, de barracos, de trabalho, de imprensa, a coordenação geral e a organização de grupos de famílias. É quando homens se encontram e se unem para juntos procurarem produzir a sobrevivência frente a um conjunto de relações sociais que os excluem.

A década de 1980 pode ser considerada como o momento da consolidação do MST destacando-se as ações de ocupações de terras e a formação de acampamentos e assentamentos. Foram importantes experimentos ainda

²⁰⁶ É o que podemos chamar de extração de energia dos bagaços, como procura-se gerar energia a partir da biomassa do bagaço de cana dos engenhos ou das usinas.

relacionados com a luta por Reforma Agrária entre as formas herdadas de mobilização e a tentativa de fazer diferente.

Na década de 1990 aconteceram os desafios de produzir a existência nos assentamentos, com a ampliação das ações do Movimento e com a produção de relações sociais diferentes. A luta por Reforma Agrária herdada não daria mais conta das necessidades de trabalhadores rurais sem-terra. Para além de “Ocupar, Resistir”, o desafio passou a ser o de “Produzir” a existência e produzir diferente; produzir homens novos como prometidos nas palavras de ordens e nas *Cartilhas de Formação* do Movimento. Este é o que se pode chamar de sistema de *Laboratórios do MST*.²⁰⁷ Até 2002, por exemplo, o MST contabilizava 400 associações de produção, 49 CPA's²⁰⁸, 32 CPS's²⁰⁹ e 3 Cooperativas de Crédito (MST, 2002; AUED, et. al.:2005:65).

Para o Movimento “[...] a organização interna é muito importante para o bom funcionamento do grupo. No geral, o pessoal tem se organizado em comissões de serviços, procurando repartir a responsabilidade entre todos” (MST, 1986:73-77).

Nos assentamentos a organização passa a ser através de setores. Os setores são: 1) setor de organização dos assentamentos; 2) setor de formação política; 3) setor de educação; 4) setor de comunicação; 5) setor de gênero; 6) setor de saúde e; 7) setor de discussão sobre transgênicos (MST, 2001).

Cada setor discute determinada dimensão da produção da existência de trabalhadores rurais sem-terra nos assentamentos e para além deles. Neste processo percebe-se o embate entre as propostas do Movimento e a materialidade das pessoas que formam os assentamentos. De um lado, o Movimento recebe novos membros com costumes e valores baseados na propriedade privada (São os chamados bagaços/farrapos humanos, negados do direito de qualquer propriedade, cujo sonho é o de ter algo que seja seu, como maneira de garantir, minimamente, uma referência de sua existência). De outro

²⁰⁷ Aqui são retomadas as velhas questões da economia, a saber: “O que, como e para quem produzir?” Para nós, a questão é saber se e como estão produzindo homens humanizados, emancipados, pois.

²⁰⁸ Cooperativas de Produção Agropecuárias.

²⁰⁹ Cooperativas de Prestação de Serviços.

lado, os propósitos do Movimento no sentido de chegar a um “coletivo pleno”, uma “coletivização total” da produção da existência no campo. Sendo este último, portanto, um dos desafios do produzir-se MST com a participação de todos em todos os níveis da mobilização e da organização. Para tanto, considera-se necessário redefinir a práxis humana onde o objetivo seja a gestação de homens humanizados, em processo de humanização, visando à emancipação humana, a plenitude da humanização²¹⁰.

Dois importantes elementos do processo se destacam: a educação político-ideológica e a cooperação²¹¹. Estes são elementos que explicitam os alcances e as limitações do Movimento num tempo e num espaço marcado pela encruzilhada humana entre a reprodução da desumanização e a gestação de elementos da humanização plena.

6.3.1. O sistema educacional político-ideológico

O sistema educacional experimentado pelo MST é uma combinação das necessidades formais ou institucionais com a perspectiva de engendramento de novas relações sociais e humanas. Tenta-se forjar um sistema que desenvolva novos valores solidários e humanos.

O ponto de partida são os homens reais. O MST enfrenta o analfabetismo de adulto, a falta de escolas para crianças, a necessidade de continuidade de estudos para jovens e adultos, a necessidade de conhecimentos técnicos para a prática das atividades produtivas no campo e de formação político-ideológica. Para o Movimento, o setor da educação é um laboratório do fazer-se consciência de trabalhadores rurais sem-terra, da construção de sua identidade e subjetividade.

²¹⁰ Como observou César Benjamin (BENJAMIN, 2003:153): “O socialismo não é ter como meta fazer melhor do que o capitalismo as coisas que o capitalismo faz. Não cabe ao socialismo ser mais eficiente do que o capitalismo, pois não há eficiência abstrata. Cabe ao socialismo, antes de tudo, reorganizar a sociedade, preservando e valorizando todas as conquistas civilizatórias que lhe antecederam, e recolocando o ser humano no centro”.

²¹¹ Para nós, a exemplo do que disse Marx (In: MARX e ENGELS, 1976), é da mão que faz a ferrovia que compreende-se a cabeça que produz a filosofia. É a base material da produção quem produz os homens de carne e osso e quem produz a consciência.

Desde a ocupação existe uma preocupação com a escola para as crianças, seja procurando escolas formais mais próximas para matricular as crianças ou o fabrico de escolas de lona improvisadas nos acampamentos.

A instalação de escolas nos assentamentos também é uma das prioridades. Mas qual escola? Qual o tipo de educação? Para além do ensino formal existe a necessidade e a preocupação com uma formação diferente. Procura-se colocar em prática um processo de formação baseado nos princípios da “educação como prática de liberdade”. Um processo onde seja descoberta a linguagem escrita, seja formulada a consciência crítica da realidade.

A compreensão é a de que o processo educativo não se resume à escola, mas a práxis da vida e das relações constituídas no que fazer dos militantes do MST. Existe uma preocupação com a educação como processo de libertação do povo. Para Stédile (In: CALDART, 1997:11):

Nossa experiência de educação, formal e informal, com nossas crianças, jovens e adultos, certamente já está contribuindo para a construção do homem novo, da mulher nova, construtores de uma sociedade mais justa, fraterna e socialista, e liberta de todas as formas de opressão e de exploração.

O MST procura formar seus próprios educadores. Para tanto, procuram inspiração nas lutas históricas, procurando apreende-las e tirar lições para corrigir o que consideram como erros históricos herdados.

Apresenta-se um conjunto de formulações através de cartilhas, músicas, místicas, para reflexão e ação animadas e aguerridas. Estudam economia política, política, filosofia, geografia, história, cooperativismo, educação, administração de cooperativas, etc.

A pedagogia do movimento é subdividida em pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva e pedagogia da luta social (MST, 2001:125). Nesta perspectiva procura-se desenvolver seres humanos a partir de valores como dignidade, justiça, felicidade.

No seu processo de formação política para as ações concretas, o MST parte dos princípios orientadores das lutas revolucionárias. Inspiram-se em certas

formulações orientadas por Marx e Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Mao Tse-Tung, Che Guevara. Em nível nacional inspira-se nos que denominam lutadores do povo²¹².

Os principais autores norteadores dos princípios pedagógicos são Makarenko, Pistrak, Vigotsky, José Martí, as pedagogias de Paulo Freire²¹³, apropriados e desenvolvidos pelos educadores e educadoras do Movimento. A formação de seus educadores e educadoras é feita através de programas conveniados com o governo federal, através do INCRA, em parcerias com Universidades Federais e através da própria Escola de Formação do Movimento no exemplo da Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada no Estado de São Paulo, da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), no município de Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul. Vários outros convênios foram realizados entre o MST e instituições de ensino público no Brasil.

Para Dalmagro (2001:135-136), o processo educativo no MST tem por objetivo a transformação social. Assim disse;

Compreendemos, assim, que o próprio MST é educador dos sem-terra, que aprendem estando presentes e participando de sua história. A vivência de novos valores, de novas bases nas relações humanas é algo que já vem sendo experimentado e construído. A “coletividade Sem Terra” vive (ainda que na forma de ensaio, turbulento e conflituoso) novas relações. O MST não apenas projeta relações humanas diferentes das burguesas, forja-as. Não apenas quer construir novas mulheres e

²¹² A título de ilustração, o próprio MST destaca as lutas de Sepé Tiarajú, Zumbi dos Palmares, Cabanos, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e “[...] algumas pessoas que pensaram e lutaram por um Brasil-Nação. Um Brasil para o povo brasileiro, alicerçado nos valores da solidariedade, da justiça e da igualdade social” como Milton Santos, Madre Cristina, José Comes, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Olga Benário, Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Cândido Portinari, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, João do Vale, Sérgio Buarque de Holanda (MST, 2002).

²¹³ É muito vasta a experiência e a obra de Paulo Freire, desde o marco inicial das “40 horas de Angicos”, no início de 1963, no Rio Grande do Norte (RN) [Experiência pioneira no processo de alfabetização integrante do projeto “De Pé no Chão também se Aprende a Ler” (Ver: LYRA, 1996; GÓES, 1980)] até o final da sua vida na década de 1990 [Paulo Freire nasceu na cidade de Recife (PE) em 19 de setembro e 1921 e morreu em 2 de maio de 1997]. As principais pedagogias de Paulo Freire dão título a alguns de seus livros como “Pedagogia do Oprimido”, “Pedagogia da Esperança”, “Pedagogia da Autonomia”, “Pedagogia da Indignação”. (Ver: FREIRE, nas referências). Não é fortuita, portanto, a afirmação de Caldart (1997:179-180) quando no pós-fácio de seu livro, ao saber da morte de Paulo Freire fez as seguintes observações: “Gostaria de terminar este livro registrando nosso profundo reconhecimento pela inspiração fecunda que a obra e o testemunho de vida de Paulo Freire representam para o trabalho de educação desenvolvido pelo MST [...]. Onde estiver agora, que Freire possa continuar inspirando nossa trajetória. E que possamos nos tornar dignos de sua herança: uma profunda crença na pessoa humana, combinada com coerência política e temperada com ousadia e humildade”.

homens, mas as forma com valores humanistas e socialistas no dia a dia, em sua dinâmica. A educação no Movimento se constrói de forma participativa, atuante e não passiva do sujeito sem-terra. Isso significa dizer que este se educa (no MST) através de sua própria ação, lutando, convivendo, estudando, produzindo, organizando-se. O Movimento só pode se realizar como educador se o sem-terra participar, agir, se puser em movimento. É um aprendizado que pressupõe a ação do aprendiz. De outro lado, essa ação também forma seu próprio educador, o MST.

É neste sentido que o MST procura forjar novas relações, para além das relações sociais burguesas. É a crítica material dos homens fazendo-se na produção de suas existências sociais e humanas.

6.3.2. A cooperação

São várias as referências para o processo de organização do Sistema Cooperativista do MST. Fazem estudos de textos de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Mão Tse-Tung, Che Guevara, etc. Em segundo lugar, estudam as experiências de cooperação agrícola da Rússia, da URSS, da China, de Cuba, etc. Em terceiro lugar, sofrem influência da compreensão de cooperação da Igreja Católica. Em quarto lugar, enfrentam os desafios da materialidade posta.

Conquistada a terra começa o desafio de permanecer e tentar produzir a existência coletiva nos acampamentos. Este processo envolve a mobilização de recursos financeiros e a necessidade de apoio institucional.

A ocupação do tempo divide-se entre os afazeres do acampamento como o trabalho de produção da existência propriamente dito, da vivência, da organização das famílias. Neste momento todos estão preocupados com todos. Todo mundo está explicitamente envolvido com o objetivo de permanecer na terra e a partir daí poder produzir uma existência diferente de como fazia anteriormente.

Quando conquista efetivamente a terra, ou seja, a partir da transformação de acampamento em assentamento é que o desafio da produção da existência humana para além das relações tipicamente capitalistas se põe como realidade.

A base material explicita-se com muita nitidez. Como produzir a existência? Como capital? Como salário? Pelos fundos públicos? Como se fazer em novos homens? A luta passa a dar-se em varias direções. Os homens reais são

desafiados a tomar sua história em suas próprias mãos.

Quando da formação de assentamentos procura-se manter a chama da possibilidade de construção de relações sociais diferentes, de um novo tipo. Entretanto, esta tentativa esbarra na falta de acesso às forças produtivas já postas pela humanidade. Aí a ruptura não pode ocorrer evidentemente quando se resume à luta de uma parcela da sociedade.

Por um lado, o MST critica o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista considerando que as forças produtivas comandadas pelo capital, seu aspecto tecnológico, são responsáveis pelas dificuldades de reprodução dos homens do campo (MST, 2001:90). Por outro lado, entretanto, os exemplos de cooperativas bem sucedidas do Movimento são exatamente as que utilizam forças produtivas do trabalho social como as comandadas pelo capital. Estas cooperativas não se diferenciam de outras empresas capitalistas²¹⁴. Devem ser geridas como empresas sob pena de perecer. Um bom exemplo disto são as Cooperativas da Região Sul do Brasil. Nesta perspectiva, tem-se o caso da COOPEROESTE²¹⁵ que trabalha com Produtos da Reforma Agrária através da marca Terra Viva²¹⁶.

O assentamento é o local onde o MST constrói a crítica material de sua existência. Para Souza (p.15)

A discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de meados da década de 80, devido ao aumento do número de assentamentos no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. Assim, as formas organizativas de produção são pensadas a partir da idéia de cooperação agrícola, seja ela coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras.

A orientação geral do Movimento tem como busca a gestação de homens “*humanistas e socialistas*”. Todas as formas de organização nos acampamentos e nos assentamentos procuram efetivar, ao máximo possível práticas nesta direção. Entretanto, a forma de efetivação destes princípios depende dos homens de

²¹⁴ No que pese o Movimento dizer que os compromissos são diferentes dos do capital.

²¹⁵ Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste

²¹⁶ Para maiores informações ver site: www.terravivasc.com.br.

carne e osso que integram o Movimento. Por conseguinte o alcance dos objetivos varia de lugar para lugar, de região para região e até mesmo pode apresentar diversos comportamentos no interior de um mesmo acampamento ou assentamento.

No Estado do Maranhão pode-se evidenciar várias singularidades comparadas, por exemplo, com a materialidade do MST na região Sul do Brasil. No Maranhão a luta concentra-se basicamente na demanda por recursos públicos. Não se apresentam significativos avanços no campo da produção material com base nas Cooperativas de Produção.

O Movimento tem servido como esperança para muitos bagaços humanos resgatarem a esperança de viver. Sobre isto veja o relato seguinte:

Antes vivíamos separados e desorganizados cada família sozinha, ia remediando um problema aqui, outro lá e se sentia pequena e fraca com a falta de emprego, de terra, de casa, de escola. A fome e a doença apertando e a revolta crescendo.

E não conseguia ver que outras famílias, outros trabalhadores, também sofriam igual e pelos mesmos motivos.

E isso aumentava a solidão e o isolamento. A gente ia se encolhendo, se escondendo, achando que a culpa era nossa, que a gente não era capaz. E fugia, muitas vezes, para a bebida, que trazia violência para dentro de casa e despejava na esposa e nos filhos a culpa e a revolta.

Tínhamos necessidade de muita coisa. De viver como gente, de ser respeitado, de ser ouvida, de ser compreendida. Parecia que vivíamos num mundo de ausência de estranhamento da gente mesmo – a gente não se gostava mais, não se tinha respeito, nem pela casa e nem pela família. Às vezes, nem vontade de mudar.

E, com tantos problemas parecidos, era cada um por si. Ficamos embrutecidos e individualistas com a opressão e o abandono (MST, 2001:158).

O MST tem servido, para muita gente como “Luz e esperança de uma sociedade”, onde as pessoas se sintam, minimamente, gente²¹⁷.

A expectativa do Movimento é de que:

A luta vai transformando a vida e o jeito da gente ver as coisas. Já não estamos mais sozinhos e isolados. Passamos a viver em comum, em comunidade, onde a união e a organização tomou o lugar do isolamento e solidão de antes trouxe a esperança e a alegria. Estamos lutando para garantir os nossos direitos para preencher a falta e as necessidades.

No lugar da mesquinhez e do individualismo, de pensar só na gente,

²¹⁷ “Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista” é o subtítulo da dissertação de Marlene Grade (Ver: GRADE, 1999).

estamos conhecendo e aprendendo a solidariedade, a pensar no coletivo, na comunidade. Em dividir responsabilidades.

No lugar da opressão, estamos construindo a libertação, a igualdade e o respeito entre homens e mulheres, pais e filhos, adultos e crianças. Estamos construindo uma nova cultura que preserva a saúde e não a doença. E transformando nosso jeito de viver em comunidade (MST, 2001:159).

A tentativa de fazer-se diferente, isto é, de uma maneira superior, longe de destruir ou negar a importância das forças produtivas, deve ser através da apropriação de seus elementos. As forças produtivas não são do capital, portanto, não é um mal produzido pelo capitalismo, a ele transcende. Elas podem ser consideradas ontologicamente, como patrimônio da humanidade. É um legado das gerações pretéritas para as gerações futuras.

No primórdio do modo de produção capitalista as forças produtivas potencializam o surgimento e desenvolvimentos da burguesia e do proletariado, para depois de seu amadurecimento, isto é, na forma de grande indústria moderna, transformar-se em força destrutiva das próprias relações sociais burguesas. Tornaram-se destrutivas a partir de determinado grau de utilização sob a racionalidade do capital. As forças produtivas não só servem para produção na forma de monoculturas. O que torna necessário uma nova racionalidade, a racionalidade humana de utilização e aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho humano e social. Na medida em que dispensa trabalho humano no processo imediato de produção da riqueza social, as forças produtivas se apresentam como meio de emancipação humana.

6.4. O MST e a transitoriedade

As contradições da transitoriedade manifestam-se por vários movimentos: ora identificados como avanços, ora como recuos. São contradições inerentes à determinadas épocas históricas. Elas devem-se ao fato de forjar uma luta com base na reunião de homens de carne e osso, muitas vezes mais osso do que carne. São homens dotados de necessidades de viver, de se reproduzir, mas que só o fazem pela cooperação e esta cooperação forjando a consciência de homens historicamente determinados; homens sujeitos históricos produtos de uma

geração e determinados a transformarem a realidade em que vivem (um que fazer teleológico).

É certo que é preciso de lideranças para mobilizar o povo. Entretanto, a mobilização só é possível se existirem as condições materiais. No caso do MST é a falta de condições materiais para a produção da vida que faz com que não reste outra alternativa a não ser a luta. Na luta encontram meios para possibilitar a produção da vivência, de novas necessidades, da reprodução ainda que de homens bárbaros (na condição de bestas de carga, homens do trabalho). A cooperação como imposição do ser social parece ser um dos elementos que junto com a consciência poderá engendrar elementos do novo. Cooperação e consciência são os aspectos da produção da vida que possibilitam o despertar para a emancipação, ou seja, para a produção da vida para além das relações sociais burguesas das quais estes homens do MST já foram materialmente regurgitados.

Não é certamente do mundo das idéias que nasce o MST, mas do mundo dos homens, estes bagaços humanos moídos e jogados fora para serem queimados. São seres em decomposição os que constroem uma base material como gênese de novos seres históricos? É uma espécie de biomassa responsável pela geração da energia que move o novo?

O MST não é aqui apreendido simplesmente como o novo nem como o velho, mas como ser transitório cuja existência decorre do regurgitamento de homens da relação social do capital.

As lutas resultam da decomposição da grande indústria na medida em que ela se transforma numa materialidade onde cada vez menos precisa de homens para o processo imediato de produção da riqueza social.

A intencionalidade da organização dos homens imprime ao movimento uma ação teleológica. São tentativas de transformar os homens tomando como fundamento a produção para produzir novos homens. É a união para a produção de homens históricos. Neste aspecto já se pode falar numa geração de homens sem-terra (O movimento já completou 20 anos de institucionalização enquanto MST). O fruto do MST já completou seu ciclo produtivo de maneira que pode ser

observado pelo seu processo de reprodução.

Aliás, uma das virtuosidades do Movimento é que não se enquadra nem nos padrões da luta operária em decomposição nem dos sindicatos de trabalhadores rurais como se apresentavam tradicionalmente no Brasil. São semelhantes aos plebeus da idade média que, como observou Engels, são desprovidos de tudo na sociedade. Não têm pelo que lutar na sociedade capitalista.

Ao contextualizar a atuação do MST, Aued (1997:227-228) destacou que:

O MST atua num contexto em movimento que contém uma singularidade: surge numa época em que uma forma social não se sustenta e tampouco a outra forma social não consegue explicitar-se. Aí esses personagens sociais travam embate, lutam e expõem suas armas. As armas que MST utiliza nem sempre são imediatamente claras. O historiador Jacob Gorender afirma que são empregadas táticas radicais com objetivos não radicais. independentemente da concordância com esta assertiva, ela aponta a complexidade da trama que envolve o movimento da luta pela terra no limiar do século XXI.

A forma de apreensão de nossa autora apresenta um movimento onde não se tem uma clareza dos seus rumos nem dos seus desdobramentos. Isto nos parece ser característico de um período de transição onde o novo brota e o velho reage.

Entretanto, chega-se a um ponto em que se impõe transcender a forma posta porque ela não dá conta de produzir a existência humana. A simples reprodução apresenta a crítica de onde vai dar. Retorna-se às velhas impossibilidades.

Reproduzir-se pelas velhas formas e relações é o que se impõe imediatamente. O novo continua como busca, como desafio, segundo a própria animação do MST “*tem que cavocar*”.

A velha divisão do trabalho não dá conta de produzir a existência de homens humanizados. Procurar refazer os processos históricos anteriores de os homens viverem para trabalhar, de manutenção da velha divisão do trabalho, não sustenta a organização e animação dos homens que fazem o MST ou qualquer outra forma de mobilização que coloque o novo como possibilidade.

A luta que se coloca é a luta pela emancipação humana. É a emancipação

humana faz-se pelo trabalho e não no trabalho. Não se sustenta mais a idéia segundo a qual o trabalho humaniza. Agora trata-se da humanização do homem pelo trabalho como algo externo aos homens (materializado em meios de produção que produz meios de produção).

Nos assentamentos faltam as forças produtivas. Retorna-se ao tormento do trabalho numa forma que não dá mais conta de reproduzir satisfatoriamente a vida humana. A história mostra a crítica. Não depende de cientistas ou outros especialistas para esta percepção. A história já se faz consciência nos exemplos dos experimentos socialistas da Rússia, de Cuba. Não basta juntar os homens, as forças produtivas desenvolvidas tornam-se condição “*sine qua non*”.

Uma grande limitação do Movimento está em que procura construir sujeitos novos com a educação para o trabalho (trabalho das mãos), considerando-o como fundamento do desenvolvimento social e humano; formação no e para o trabalho produtivo e na formação da consciência social e política. Este encaminhamento como práxis do movimento implica não apenas numa crítica às forças produtivas desenvolvidas sob a mediação do capital, mas na tentativa de sua destruição.

Vêm as forças produtivas atualmente postas apenas a serviço do capital e como processo de destruição do trabalho, portanto negação do homem e devastadora da natureza. O Movimento se posiciona contra o uso de tecnologias porque elas acomodam os homens e causam a ociosidade de uma grande massa de trabalhadores assalariados. Em síntese tem-se que:

Quanto ao aspecto tecnológico, deveremos destacar o aspecto dos insumos industriais tradicionalmente utilizados (veneno, adubo, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam as pessoas e a natureza, que nos acomoda, deteriora os solos e nos torna dependentes das empresas multinacionais.

Deveremos revelar aos acampados que o modelo de monocultura mecanizada e química só serviu aos interesses dos capitalistas e não é adaptada às nossas características. As nossas famílias possuem grande número de pessoas para o trabalho e têm pouco capital. A lógica da monocultura é justamente o inverso: poupa mão-de-obra e é intensiva em capital (precisa de muito dinheiro para paga hora/máquina, comprar veneno, adubo, semente, etc) (MST, 2001:90).

Por outro lado, consideram que a opção por um modelo agroecológico deve ser o caminho a seguir. Para eles:

Assim a agroecologia deverá orientar as nossas atividades produtivas. Deveremos buscar condições para que os(as) assentados(as) se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social (MST, 2001:90).

Como isto pode ser engendrado em face do ser social universalizado? Este processo dá conta da produção de elementos da emancipação humana, diante das necessidades postas no atual estágio de produção da vida?

Para o Movimento a consciência de classe é a base para a ação transformadora da sociedade cujo caminho é a tomada do poder pela classe dominada. Como os judeus limitam-se à luta pela emancipação social.

Outra grande limitação está em querer mobilizar as pessoas em torno da vida no campo num momento em que menos de 20% da população brasileira ainda habita o meio rural. Isto ocorre num tempo em que se trata da superação de todas as relações atualmente presentes, entendidas como entraves ao pleno desenvolvimento humano. Em sendo assim, a mobilização seria em torno de uma sociedade diferente, da sociedade comunista, cujos elementos estão se pondo de pé, na alienação plena dos homens, no ser social universalizado²¹⁸.

As contradições do MST são da própria natureza das relações sociais atualmente postas. Se por um lado, são radicais quando das ocupações de terras e da construção de acampamentos, por outro lado, quando da formação dos assentamentos as coisas se tornam um pouco mais complexas. Apresenta-se a necessidade de recuo para garantir a produção da existência social. Impõe-se a necessidade de reproduzir as relações sociais burguesas. Muitos não conseguem romper com a busca da propriedade privada. Quando os projetos engendrados coletivamente não apresentam resultados, o retorno à luta pela propriedade privada, pelo individualismo ganhar reforço.

São grandes os desafios de procurar fazer diferente. Em primeiro lugar, é

²¹⁸ Compreendemos a dificuldade de colocar este objetivo claramente no processo de formação de militantes e na formação de acampamentos e, sobretudo, dos assentamentos devido à heterogeneidade da base que forma o MST. Ainda que uma nova sociedade seja o principal objetivo da mobilização, na consciência de seus dirigentes, isto não pode ser colocado imediatamente. Isto pode decorrer de toda a carga ideológica negativa construída na opinião pública do socialismo e do comunismo como imagens do mau, como representações do demônio.

uma dificuldade tentar reproduzir uma consciência de trabalhadores rurais e de que é necessário educar para a manutenção de pessoas no campo, “[...] *proporcionando trabalho, moradia, educação, produção de alimentos e um espaço de integração e convivência social*”, assim como, “*Atacar os elementos centrais do modelo das elites, como os transgênicos, importações agrícolas, o monopólio das multinacionais do comércio agrícola, agroindústrias, etc. e seus efeitos: exclusão social, o êxodo rural, o crescimento da miséria, a violência e a desintegração social*” (MST, 2001:46).

Em segundo lugar, a luta política é uma ferramenta, mas não é suficiente para provocar a transformação da sociedade. As forças produtivas do trabalho social e humano é um vetor-força mais importante na medida em que é uma pré-condição para a efetivação de transformações sociais. Sendo que estas transformações passam pela emancipação dos homens da necessidade de trabalhar para viver e viver para o trabalho.

No início do século XXI, o MST apresentou uma nova versão de sua Cartilha “Construindo o Caminho”, uma síntese de seu que fazer incluindo desde a organização das ocupações, até os detalhes das relações de convivência e de comportamento nos assentamentos, assim como as mediações com outras organizações e movimentos sociais que visam a transformação da sociedade. Neste processo, o engendramento de novas relações sociais solidárias e humanas tem início nas reformulações das relações que encontram nos homens que se tornam MST em assentados e aparecem como preocupações para com as gerações futuras. São atualizações frutos de uma experiência de 15 anos em 23 Estados brasileiros. É quando os elementos do novo requerem uma base material para se efetivar. É quando a transitoriedade passa das formulações para a base material. São as novas necessidades de homens reais. Entram em choque as velhas e as novas relações sociais.

Para Gohn este momento foi marcado um processo de redimensionamento da luta do MST. Assim disse (GOHN, 2000:116-117):

Nos anos 90, o MST fez uma revisão em seus fundamentos ideológicos ocasionando uma reorientação nos cursos, cartilhas e material de formação de suas lideranças. A linha adotada passou a ter um discurso

menos radical e o socialismo passou a ser redefinido em termos de justiça social. Reivindica-se não um modo de produção, mas um modo de produção capitalista diferenciado, onde a propriedade privada, o mercado, as relações de trabalho etc. não são abolidos, mas revistos segundo os princípios de uma democracia tida como radical. Se buscarmos compreender o quadro teórico que sustenta as novas orientações político-ideológicas do movimento, veremos que ele é bastante preso às concepções clássicas da esquerda. Há ainda a predominância das categorias macroestruturais, com preocupação de entendimento do cenário econômico; a ênfase na formação da consciência nas lideranças, principalmente entre os jovens selecionados para participarem de seus cursos e seminários, e a preocupação com a organização dos sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos.

As limitações da base material mostram até onde se consegue avançar no processo de produção de relações para além das mediações do capital. O estudo de Aued (1995) sobre a produção da existência na Rússia (1921-1929) ainda nos serve como crítica materializante de como não se constrói um processo de superação da reprodução das relações sociais burguesas. Não se consolida uma nova sociedade sem que as condições de reprodução da atual sociedade estejam completamente esgotadas.

6.5. Singularidades da luta de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão

Para além das heranças históricas, como em outras situações singularizadas, a mobilização do MST, no Maranhão, pode ser considerada como produto de três impossibilidades. A primeira é a de produzir a existência - em condições mínimas necessárias, conforme os próprios padrões convencionados internacionalmente - sem meios de produção como postos pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social na sociedade burguesa. A segunda está relacionada à impossibilidade de retroagir às formas pretéritas, como querem os que se referenciam na agricultura familiar/camponesa. A terceira é a impossibilidade de engendramento de novas relações sociais superiores às relações sociais burguesas. Como observou Aued (1999:110-112):

O MST atua num contexto em movimento que contém uma singularidade: insurge-se em uma época em que uma forma social não se sustenta e tampouco a outra forma social não consegue explicitar-se [...] (p. 110).

Na trama do tecido social os personagens sociais são estrategistas, valem-se de muitas formas na luta que possui vencedores e vencidos. Ora eles se apresentam indefinidos, ora camuflados, ou, ainda, mostram-se amalgamados. Estas manifestações são próprias de uma época social em que o velho não consegue mais sobreviver e, no entanto, o novo ainda não consegue nascer [...] (p. 111).

O MST é problema porque desvela a impossibilidade social de existência de um contingente significativo de seres humanos, porque põe a nu a trama social que exclui seres humanos que, hoje, se determinam **sem-terra** (gritos da autora) (p. 112).

A materialidade tem revelado, entretanto, que enquanto for possível sobreviver, reproduzir o velho, mesmo que degenerativamente, em decomposição, o novo não se explicita. O MST, no Maranhão, é um importante desvelar do processo. Ele é também produto da luta histórica de homens reais na busca para a produção da existência frente aos impedimentos e/ou condicionamentos impostos pelas formas mais desenvolvidas de acumulação de capital.

No Maranhão, dadas as tensões existentes, as dificuldades então postas, não foi muito difícil para que boa parte dos que lutam pela terra, por Reforma Agrária e pela justiça no campo assumissem as formas propostas pelo MST. Aliás, lideranças da luta por Reforma Agrária e justiça no campo estiveram presentes no Encontro de Curitiba que se tornaria marco da institucionalização do MST.

Os trabalhadores que formam o MST no Maranhão podem ser subdivididos em três grupos básicos, a saber: 1) os que são posseiros, parceiros e ocupantes de terras; 2) os que são assalariados no campo e 3) os que foram expulsos do campo e vivem precariamente nas periferias das cidades. Todos eles vêm, no Movimento, a possibilidade de efetivação de algumas condições para a produção do comer, do beber, do vestir, de habitar, etc. O processo de formação do Movimento ainda sugere a possibilidade de construção de relações sociais e humanas superiores às existentes, ou seja, às relações de produção da existência sob a mediação do capital.

Inicialmente a mobilização envolveu as ações da Igreja Católica através da CPT, lideranças históricas da luta pela terra no Maranhão a exemplo de Manuel

da Conceição²¹⁹, do CENTRU e de novas lideranças que participaram da mobilização em torno da criação do MST. Como explicitou Fernandes (2000:121):

A construção do MST no Maranhão começou em 1985. No Primeiro Congresso participaram diversas lideranças camponesas de trajetória histórica na luta pela terra. Esses trabalhadores eram fundadores do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), localizado no município de Imperatriz, no oeste maranhense. O CENTRU era coordenado por Manuel da Conceição, liderança histórica do movimento camponês.

O CENTRU e o MST atuaram conjuntamente na luta pela Reforma Agrária no Maranhão, mas, também na luta, cada um foi tomando seu caminho. Segundo Fernandes (2000:122-123):

Nesse contexto de lutas, também surgiram divergências entre o CENTRU e o MST, quando vieram militantes de outros estados para contribuir com a construção do Movimento no Maranhão. O CENTRU e o MST são duas formas de organização social distintas. O CENTRU é uma entidade de apoio à luta dos trabalhadores e ocupava-se de formação política e organização da oposição sindical. O MST não é uma organização de apoio à luta, sempre se construiu como uma organização dos sem-terra, portanto, o Movimento é uma organização que faz a luta.

[...] O MST se identificava como uma articulação autônoma de camponeses, enquanto o CENTRU defendia que o sindicato era a principal forma de organizar a luta pela terra.

Embora o CENTRU tivesse, inicialmente, maior capacidade de articulação e mobilização, o MST foi se firmando na segunda metade da década de 1980. Neste processo foram marcantes as ocupações das fazendas Itacira, também denominada de fazenda Criminosa, Gameleira e Jussara, no município de Imperatriz, da fazenda Terra Bela, no município de Santa Luzia, da fazenda Serafim, no município de Estreito e da fazenda Diamante Negro, no município de Vitória do Mearim.

A mobilização do MST, no Movimento, procura seguir os princípios nacionalmente definidos. Não obstante, existem importantes singularidades que se refletem nas formas também singulares de aqui se materializarem. A história

²¹⁹ Manuel da Conceição Santos, nasceu em 1935, na localidade Pedra Grande (no então município de Coroatá. Depois do desmembramento a localidade passou a pertencer ao município de Irapemas), no Estado do Maranhão. Manuel da Conceição migrou várias vezes, em função da expulsão de sua família das terras onde trabalhavam. Em 1962, fundou o sindicato de trabalhadores rurais no município de Pindaré-Mirim. Durante a ditadura militar, sofreu várias perseguições. Em 1968 foi baleado, quando perdeu uma perna. Em 1972 foi preso, barbaramente torturado. Foi julgado e absolvido em 1975. Posteriormente foi para a Região Sul do Brasil e foi novamente preso. Em 1976 exilou-se na França, voltando ao Brasil em 1979. O próprio Manuel da Conceição contou sua história na entrevista, editada em livro *“Essa terra é nossa”*. (Ver: CONCEIÇÃO, 1980).

de cada ocupação contribuiu para a consolidação do Movimento no Estado do Maranhão, apresentando a marca das circunstâncias de seus acontecimentos.

Na segunda metade da década de 1980 aconteceram as lutas em torno das conquistas de acampamentos e formação de assentamentos ou, como na formulação de Fernandes (1999), aconteceu o processo de “*formação e territorialização*” do Movimento.

Em 1990 aconteceu um acirramento entre o jeito de lutar pela Reforma Agrária do MST e o poder policial instituído, particularmente, as polícias militar e federal. Enquanto, por um lado, as instituições policiais tentavam dismantelar o Movimento através de intimidações, ações de despejos, prisões de lideranças e tentativa de dispersão de trabalhadores rurais, por outro lado, as ocupações, reocupações, manifestações públicas e denúncias contribuíram para o fortalecimento da luta do MST no Maranhão. Nesse processo foram marcantes as lutas envolvendo a fazenda Cupuzal, no município de Imperatriz e a fazenda Ferrugem, no município de João Lisboa, ambas na chamada Região Tocantina (na microrregião de Imperatriz).

Para Miranda (2003:127), a ocupação da fazenda Gameleira, em 1989, foi um importante marco para o MST no Estado do Maranhão. Foi quando o Movimento passou a ter autonomia política e organizativa. As ocupações passaram a ter por base a formação de militantes para ocupar e resistir. As lideranças passaram a ser vinculadas e/ou originárias da própria base do MST. As relações institucionais do Movimento passaram a ser com a CPT, a Cáritas e sindicatos progressistas. A partir de então se avançou no processo de territorialização. Para a autora, a ocupação da fazenda Diamante Negro/Jutay, no então município de Vitória do Mearim²²⁰ passou a ser uma nova expressão do MST no Maranhão. Num quadro resumido das ações do MST, no Maranhão, até 1990, tem-se o seguinte:

Tabela 11 - Assentamentos feitos pelo MST no período 1986 a 1990, no Maranhão

Nome/Área	Município	Ano	Área/ha	Famílias
Capoema	Santa Luzia	1986	60.000	537

²²⁰ Depois da criação de novos municípios no Estado do Maranhão, em 1997, o Assentamento Diamante Negro/Jutay, passou a pertencer ao município de Igarapé do Meio.

Itacira	Imperatriz	1987	5.000	250
Terra Bela	Buriticupu	1987	4.000	450
Gameleira	Imperatriz	1988	2.000	144
Diamante Negro/Jutay	Igarapé do Meio	1989	8.400	500
Jussara	Imperatriz	1989	1.300	200
Serafim	Estreito	1989	1.100	70
Uberaba	Imperatriz	1990	1.500	800
Total			83.300	2.951

FONTE: MST/MA, apud MIRANDA, 2003:128.

No período mostrado na tabela acima o MST conquistou oito assentamentos envolvendo 83.300ha de terra e 2.951 famílias.

A crise política e institucional, do início da década de 1990, afetaria a trajetória do MST. Se a Constituição de 1988 foi considerada como uma vitória dos latifundiários, particularmente os vinculados à UDR, a eleição de Fernando Collor de Melo traria novas frustrações para o Movimento. A Reforma Agrária sofreu sérios impactos e os militantes do MST foram duramente perseguidos. Foi um importante momento para o Movimento. Este voltou-se, então, para estudos, reflexões e avaliações de suas práticas e sobre as formas de avançar na luta. A partir deste processo, o Movimento passou a combinar, em suas ações, estratégias de ocupações simultâneas, caminhadas, marchas, ocupações de prédios públicos, manifestações em frente às sedes estaduais do INCRA e de agências bancárias, dentre outras formas de manifestação e protestos.

Segundo Miranda (2003:134), o ano de 1993 pode ser considerado como um importante marco na consolidação e legitimação do MST perante a sociedade maranhense. Este processo teve como fato uma marcha que percorreu 200 quilômetros do município de Vitória do Mearim, na Baixada Maranhense, até a capital São Luís. Conforme a autora:

[...] denominada de “Caminhada da Esperança”, contra a Fome, por Terra, Trabalho, Justiça e Produção. Foram dez dias de caminhada, na qual homens, mulheres e crianças percorreram 200 quilômetros, com o manifesto propósito de chamar a atenção da sociedade maranhense, não só para a necessidade de reforma agrária, mas também para o problema do desemprego, para a impunidade dos crimes e violência cometidos contra trabalhadores rurais na disputa pela terra.

A caminhada foi um momento importante para o MST no Estado, porque era a oportunidade de publicizar o MST para a sociedade maranhense, mostrar os símbolos (a bandeira vermelha, o boné, a camiseta), as músicas, o próprio trabalhador rural sem-terra e expressar porquê da luta, lutavam por direitos, pela vida [...] (MIRANDA, 2003:134).

Miranda ainda destaca outras marchas como atividades importantes do fazer-se do MST no Estado do Maranhão a exemplo das realizadas em 1994 entre os municípios de Santa Rita e São Luís; a marcha que percorreu 600 km entre Imperatriz e São Luís ocorrida em 1987 e outra marcha, ocorrida em 1998, que cobriu, simultaneamente, quatro percursos entre os municípios, a saber: de Buriti de Inácio Vaz a Coelho Neto, de Chapadinha e São Luís, de Porto Franco a Imperatriz e de Trecho Seco a Açailândia (MIRANDA, 2003:137-138).

Nos acampamentos e nos assentamentos foram realizados trabalhos de conscientização no sentido de que os estudos são importantes, meios de conhecimento crítico da realidade local e do meio social geral no qual vivem. Os sem-terra procuraram afirmarem-se como sujeitos do processo social do qual participam, isto é, são integrantes. A busca de afirmação e de avanço teve como preocupação maior a produção de uma consciência crítica e engajada.

Ao mesmo tempo, o processo apresentou certos limites na medida em que a vontade dos ocupantes da terra era para que suas condições de vida melhorassem. Para tanto, impõe-se que forças produtivas sejam apropriadas materialmente e que estas forças produtivas sejam, pelo menos, as que já se apresentam como crítica material da produção da existência social. Máquinas e implementos agrícolas, apoio técnico em produção, cooperação e administração são consideradas importantes elementos para mobilizar o processo de produção da existência social e humana.

6.5.1. Acampamentos e assentamentos do MST no Estado do Maranhão

A existência de muitas terras sem definições sobre a situação da propriedade (muitas terras devolutas); as situações de tensões e conflitos - que colocam a discussão sobre a Reforma Agrária em evidência -; as políticas de remanejamento de excedentes populacionais do semi-árido nordestino e os incentivos públicos são importantes aspectos da questão agrária no Maranhão.

Em função desse conjunto de fatores, de uma forma ou de outra, os dados evidenciam o Estado do Maranhão entre os que apresentam historicamente um

grande número de assentamentos²²¹. Além das ocupações do MST, outros movimentos aumentaram suas conquistas. Não obstante, sob pressões, de STR's, da FETAEMA, da CONTAG, da CPT, etc., tanto o INCRA quanto o ITERMA efetivaram algumas políticas de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra no Maranhão. Por esta razão, algumas das microrregiões maranhenses aparecem dentre as que apresentam maiores quantidades de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (Ver Tabela 12).

Tabela 12 - BRASIL – Microrregiões com maior número de assentamentos (1942 – 2004) – Reforma Agrária.

Colocação	Microrregião	UF	Nº Assentamentos	Nº Famílias
1º	PINDARE	MA	132	26.835
2º	BAIXO PARNAIBA PIAUIENSE	PI	113	9.543
3º	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	105	6.497
4º	MARABA	PA	103	14.216
5º	BICO DO PAPAGAIO	TO	93	6.083
6º	TUCURUI	PA	79	17.901
7º	BAIXADA MARANHENSE	MA	79	7.426
8º	MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA	PE	78	5.277
9º	GUARAPUAVA	PR	68	5.323
10º	LENCOIS MARANHENSES	MA	68	4.708
11º	REDENCAO	PA	67	7.571
12º	ILHEUS-ITABUNA	BA	67	3.428
13º	PETROLINA	PE	64	3.713
14º	CONCEICAO DO ARAGUAIA	PA	63	15.557
15º	GURUPI	MA	61	16.408
16º	RAGUAINA	TO	61	4.861
17º	NORTE ARAGUAIA	MT	59	14.813
18º	MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	58	4.990
19º	TERESINA	PI	56	2.529
20º	MEDIO MEARIM	MA	54	5.933
21º	SERRAS DE SUDESTE	RS	54	1.857

Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ANOTER – Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra. Sistematização de dados – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera nera@prudente.unesp.br

A tabela acima mostra que no “ranking” das microrregiões brasileiras com maior número de assentamentos o Maranhão ocupa importantes colocações, a saber: a microrregião Pindaré ocupa a primeira colocação com 132 assentamentos, a Baixada Maranhense ocupa a sétima posição com 79 assentamentos, Lençóis Maranhenses ocupa a décima posição com 68 assentamentos, Gurupi ocupa a décima quinta posição com 61 assentamentos e

²²¹ Segundo levantamento feito por José de Ribamar Sá Silva, junto ao INCRA, em 2006 o Estado do Maranhão contabilizava 826 assentamentos de reforma agrária, sendo o Estado com maior número de assentamentos (11,68% do total), ocupando uma área de 4.098,612,99 hectares, com uma média de 4.962,00 por assentamento. No total são 94.343 famílias o que dá uma média de 13,43% das famílias assentadas no Brasil (SILVA, 2006:211).

Médio Mearim ocupa a vigésima posição com 54 assentamentos²²².

Uma importante questão do MST é a vinculação dos homens com a terra. O Maranhão se tornou uma passagem do território da seca do Nordeste (semi-árido) para o Garimpo na região amazônica. Não é um ponto de passagem voluntário, mas é resultado da pressão dos que se arvoram donos das terras e a requerem para subtrair para si recursos públicos. A luta para ficar na terra tem resultado em muita violência por parte de quem domina o acesso e a propriedade.

Portanto, as raízes do MST no Estado do Maranhão estão relacionadas com o movimento migratório de outras partes da Região Nordeste, expulsos pelas secas ou estimulados pelas políticas migratórias do Estado Brasileiro. Na segunda metade do século XX o acirramento dos conflitos relacionados à posse e uso da terra tornou-se um processo bem claro.

Quanto ao processo de organização do povo para ocupação da terra, embora existam certas dificuldades, o Movimento apresentou importantes resultados concretos. Não é difícil reunir regurgitados das relações sociais burguesas sob a promessa de uma produção mais digna da existência. Este argumento se baseia na necessidade de união e solidariedade humana para a solução de problemas que afligem determinadas camadas da sociedade. Como resultado da mobilização, em 2002, o MST tinha, sob o seu domínio, 48 assentamentos e 17 acampamentos, envolvendo um total de 7.833 famílias (Tabela 11).

Tabela 13 - Assentamentos e acampamentos do MST no Maranhão (08/02)

Situação	Quantidade	Nº de Famílias	Nº aproximado de pessoas
Assentamento	48	5.880	29.400
Acampamento	17	1.953	9.765
Total	65	7.833	39.165

FONTE: Secretaria Estadual do MST/MA, ago./2002.

Os assentamentos do MST concentram-se principalmente na mesorregião Oeste do Estado do Maranhão e se expande pela mesorregião Leste, passando pela mesorregião Centro. As áreas de atuações coincidem com as resultantes do processo de devastação das florestas pelos madeireiros e antigas áreas de

²²² Estes números se referem aos assentamentos em geral, como visto, desde 1942. O que ocorreu foi que com a atuação do MST no Maranhão o processo de Reforma Agrária teve um importante impulso no Estado.

plantação de arroz. As áreas de ocupações do Movimento, em grande medida, estão na chamada área de influência da Estrada de Ferro Carajás.

A tabela abaixo mostra os assentamentos do MST, no Maranhão, destacando os municípios onde se localizam e as quantidades de famílias que ocupam cada assentamento. Conforme os dados, no total dos assentamentos encontram-se 5.880 famílias ou cerca de 29.400 pessoas²²³.

Tabela 14 – Distribuição territorial dos assentamentos do MST no Maranhão (08/02)

Ordem	Nome da área	Município	Nº de Fam
1	01 de Maio	Davinópolis	38
2	03 de Agosto	Lajeado Novo	70
3	04 de Maio	Pedro do Rosário	30
4	07 de Maio – CIKEL	Buritcupu	265
5	11 de Junho – CIKEL	Buritcupu	257
6	28 de Agosto	Newton Belo	43
7	50 BIS	Açailândia	200
8	Açaí – SUDAM	Açailândia	500
9	Alegria	Davinópolis	49
10	Amazônia	Bom Jardim	161
11	Balaiada	Nina Rodrigues	64
12	Brasilândia – CIKEL	Buritcupu	212
13	Brejo da Ilha	Estreito	103
14	Califórnia	Açailândia	181
15	Califórnia II	Buritcupu	155
16	Casa Branca	Itinga	52
17	Chico Mendes	Bom Jesus das Selvas	204
18	CIGRA	Lagoa Grande	615
19	Conceição Rosa	Itapecuru-Mirim	99
20	Curitiba	Amarante	53
21	Diamante Negro –Jutaí	Igarapé do Meio	270
22	Gameleira	Governador Edison Lobão	64
23	Itacira - Criminosa	Imperatriz	137
24	Juçara	Davinópolis	55
25	Lagoa	Açailândia	55
26	Maravilha	Porto Franco	55
27	Margarida Alves	Monção	100
28	Nascente do Rio Azul	Bom Jardim	92
29	Nossa Senhora Aparecida	Bom Jesus das Selvas	132
30	Nova Conquista	Açailândia	136
31	Nova Vitória	Açailândia	64
32	Novo Horizonte	Montes Altos	50
33	Oziel I – Aldeia da Barra	Sítio Novo	60
34	Oziel II	Açailândia	90
35	Padre Josimo	Presidente Vargas	103
36	Padre Trindade	Vargem Grande	35
37	Palmares – Nutrinorte	Governador Edison Lobão	94
38	Palmares II	Nina Rodrigues	280
39	Placas	Chapadinha	40
40	Roselli Nunes	Bom Jesus das Selvas	157
41	Santa Rita	Nina Rodrigues	20
42	São Domingos	Nina Rodrigues	60

²²³ Este cálculo leva em conta que as famílias que habitam o meio rural maranhense têm, em média, cinco pessoas.

43	São José	Montes Altos	50
44	Serafim	Estreito	35
45	Tabocão – CIKEL	Buriticupu	154
46	Vila de Fátima	Coelho Neto	42
47	Vila Esperança	Monção	59
48	Vila Esperança	Nina Rodrigues	40
Total de famílias			5.880
Total aproximado de pessoas			29.400

FONTE: Secretaria Estadual do MST/MA, agosto/2002.

Na década de 1990 o MST alcança a marca de 48 assentamentos. Isto demonstra um importante crescimento se comparado à década de 1980 quando se tinha apenas oito assentamentos em 1989. Estes assentamentos se distribuem por três mesorregiões. A chamada região tocantina é a que concentra o maior número de assentamentos, com especial destaque para o município de Açailândia com sete assentamentos.

Em 2002 o MST mantinha 17 acampamentos no Estado do Maranhão. Para o Movimento isto é de suma importância na medida em que o período se torna difícil para a expansão do MST via novas ocupações.

Tabela 15 – Distribuição territorial dos acampamentos do MST no Maranhão (08/02)

Ordem	Nome da área	Município	Nº de Fam
1	17 de Abril	São Pedro dos Crentes	28
2	28 de Fevereiro	Pedro do Rosário	60
3	Alta Floresta	Amarante	147
4	Baturité	Chapadinha	125
5	Boa Esperança	Bom Jesus das Selvas	160
6	Boa Esperança	Nina Rodrigues	25
7	Cabanagem	Matões do Norte	400
8	Carlos Marighela	Buriticupu	60
9	Che Guevara	São João do Paraíso	64
10	Dona Creusa	Amarante	157
11	Fazenda Boa Esperança	Bom Jesus das Selvas	280
12	Jerusalém	Pedro do Rosário	100
13	Mangueira	Nina Rodrigues	80
14	Padre Josimo	Buritirana	55
15	Paulo Freire	São Pedro dos Crentes	62
16	Rio dos Bois	Bom Jardim	120
17	São João	Monção	30
Total de Famílias			1.953
Total aproximado de pessoas			9.765

FONTE: Secretaria Estadual do MST/MA, agosto/2002.

Dadas às dificuldades de expansão das ocupações massivas, neste início de milênio, o MST volta-se principalmente para a resolução de problemas internos dos acampamentos e dos assentamentos.

O mapa abaixo destaca os municípios onde existem acampamentos e

assentamentos do MST no Estado do Maranhão.

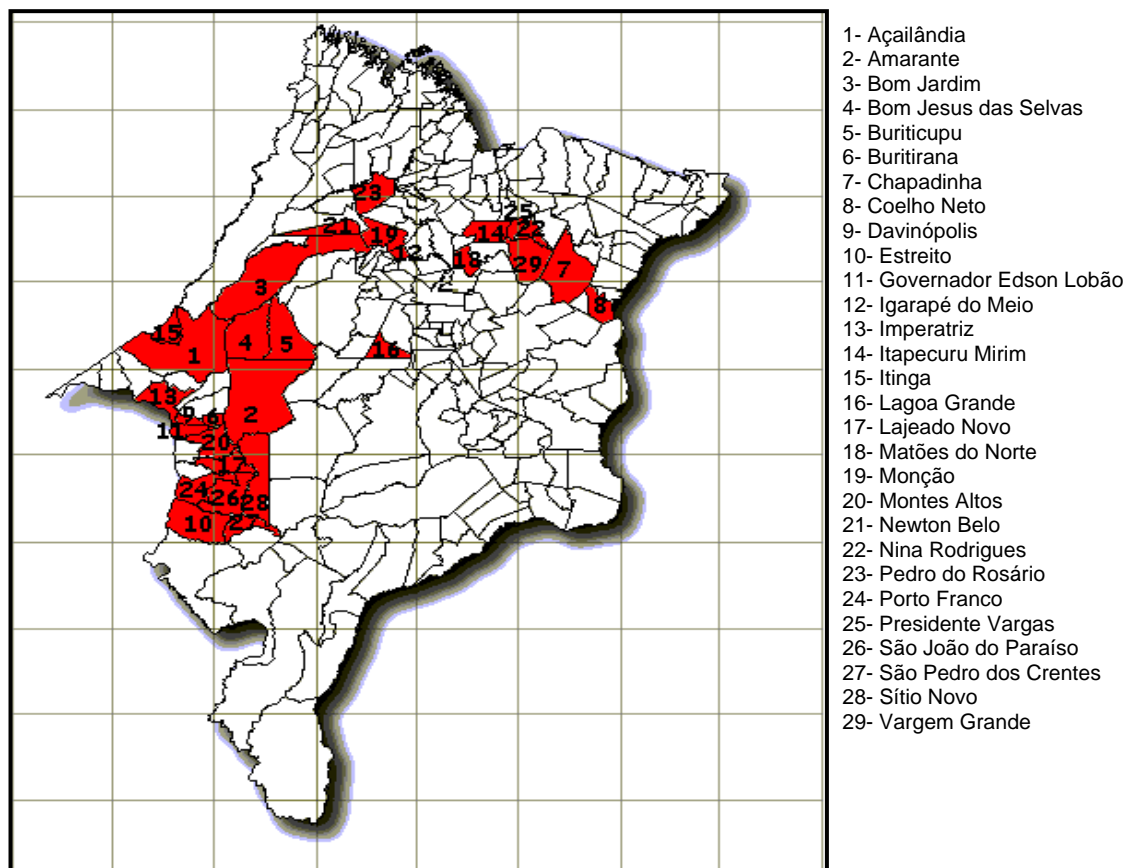


Ilustração 10 – Mapa destacando os municípios onde existem acampamentos e assentamentos do MST no Estado do Maranhão.

FONTE: MST-MA, 2002. Finalização José Costa Ayres Júnior.

6.5.2. A crítica material da produção da existência do MST no Maranhão

O próprio Movimento avisa que: “Quando chegar na terra, lembre-se de quem quer chegar. Quando chegar na terra, lembre-se que tem outros passos prá dar”²²⁴. Com isto, queremos chamar a atenção para os desafios da produção da existência social e humana. Este processo configurará a mais contundente crítica material da luta do MST. Três grandes questões se apresentam: 1) Produzir a existência pelas relações sociais burguesas, as mesmas criticadas pelo Movimento? 2) Tentar reproduzir relações sociais superadas pelas formas cuja

²²⁴ Música “Quando chegar na terra” de Ademar Bogo.

crítica material fora apresentada pela própria forma burguesas de produção da existência, isto é, tentar se reproduzir como agricultor familiar camponês? 3) Engendrar relações sociais de um novo tipo?

Dois aspectos são importantes de serem lembrados. O primeiro é que as gerações intervêm na materialidade tendo como pressuposto as heranças das gerações passadas (MARX e ENGELS, 1974a, v. I:44-49)²²⁵. O segundo é o de que a base material se faz consciência na forma de pensamento. Ou como no dizer de Marx e Engels (1974a, v. I:19):

A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exactamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção.

Assim sendo, para além das formas propostas, das formas idealizadas, os homens tomam a história em suas mãos, pois, “*Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência*” (Id: 26). Vale ainda destacar que para Marx e Engels (id.:45), a apreensão da história:

[...] não é, digamos, um simples facto abstracto da <Consciência de si>, do Espírito do mundo ou de qualquer outro fantasma metafísico, mas uma acção puramente material que pode ser verificada de forma empírica, uma acção de que cada indivíduo fornece a prova no acto de comer, beber ou vestir-se.

Dentre outros, este tem sido um importante desafio da produção da

²²⁵ “A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de actividade que lhe foi transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro lado, modificam as antigas circunstâncias dedicando-se a uma actividade radicalmente diferente. [...] (MARX e ENGELS, 1974a, v. I:44).

[...] Não é a Crítica mas sim a revolução que constitui a força motriz da história, da religião, da filosofia ou de qualquer outro tipo de teorias. Esta concepção mostra que o objectivo da história não consiste em resolver-se a <Consciência de si> enquanto <Espírito do espírito>, mas que deveremos antes verificar a existência em cada estágio de evolução de um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a prende, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são por um lado modificadas pela nova geração mas que, por outro lado, lhe ditam suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um carácter específico; por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. Esta soma de forças de produção, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados já existentes é a base concreta daquilo que os filósofos consideram como <substância> e <essência do homem>, daquilo que aprovaram e daquilo que combatem, base concreta cujos efeitos e cuja influência sobre o desenvolvimento dos homens não são de forma alguma afectados pelo facto de os filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de <Consciência de si> e de <Únicos>” (MARX e ENGELS, 1974a, v. I:49-50).

existência de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão. O que tem de herança das gerações passadas, quais os desafios do produzir-se?

Como mostrado pelo processo histórico, a herança das lutas pela terra no Maranhão são de adversidades enfrentadas para uma produção da existência de maneira digna das condições humanas minimamente postas pelo desenvolvimento social e humano. Para tanto, encaram uma luta na esperança de melhores dias, isto é, de dias melhores do que foram para os seus antecessores e predecessores.

Sendo a base material quem determina a forma de pensar, a não materialização das condições propostas, de certa forma, frustra as expectativas e afeta, portanto, a organização do Movimento e tanto limita quanto compromete a sua continuidade. Assim, a década de 1990 constituiu-se no *laboratório* do produzir-se do MST, portanto, de efetivação da crítica material da produção da existência.

Como disseram Marx e Engels (1974a:v-I), para além da vontade de superação das mediações do capital é preciso produzir o comer, o beber, o vestir-se, etc. Este processo coloca em teste as formulações teórico-abstratas. Para o MST, o ideal é que a produção seja organizada através de cooperativas e de associações; que no trabalho os homens se construam e se reconheçam como sujeitos do processo de transformação da realidade encontrada. Assim, estudam as formulações teóricas dos clássicos sobre cooperação²²⁶, visitam e discutem sobre experiências consideradas relevantes²²⁷ para ajudarem nos seus encaminhamentos nos processos de construção de suas formas de organização da cooperação.

Os referidos materiais também servem como inspiração para a organização das cooperativas de produção, de comercialização e de serviços feitas nos assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão. Este processo tem sido exemplar na luta do MST. São várias as experimentações. De

²²⁶ CONCRAB. **O cooperativismo no pensamento marxista** (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mao). Cadernos das experiências da cooperação, nº 02. São Paulo: CONCRAB, 2000.

²²⁷ CONCRAB. **As experiências clássicas de cooperação agrícola** (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas). Caderno de experiências históricas da cooperação, nº 03. São Paulo: CONCRAB, 2001.

relevante, o MST conseguiu organizar apenas três cooperativas. Ainda assim, os resultados estão muito aquém do esperado; razão pela qual muitos assentados não se sentem seguros se esta é a melhor forma de organizar a produção nos assentamentos.

Tabela 16 – Relação de Cooperativas do MST no Estado do Maranhão

Nome	Assentamento	Município	Número de Famílias	Tipo de Atividade
COOPERVID	Vila Diamante Negro/Jutay	Igarapé do Meio	34	CPPS
COOMAQMA	21 de Maio	Zé Doca	26	CPPS
COOMARA	Região Tocantina	Imperatriz	153	CPS

Fonte: FERNANDES, 1999.

As cooperativas são vinculadas à CCA/MA sediada em São Luís.

Além das cooperativas, outras formas de produção desencadeadas no Maranhão foram as organizações dos mutirões de trabalho e as associações. Existem ainda os acampados e assentados que continuaram produzindo individualmente em seus lotes de terras.

No que diz respeito ao produzir-se, isto é, na produção da existência social nos assentamentos encontramos elementos da crítica material da continuidade da luta do MST. No Maranhão quais são os desafios que se apresentam? Para o Movimento são as lutas imediatas por condições de moradia, de educação, de saúde, política de crédito, assistência técnica e para a criação de cooperativas de produção. É o que se denomina de luta pela viabilidade econômica e social dos assentamentos do MST.

Num balanço do governo federal, sobre agricultura familiar (INCRA, 1999) não parece nenhum exemplo, no Maranhão, que seja enquadrado como bem sucedido, que sirva de exemplo.

Num determinado momento histórico, o que fora considerado, por Marx, como exército industrial de reservas na forma latente, se explicita agora como regurgitados das relações de trabalho mediadas pelo capital. Muitos dos que migraram para as cidades não encontram meios de se reproduzirem na condição de mercadoria força de trabalho. Estes se tornam a escória social²²⁸.

²²⁸ No Maranhão, em particular na capital, São Luís, e em Imperatriz (segunda maior cidade do Estado do Maranhão), por exemplo, isto é bastante visível. Não parece ser por outro motivo que a violência tem crescido assustadoramente no Estado do Maranhão.

A formação básica do MST é feita através de princípios comuns, universais, mas, fazem-se singulares nas diversas territorialidades. Assim, por exemplo, no Estado do Maranhão têm-se os mesmos procedimentos na constituição dos assentamentos, em suas relações constitutivas. ‘Ocupar e Resistir’ é semelhante ao que ocorre em outros lugares, mas o “Produzir” enfrenta as dificuldades decorrentes do fato de que as experiências com o processo de produção da riqueza social materializou-se diferentemente. As forças produtivas do trabalho social não se territorializaram.

As diferenciações refletirão no sistema de organização dos assentamentos. Se na Região Sul do Brasil, por exemplo, a organização das cooperativas materializam o processo produtivo, ainda que reproduzindo o sistema do capital, no Maranhão o sistema de organização de cooperativas de produção não vingou.

Importante evidência da dificuldade explicitou-se quando na década de 1990 o Movimento deslocou lideranças da Região Sul para sanar problemas e/ou viabilizar a organização de cooperativas no Maranhão.

Um importante aspecto a ser observado é que o processo de organização nos acampamentos, da esperança de quem os faz, depende da liberação de recursos públicos disponíveis, os que estão disponíveis para a Reforma Agrária (recursos liberados pelo INCRA).

Duas importantes observações podem ser feitas sobre a materialidade da produção da existência do MST. A primeira delas é que quando conseguem organizar a produção, apropriando-se de elementos das forças produtivas como postas pela sociedade burguesa, reproduzem-se por caminhos já percorridos pelo capital. Esta perspectiva encontra evidência, por exemplo, na COOPEROESTE, particularmente na produção e distribuição dos produtos da marca Terra Viva, no Estado de Santa Catarina. Vale ainda destacar que o processo empreendido se choca com o que defende o MST em relação ao trabalho, ou seja, o trabalho para todos como princípio de produção da existência, da sociabilidade e de gestação de um homem de um novo tipo.

Por outro lado, quando não se consegue organizar a produção com trabalho passado, em detrimento do trabalho vivo, ou seja, apropriando e

comandando as forças produtivas do trabalho social gestadas na sociedade burguesa, recorrem a velhas formas, criticadas e superadas materialmente pelas relações burguesas de produção: a velha organização da produção através da agricultura familiar. Não obstante, também é importante destacar que o apelo à agricultura familiar tem como fundamento a luta pelo acesso aos créditos especiais das políticas públicas para a Reforma Agrária. Esta perspectiva é a que mais se evidencia na realidade da luta do MST no Estado do Maranhão.

Em suma, para entender as contradições do MST é válido lembrar o que observou Aued ao se referir à produção da existência material no contexto da NEP, na Rússia, entre 1921 e 1929. Assim consta:

Ao invés de criarem condições para a libertação cada vez maior do trabalho, através da ampliação de uma base produtiva fundamentada no trabalho passado, intensificam a produção para que todos trabalhem. E ao criarem o trabalho para todos, criam uma sociedade que tem o trabalho como ethus de coesão social, semelhante à sociedade que se pretende superar, a capitalista. Eis a contradição (AUED, 1995:17).

A reprodução tendo a agricultura familiar como aparência, desvela sua impossibilidade tanto no que diz respeito à produção da existência quanto de apontar perspectiva futuras de superação das mediações burguesas. Através dela, os sem-terra não conseguem produzir as necessidades mínimas da vivência (o comer, como primeiro fato histórico), mas, por outro lado, apresenta a crítica de reprodução pelas mediações do capital financeiro. Quando do vencimento das parcelas das dívidas contraídas é que a materialidade os mostra a impossibilidade da agricultura familiar em face às mediações do capital financeiro, de seus pressupostos e condicionamentos.

Para Marx:

Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva no comércio, é só porque o processo de reprodução, elástico por natureza, se distende até o limite extremo, o que sucede em virtude de grande parte do capital social ser aplicado por não-proprietários dele, que o empreendem de maneira bem diversa do proprietário que opera considerando receoso os limites de seu capital. Isto apenas ressalta que a valorização do capital fundada no caráter antinômico da produção só até certo ponto permite o desenvolvimento efetivo, livre, e na realidade constitui entrave à produção, limite imanente que o sistema de crédito rompe de maneira incessante. Assim, este acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e leva até certo nível esses fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo

capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção (MARX, 1981:510).

Para o MST, é importante ressaltar, a forma familiar de organização da produção não pode ser empreendida como retorno ao passado. Ela se apresenta, contraditoriamente, como a materialização dos “*elementos dissolventes do antigo modo de produção*”, para além da compreensão do próprio Movimento.

Ainda para Marx (1981:509):

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte, reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em associações capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição, entre o modo de produção capitalista e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva.

Tomando as observações de Marx como referência, ai sim, podemos ver na organização das cooperativas do MST, assim como no acesso ao crédito, aspectos contraditórios da produção da existência subsumida na forma burguesa, elementos da superação positiva do modo de produção capitalista, isto é, elementos de um “*modo associado*” de produção da existência social e humana. Este ato está posto teleologicamente para o MST? Sobre isto temos muitas dúvidas.

As experiências do MST, assim como muitas outras iniciativas das mobilizações sociais reafirmam, materialmente, a crítica de Engels segundo a qual a terra pertence aos camponeses, mas só de nome. Pois, as formas e

relações estão submetidas ao capital a juros. São as imposições do capital na sua forma mais desenvolvida, na forma mais abstrata.

Não obstante, o processo também corrobora a tese apresentada por Aued (1995), segundo a qual não é possível produzir-se relações sociais superiores às relações sociais burguesas fazendo-se homens no trabalho.

As ações do MST escancaram as dificuldades dos homens se reproduzirem pelas mediações capital – lucro e trabalho – salário. Entretanto, também escancaram a gestação de elementos da superação das mediações burguesas imanentes ao ser social universalizado pelas próprias mediações burguesas.

As tentativas de organização da produção material apresentam a sua própria crítica. No Estado do Maranhão as formas de organização da produção são feitas através das cooperativas, das associações, dos grupos coletivos e dos mutirões. A tentativa é a de unir os homens no trabalho para lhes ratificar a necessidade de trabalharem unidos, em cooperação, em solidariedade.

Para que o processo produtivo apresente resultados positivos, ou seja, que produza excedente e, portanto, “renda” para os envolvidos, a pré-condição é que sejam feitos investimentos em meios de produção (máquinas, equipamentos, instalações) assim como que se tenha procedimentos técnicos execução do processo de produção e na administração da comercialização e de gestão dos recursos monetários.

Para tanto, o pressuposto é que se tenha acesso ao sistema de crédito e que, pelo caráter diferenciado do processo, as condições de financiamento sejam especiais, isto é, com juros subsidiados.

O INCRA tem sido o responsável pela captação de recursos e, no Maranhão, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é quem, na maioria dos casos, tem sido o emprestador.

O que se verifica é que no Maranhão os acampamentos e, especialmente, os assentamentos esgotam todas as possibilidades de acessos aos recursos e, num segundo momento deparam-se com as dívidas. Este passa a ser o novo tormento.

A letra

[...]

Sobre essa claridade irá nascendo
a granja, a cidade, a mineração
e sobre esta unidade como a terra
firme e germinadora se há disposto
a criadora permanência, o germe
da nova cidade para as vidas.
Luz dos gênios maltratados, pátria
amassada por mãos metalúrgicas,
ordem que saiu dos pescadores
como um ramo do mar, muros armados
pela alvenaria trasbordante,
escolas cereais, armaduras
de fábricas armadas pelo homem.
Paz desterrada que regressa, pão
compartilhado, aurora, sortilégio
do amor terrenal, edificado
sobre os quatro ventos do planeta²²⁹.

²²⁹ NERUDA, 1980:329.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porém o único caminho real pelo qual um modo de produção e sua correspondente organização avança até sua dissolução e sua transformação é o desenvolvimento histórico de seus antagonismos iminentes. Aqui está o segredo do movimento histórico que os doutrinários, os otimistas e os socialistas não querem compreender.

Karl Marx (O Capital)

7.1. Os (des)caminhos da transição

Muitas foram as indagações sobre as formulações apresentadas e discutidas à respeito das perspectivas da humanidade diante da chamada globalização da economia capitalista e do desencanto com a possibilidade de efetivação plena de uma sociedade socialista frente à crise do socialismo real, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990²³⁰.

Na década de 1990, uma das mais impactantes afirmações foi feita por um, até então desconhecido, diretor-assistente de pessoal do planejamento do Departamento de Estado dos EUA dizendo que a humanidade teria alcançado o seu desiderato. A democracia liberal e o capitalismo tecnologicamente movido seriam os novos e últimos parâmetros da produção da existência humana (SOUZA, 1995:113). Tratou-se do texto “*O fim da história e o último homem*” de Francis Fukuyama. Esta afirmação contraria frontalmente as formulações de Karl Marx, para quem o capitalismo seria a última fase da pré-história da humanidade, ou seja, que o capitalismo corresponderia à encruzilhada entre a pré-história e a efetivação da história da humanidade, a passagem para a produção de homens humanizados, a transição da emancipação social (da classe proprietária dos meios de produção) para a emancipação humana.

²³⁰ Os mais importantes acontecimentos foram a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o esfacelamento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em 1991.

Neste sentido, para Marx o estudo do modo de produção capitalista tinha por objetivo apreender sobre os elementos da decomposição das relações sociais burguesas e perceber como estavam sendo engendrados elementos de uma sociedade do vir-a-ser, isto é, como espaço transitório.

Frente a isto se coloca uma indagação: como se efetiva a transição? As reflexões e as ações políticas já realizadas nos fornecem algumas pistas, todas elas passíveis de críticas frente ao que a história factual nos possibilita ver. Podemos comparar os caminhos propostos e/ou percorridos em mais de um século de luta entre o velho (as relações sociais burguesas se reproduzindo degenerativamente) e o novo (os germes de uma nova sociedade, da sociedade comunista) com o que a materialidade do nosso tempo demonstra.

Para além das teorizações, das propostas dos programas de transição e dos experimentos materializados em Revoluções na Rússia, na China, em Cuba, etc., a superação do capitalismo será uma determinação do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e de seu esgotamento enquanto meio de sustentação das relações sociais burguesas. A superação decorre de sua incompatibilidade com a efetivação da produção da existência social e humana.

Do ponto de vista da Geografia, caberia a pergunta: qual o lugar da Revolução? Uma determinada leitura da obra de Marx pode levar à afirmação de que a ruptura aconteceria nos lugares onde o capitalismo se apresentasse no seu grau mais desenvolvido. No seu tempo Marx apontou a transformação partindo da Inglaterra que era onde o capitalismo se apresentava mais desenvolvido até o terceiro quartel do século XIX²³¹. Posteriormente Marx e Engels apontaram os

²³¹ Numa Carta ao Dr. Kugelmann, datada de 28 de março de 1871, Marx disse: “Embora a iniciativa revolucionária venha provavelmente da França, somente a Inglaterra pode servir como alavanca para uma revolução econômica. É o único país onde não há mais camponeses e onde a propriedade da terra está concentrada em poucas mãos. É o único país onde a forma capitalista – ou seja, o trabalho associado em larga escala sob empregadores capitalistas – invadiu praticamente o conjunto da produção. É o único país onde a grande maioria da população é constituída por trabalhadores assalariados. É o único país onde a luta de classe e a organização da classe operária através das *Trade Unions* adquiriu um certo grau de maturidade e universalidade. Em resultado de sua posição dominante no mercado mundial, é o único país onde qualquer revolução em suas condições econômicas deverá reagir diretamente sobre o mundo inteiro. Se este país é o lugar clássico do latifundismo e do capitalismo, em virtude desse mesmo fato é também aqui que as condições materiais para a sua destruição revelam-se as mais altamente desenvolvidas. Uma vez que o Conselho Geral está atualmente colocado na posição feliz de ter em suas mãos diretamente essa grande alavanca da revolução proletária,

Estados Unidos da América do Norte como o lugar de uma provável superação do capitalismo.

Conforme Aued (1995:290):

É por demais conhecido que, teoricamente, o território da transição do capitalismo ao socialismo, na perspectiva marxista, é o globo terrestre. Na medida em que o modo de produção capitalista é uma sociedade mundial, sua superação só pode se dar, por pressuposição, também, numa escala mundial. No entanto, desde as formulações de Marx até os primeiros anos do século XX, tem-se como certo que a revolução socialista se inicia em território europeu, principalmente na Europa Ocidental e, particularmente, nos espaços onde as forças produtivas e as relações sociais de produção burguesas estão mais desenvolvidas, isto é, na Alemanha, na Inglaterra e na França, o berço da civilização moderna.

No início do século XX, Lênin e seus companheiros mostraram ser possível a realização de uma revolução para a implantação do socialismo a partir do “elo mais fraco”. Nesta perspectiva aconteceu a Revolução de 1917 na Rússia e outras que a sucederam.

As experiências socialistas do século XX possibilitam uma crítica material da limitação de um processo transitório sem a apropriação das forças produtivas do trabalho social desenvolvidas, contraditoriamente, sob as mediações do capital (AUED, 1995).

Depois da crise e derrocada das experiências do chamado socialismo real, várias questões foram colocadas: O que não deu certo? Por que não deu certo? O que tinha de errado em tais experimentos? Muitos movimentos que tomavam as experiências como referência para a luta política ficaram, de certa forma, órfãos. O que fazer?

seria pura tolice, diríamos quase que seria um crime grosseiro, permitir que essa posição caísse em mãos puramente inglesas!

Os ingleses têm todos os requisitos materiais necessários para a revolução social. O que lhes falta é o espírito da generalização e o ardor revolucionário. Somente o Conselho Geral pode prover a essa deficiência, acelerando assim o movimento verdadeiramente revolucionário neste país e conseqüentemente em toda parte. As grandes conquistas que já realizamos nesse sentido são testemunhadas pelos mais importantes jornais e por aqueles que estão na melhor posição entre as classes dirigentes, como por exemplo, a *Pall Mall Gazette*, *Saturday Review*, *Spectator*, e *Fortnightly Review*, para não citar os chamados membros radicais da Câmara dos Comunas e da Câmara dos Lordes, que, pouco tempo atrás, ainda exercia grande influência sobre os líderes dos trabalhadores ingleses. Eles acusam-nos publicamente de ter envenenado e quase extinto o espírito inglês da classe operária e tê-la forçado a aderir ao socialismo revolucionário” (MARX, 1997:286-287).

Duas importantes considerações podem-se depreender dos experimentos compreendidos pelos movimentos sociais particularmente no século XX. Uma delas é a de que o movimento operário/sindical não dá conta da efetivação da superação do capitalismo. Aliás, em muitos aspectos o movimento operário/sindical tem se mostrado conservador e até mesmo reacionário. Como alertou Marx:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema do trabalho assalariado (MARX, 1982c:185).

Outra consideração é a de que não existe um lugar onde a síntese das contradições da sociedade burguesa se apresente de forma acabada. Num retorno aos trabalhos de Marx e de Engels percebemos, em primeiro lugar, que não existe um lugar que apresente simultaneamente todos os elementos da reprodução da existência das relações sociais burguesas. A superação das mediações do capital decorre da universalização de suas contradições. A este respeito Marx e Engels chamaram a atenção sobre a universalidade da sociedade burguesa como economia na Inglaterra, como luta política na França e como filosofia na Alemanha.

Os elementos da produção e da superação das relações burguesas se manifestam como universalidade e como singularidades paradoxais em todos os lugares seja como efetividade ou como potencialidade. Não parece ser por outro motivo que Marx e Engels encerraram o Manifesto Comunista com a célebre frase: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”.

Vale ainda lembrar aqui o que haviam dito Marx e Engels em relação aos elementos do processo transitório do capitalismo para uma sociedade do vir-a-ser. Sobre isto disseram:

Logo, e de acordo com a nossa concepção, todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas. Não é, aliás, necessário que esta contradição seja levada a um extremo num determinado país para aí provocar conflitos. A concorrência

com países cuja indústria se encontra mais desenvolvida, concorrência provocada pela extensão do comércio internacional, basta para dar origem a uma contradição deste tipo, mesmo nos países onde a indústria está menos desenvolvida (por exemplo, o aparecimento de um proletariado latente na Alemanha provocado pela concorrência da indústria inglesa) (MARX e ENGELS, 1974a V-I:76).

Assim, com a universalização da reprodução do capital através da universalização das forças produtivas do trabalho social, os elementos da superação da sociedade burguesa tornam-se latentes.

7.2. Determinações materiais da transição²³²

Uma observação inicial, aparentemente óbvia, mas não muito convencional, mesmo para muitos marxistas, é a de que a produção da vida, sob a mediação do capital, apresentou-se na sua forma madura desde o segundo quartel do século XIX. A partir de 1825 - pelas formulações de Karl Marx (In: MARX e ENGELS, 1987:16²³³; MARX, 1983:17; MARX, snt) e de Friedrich Engels (1986a:66), apropriadas e aprofundadas por Idaleto Malvezzi Aued (AUED, 1995; 2002a; 2002b) - explicitaram-se plenamente os vetores da produção na sociedade burguesa, da produção da sociedade burguesa e da produção de elementos da superação das relações sociais burguesas.

A partir de então, a produção da vida sob a mediação do capital possibilita a superação de sua compreensão como fruto desconhecido ou em processo de conhecimento, pela descrição, pela comparação, como “fruto ideal”, “venerado” (AUED, 2002a:44-45), como crítica positiva (Economia Política) ou como crítica negativa (Socialistas Utópicos) (ENGELS, 1971:187). Agora as relações sociais

²³² Feitas as considerações anteriores, passemos agora a pontuar outras formulações decorrentes de nosso trabalho, as quais servirão de apontamentos para as nossas reflexões futuras: algumas delas são (re)afirmações de convicções anteriores, outras são frutos de estudos recentes, do aprendizado proporcionado pela orientação do professor Idaleto Malvezzi Aued, das ricas discussões coletivas, das reuniões de estudos e de visitas realizadas aos campos de (re)produção da existência.

²³³ Indicada na Carta de Marx a Paul V. Annenkov, datada de 28 de dezembro de 1846.

burguesas podem ser apreendidas integralmente pelo processo de reprodução de seus elementos materiais constitutivos²³⁴.

A grande indústria moderna²³⁵ tornou-se a expressão material da produção da mais-valia, de homens burgueses e, de suas entranhas, passou a liberar elementos da possibilidade de superação da produção da existência humana sob a mediação do capital.

Conforme Aued (2005a:15-16), com a grande indústria moderna, completou-se a alienação dos homens como formas universais e singulares do ser social. Paradoxalmente, os homens que vivem a necessidade de trabalhar para viver foram se tornando libertos da necessidade de trabalharem para produzir a existência. Paradoxalmente porque enquanto persistir a mediação do capital esta liberdade para a classe trabalhadora é um tormento. Pois, ser desnecessário à reprodução das relações sociais burguesas é o mesmo que ter ameaçada a possibilidade de efetivar o primeiro fato histórico, isto é, a produção da vivência.

A ciência, como força produtiva do trabalho social, materializada na sua aplicação tecnológica, no dizer de Marx, cada vez mais, passou a explicitar a prescindibilidade do trabalho humano na produção imediata da riqueza social. O trabalho presente tornou-se cada vez menos proporcional ao trabalho pretérito materializado em meios de produção que produz e comanda outros meios de produção. É o que Marx explicitou como o crescimento da composição orgânica do capital.

Nas palavras de Marx e Engels:

²³⁴ Nas palavras de Aued, “O pensamento só pode apropriar-se integralmente do real quando ele constitui-se em sua plenitude, isto é, quando explicita todos os seus elementos constitutivos” (AUED, 2002a:51).

²³⁵ Engels mostra a evolução da história da indústria, desde a Idade Média em três períodos: “1) indústria artesanal, pequenos mestres artesãos com alguns oficiais e aprendizes, em que cada operário elaborava o artigo completo, 2) manufatura, em que se emprega num completo estabelecimento um número considerável de operários, elaborando-se o artigo completo de acordo com o princípio da divisão do trabalho, onde cada operário só executa uma operação parcial, de tal forma que o produto só está completo e acabado quando tenha passado sucessivamente pelas mãos de todos, 3) indústria moderna, em que o produto é fabricado mediante a máquina movida pela força motriz e o trabalho do operário se limita a vigiar e retificar operações do mecanismo” (ENGELS, 1986a:7).

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para *escolher suas forças produtivas* – que são a base de toda sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida de uma atividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social preexistente, que eles não criaram e que é o produto da geração anterior. O simples fato de cada geração posterior encontrar as forças produtivas adquiridas pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade quanto mais desenvolvidas estiverem as forças produtivas dos homens e, por conseqüência, as suas relações sociais. Conseqüência necessária: a história social dos homens nada mais é do que a história de seu desenvolvimento individual tenham eles ou não consciência disto. Suas relações materiais estão na base de todas as suas outras relações. Estas relações são apenas as formas necessárias nas quais se realiza sua atividade material e individual (MARX, In: MARX e ENGELS, 1987:15).

Para Aued (2005b:44), repetindo Marx, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é uma condição necessária para a superação do capitalismo, ou seja, para a efetivação de uma sociedade comunista.

Com a grande indústria moderna explicitou-se a possibilidade de emancipação humana e a percepção segundo a qual ela efetiva-se não no trabalho, mas pelo trabalho²³⁶. O trabalho, historicamente materializado em meios de produção, ainda que sob a mediação do capital como relação social, engendrou três movimentos. Pelas formulações de Aued, são os seguintes movimentos, a saber: 1) no período manufatureiro engendrou-se o processo de “libertar o trabalhador do trabalho” (AUED, 2004); 2) na grande indústria moderna explicitou-se o processo de “como o homem se liberta do trabalho” (AUED, 2005a) e; 3) no espaço transitório, explicitam-se os elementos materiais de “*como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente humanizado*” (AUED, 2005b).

²³⁶ Para Marx: “Em primeiro lugar, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que tão logo inexista coerção física ou outra qualquer foge-se do trabalho como de uma peste” (MARX, 2004:82-83).

Assim sendo, uma virtuosidade da produção da vida sob a mediação do capital é a de ter explicitado, contraditoriamente, as condições de humanização dos homens (AUED, 2005b:48), indicando a maneira de como resolver os problemas do mundo das necessidades e colocando a possibilidade de engendramento do “reino da liberdade”, do processo de emancipação humana.

Para Aued (2005b:48) “o homem criou as condições de sua emancipação humana ao romper com as condições orgânicas do seu ser “. As forças produtivas do trabalho social são quem materializam estas condições na medida em que elas permitem a emancipação dos homens da sua condição de trabalhador, como ato consciente, ato teleológico, na criação das condições de produção de homens plenamente desenvolvidos como processo de “apropriação efetiva da consciência humana pelo e para o homem” (MARX, 2004:102).

O modo de produção capitalista engendrou um processo revolucionário historicamente determinado na reprodução material da vida envolvendo o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio (interno e externo) seja no seio de uma nação ou no processo de universalização destas relações (MARX e ENGELS, 1987:28). Estas três dinâmicas estreitamente imbricadas configuraram o amadurecimento da grande indústria como o mais elevado grau de desenvolvimento da produção da riqueza social numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

A grande indústria moderna passou a ser a síntese da universalização do ser social, produto da cooperação como processo de autocriação humana.

A cooperação e a divisão do trabalho se constituíram enquanto elementos da produção dos homens como ser social, sob a mediação do capital, objetivando-se em trabalho social. Nas palavras de Vazquez (1978:60-61):

A objetivação serviu ao homem para elevar-se do natural ao humano: a alienação faz com que o homem percorra esta mesma direção em sentido inverso, e nisto consiste precisamente a degradação do homem. No marco das relações econômico-social que têm como fundamento a propriedade privada capitalista, o homem não mais se reconhece nos produtos de seu trabalho, em sua atividade, nem em si mesmo.

Temos aqui a alienação como mediação das relações sociais e, ao mesmo tempo, como o caminho da desalienação. No dizer de Marx (2001:135) “A eliminação da auto-alienação segue o mesmo caminho que a auto-alienação”²³⁷.

O intercâmbio efetivou a formação do mercado mundial, a universalização da utilização das forças produtivas, da circulação de mercadorias, de novas necessidades sociais e da divisão do trabalho²³⁸. As contradições do capital alcançaram uma escala mundial.

7.3. Elementos do processo transitório

Por todos os ângulos que olhemos ou por todas as mediações possíveis veremos que à transitoriedade do capitalismo para uma forma superior, a humanidade impescinde do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social no nível mais desenvolvido em que elas se encontrarem.

Neste sentido, dois aspectos vêm à tona. O primeiro é que, uma vez universalizada a produção da existência social sob a forma burguesa os homens não mais retrocedem historicamente, isto é, não voltam a produzir suas existências por formas já superadas.

Até submetem-se a formas menos desenvolvidas, mas só temporariamente e em nome de um futuro melhor. Esta promessa até agrega em torno de certas mobilizações cuja efetividade será sempre temporária.

O segundo, complementar ao primeiro aspecto, é que as promessas de um futuro melhor só efetivam-se com a apropriação de forças produtivas que apontem para solucionar problemas de sobrevivência, isto é, para a produção da vida onde cada vez mais seja superada a condição de “bestas de carga”, da mediocridade do lugar e a idiotice dos ofícios.

²³⁷ Na tradução de Jesus Ranieri (MARX, 2004:103) assim consta: “A supra-sunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si”.

²³⁸ O intercâmbio ao qual nos referimos está para além das simples trocas de mercadorias. Embora a mercadoria seja um código, um símbolo, ao vender ou comprar uma mercadoria outras relações estão se configurando, sendo estabelecidas.

Sobre a transitoriedade, podemos dizer que enquanto a sociedade não se decompuser completamente, os experimentos de sua superação serão parciais e provisórios, isto é, terão efetividade determinada no tempo e no espaço. Assim tem sido desde a Comuna de Paris. Entretanto, mesmo sendo provisórios, todos os experimentos têm demonstrado que a sociedade burguesa não é o fim da história.

Mostrar a necessidade de superação do capitalismo pelo seu caráter negativo, apontando suas contradições e, sobretudo, a miséria crescente, tem sido a formulação mais comum. Aqui se encontram as limitações de muitas formulações teóricas e indicativas sobre a transição.

A transitoriedade não decorre do caráter negativo das relações sociais burguesas, mas, ao contrário, das positivities engendradas na universalidade do ser social e do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social como potência do processo de emancipação humana, para além da vontade dos homens, de seus sonhos, de suas utopias, dos mitos, da religião, etc.

A superação do capitalismo não se faz pela destruição das forças produtivas do trabalho social nele engendradas e pelo retorno dos homens ao trabalho, mas pela apropriação e uso comum do que é resultado de toda a construção histórica dos elementos para a emancipação humana. Pois, como disse Engels, ao referir-se ao campo:

[...] todas as vantagens da grande exploração e à utilização de máquinas agrícolas, mas também lhe oferece os meios de praticar, fora da agricultura, a grande indústria; com o aporte da energia a vapor ou da energia hidráulica, e isto não a serviço dos capitalistas, mas a serviço da comunidade (ENGELS, 2003:163).

Tomando a dialética materialista como método de apreensão da realidade, o limite da evidência da transição explicita-se na formulação de Aued quando se contrapõe a Michael Hardt e Antônio Negri, autores de “O Império”, afirma que:

Embora os elementos germinais de uma nova sociedade sejam engendrados nas entranhas da velha sociedade, não podemos admitir que a nova sociedade já exista na velha sociedade. Ela é uma potencialidade, mas não uma realidade (AUED, 2005b:47).

Pois, “[...] o novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sem esse nexos, a escassez e a miséria impediriam sua constituição” (GRADE, 2006:351). Segundo Aued (1995:314): “[...] O dilema pode ser resumido assim: a meta é socializar, mas para isto é preciso existir o que socializar. Na solução deste dilema, a produção da riqueza material, o mundo socialista pressupõe a base produtiva da sociedade burguesa [...]”.

Sabe-se que a produção de homens emancipados e humanizados, só será possível mediante a apropriação e operação da potência (para o bem comum, da comunidade, comunista) das forças produtivas do trabalho social. Isto se coloca como possibilidade latente. Esta possibilidade colocar-se-á como efetividade quando, como observou Aued (2005:39):

[...] a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que se manifeste como universalidade histórica, em que todos os homens estejam em contato uns com os outros e a que a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um.

Sem acesso à potência das forças produtivas do trabalho social a luta por transformação social é importante para minimizar o tormento humano²³⁹.

A degeneração é o que é mais visível. Mas, em meio à degeneração, ao regurgitamento, os homens procuram desenvolver formas de organização para a produção da existência mesmo que ainda sob a mediação degenerativa do capital. Não vislumbrando formas novas, para além das mediações do capital, recorre-se a formas pretéritas (camponeses, agricultura familiar, artesanato, escravização, servidão), a formas atuais degenerativas (prostituição, narcotráfico, etc) ou busca-se formas humanas a partir do que se coloca como último grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (do fazer humano como materialização da ciência em técnica).

²³⁹ Tanto quebradeiras de coco babaçu quanto trabalhadores rurais sem terra, no Maranhão, se defrontam com essa dificuldade.

7.4. Contradições da transitoriedade nos exemplos das quebradeiras de coco babaçu e de trabalhadores rurais sem-terra no Estado do Maranhão

As referências ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e à transitoriedade, ou seja, à superação das relações sociais burguesas parecem, à primeira vista, serem incompatíveis com a apreensão do movimento das quebradeiras de coco babaçu e de trabalhadores rurais sem-terra, no Estado do Maranhão.

Pois, o Estado do Maranhão aparece como o símbolo do atraso, como uma forma de reprodução que já foi superada em outros lugares. As **quebradeiras de coco babaçu** parecem lutar para manterem a produção de suas existências através do **trabalho manufatureiro** e, neste processo, afirmarem sua **identidade** e **trabalhadores rurais sem-terra** lutam pela **terra** para se materializarem em **agricultores familiares**.

A aparente incompatibilidade foi sendo desvelada quando fundamentamos nosso estudo nas singularidades como expressão da universalidade da produção na sociedade burguesa, e de elementos da produção da superação da sociedade burguesa. Com estes vetores tornou-se possível entender os nexos, as mediações e as relações das quais todos participam como cota parte do ser social universalizado sob a mediação do capital. Pois, citando Aued (2005) Grade (2006:359) ressaltou que a um determinado nível de universalização do desenvolvimento do capitalismo foi engendrada a conexão universal de todos os ramos e setores da sociedade, causando uma interdependência entre todos os produtores e consumidores da riqueza social. Dessa maneira:

[...] ainda que através dos fios burgueses invisíveis, cujo resultado é que o trabalho de cada um é cota parte do trabalho social e contribui para a vida de todos na sociedade, o trabalho de todos serve para produzir a vida de cada um (GRADE, 2006:359).

Assim, o que encontramos no Estado do Maranhão, por mais surpreendente que possa parecer, são formas paradoxais de materialização da universalidade do ser social historicamente determinado. De uma maneira ou de

outra, os eventos são determinações degenerativas das formas de reprodução das relações sociais burguesas. Elas estão longe de serem manifestações de formas pretéritas. Miséria, trabalho escravizado, violência no campo, corrupção são mediações possíveis de reprodução das relações sociais burguesas.

Na nossa pesquisa percebemos como quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem-terra/MST escancaram duas questões básicas. Em primeiro lugar, escancaram a extrema dificuldade, quase impossibilidade de reprodução pelas mediações postas na trindade da relação trabalho – salário, capital – lucro e terra – renda da terra. Em segundo lugar, explicita-se a impossibilidade de reprodução como trabalho individual ou familiar, isto é, através do trabalho das mãos humanas.

Ambos buscam se reproduzirem usados, como mediações, a cooperação, o associativismo, a solidariedade, ao mesmo tempo em que buscam construir modelos alternativos sustentáveis para os homens e na sua relação com o meio ambiente. Estes meios, entretanto, demonstram que a reprodução da sociedade burguesa, mesmo que degenerativamente, ainda não está esgotada.

No MIQCB apresentam-se vários elementos da crítica material da produção da existência e das tentativas de forjar novas relações onde a igualdade de gênero prevaleça, e desenvolvam-se relações solidárias entre os seres humanos e destes com a natureza. A produção e a comercialização são os principais mecanismos onde estas relações se desenvolvem. Suas limitações encontram-se na procura de materializarem-se pelas mediações burguesas, isto é, não colocam a necessidade de superação do capitalismo. Os caminhos trilhados são as associações, as cooperativas, a luta pelo babaçu livre, as políticas públicas, as relações comerciais solidárias e a produção agroecológica.

No MST tenta-se, deliberadamente, construir bases para uma nova sociedade, de novos homens. Para tanto, partem de uma leitura crítica da história das lutas do povo brasileiro, mas se movem principalmente pela construção do novo a partir das idéias. As idéias geram forças para a ação que se materializam na ocupação da terra, na formação de acampamentos e no processo de assentamentos das famílias.

A consciência da necessidade de transição é forjada na união dos que fazem o MST e aparecem nos estudos, nas mobilizações, nas místicas, nas músicas, etc. Aliás, em suas músicas se posicionam contra o imperialismo, se assumindo como seus coveiros, ao mesmo tempo em que tomam socialismo como uma das bandeiras da luta. “[...] *Não haverá o amanhã se não lutarmos hoje. Nem haverá novas Cubas se a gente parar. Somos os coveiros do imperialismo. Mesmo que a gente não queira tem que cavocar*”²⁴⁰. Noutra música são contundentes quando dizem: “[...] *Socialismo! Essa idéia não pode cair mesmo que alguém tente nos iludir. A liberdade será conquistada*”²⁴¹.

Segundo Vendramini [In: AUED e PAULILO, (orgs.), 2004:224]:

O movimento possui característica que o tornam um movimento político, mesmo que, muitas vezes, permaneça atrelado aos elementos imediatos que o levaram à ação. Um movimento é considerado reformista quando concebe a construção de uma nova ordem de sociedade na correção de anormalidades e injustiças da velha ordem tradicional, o que não impede que se mobilize levado por líderes revolucionários.

Os sem-terra, ao ocuparem uma área e colocarem em xeque a propriedade privada da terra, ao enfrentarem toda forma de violência física e moral, ao permanecerem anos embaixo de barracas de lonas nos acampamentos, em condições precárias e inseguras, e por fim conquistarem o assentamento, têm diante de si o grande desafio de superar sua condição anterior de produção da existência de forma individual.

No acampamento todas as relações são forjadas coletivamente. Não tem outro jeito a não ser lutarem coletivamente. A terra, na ocasião, aparece como sendo uma conquista de todos. Neste momento o acesso aos fundos públicos é de fundamental importância. Para o MST, os fundos públicos permitem a reprodução da vivência na formação dos acampamentos. Para Vendramini (In: AUED e PAULILO, 2004:224):

Existe no MST a vontade política de mudança estrutural da sociedade, principalmente por parte de suas lideranças, mas suas reivindicações imediatas são a luta pela terra, por crédito, sementes, insumos, etc., que se inscrevem nos marcos das reivindicações legalistas da sociedade civil, estando dependente da ação do Estado.

²⁴⁰ Trecho da música “Luz da América”, letra de Ademar Bogo.

²⁴¹ Trecho da música “Não somos covardes”, letra de Zé Pinto.

Nos assentamentos encontram dificuldades para se engendrar o novo. Aqui a base material se torna limitada. Em especial escancara-se a dificuldade de se fazer homens novos no trabalho, ou melhor, tentando produzir suas existências pelo *ethos* do mundo do trabalho (AUED, 1995:333). Esquecem, ou não compreendem a coesão social da qual fazem parte enquanto seres sociais singulares, que são expressões de uma universalidade. E, esta universalidade, cria muitas dificuldades ou mesmo os impossibilita de produzirem suas existências como trabalhadores (seja trabalho familiar, ou trabalho individual, ou ainda trabalho sem contar com as forças produtivas do trabalho social).

Uma importante crítica material da vida nos assentamentos está na dificuldade de conviver sem as condições sociais efetivadas nas cidades. São aspectos da produção da existência por meios coletivos como acesso à educação, meios de transportes, assistência à saúde, energia elétrica, água encanada, telefone, etc. Em muitos assentamentos, a carência, em relação ao que já fora experimentado materialmente, mesmo que precariamente, se estabelece e cria uma série de dificuldades.

Lutar por um refazer que já não dá mais conta da reprodução humana torna-se uma tensão. Tentar reconstituir o processo de humanização no trabalho coletivo - quando a materialidade socialmente posta é a da reprodução pelo trabalho pretérito, acumulado historicamente através da aplicação tecnológica da ciência na forma de meios de produção é uma dificuldade - causa desconforto e desalento.

A condição humanamente posta é a da reprodução social a partir das forças produtivas do trabalho social historicamente acumulada. Nesta perspectiva Marx disse que:

O que é a sociedade: seja qual for a sua forma? – O produto da ação recíproca dos homens. Podem os homens escolher livremente esta ou aquela sociedade? De modo algum. Se o Senhor pressupõe um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas dos homens, obtém uma determinada forma de comércio e de consumo. Se o Senhor pressupõe determinados estágios de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo, obtém uma ordenação social correspondente, uma correspondente organização da família, dos estamentos ou das classes, em suma, uma sociedade civil correspondente. Se o Senhor pressupõe tal sociedade, o Senhor obtém

um estado político correspondente e que é apenas a expressão oficial da sociedade (MARX, In: MARX e ENGELS, 1987:14-15).

Reconhecemos as razões de Aued e Grade (2000) quando observaram o acampamento como avanço e o assentamento como recuo na luta do MST pelo engendrar de uma sociedade do vir-a-ser. A este respeito disseram:

A estratégia montada pelo Movimento para forjar novos homens a partir da instituição de valores ideológicos, simbólicos, mística revela-se frágil e não se sustenta como base material de próprio Movimento, ou seja, não há uma base material que o produza. Tais elementos, embora importantes, não conseguem materializar homens novos que confirmam o MST e o seu ideário.

Não obstante, para Aued [In: AUED e PAULILO (orgs), 2004:255]:

O MST, a expressão mais recente desse movimento rural, move-se nesse terreno histórico herdado do passado. Ele configura uma luta de vida e de morte contra as condições sociais existentes. O MST, com sua organização coletiva materializa uma contradição universal: ou, os seres humanos enfrentam os problemas por eles criados, ou perecerão uma vez que como desenraizados sociais, nada mais tem a perder, a não ser a própria vida.

A principal positividade dos movimentos está na união para se produzirem enquanto seres sociais emancipados do trabalho estranhado. Isto se faz, tendo como pré-condição a apropriação da potencialidade das forças produtivas na sua forma mais desenvolvida²⁴². Ter consciência disto não é suficiente para que a transformação ocorra.

Seja como grande indústria moderna nos moldes desenvolvidos pelas necessidades do capital ou por meio das propostas alternativas, a questão é que se tem que produzir em larga escala para dar conta de sua cota parte para a satisfação das necessidades humanas. Nisto um problema que se apresenta é que o modelo agroecológico baseado no trabalho das mãos não consegue produzir de acordo com as necessidades humanas. Parece ser um paradoxo em relação às forças produtivas postas pela e para a humanidade.

²⁴² Entendendo por força produtiva a síntese histórica determinada da produção da vida como ciência, com ciência e como consciência da ciência. O fundamento é a satisfação das necessidades humanas, para além do capital. Apropriação humana tal como sugeriu Marx em seus "*Manuscritos econômico-filosóficos*" de 1844.

Não obstante, a apropriação e uso racional, como nova racionalidade humana, para além do lucro não parece contradizer-se com as forças produtivas atualmente postas e em potência de novos avanços. Por isto, destruir as forças produtivas é o mesmo que reconduzir a humanidade ao obscurantismo. Mas isto a humanidade não permite porque ela não conseguirá sobreviver. Assim sendo, estão colocados os desafios a serem enfrentados pela sociedade, pela humanidade, enfim.

Sobre as dificuldades de identificação de elementos necessários à superação do capitalismo, Aued (2005b:45) observou que:

Mesmo abstraindo-se da história, principalmente a do século XX, que tornaria a problemática ainda mais complexa, e ficando no campo eminentemente teórico/lógico, a resposta ainda assim não é tão simples.

E não é simples porque ainda a história não engendrou uma força produtiva social capaz de se por superior à grande indústria moderna. E, como, ainda não há uma base material superior à produção industrial que se universalizou o pensamento não pode apropriar dela. Pois, o pensamento só se apropria de um fenômeno quando este alcança seu pleno desenvolvimento, ou seja, quando todos seus elementos estão explicitados como aparência²⁴³.

Portanto, o espaço transitório é o nosso limite da apreensão imposto pela materialidade.

A unidade entre quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores rurais sem-terra encontra-se no fato de que ambos são expressões do regurgitamento de trabalhadores da reprodução pela relação trabalho – salário. O regurgitamento lhes ocorre como condição posta anteriormente pela universalidade do capital materializado no crescimento da sua composição orgânica.

Podemos depreender que os movimentos sociais são organizações que mesmo tentando sua reprodução pelas mediações das relações sociais burguesas mostram que a história da humanidade, - o fim da pré-história - já tem uma base material para a sua efetivação e que esta possibilidade torna-se cada vez mais evidente.

²⁴³ Aqui Aued está remetendo para as suas próprias formulações apresentadas no texto “Dois dedos de prosa sobre o Capital” (Ver nas nossas referências em AUED, 2002a:39-62).

Nas nossas apreensões, tanto teórico/metodológicas quanto empíricas, reforçamos a nossa convicção que estamos a caminho do comunismo como expressão mais avançada da história da humanidade. O comunismo ao qual nos referimos não emana de programas nem de estratégias ou táticas, mas do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, da plenitude do ser social, da plenitude do processo de alienação. Encontramos-nos na linha tênue entre autodestruição e emancipação humana. Os meios de emancipação estão fazendo-se materialmente cada vez mais claros embora nós, seres transitórios, não consigamos nos desprender das relações sociais burguesas, ou seja, dar o salto para a emancipação humana. Somos limitados porque somos só transitórios. Os dilemas são colocados entre a reprodução do *reino da necessidade* e o desafio da efetivação do *reino da liberdade*.

A expressão da degeneração das relações sociais de reprodução da sociedade burguesa pode ser vista em todos os poros da sociedade.

A luta dos homens burgueses no sentido de manter o processo de reprodução burguesa salta aos olhos quando olhamos para as formas recorrentes de reprodução. A síntese está no clamor e/ou na imposição de que os fundos públicos dêem conta da reprodução de todos. Deste laboratório de disputa pode nascer o novo?

Vale ressaltar que, na nossa compreensão, a transição só se completa quando as relações sociais burguesas tornarem-se insuportáveis para a própria sociedade, aí ela começa a se resolver, a transmutar-se em novas relações para além das mediações burguesas.

De uma maneira ou de outra, os movimentos sociais evidenciam como são ilusórias as lutas pela reprodução a partir das categorias de sustentação das relações sociais burguesas (mediadas pelo salário, pelo lucro, pela renda da terra, pela educação para o emprego, etc.).

Os movimentos de defesa de trabalhadores, na condição de homens burgueses, clamam pela preservação do mundo do trabalho. Não poderia ser diferente com MIQCB e com MST que são expressões de uma sociedade em

transição. Transição esta que se coloca na impossibilidade de reprodução humana pelo trabalho num tempo em que se estapeiam pela sua manutenção.

7.5. Enfim ...

Num tempo de dificuldades de reprodução pelas relações trabalho – salário, capital – lucro, terra – renda fundiária - são muitos os exemplos de recorrência para a continuidade de apropriação de riqueza sem passar pelo processo produtivo. A miséria de muitos se torna o negócio de poucos. Várias formas de organizações sociais passam a se constituir em canais para muitos oportunistas²⁴⁴.

Os movimentos sociais expõem as fissuras da reprodução social burguesa, mas não apresentam meios de sua superação. A base material apresenta a crítica, mas os meios de engendrar o novo ainda não se manifestam na forma acabada do novo ser social; homens humanizados produzindo homens humanizados, emancipados. Isto não invalida as lutas. Tenha-se consciência ou não, o que está sendo engendrado é a possibilidade da produção de homens humanizados. Estamos numa encruzilhada posta para a humanidade. Como não deve ser a história nos mostra, mas, por outro lado, como deve ser ou como será pouco podemos dizer. A exemplo do que tinham os socialistas utópicos, os economistas políticos e os filósofos do final do século XVIII e do início do século XIX, não temos a maturidade dos elementos da nova sociedade. Como eles viveram, vivemos num tempo de transição. Falta-nos a reprodução da semente do novo para o seu desvelar completo.

Tendo a transitoriedade como aspecto fundante, é importante lembrar o que disseram Marx e Engels (1974a, v. I:28):

[...] não é possível levar a cabo uma libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais; que não é possível abolir a escravatura sem a máquina a vapor e a *mule-jenny*, nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura; que, mais genericamente, não é possível libertar os

²⁴⁴ Lembro-me aqui, por exemplo, do filme “Quanto vale ou é por quilo?”, produzido e dirigido por Sérgio Bianchi, com roteiro de Sergio Bianchi e Eduardo Benaim.

homens enquanto eles não estiverem completamente aptos a fornecerem-se de comida e bebida, a satisfazerem as necessidades de alojamento e vestuário em qualidade e quantidade perfeitas.

Neste sentido, a transitoriedade apresenta-se em seus elementos constitutivos, mas a nova sociedade ainda não se faz possível como expressão da impossibilidade de reprodução das relações sociais atualmente postas.

Aqui termino (1949)

Este livro termina aqui. Nasceu
da ira como uma brasa, como os territórios
de bosques incendiados, e desejo
que continue como uma árvore vermelha
propagando a sua clara queimadura.
Mais não somente cólera em seus ramos
encontreste: não somente as suas raízes
procuraram a dor mas também a força,
e força sou de pedra pensativa,
alegria de mãos congregadas.

Por fim, sou livre dentro dos seres.

Entre os seres, como o ar vivo,
e da solidão acurralada
saio para a multidão dos combates,
livre porque em minha mão vai a tua mão,
conquistando alegrias indomáveis.

Livro comum de um homem, pão aberto
é esta geografia do meu canto,
e uma comunidade de lavradores
algum dia recolherá o seu fogo
e semeará as suas chamas e suas folhas
outra vez na nave da terra.

E nascerá de novo esta palavra,
talvez em outro tempo sem dores,
sem as impuras fibras que aderiram
negras vegetações em meu canto,
e outra vez nas alturas estará ardendo
meu coração queimante e estrelado
Assim termina este livro, aqui deixo
meu Canto geral escrito
[...]²⁴⁵

²⁴⁵ NERUDA, 1980:435.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do campesinato agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS / EdUNICAMP, 1992.

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra prometida**: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996. (Col. Sociologia e religião).

ALDIGHERI, Mário. **Josimo**: a terra, a vida. São Paulo: Loyola, 1993.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, n. 15, p. 87-112, 2000. São Paulo: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

_____. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. In: CEAS, 167-1997, Salvador. **Anais...** Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1997. p. 21-31.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Amazônia**: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição (ponto resumido para uma discussão). mimeo, [snt].

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT (A segurança nacional e o revigoramento do poder regional). **Revista FIPES**, São Luís: v. 1, n. 2, jul.-dez./1980. p. 37-58.

_____. Estrutura fundiária e expansão camponesa, In: ALMEIDA JR, José Maria Gonçalves de. (org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo / Brasília: Brasiliense / CNPq, 1986. p. 265-293.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. in; CASTRO, Edna M. Ramos de; HÉBETTE, Jean (orgs.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA / UFPA, 1989. p.163-195. (Cadernos NAEA, n.10).

_____. **Carajás**: a guerra dos mapas. Belém: Seminário Consulta, 1995a.

_____. **Quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização. São Luís: III Encontro interestadual de Quebradeiras de Côco Bagaçu/MIQCB, 1995b.

_____. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (org.). **Chacinas e massacres no campo**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas / UFMA, 1997. p.19-48. (Col. Célia Maria Corrêa – Direito e campesinato, 4).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. São Luís: CPT, 1998. (Cadernos Tempos Novos. Col. Pe. Cláudio Bergamaschi, n. 1).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI, Joaquim; MESQUITA, Benjamin Alvino de (orgs.). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB / Balaios Typhografia, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). **Reconstituindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização do extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Oswald de. **Literatura comentada**. São Paulo: Abril, 1980.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995.

ANTONELLO, Ideni Terezinha; DINIZ, José Alexandre Filizola. Do trabalho concreto ao trabalho abstrato: o camponês. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (orgs.). **Teoria, técnica, espaços e atividades**: temas de geografia contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP, 2001. p. 45-71. (Associação de Geografia Teorética).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da pré-amazônia maranhense. São Luís: UFMA / PPPG / EdUFMA, 1987 (Col. Ciências Sociais – Série Questão Agrária).

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Vozes / CPT, 1982.

ASSEMA. **Agroextrativismo**: uma parceria com a natureza, n. 3. São Luís/MA: Gráfica Carajás, 2002.

ASSEMA em revista. **Um novo modo de vida existe no campo**. São Luís: ASSEMA, dez./2004.

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos**: (Partido Comunista Brasileiro – PCB - e Ligas Camponesas 1955 – 64). Florianópolis: EdUFSC, 1986.

_____. **Questão agrária**: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI. São Paulo: PUC, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

_____. Reforma agrária e movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997. p. 227-266.

_____. **História de profissões em Santa Catarina**: ondas longas “civilizatórias”. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

_____. AUED, Bernardete Wrublevski. MST: exceção ou regra? In: AUED, Bernardete Whublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 223-257.

AUED, Bernardete Wrublevski; FIOD, Edna Garcia Maciel. Origens sociais dos movimentos sociais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: VENDRAMINI, Célia Regina (org.). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP / CED, 2002. p. 19-39. (Série Pesquisa; 2).

AUED, Bernardete Wrublevski; FIOD, Edna Garcia Maciel. Origens sociais dos movimentos sociais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 173-190.

AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: insular, 2004.

AUED, Bernardete Wrublevski; VENDRAMINI, Célia Regina, FIOD, Edna Maciel; CONDE; Soraya Franzoni. **Retratos do MST**: Liças Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

AUED, Idaletto Malvezzi. **Estratégias e contradições na construção da sociedade Socialista Soviética**; socialismo de menos, capitalismo de mais (1917 – 1929). São Paulo: FFLCA/USP, 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

_____. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernardete Wrublewski (org.). **Educação para o (des)emprego** (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento), 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p 109-131.

_____. Dois dedos de prosa sobre O Capital. In: **Revista Geosul**, v. 17, n. 34. Florianópolis: EdUFSC, jul.-dez./2002a, p. 39-62.

_____. **Marxismo e Geografia**. In: ALBA, Rosa Salete; OTSUSCHI, Cristina; ZIBORDI, Antônio Francisco Guerreiro (orgs.). **O ensino de Geografia no novo milênio** (Ciclo de estudos de Geografia). Chapecó/SC: Argos, 2002b. p. 13-58.

_____. **Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx** ou de como libertar o trabalhador do trabalho. Araraquara/SP: mimeo, dez./2004 (Trabalho apresentado como seminário no GT: "Trabalho e pensamento social no século XXI", do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP).

_____. **Alienação, maquinaria e indústria moderna em Karl Marx** ou de como o homem se liberta do trabalho. Araraquara/SP: mimeo, abr./2005a (Trabalho apresentado como seminário no GT: "Trabalho e pensamento social no século XXI", do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP).

_____. **Transcendência (*aufhebung*), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx** ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido. Araraquara/SP: mimeo, jun./2005b (Trabalho apresentado como seminário no GT: "Trabalho e pensamento social no século XXI", do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP).

_____. Em busca de um programa comunista – socialista no início do século XXI. In: BOPPRÉ, Afrânio et. al. **Cultura Socialista: Os desafios da conjuntura, programa e a estratégia de construção do socialismo**, n. 4. Florianópolis: Conferência Socialista, 2006. p. 27-38.

AUED, Idaletto Malvezzi; GRADE, Marlene. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: fabricando uma nova sociedade. In: **Desafio: Revista de Administração e Economia**, n. 1. Campo Grande/MS: jan.-jun./2000. p. 21-35.

_____. Sistema cooperativista dos assentados do MST: dilemas e avanços por uma produção coletiva. In: **Desafio: Revista de Administração e Economia**, n. 3. Campo Grande/MS: jan.-jun./2001. p. 5-20.

AUED, Idaletto Malvezzi e CAMPANA, Sâmia. A emancipação humana a partir da síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais; o sistema de laboratório. In: **Revista esboços** (Dossiê: Intérpretes do Brasil), n. 15. Florianópolis: EdUFSC, 2006 (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina), p. 231-249.

ÁVILA S.I. Pe. Fernando Bastos de. **Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção da Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. São Luís: Mimeo, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA).

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACH, Celso Luiz. **A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar no oeste catarinense**. Santa Maria/RS: CPGEExR / UFSM, 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).

BAIROCH, Paul. Indústria. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. **Modo de produção desenvolvimento/subdesenvolvimento**, v. 7. Vale da Mata-Portugal: Imprensa nacional / Casa da Moeda, 1986. p. 326-363.

BARLÉU, Gaspar. **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Itatiaia / São Paulo: EdUSP, 1974.

BARROS, A. L. da Rocha. Dialética e teoria da ciência. **Revista Novos Rumos**, Ano 1, n. 1. São Paulo: Novos Rumos, jan.-mar./1986.

BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (orgs). **The negative impacts of World Bank market based land reform / Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial / Los impactos negativos da política de reforma agraria de mercado del Banco Mundial**. Brasília: Rede Brasil, 2003.

BASBAUM, Leôncio. **Alienação e humanismo**, 5 ed. Rio de Janeiro: Global, 1982.

BASTOS, Edile Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRÁS, Catherine. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Plátano, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Por uma sociologia crítica**: um ensaio sobre o senso comum e emancipação. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Globalização – as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernização líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. São Paulo / Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENJAMIN, César. A necessária retomada do tema da transição. In: BENJAMIN, César (org). **Marx e o socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 139-154.

BENOIT, Paul; MICHEAU, Françoise. O intermediário Árabe? In: SERRES, M. (org.) **Elementos para uma história das ciências I: da Babilônia à Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1995. p. 183-211. v. 1.

BENSAUDE-VICENT, Bernadette. Lavoisier: uma revolução científica. In: SERRES, M. (org.). **Elementos para uma história das ciências II: do fim da Idade Média a Lavoisier**, Lisboa: Terramar, 1996. p. 127-221. v. 2.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas/SP: Autores associados, 1999 (Col. Polêmicas do nosso tempo, n. 67).

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador; Memorial das letras, 1999.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação; Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.107-132.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria**: camponeses contra a comida ruim. São Paulo: EdUNESP, 2001.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Milton Santos e o Brasil**: território, lugares e saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Col. Pensamento Radical).

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: EdUFPR, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel/PR: EdUNIOESTE, 2002. (CHF – 2.1.376).

BRUIT, Héctor H. Essência e aparência das relações de produção no campo. In: **Revista Economia & Desenvolvimento**, Ano 1, n. 3. São Paulo: Economia e Desenvolvimento, jun./1982. p.123-146.

BUKHARIN, Nicolai I. **A economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Col. Os Economistas).

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense / CEBRAP, 1978.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e realidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto; COSTA, Luiz Flávio de C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CASTRO, Ana Célia. et. al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1979.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Edna; MOURA, Édila A F; MAIA, Maria Lúcia S. (orgs.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. **Geografia da fome**, 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959a.

_____. **Ensaio de Geografia Humana**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959b.

_____. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CB (Cáritas Brasileira). **Estatuto da Cáritas Brasileira**. www.caritasbrasileira.org.br, capturado em 15 de 03 de 2007.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFAGE, Paul. **O direito à preguiça**, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 9-56.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la economía campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro**: do “descobrimento” a Canudos, 15 ed. São Paulo: Moderna, 1988. (Col. Polêmica).

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Pe. Josimo**: a velha violência da Nova República. São Paulo: Ícone, 1986.

CPT - MA. **Conflitos no campo – 1990**: sem casa, sem terra, sem ter o que comer. São Luís: CPT-MA, 1990.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. (org). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? (Relatório de Pesquisa). São Luís: CPT / Seminário Consulta, 1995.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão (Entrevista e edição de Ana Maria Galano). Petrópolis: Vozes, 1980.

CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). **Cooperativas de produção** (Questões práticas), 3 ed. São Paulo: CONCRAB, 1997 (Caderno de produção, n. 21).

_____. **Sistema cooperativista dos assentados**, 2 ed. São Paulo: CONCRAB, 1998 (Caderno de cooperação agrícola, n. 5).

_____. **O cooperativismo no pensamento marxista** (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mão). São Paulo: CONCRAB, 2000 (Caderno das experiências históricas da cooperação, n. 02).

_____. **A evolução da concepção de cooperação agrícola no MST** (1989 – 1999). São Paulo: CONCRAB, 1999 (Caderno de cooperação agrícola, n. 08).

_____. **As experiências clássicas de cooperação agrícola** (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas). São Paulo: CONCRAB, 2001 (Caderno de experiências históricas da cooperação, n. 03).

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). **As lutas camponesas no Brasil** - 1980. Rio de Janeiro; Marco Zero, 1981.

CORRÊA, Walquíria Krüger. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC)**: o papel do grupo USATI-PORTOBELLO. Rio Claro/SP: Unesp, 1996, Tese (Doutorado em Geografia).

COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (orgs.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9. ed. São Paulo, Contexto, 2000. (Col. Repensando a Geografia).

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo / Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia? In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os (outros) segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.

COTA, Raymundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CRUZ, Armando. **Sem-escola sem-terra: para uma sociologia da expropriação simbólica**. Pelotas/RS: EdUFPel, 1996.

DALMAGRO, Sandra Luciana. O trabalho na pedagogia do MST. In: VENDRAMINI, Célia Regina (org.). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP / CED, 2002 (Série Pesquisa, 2). p. 133-152.

DELLA VOLPE, Galvano. **A lógica como ciência histórica**. Lisboa: Edições 70, [s/d].

DÓRIA, Palmério. **A candidata que virou picolé**. São Paulo: Casa Amarela, 2002 (Série História Imediata).

DREIFUSS, René Armond. **1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Frederico. **Anti-Dühring: ou a subversão da ciência pelo Sr. Eugênio Dühring**. Lisboa: Edições Afrodite, 1971 (Ensaio/Documentos – 1).

_____. A guerra dos camponeses. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre a religião**. Lisboa: Edições 70, 1976. (Col. Biblioteca 70, Sociologia). p. 115-142.

_____. Esboço de uma crítica da economia política. In: **Revista Temas de Ciências Sociais**, n. 5. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979. p. 1-29.

_____. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Virena (orgs). **A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981a.

_____. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Lisboa: Avante, 1981b (Col. Biblioteca do Marxismo Leninismo, 17).

_____. Suplemento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: MARX, Karl. **O capital: o processo global da produção capitalista**, L III, t. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985a (Col. Os Economistas).

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985b (Col. Bases 47 – História).

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**, 8 ed. São Paulo: Global, 1986a (Col. Bases 13 – Teoria).

_____. Introdução para a edição de 1891. In: MARX, Karl. **A Guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986b. p.15-30.

_____. A marca. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 17. Campinas/SP: Revan, 2003. p. 147-163.

EPICURO, Carta a Heródoto. In: MORAES, João Quartim de. **Epícuro: as luzes da ética**. São Paulo: Moderna, 1998 (Col. Logos). p. 85-81.

ESTERCI, Neide. Formação do campesinato em Pedreiras (MA). In: **Revista FIPES**. v. I, n. 2. São Luís: FIPES, jul.-dez./1980. p. 22-35.

ESTERCI, Neide (org.) **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984 (Cadernos do ISER, 16).

ETGES, Virgínia Elisabete (org.). **Desenvolvimento rural**: potencialidade em questão. Santa Cruz do Sul/RS: EdUNISC, 2001.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**: ou, Diário de uma visita a terra de cangaceiro e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EdUSP, 1976.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Cascavel: EDUNOESTE, 2001.

FAISSOL, Speridião. A Geografia na década de 80; os velhos dilemas e as novas soluções. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 49, n. 3. Rio de Janeiro: IBGE, jul.-set./1987. p. 07-37.

FAUSTO, Ruy. A “pós-grande indústria” nos grundrisse (e para além deles). In: **Revista Lua Nova**. n. 19. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, nov./1989. p. 47-67.

FAVERO, Celso Antônio. A globalização e as novas experiências dos agricultores. In: CADERNO CRH, **Faces do novo rural**, n.28. Salvador: UFBA, 1998. p. 27-58.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n.75. São Paulo: AGB/SP, dez./1998. p. 83-129.

_____. **MST**: formação e territorialização, 2 ed; São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Ângela D. D; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba/PR: EdUFPR, 1998.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, Claudinei M. M. Estudo preliminar. In: BENCI S. I. Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos** (livro brasileiro de 1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. Uma experiência de assistência técnica no campo em regiões de babaçuais no Médio Mearim. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. São Luís: CPT, 1998. (Cadernos Tempos Novos. Col. Pe. Cláudio Bergamaschi, n. 1). p. 191-196.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: (1843-44: as origens da ontologia do ser social)**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**, 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Educação e mudança**, 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983c.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Col. Leitura).

_____. **A educação na cidade**, 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. **Educação e mudança**, 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**, 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999c.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: EdUNESP, 2000a.

_____. **Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar**, 10 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2000b.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**, 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

_____. **À sombra desta mangueira**, 4 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001b.

_____. **Educação e realidade brasileira**. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2001c.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**, 2 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRENTE Nacional dos Trabalhadores. **Cooperativas e trabalho comunitário**, Cadernos de Formação, n. 5. São Paulo: Série Movimentos Populares, set./1982.

FRIDMAN, Luís Carlos. Globalização e refugio humano. In: **LUA NOVA**; Revista de cultura e política, n. 46. 1999. p. 215-219.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança**: por uma tecnologia humanizada. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **Conceito marxista de homem**, 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. In: FUKUYAMA, Francis (et. al.). **A experiência do século**. Porto Alegre: SMCultura / Palmarinca, 1992. p.9-17.

FUNDINOR. **Maranhão – nova fronteira do Nordeste**. Recife/PE, 1966.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**, 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAYOSO, Francisco José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Pariz; Oficina P. N. Rougeron, Impressor, 1818.

GISTELINK, Franz. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís/MA, [snt].

GÓES, Moacir. **De pé no chão também se aprende a ler**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Para além da crítica dos paradigmas em crise – diálogo de diferentes matrizes da racionalidade. In: **Revista Geosul**, v. 15, n. 32. Florianópolis: EdUFSC, jul.-dez./2001. p. 7-29.

_____. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

GONÇALVES FILHO, Raimundo Mendes. **Soja**: mudança no perfil da agricultura na região Sul do Maranhão. São Luís/MA: mimeo, 2003. Monografia (Curso de Ciências Econômicas da UFMA).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960 – 1980. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 115-140.

GONZALEZ, Manuel José. et. al. **O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas: 1945/1989**. Rio de Janeiro: IPEA / IPLAN, 1990.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias** (agricultura e indústria no sistema internacional). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os cristãos** e a questão da terra. São Paulo: FTD, 1987.

GÖRGEN, Frei Sérgio (coord.). **Uma foice longe da terra**: repressão aos sem-terra em Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 1991.

GÖRGEN, Frei Sérgio ofm e MPA. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRADE, Marlene. **MST**: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Florianópolis: mimeo, 1999 Dissertação (Mestrado em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina).

_____. **Os limites e a possibilidade da contribuição do trabalho de campo para a pesquisa geográfica à luz do debate contemporâneo sobre a produção do conhecimento**. Florianópolis: mimeo, 2002.

_____. **Fórum do Maciço do Morro da Cruz e Agreco como espaço transitório**: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Florianópolis: mimeo, 2006. Tese (Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina)

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Escritos políticos (1910 - 1920)**, v I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**, 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Virena (orgs.). **A questão agrária**: Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária?** Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996 (CHF – 2.1.345).

GUANZIROLI, C. E. et. al. (orgs). **Agricultura familiar e a reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2001.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Reflexões sobre a política de reforma agrária brasileira no período 1964-1994. **Revista REFORMA AGRÁRIA**, v. 25. São Paulo: ABRA, jan.-abr./1995. p. 68-92.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**, 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**, 3. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001.

HOBBELINK, Henk (Editor). **Biotecnologia**; muito além da revolução verde; as novas tecnologias genéticas para a agricultura; desafio ou desastre?. Porto Alegre: Riocell, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a História Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Col. Pensamento Crítico, v. 45).

_____. **Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos – 1977-1988**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**, 21 ed. Revista. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979b. (Col. Sociologia Brasileira, 11).

_____. O trabalhador rural em busca de terra. **Revista encontros com a civilização brasileira**, n.11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, mai./1979c. p. 89-100.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Carajás: O Brasil hipoteca seu futuro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**, 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

KAGEYAMA, Ângela M.; BERGAMASCO, Sônia. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectiva**, v. 12/13. São Paulo: 1990. p. 55-72.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Col. Os Economistas).

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do “homem burguês”**. São Paulo: Editora do SENAC, 2000. (Col. Livre pensar, 2).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**, 6 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LACERDA, Guilherme Narciso. **Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: IPE, 1985.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional (uma realidade multiforme) I**. Campinas/SP: EdUNICAMP, 1993.

LÊNIN, Vladimir U. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América (novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura)**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Col. Alicerces, 1).

_____. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).

LESSA FILHO, Sérgio. Lukács, Engels, Hegel e a categoria da negação. **Revista Ensaio**, n.17/18. São Paulo: Ensaio, 1989. p. 335-345.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1982.

LIMA NETO, Evaristo José de. **Pesquisador e ator** – uma reflexão sobre o processo de trabalho/pesquisa junto a uma organização de trabalhadores rurais no Maranhão. São Luís/MA: Mímeo, 2004. Monografia (Curso de Ciências Sociais da UFMA).

LINHART, Robert. **Lênin, os camponeses, Taylor**: análise baseada no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LYRA, Carlos. **As 40 horas de Angicos** – uma experiência pioneira em educação. São Paulo: Cortez, 1996.

LOWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez / Autores associados, 1991 (Biblioteca da educação, Série 1, Escola; v. 5).

MARCON, Telmo. **Acampamento natalino**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo/RS: EdUPF, 1997 (Série Ciência – História).

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina - dependência e integração**. São Paulo, Brasil Urgente / Página Aberta, 1992.

_____. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini (organização e apresentação de Emir Sader). Petrópolis: Vozes / Bueno Aires, CLACSO, 2000.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. n. 3. São Paulo: IPEA, jun. 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991a.

_____. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1991b. p. 15-33.

_____. Os movimentos camponeses e as lutas políticas no Brasil. In: MST. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária**. São Paulo: MST, 1999. (Caderno de formação, 31).

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EdUSP, 2000.

MARX, Carlos. **El capital: crítica de la Economía Política.** Tomo I. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1967.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epícuro.** São Paulo: Global, [s/d](1). (Col. Bases 12 – Teoria).

_____. **Capítulo VI inédito de O CAPITAL: resultados do processo de produção imediato.** São Paulo: Moraes, [s/d](2).

_____. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico.** São Paulo: Edições Populares, 1980. (Col. Obras completas).

_____. **O capital: (crítica da economia política) o processo global de produção capitalista,** L-III, v-5, 3 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

_____. A burguesia e a contra-revolução. In: **Revista Nova escrita ensaio** n. 10. São Paulo: Ensaio, 1982a.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar** São Paulo: Abril Cultural, 1982b. (Col. Os Economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política,** L-I, t-1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política,** L-I, t-2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Economistas).

_____. **Grundrisse: lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política (1857-1858)** 2 Vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1985a (Obras fundamentales de Marx e Engels vol. 7).

_____. **O capital: crítica da economia política,** L-I, t-1 10 ed. São Paulo: Difel, 1985b.

_____. **A miséria da filosofia,** 2 ed. São Paulo: Global, 1986a (Col. Bases 46 – Teoria).

_____. **A guerra civil na França.** São Paulo: Global, 1986b (Col. Bases 50 – História).

_____. **O capital: crítica da economia política,** L-III, t-2, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986c. (Col. Os Economistas).

_____. A nacionalização da terra. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas** em três tomos, v. II. Lisboa / Moscovo: Avante / Progresso, 1987. p. 313-316.

_____. **O capital**: crítica da economia política, L-I, t-2, 12 ed. São Paulo: Difel, 1988.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

_____. **A questão judaica**, 5 ed. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Manuscritos de 1861-1863: fragmento de “a mais-valia relativa – acumulação”. In: ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861–1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 231-245.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão dos seus diferentes profetas, 2 Vols. Portugal: Presença / Brasil: Martins Fontes, 1974a.

_____. **La ideologia alemana** (Crítica de la novísima filosofía alemana en las personas de sus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner y del socialismo alemán en las de sus diferentes profetas), 5 ed. Montevideo / Barcelona: Ediciones Pueblos Unidos / Ediciones Grijalbo S. A, 1974b.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1975.

_____. **Sobre a religião**. Lisboa: Edições 70, 1976. (Col. Biblioteca 70, Sociologia).

_____. **A ideologia alemã** (Feuerbach), 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. **Cartas filosóficas e Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987b.

_____. **Sobre educação e ensino**, 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

MAURO, Gilmar e PERICAS, Luiz B. **Capitalismo e luta política no Brasil** na virada do milênio. São Paulo: Xamã, 2001.

MAY, Peter. **Palmeiras em chamas**: transformações e justiça social na zona do babaçu. São Luís/MA: EMAPA / FINEP / Fundação Ford, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; SOUSA, Inês Cabanilho de; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Revista Proposta**, n. 77. jun.-ago./1998. p. 54-63.

MELIGA, Laerte Dornelles; JANSON, Maria do Carmo. **Encruzilhada natalino**. Porto Alegre/RS: Filial da Vozes – EST (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes), 1982.

MELLO, Alex Fiúza de. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva; Belém: SECTAM – Secretaria Executiva da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000 (Col. Debates– Sociologia, 279).

MENDONÇA, Francisco. Dualidade e dicotomia da Geografia moderna: a especificidade científica e o debate recente no âmbito da Geografia brasileira. **Revista RA'EGA O espaço geográfico em análise**, n. 2, Ano II. Curitiba: EdUFPR, 1998. p. 153-165.

MESQUITA, Benjamin Alvino de, SILVA, Romildo dos Santos; TAVARES, João Claudino. **Análise sócio-econômica de localidades influenciadas direta e/ou indiretamente pela atuação da empresa de florestamento CELMAR**. (Relatório de pesquisa). São Luís: mimeo, 1999.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão**. São Luís: EdUFMA, 1987 (Col. Ciências Sociais – Série Questão Agrária).

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: EdUNICAMP / Boitempo, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Estado do Maranhão: o caso do MST**. São Luís: Mimeo, 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA).

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MST. **Sobre o método revolucionário de direção**. [s/d].

_____. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 1986.

_____. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

_____. **Manual de organização dos núcleos**. São Paulo: MST, 1990.

_____. **Como organizar a massa.** São Paulo: MST, 1991.

_____. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, 2001.

_____. **Agenda 2002.** São Paulo: MST, 2002.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC / EDUC, 1989.

_____. **Observações sobre a economia política da agricultura brasileira.** Araraquara/SP: Gráfica CAR, 1990 (Rascunho n. 14).

MULLER, Miguel Matias Utzig. **COOPAVA: a construção do espaço transitório no interior do MST no município de Piratini/RS.** Florianópolis/SC: mimeografado, 2005 Memorial de Qualificação da Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina).

NERUDA, PBLO. **Canto Geral,** 2 ed. São Paulo: Difel, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições da agricultura. **Boletim Geográfico,** v. 25, n. 49-50. Rio Claro/SP: 1995. p. 15-58.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil,** 2 ed. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 468-534.

_____. **Geografia das lutas no campo:** conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os “sem-terra” e o neoliberalismo, 8 ed. São Paulo: Contexto, 1999 (Col. Repensando a Geografia).

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Col. Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. **Rio Maria:** a terra da morte anunciada. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no sul do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: PPGAS / UFRJ, 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (orgs.). **Agricultura familiar e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis/SC: EdUFSC, 2003.

PEREIRA, Duarte. **Um perfil da classe operária. A ditadura nas fábricas.** São Paulo: Hucitec, 1981. (Col. Pensamento Socialista).

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova forma revolucionária na América Latina. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**, 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1997. p. 271-277.

PINHEIRO, João César de Freitas. **Companhia Vale do Rio Doce: o engasgo dos neoliberais**. Belo Horizonte: CDI (Centro de Documentação e Informação Ltda), 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**, 2 ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Marco Zero / Studio Alfa, 1982.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMAR, Wladimir. Brasil: 180 anos de (in)dependência. **Revista Sem Terra**, Ano III, n. 14, jan.-fev./2002.

POUZADOUX, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (colônia)**. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000 (Col. Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RELATÓRIO DO I EIQCB (Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu). São Luís/MA: MIQCB, 1991.

RELATÓRIO DO II EIQCB (Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu). Teresina/PI: MIQCB, 1993.

RELATÓRIO DO IV EIQCB (Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu). Imperatriz/MA: MIQCB, 2001.

RELATÓRIO DO V EIQCB (Encontro Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu). São Luís/MA: MIQCB, 2004.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Herval Pina; LACAZ, Francisco Antônio de Castro (orgs.) **De que adoecem e morrem os trabalhadores**. São Paulo: DIESAT, 1984.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annábleme / FAPESP, 1998. p. 69-122.

ROMERO, Juan Ignácio. **Questão agrária**: latifúndio ou agricultura familiar (a produção familiar no mundo globalizado). São Paulo: Moderna, 1998. (Edições Paradoxos).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EdUERJ / Contraponto, 2001.

SABOURIN, Eric. Agricultura familiar, coletividades territoriais e construção dos territórios no nordeste semi-árido. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto (Ed. Técnicos). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA, 2002.

SAMPAIO, Yony (orgs.). **Nordeste rural**: a transição para o capitalismo. Recife: EdUFPE, 1987.

SANDRONI, Paulo. **Questão agrária e campesinato**: a “funcionalidade” da pequena produção mercantil. São Paulo: Polis, 1980. (Col. Teoria e História, 9).

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade** (Ensaios). Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo: EdUSP, 2002. (Col. Milton Santos 1).

SANTOS, Milton e colaboradores. O papel ativo da Geografia: um manifesto; **Revista Território**, Ano V, n. 9, jul.-dez./2000. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000b. p.103-109.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território de sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. A crise e os movimentos sociais no Brasil. In: **Revista Política e Administração**, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, jul.-set./1985. p. 155-169.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

SERRES, Michel. Prefácio. In: SERRES, Michel (org.) **Elementos para uma história das ciências**: da Babilônia à Idade Média, v. I. Lisboa: Terramar, 1995. p. 7-22.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terra no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.) **Carajás**; desenvolvimento ou destruição? (Relatório de Pesquisa). São Luís: CPT / Seminário Consulta, 1995. p. 67-77.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas, v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Economistas).

SMDDH (Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos). **Conflitos de terra** registrados no Maranhão de 01 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991. São Luís: SMDDH, 1993.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. **Um estudo sobre Lênin e as defesas da Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: mimeo, 1992. Tese (Doutorado em Economia pela FEA/USP).

SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB. In: **Revista Temas de Ciências Sociais**, n. 1. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 101-119.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e agroindústria**: transformações sociais e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Col. Agricultura e Sociedade).

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUSA, Maria Gorete de. **A formação política da juventude do Movimento dos Sem Terra**: uma experiência e construção. São Luís: Mimeo, 2001. Monografia (Curso de Pedagogia da UFMA).

SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os (outros) segredos do Maranhão**. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

SOUZA, Maria Alaídes de. História sobre o pensamento de fabricação do sabonete do grupo de Ludovico. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SILVA, Miguel Henrique Pereira (orgs.). **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. São Luís: CPT, 1998. (Cadernos Tempos Novos. Col. Pe. Cláudio Bergamaschi, n. 1).

SOUZA, Nilson Araújo de. **O colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O latifúndio. In: SADER, Emir. (org.). **7 pecados do capital**. São Paulo / Rio de Janeiro: Record, 1999a.

_____. Por uma reforma agrária de novo tipo. In: STÉDILE, João Pedro; SAMPAIO, Plínio de Arruda; ROSSETTO, Miguel **Debate sobre a natureza da reforma agrária brasileira**. São Paulo: MST, 2003 (Cartilha “A urgência da reforma agrária”). p. 7-16.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Luís (MA): CCSO / UFMA: 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas).

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999b.

STRAHM, Rudolf H. **Subdesenvolvimento: porque somos tão pobres?** Fatos e números em 84 gráficos sobre mecanismos do subdesenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1991.

STRAPAZZONI, João Paulo. **E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (SC) 1980-1990**. Chapecó/SC: Grifos, 1997.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola**. São Miguel do Oeste/SC: UNOESC, 2000.

SUDENE. **Região Nordeste do Brasil em números**. Recife: Gráfica e Editora Linceu Ltda, dez./1999.

SUPEK, Rudi. Apresentação. In: MARX, Karl. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980. p. 23-33. (Col. Obras completas).

SWEEZY, Paul. **A sociedade pós-revolucionária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, João Claudino; SILVA, Romildo dos Santos; AYRES JR, José Costa. **O Projeto Cédula da Terra (PCT) no Maranhão: um estudo das políticas do Banco Mundial para o meio rural**. São Luís/MA: mimeo, 2003.

TEIXEIRA, Marcos Alexandre. **Biomassa de babaçu no Brasil**. www.fem.unicamp.br/~mteixeira. capturado em 15/04/2007.

TOLEDO, Caio N. de. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. In: SORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 224-256.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Marília/SP: mimeografado, 2001. Tese (Doutorado em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista).

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí (RS): EdUNIJUÍ, 2005.

TRIBUZZI, Bandeira. Maranhão também constrói sua transamazônica. In: A AMAZÔNIA brasileira em foco, Boletim n. 7. Rio de Janeiro: CNDA, jan.-jun./1972. p. 93-95.

UCZAI, Pedro (org.). **Os últimos 500 anos de dominação e resistência**. Chapecó: Argos, 2001.

VASCONCELLOS, Gilberto; VIDAL, José Walter Baupista. **Poder dos trópicos: meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **As idéias estéticas de Marx**, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Do socialismo científico, ao socialismo utópico. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VENDRAMINI, Célia Regina. A natureza de classe dos trabalhadores sem-terra. In: AUED, Bernardete Whubleviski; PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs.). **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 217-227.

VINHAS, Maurício. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VISENTINI, José William. **Novas geopolíticas de representações do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2000.

VIDAL, J. W. Baupista. **De Estado Servil a Nação Soberana: civilização solidária dos trópicos**. Petrópolis: Vozes / Editora da UNB, 1987.

_____. A energia é nossa (Entrevista explosiva). In: **Revista Caros Amigos**, Ano 1, n. 9. São Paulo: Casa Amarela, dez./1997. p. 26-31.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; CARRION, Raul (orgs.). **Século XXI** barbárie ou solidariedade? Alternativas ao neoliberalismo. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: EdUFPR, 1998. p. 29-48.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ZILBERSZTAIN, David (coord.). **Reorganização do agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão**. São Paulo: FEA / USP, 2000.